
o psicanalismo

robert castel



Série Saúde e Sociedade

PSICANALISMO

Até a década de sessenta a Psicoanálise era objeto de uma crítica externa à totalidade de suas proposições, teóricas e técnicas, que delimitam o campo de sua prática. Muitas vezes repudiada nas suas formulações centrais, sem qualquer exame teórico, como uma ideologia do homem burguês, outras porque colocada como uma prática reacionária voltada exclusivamente para as classes dominantes, pela implicação dos seus custos que se legitimavam pelos cânones técnicos, a crítica tocava a superfície da problemática psicanalítica. M. Foucault, na "Histoire de la folie à L'âge classique", reabre um tempo novo da crítica, construindo um espaço teórico original para a análise do saber psicanalítico, penetrando no lugar de sua produção (a relação dual) com outros pressupostos Metodológicos 1) Uma reflexão fecunda sobre a Psicoanálise deve considerá-la, antes de mais nada, como uma instituição, não separando assim suas formulações teóricas de suas condições de realização prática; 2) A instituição deve ser analisada na sua constituição histórica, para que se explicitem os pontos de articulação de seus discursos, de sua técnicas e de suas condições de possibilidades. Nestes termos, saber e poder se implicam na sua intimidade, na prática histórica da Psicoanálise; 3) Finalmente, ruptura radical, a Psicoanálise encontra nas matrizes originárias da Psiquiatria as suas condições efetivas de emergência histórica.

A presente obra de Castel se inscreve no roteiro deste discurso crítico, sendo a primeira produção sistemática que pretende pensar a totalidade das questões implícitas no dispositivo psicanalítico. Desdobrando as proposições metodológicas de Foucault, Castel retoma a linha da reflexão crítica, analisando a História da Psicoanálise em alguns momentos essenciais. Nesta perspectiva, não se pensa o poder psicanalítico instituindo o homem burguês como o homem em geral, um ser "decadente" nas suas "obsessões sexuais", nem tampouco cristalizado no analista que se esboçava como um "burguês ávido de lucros" no exercício de sua decifração do Inconscien-

te, mas como um dispositivo sutil que delimita no seu espaço fundamental, seus ritos e técnicas organizadas em torno da relação transferencial, os efeitos de poder que pretendem construir e simultaneamente camuflar. A exclusão do social, como regra para a emergência do inconsciente, seria um dos efeitos mais marcantes desta construção do "psicoanalismo" que está no centro do espaço terapêutico. Os temas anteriormente destacados se distribuem em torno desta problemática fundamental.

Crítica de maior destaque, na medida em que o objeto da reflexão de Castel não é a periferia das inovações teórico-técnicas, nem tampouco a tradição norte-americana, já bastante criticada no interior da melhor orientação psicoanalítica, mas o núcleo mais sofisticado da produção teórica francesa: o grupo de Lacan. No exame de suas teses e de seus discípulos, onde pretendem restaurar os fundamentos da razão psicoanalítica formulados por Freud, opera o discurso de Castel com acuidade, levantando interrogações essenciais. As ligações funcionais e históricas entre as instituições psicoanalítica e psiquiátrica, a significação efetiva de suas implicações profundas e de suas finalidades aparentemente excludentes são consideradas com grande sutileza de análise. A ironia perpassa a totalidade do texto, definindo seu estilo, que recorre a títulos consagrados pela tradição "libertária" da Psicoanálise e pela crítica da Psiquiatria asilar, para tematizar suas relações profundas nos dinamismos históricos.

Enfim, concordando ou não com seus pressupostos, e com suas conclusões, esta obra é fundamental para que sejam repensadas as condições para a prática psicoanalítica. Particularmente importante no Brasil, na medida em que vivemos há cerca de dez anos uma expansão surpreendente da instituição psicoanalítica, de modo crítico e ingênuo, legitimada pelos discursos do "progresso" e do "humanismo", sem que se levante quase nunca o significado histórico-político desta extensão do dispositivo, a análise de Castel é uma contribuição fundamental.

JOEL BIRMAN

ROBERT CASTEL

O PSICANALISMO

Tradução de Antônio Amaral Serra



Série Saúde e Sociedade

Capa: Sônia Maria Goulart

Ficha catalográfica

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

C343p Castel, Robert.
 O Psicanalismo; tradução de Antônio Amaral Serra. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
(Biblioteca de Ciências sociais. Série Saúde e sociedade, v. 1)
 Do original em francês: *Le psychanalysme*
 Glossário de particularidades psiquiátrico-psicanalísticas.
 Bibliografia

1. Psicanálise I. Título II. Série

77-0602

CDD - 616.8917

CDU - 615.851.1

SUMÁRIO

Prefácio	3
1. Recuperado, recuperável, recuperador	13
2. A convenção da neutralidade	31
3. O inconsciente social da psicanálise	51
4. Era uma vez a revolução psicanalística	71
5. A violência simbólica	93
6. Da seita à igreja	119
7. O psicanalista, seu louco e a psiquiatria	135
8. O grande desenclausuramento	171
9. História de um contencioso	199
10. O futuro de uma ilusão	221
Glossário de particularidades psiquiátrico-psicanalíticas	243
Lista das publicações citadas	258

“E dentre os gregos, tu que és um deles, quais te parecem levar a vida mais agradável, os que mandam ou os que obedecem?”

– Eu, diz Aristipo, não me incluo entre os escravos; mas parece-me haver uma via intermediária onde tento caminhar. Esta via não passa nem pelo poder nem pela escravidão, mas pela liberdade, que é o grande caminho da felicidade.

– Se este caminho que não passa nem pelo poder nem pela escravidão, replica Sócrates, não passasse tampouco pela sociedade dos homens, o que dizes poderia ter algum sentido. Mas se vivendo entre os homens, tu não queres nem mandar nem obedecer, nem servir de bom grado aos que mandam, tu não ignoras, penso eu, como os mais fortes se decidem a fazer chorar os mais fracos e tratá-los como escravos. Ou não vês como eles roubam as colheitas que outros semearam... e como cercam de todos os modos os que se recusam a servi-los, até levá-los a preferir a escravidão à luta com os mais fortes que eles...

– Sim, disse ele; eu, porém, para evitar estes males, não me encerro numa cidade, em qualquer lugar sou estrangeiro.

– Não há dúvida, exclamou Sócrates, que é este um hábil artifício.”

Xenofonte, *As Memoráveis* (II, 1)

PREFÁCIO

O conteúdo deste ensaio pretende-se analítico. Nele não se encontrará a mínima contribuição a um desenvolvimento da teoria ou da prática psicanalíticas. Para tanto, teria sido preciso instalar-se num lugar – “a outra cena” –, para o qual não paguei ingresso, e tentar ajustar meu propósito àquilo que deste lugar produzem os qualificados especialistas do discurso do inconsciente, os próprios psicanalistas. Dividamos o trabalho, sem equívocos, se possível. É de um lugar absolutamente outro, ao mesmo tempo totalmente exterior, tomado, entretanto, na rede dos efeitos da psicanálise e, por sua vez, circunscrevendo-os, que eu gostaria de falar.

Não me pareceu improcedente começar esboçando um primeiro balanço do que a psicanálise *nos custa*, aliás também aos próprios psicanalistas, na medida em que estes quase sempre se ocupam, com uma certa complacência, em nos dizer de quê e o quanto lhes somos devedores. Que lhes sejamos devedores de algo fundamental e que diz respeito a cada um não será questionado aqui. Assim, num primeiro tempo, me prenderei à formulação dos problemas geralmente ocultos que surgem *a partir do momento* em que se admite a existência desta nova cena aberta por Freud, o alcance do que daí é emitido de inédito e a especificidade dos efeitos por ela produzidos. A jogada do debate concerne, então, a este reverso do cenário, a sombra projetada pela psicanálise, o que ela obscurece e o que a ela própria permanece opaco, *no interior como no exterior de seu campo*. Veremos que não é pouca coisa e que, por um choque em reação, esta abordagem conduz a uma redefinição da significação de conjunto da psicanálise, identificando-se à totalidade das funções que ela assume.

Se em algo a presente interrogação se distingue das questões que começam a ser colocadas sobre as responsabilidades sociais da psicanálise, é precisamente nisto: a relação da psicanálise com seus “usos” sociais, sua inserção num “contexto” histórico, como se diz (tão mal), não me parece mais poder ser pensada após o desfecho da relação analítica, tratada à parte como um efeito segundo ou se-

cundário. Tratando-se da psicanálise, é preciso acabar com a velha metáfora espacial, ainda dominante, do lugar mais ou menos estreito, mais ou menos frouxo, que uniria uma doutrina a suas “aplicações”, elas próprias mais ou menos legítimas, mais ou menos suspeitas, em função de seu distanciamento de um epicentro original. Espero mostrar, ao contrário, que uma teoria correta dos processos de difusão, de reinterpretação e de institucionalização da psicanálise no “extra-analítico”, tomando seriamente a amplitude e a especificidade de sua inscrição atual nas relações sociais de poder, supõe uma reinterpretação do próprio aparelho “intra-analítico”. Esta reinterpretação deverá fazer compreender como e por que este aparelho *ele próprio já é* – entre outras coisas – um foco de produção ideológica.

Chamo *psicanalismo* a este feito específico da psicanálise. Difunde-se, como um princípio de desconhecimento, por todos os níveis sobre os quais exerce o discurso do inconsciente uma eficácia social, mas, inicialmente, tem sua origem no dispositivo da relação dual. Esta noção quer ser mais que uma astúcia terminológica para batizar tudo aquilo com que a psicanálise tem a ver, tudo que ela toca, impregna ou infiltra. Ela propõe um esquema para pensar como *imediate e essencial* a cumplicidade que une o funcionamento intrínseco da relação analítica com certos mecanismos constitutivos da ideologia dominante, enquanto que esta cumplicidade, só depois rastreada em certos “usos sociais” particulares da psicanálise (que para além, a partir de um misterioso limiar, cessariam de ser socialmente neutros e politicamente assépticos), é em geral interpretada como uma série de “maus usos” ou de alterações doutrinárias (no registro de sua “recuperação” ou de sua traição).

Quero precisar logo, para evitar um contra-senso não de todo ausente, aliás, que a psicanálise não é o psicanalismo. A psicanálise é a prática e a teoria dos efeitos do inconsciente que coloca entre parênteses a questão de suas finalidades sócio-políticas: abstração defensável, como veremos, em limites bem precisos e estreitos. O psicanalismo é o efeito-psicanálise imediato produzido por esta abstração. É a implicação sócio-política direta do desconhecimento do sócio-político, desconhecimento que não é um simples “esquecimento”, mas, como sustentaremos, *um processo ativo de invalidação*. A relação da psicanálise com o psicanalismo é, então, muito mais estreita que a de uma teoria com suas aplicações, pois que a psicanálise não é uma teoria qualquer, mas a prática da totalidade de seus efeitos, ou a produção de sua própria prática. É assim que ela produz o psicanalismo tão diretamente como um corpo exposto dá sombra. Esta relação é, igualmente, muito mais es-

treita que a relação que une um saber à sua “ideologização”, pois trata-se aqui do processo de ideologização *produzido pela psicanálise* e não das alterações *por ela sofridas* fora de seu domínio legítimo, esta última, uma ideologização no sentido segundo e passivo, mera duplicação parassociológica ou paramarxista do discurso dos analistas em termos de “recuperação”. Justamente porque *não passa de* uma ideologia e ainda menos uma ideologia *entre outras*, tributária de um tratamento reducionista (por exemplo, “uma ideologia pequeno-burguesa”, segundo a versão marxista-stalinista do problema em moda há uns vinte anos atrás), a psicanálise é um incomparável sistema *produtor* de ideologia. Isto acarretou uma decisiva implicação no destino histórico da psicanálise: pois que ao mesmo tempo que produz outros efeitos, estes não “ideológicos” (efeitos de conhecimento sobre as estruturas do inconsciente, efeitos práticos sobre o desejo e a angústia), pode dissimular e ocultar a si própria através da proliferação dos propósitos de seus epígonos, este impacto socio-político entrementes cada vez mais invade *de seu próprio conteúdo*.

Em suma, a teoria psicanalítica mais rigorosa em parte já funciona, desde o início, como um *corpus* de racionalizações. É que ela está condenada a exprimir a totalidade de sua eficácia na linguagem exclusiva da relação com o desejo, o prazer, a angústia, a morte etc., sem ter mesmo que se interrogar o que, *de imediato*, supõe e impõe tal opção. E os críticos de todas as filiações – panfletários, vulgarizadores, freudo-marxistas, teóricos sociais, filósofos etc. que, à maior ou menor distância da experiência do inconsciente, se esforçaram em ressitar a psicanálise na cultura, fizeram-no, em geral, *recebendo* sob este conteúdo afirmativo, isto é, mais ou menos reconhecido ou desconhecido, tomando-o ao pé da letra (fosse para não se pronunciar sobre ele, fosse para afirmar tratar-se de algo grotesco, obsceno etc.) o que era transmitido e elaborado pelos psicanalistas.

É porque, recentemente, o problema evoluiu, que se torna possível hoje formular uma hipótese de outro tipo; isto é, pesquisar sistematicamente outras responsabilidades e outras implicações *diretas* da psicanálise que não as concernentes à fantasmagoria pessoal-inconsciente; melhor ainda, pode-se começar a demonstrar que o próprio tratamento desta fantasmagoria pessoal já tem outros efeitos *imediatos* além dos que se dão no discurso manifesto da psicanálise. Com efeito, por um lado torna-se cada vez mais difícil – em razão da difusão e do aprofundamento das pesquisas psicanalíticas –

tratar, de uma penada, a especificidade do discurso do inconsciente. Por outro lado, torna-se cada vez mais difícil prolongar a dissimulação das responsabilidades da psicanálise nas situações caracterizadas por uma relação com o poder, em vista do qual ela afirma, ostensivamente, sua neutralidade.

Mas a conjuntura ainda é propícia a fazer, *separadamente*, estas duas constatações. Esta dissociação, de fato, mantém o *statu quo*, mesmo quando cada um destes tipos de crítica se pretende radical. Ora parte-se do espaço inconsciente, do afeto, do “real” analítico etc. para se perguntar: não seria preciso remanejar, apurar o discurso analítico, em última instância subvertê-lo completamente e constituir um outro que seja mais fiel ao que se passa na outra cena, mais próximo à verdade do desejo etc.? O psicanalista, se não estiver demasiado preso a um cuidado obsessivo de ortodoxia, se acomodará, de bom grado, a estas tentativas formuladas em sua própria linguagem e que esposam sua intenção, uma vez que se contentam em querer restaurar sua radicalidade. Ora, ao contrário, salta-se para o outro extremo, interrogando-se sobre o devir social da psicanálise: a organização hierárquica de suas sociedades, as relações suspeitas que ela mantém com o dinheiro e os poderes, todas as características que dela fazem, hoje, essencialmente uma prática de classe, etc.

Tais constatações têm sua pertinência. Trata-se, apenas, de saber se, de fato, as tomamos seriamente ou se delas fazemos as árvores que escondem a floresta do problema global de inscrição social da psicanálise. Assim ocorre quando as consideramos como avatares históricos ou como simples acidentes no seu percurso; bastaria raspar estas escórias depositadas sobre uma psicanálise que apenas errou em não permanecer fiel a sua vocação profunda, para partir de novo, com o pé direito, à descoberta do inconsciente. A finalidade desta dupla crítica é revalidar as noções psicanalíticas de base, para restaurar sua pureza, reencontrar o impacto originário de sua potência subversiva. O que mostrarei é serem ambas profundamente cúmplices.

Trata-se aqui de outra coisa: de pensar *conjuntamente* estes dois tipos de implicações, porque são as duas faces de um mesmo problema – um problema que põe e impõe a ligação consubstancial da psicanálise e do psicanalismo. Restam, então, duas tarefas, mas que espero venham a ser cobertas exatamente ao final desta obra. De um lado, deslocar a questão das responsabilidades sociais da psicanálise da periferia de suas utilizações para o centro de seu dispositivo (movimento dos capítulos 2, 3, 4 e 5). Tentarei destacar aquilo que, na “convenção” constitutiva da existência da psicanálise, reitera as estruturas dominantes de poder e a torna, de um só gol-

pe, cúmplice do sistema sócio-econômico em que se inscreve. Por outro lado e reciprocamente, deslocar o lugar onde hoje se joga o essencial do destino da psicanálise do divã para os dispositivos institucionais nos quais cada vez mais é modelada sua prática (capítulos 6, 7 e 8). Com efeito, é através da sua penetração nas diversas instituições que a psicanálise começa a imprimir realmente suas finalidades no tecido da vida cotidiana; é sobre este terreno que temos que manter nossa mira para estabelecer a significação do novo dispositivo de controle social que veríamos aparecer sob nossos olhos não estivessem eles ofuscados pelos prestígios dos profetas do inconsciente.

Na verdade, este duplo deslocamento recentra o problema no lugar de sua origem: por toda parte, transversalmente em relação à série longitudinal dos diferentes pontos de ancoragem da prática e da teoria analíticas, repete-se o artifício do desconhecimento da problemática sócio-política pela psicanálise. Mostrarei que não é preciso nem mesmo daí excluir os casos em que certos representantes da doutrina crêem reconhecer esta dimensão, aparentemente sobre-revalidando-a, dela fazendo qualquer coisa de político, de contestatário, de subversivo: esta pretensão é uma das maiores mistificações atuais. Enquanto tal, a psicanálise oculta *sempre* os problemas sócio-políticos. Este desconhecimento obstinado não é fruto do acaso. Em suas causas, remete às condições intrínsecas de constituição da sua doutrina. Nas suas conseqüências, é a chave do poder social cada vez mais detido em suas mãos; um novo tipo de poder que, para recusar as características mais evidentes do exercício tradicional da autoridade, não deixa de ser mais funcional em relação ao atualmente requerido pelas novas formas de dominação.

É neste ponto que eu gostaria finalmente de chegar. Qualquer proposição atual sobre a psicanálise dificilmente escapará a este paradoxo: se é verdade que à psicanálise concerne a relação de cada um com seu desejo e sua morte, ela coloca para todos um problema essencial; mas colocar hoje em dia como essenciais os problemas da psicanálise é se fechar nos debates abafados entre iniciados, pois o discurso do inconsciente está monopolizado nos círculos esotéricos e a imensa maioria dos homens continua a colocar alhures as alternativas de sua existência.

Romperemos este círculo, escaparemos ao etnocentrismo vendo que não é somente, que não é quase nunca, na maior parte das vezes, com o desejo e a angústia que lidamos quando se trata da psicanálise, mas com agentes sociais que ocupam lugares e assumem papéis. Por ignorá-lo, a maior parte das críticas políticas da psicanálise são, elas próprias, implícita ou explicitamente defesas em prol de sua democratização: "Em que condições sociais e políticas o

discurso do inconsciente seria universalizável?” O idealismo kantiano, logo se vê, não morreu. A ideologia “de esquerda”, mais refinada, como a dos professores do início da terceira República, aqui está como herdeira da filosofia das Luzes para beneficiar, como ora se gostaria de fazer, o inconsciente.

Há um outro caminho. Uma crítica da psicanálise deveria conseguir marcar seu lugar na redistribuição das cartas a que hoje assistimos, através de uma decisiva transformação das relações sociais de autoridade. Portanto, não é somente do inconsciente, mas é *também* do inconsciente que se trata quando se coloca o problema ao nível institucional. O que é que o discurso do inconsciente, os representantes do inconsciente *realmente fazem* em uma instituição? A fivela seria afivelada, a reciprocidade dos dois movimentos, da periferia ao centro e do centro à periferia, seria estabelecida se chegássemos a mostrar que as utilizações mais “equivocas” da psicanálise, das quais se desviam com indignação seus bajuladores, nada mais fazem do que projetar sobre a cena da realidade social a imagem ampliada, tornada objetiva, de uma verdade produzida no foco de seu funcionamento mais “irrepreensível”.

Eis onde um trabalho que busca suas garantias a partir do que chamei, na falta de melhor denominação, “as ciências sociais”, pode começar a se franquear um lugar. Na literatura psicanalítica e parapsicanalítica há (salvo a exposição de “casos clínicos”, de resto muito raros) muitas teorias e teorias sobre a teoria, mas poucos fatos, na maioria descrições sem pressupostos do que efetivamente se passa no meio. A realidade é digerida na linguagem autônoma da teoria, “interpretada” se quisermos, e não apenas a realidade “clínica”. A crise de uma sociedade psicanalítica remete à ferida narcisista de seus membros; as aporias da autoridade e da hierarquia remetem à dialética da transferência e da contratransferência; o proselitismo dos imperialistas da penetração psicanalítica, que insinuam por tudo quanto é lugar sua competência, é relacionado à lógica de seu desejo etc.: o discurso do inconsciente fagocita tudo.

Imaginemos alguém que se espantasse – um etnólogo, por exemplo – e se colocasse um dia as questões mais simples e fundamentais, formulando-as numa linguagem em nada devedora às autojustificações do meio: por que a posição sentado-deitado, por que evitar o gesto e o olhar, este tempo, esta não-reciprocidade da circulação da palavra, estes silêncios, por que um se encaminha sempre para o outro e nunca o outro para o primeiro? Em suma, é a história idiota e profunda do judeuzinho que assiste à missa em latim. Quem pegou meu chapéu?, pergunta o padre. Ajoelhem-se e abai-

xem a cabeça para procurar meu chapéu; bem, agora a coleta para me pagarem um chapéu novo; *ite missa est*, encontrei meu chapéu.

Por que este ritual interminável, por que a emissão da mais pessoal fantasmagoria é contida no quadro de uma das relações mais rigidamente convencionais que existem em nossa sociedade? Por que estas estranhas harmonias preestabelecidas, como a que faz coincidir o interesse simbólico do analisado e o interesse material e social do analista? Por que o psicanalista, que desempenha como qualquer outro os múltiplos papéis e manipula cada vez mais os signos da diferenciação cultural e os critérios da promoção social, age como se manejasse a dinamite unicamente na “outra cena”? Por que a poltrona diante da qual só pode passar um número reduzido de pessoas cuidadosamente recrutadas segundo critérios absolutamente prosaicos é para uns tantos o tripé de Delfos de nossa civilização, donde as novas pitonisas emitem soberanamente seus oráculos? Por que estas querelas, estes ódios e suscetibilidades, esta fascinação dos grandes sacerdotes, esta tolerância diante da dramaturgia fácil, do esoterismo e das técnicas mágicas de distanciamento num meio que se vangloria de controlar a afetividade? E como podem caminhar juntas a existência destas redes de vinculação e fidelidade, destas fileiras de penetração, destas estratégias para defender e ocupar lugares nas instituições (em nome de quem e *para quem?*), e a pretensão de não falar senão de e para o inconsciente? Enfim, “como se pode ser analista”? Melhor ainda – o que sob certos aspectos é ainda mais bizarro, pois aparentemente são poucos os benefícios secundários – “como se pode estar em análise”?

Mas isto seria bonito demais. Ninguém é etnólogo impunemente, sobretudo em sua própria sociedade. Demasiados interesses compartilhados, demasiadas cumplicidades enlaçadas, sem falar até dos ardis de seu próprio inconsciente, sempre possíveis de imputar ao observador. Apesar disso, a idéia deste ensaio provém da convicção de que é a partir desse prosaísmo, mais que dos refinamentos teóricos, que brotará o máximo de luzes para erigir um balanço da psicanálise. É certo ser este, indubitavelmente, um ponto de vista parcial, algo redutor, algo capaz de ferir o narcisismo dos agentes imersos na tarefa de fazer avançar a psicanálise. Mas é sempre assim quando se objetiva qualquer procedimento. Por que usufruiria a psicanálise, e somente ela, de um direito de extraterritorialidade social? Trata-se, como dizia aproximadamente o próprio Freud ao pastor Pfister (embora ele tenha deixado de aplicar esta advertência à própria psicanálise), de ir aos porões do edifício, desconfiando das fachadas da consciência e de suas nobres racionalizações. É paradoxal que os psicanalistas, especialistas nesta arte quando se trata dos outros, protestem até o desconhecimento (“defesas”, não é assim

que se diz) quando se aplica à própria psicanálise um método objetivador.

Assim, é preciso retirar fatos das fundações, reunir o máximo de materiais e, se for necessário teorizar, começar por fazer a teoria de tudo isto. É verdade que até hoje foi impossível um ponto de vista analítico sobre a psicanálise sem lhe ser ao mesmo tempo totalmente exterior. Torna-se necessário a partir do momento em que o discurso analítico não mais dá conta totalmente (de fato, segmenta cada vez mais) do conjunto das práticas analíticas efetivas. Mas, até o presente, tudo que partiu desta perspectiva serviu, sobretudo, para caucionar estes rituais de exorcismo dos psicanalistas, estas procissões e defesas que consistiam em projetar para o exterior, no “social”, todas as responsabilidades de uma situação da qual a psicanálise é ao mesmo tempo o produtor e o produto. Através do grande devaneio fetal da interdisciplinaridade, uma sociologia ou uma psicossociologia tão inofensivas quão ingênuas, largamente provedoras de “interações”, “contextos”, “influências”, de todos estes reflexos insípidos da realidade social, permitiram economizar uma reflexão mais elaborada sobre a inscrição da psicanálise nas estruturas de poder. Sua complacência ocupou o lugar de uma análise sócio-política radical da psicanálise como operador social específico.

Em que medida poderemos reverter completamente esta situação, só o futuro nos dirá. Vemos hoje muito bem o que falta às ciências sociais para se reencontrarem com a psicanálise em pé de igualdade sobre o plano teórico. Nem procuro subestimar o peso desta maciça disparidade ao nível dos métodos, da precisão conceitual, das modalidades de administração da prova. Mas uma coisa é estar consciente das lacunas do saber, outra é ceder ao terrorismo intelectual ante os efeitos de paralisia produzidos pela psicanálise. Uma vez que a consciência do problema começa a emergir na história, precisamos começar a colocar alguns balizamentos para “visitar os porões” da psicanálise.

Gostaria, então, de expor três proposições, aliás bastante simples, e que resumem meu propósito:

– Primeiramente, a relação da psicanálise com suas utilizações, mesmo as mais “transviadas”, não é jamais uma relação de pura exterioridade (crítica da problemática da recuperação).

– Segundo, a relação analítica, mesmo a mais pura, tem *imediatamente efeitos sociais específicos que não são nunca socialmente neutros* (esboço de uma teoria do contrato analítico visto como invalidação necessária do impacto do poder nas relações humanas,

isto é, como descarte do elemento constitutivo do campo sócio-político ou como neutralização necessária, na relação analítica, daquilo que, fora desta relação, jamais é neutro.

- Terceiro, a relação consubstancial entre o primeiro e o segundo ponto permite compreender, *do interior de seu dispositivo, o lugar privilegiado ocupado hoje em dia pela psicanálise no seio das ideologias dominantes e das instituições de controle social* (esboço de uma teoria da situação da psicanálise na conjuntura das relações de classe e de sua decisiva contribuição às técnicas de psicologização e de privatização, principalmente em sua interpretação médico-psiquiátrica).

A articulação rigorosa dos três pontos exprimiria a *lógica interna do psicanalismo* entendido como o processo de ideologização específico de que somos hoje devedores à psicanálise: tudo o que a psicanálise nos custa, tudo o que a psicanálise nos esconde. "É tal o terror que se apossa do homem ao descobrir a figura de seu poder, que dela se afasta na própria ação, que é sua, quando esta ação a desnuda. É o caso da psicanálise." Fiquem tranqüilos: esta será minha única citação de J. Lacan¹ e meu ponto de acordo com ele, se ao menos o ouvimos com o mesmo ouvido. Exceto sublinhar que esta tal verdade raramente passeia toda nua e que os psicanalistas, para roubá-la aos olhares, têm sido bons filhos de Noé.

1. J. Lacan, "Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse", *Ecrits*, éditions du Seuil, 1966, p.242.

Referência à passagem do Genesis (IX:20-27) em que Noé, tendo se embebedado de vinho, "apareceu nu na sua tenda"; um de seus filhos, Cão, "tendo visto a vergonhosa nudez", comunicou-a a seus dois irmãos. Sem e Jafet. Estes, entretanto, colocaram uma capa sobre os ombros de Noé e "cobriram com ela a nudez em que estava seu pai. Eles não viram sua nudez, porque tinham seus rostos virados para outra parte". (N.T.)

RECUPERADO, RECUPERÁVEL, RECUPERADOR

Não é de hoje que se critica a psicanálise, mas atualmente sua crítica assume, em geral, formas e limites bem precisos. Que há de novo nesta conjuntura? Em que medida aí se exprime um progresso na tomada de consciência do lugar e das funções ocupadas pela psicanálise na divisão social do trabalho? Como poderíamos, mais adiante, furar o bloqueio desta situação, de tal modo que no momento em que um limiar crítico pareça estar a ponto de ser franqueado, não se trate nem de queimar o que outros adoraram, nem de se misturar à gritaria geral, nem de tapar os buracos do *establishment* psicanalítico?

Ventos revoltosos levantaram-se contra a psicanálise. Por enquanto é sobretudo no serralho que se agita. Faz baixar algumas cabeças, endireita outras e murmura em torno dos divãs a musiquinha contestária. Apesar, contudo, da absoluta falta de originalidade, uma interrogação contemporânea sobre a psicanálise é sinal de uma crise que ultrapassa as jogadas explicitamente formuladas pelos protagonistas enquanto defensores (ou atacantes) dos interesses do meio diretamente atingido. Partiria desta formulação para destacar suas condições de possibilidade e suas implicações. Muito rápido encontraremos a problemática da *recuperação*, esta tecitura de ilusões que exprime-dissimula a situação real da psicanálise atualmente.

Pré-história do problema: logo do aparecimento do primeiro ideólogo, não fosse o caso de uma oposição pura e simples ao acolhimento da psicanálise, se legitimava a escolha do método freudiano de investigação contra o conteúdo “exclusivamente sexual” do material, a elucidação dos sonhos contra a metapsicologia, as diferentes “contribuições positivas” da psicanálise contra o “dogmatismo”, o “pansexualismo”, o “cientificismo” etc. de Freud. Seria justo, neste caso, falar então de recuperação, seja baseado no desconhecimento da realidade psicanalítica, seja a partir de sua anexação a interesses estranhos (pressupostos morais, filosóficos, religiosos...). De tais tentativas, dizia, já em 1925, Georges Politzer:

*Por toda parte, a mesma atitude paradoxal: de um lado, a declaração de que a psicanálise, comparada à verdadeira ciência, não passa de um romance e de outro uma "refutação", ela própria feita sobre um terreno que não é o da ciência. Depois de afirmar que para refutar Freud bastava dar a palavra à ciência, os adversários apelam para o bom senso, para a moral, erigem-se em guardiões da "pureza dos costumes e das idéias". De tal modo que, já há muito tempo, os estudiosos da psicanálise desistiram de esperar, a respeito da psicanálise, qualquer esclarecimento dos 'adversários' de Freud. Sabem qual é o valor destas tentativas de refutação. Pois desde o início, as grandes filosofias foram todas refutadas, assim como, antes mesmo de seu aparecimento, as grandes descobertas. E escaparam todas a tais refutações.*¹

Este tempo dos anátemas moralizadores, das reduções abruptas, das reinterpretações desordenadas parece hoje terminado, ao menos nos meios "esclarecidos" onde a psicanálise garantiu sua penetração. Falemos, então, destes meios onde a psicanálise é reconhecida como uma dimensão da cultura e admitida (o que não significa necessariamente compreendida) sua vocação para revelar os efeitos do inconsciente. O problema crítico foi deslocado. Esquemáticamente, podemos dizer que as tentações de achatamento de outrora cederam lugar a uma *inquietação de tipo político*. É, com efeito, sobre a cumplicidade mantida por certas formas de institucionalização da psicanálise com formas dominantes de controle e organização da vida social que há alguns anos se começa a questionar, de maneira cada vez mais insistente. Crítica mais aos psicanalistas do que à própria psicanálise: de sua situação de classe, de sua organização em "sociedades" burocráticas, de sua cumplicidade com o poder e o dinheiro. Crítica das condições históricas, políticas e sociais sob as quais se efetua o trabalho analítico, mais do que o questionamento da significação deste trabalho.

Não exprimem, portanto, a maior parte das atuais reivindicações, a reação de amantes desiludidos e que não se desesperam em restaurar o estado anterior à queda mundana da psicanálise? Sob este aspecto, é significativa a diferença de tratamento reservado nestes meios à psiquiatria e à psicanálise. Enquanto, lá, o papel do psiquiatra é globalmente posto em questão, apenas se fala do "com-

1. G. Politzer, "Le mythe de l'antipsychanalyse", *Philosophies*, nº 5-6, março, 1925 (recolhido em *Ecrits 2*, Editions Sociales, Paris, 1969, p. 20).

promisso” de certos psicanalistas com estruturas de poder estranhas à psicanálise; as estruturas psiquiátricas são completamente reduzidas a funções de controle e normalização, mas quanto à psicanálise a questão única é seu “desvio” em relação ao que constituiria sua vocação profunda; tem-se por evidente o papel puramente repressivo da psiquiatria, para se contentar com a denúncia da “contaminação” de uma psicanálise extraviada em instituições onde nada teria a fazer.

Em conseqüência, mesmo o processo da psicanálise é feito em nome da psicanálise. Suas formas “aburguesadas” são recusadas em nome de sua pura essência. Tal substancialismo é uma constante da literatura psicanalítica.

Maud Mannoni escreve, por exemplo:

*O psicanalista (como o antipsiquiatra) está consciente da gravidade do problema colocado pela psiquiatrização, mas abdica de seu ponto de vista de analista tão logo se engaja no setor público. Fazendo aí sua carreira, transforma-se em superpsiquiatra, reservando suas qualidades de analista apenas para a prática privada. É, em parte, responsável pelo suporte não-científico à situação das estruturas médico-administrativas atuais. A revolucionária contribuição de Freud, em lugar de esclarecer as reformas atuais, viu-se antes “recuperada” por toda uma política de cuidados psiquiátricos, de base essencialmente pedagogizante.*²

Estranha “consciência” do problema esta que consiste em dar as costas, substituindo o conjunto de questões teóricas e práticas colocadas pela institucionalização da psicanálise pela dicotomia moral – mal psiquiatra administrador da repressão – bom psicanalista liberador da palavra (o psicanalista, por sua vez, tornando-se “mau” tão logo e na medida em que se põe a imitar o psiquiatra,... isto é, quando passa da boa e velha medicina liberal para o setor público!). De fato, este texto contém as principais ilusões a serem combatidas ao longo deste trabalho: crença no caráter “revolucionário” da psicanálise, assimilação da inserção sócio-política da psicanálise à sua “recuperação”, alocação da psicanálise fora da medicina mental.³

2. M. Mannoni, *Le Psychiatre, son fou et la psychanalyse*, Editions du Seuil, Paris, 1970. (Há tradução brasileira de Marco Aurélio Mattos, Zahar, 1971.) (N.T.)

3. Não foi para ser espirituoso que intitulei o capítulo 7, que deve demonstrar a inscrição da psicanálise na medicina mental, de “O psicanalista, seu louco e o psiquiatra”. Mostrarei, então, que é preciso literalmente inverter a problemática psicanalítica para estabelecer esta relação psiquiatria-psicanálise.

É ainda a defesa de uma psicanálise baseada num corajoso em-
preendimento de trabalho institucional (Bonneuil *).⁴ Mais espanta-
do é ver tudo isto reiterado em discursos que se pretendem políti-
cos. O encarte do *L'Idiot international*⁵ consagrado à medicina
mental e intitulado “Contra a psiquiatria” é um bom exemplo. A
psiquiatria é aí executada sem apelação, enquanto as referências à
psicanálise são sempre reverenciosas. A questão é sempre o “psico-
tira”, mas sem que se pergunte nunca se uma certa formação psi-
canalítica não poderia aumentar sua eficiência. O conjunto termina
colocando a Revolução Cultural chinesa sob o patrocínio de Freud
(“A história do homem como história de sua repressão”).

Esta atitude vai às vezes longe demais. Por exemplo (como po-
deríamos multiplicar os exemplos!), temos o “caso” recente da
clínica Burloud * de Rennes. Sem dúvida, a primeira vez que uma
experiência de psiquiatria liberal reprimida pela administração e
pelo poder político foi defendida baseada num amplo apoio popu-
lar. Sobre isso, eis o que se deve pensar segundo uma boa ortodoxia
psicanalítico-política (lacaniana além do mais):

*Ao deixar a clínica de Rennes, estávamos perplexos. Um mês de-
pois, as perguntas permanecem intactas: por acaso, Caro e Benayoun
sabem o que estão fazendo quando pretendem se inspirar no grupo de
“psicoterapia institucional” *? Na verdade, parecem não ter posto em
prática os conceitos políticos e teóricos a que estão vinculados e, as-
sim, deslizado suavemente em direção a um pragmatismo assistencia-
lista.*⁶

Pobre doutor Caro, não passa de um psiquiatra progressista e
um militante político provinciano, não frequentou as quartas-feiras
de Lacan * nem os fins de semana de Cour-Cheverny *: pragmatismo
assistencialista. Semelhantes julgamentos causam mal-estar.
Sobretudo inadmissíveis quando seu dogmatismo não repousa em
qualquer prova indicial: veremos o que se pode pensar destes “con-
ceitos teóricos e políticos” que se supõe fazer a síntese do analítico e
do político na “psicoterapia institucional”.

4. A compreensão das palavras seguidas de um asterisco (*) exige um conhecimento
tão direto dos costumes, das instituições ou da história do ambiente psicanalítico
e psiquiátrico que poucos possuem. Estão, assim, sumariamente explicados no
glossário das particularidades psiquiátrico-psicanalíticas ao final do volume.
5. “Contra a psiquiatria”, *L'Idiot international*, Paris, 1970. (Periódico francês de
tendência maoísta, aparecido após 68.) (N.T.)
6. G. Baillon e D. Sabourin, *Cahiers pour la folie* *, nº 7.

Mesmo quando critica algumas de suas “aplicações”, a psicanálise não faz mais do que duplicar sua pretensão. Atacando suas formas “degradadas”, garante a exclusiva justeza de sua linha. O Supremo Tribunal do inconsciente distribui absolvições e condenações, simultaneamente analíticas e políticas. É assim que os portavozes do inconsciente tendem a impor sua liderança, pelo terrorismo, inicialmente sobre tudo que se faz em medicina mental, e pouco a pouco a setores cada vez mais amplos da vida cultural e política.

Estranha tal situação. Podemos começar sua explicação a partir de razões históricas.

Em primeiro lugar, a preocupação pelo que não é analítico surgiu *muito tarde* na consciência dos psicanalistas. O meio psicanalítico deu sempre prova de uma extraordinária cegueira em relação à história e de espantosa capacidade de resistência à mudança. Não existe – e voltaremos a isso – nenhuma história real da psicanálise enquanto movimento social, somente uma hagiografia psicanalítica, retratos de ancestrais, anedotas edificantes, reconstruções tecnicamente escrupulosas do auto-encadeamento das descobertas, contabilidade obsessiva dos erros e desvios em relação à pureza teórica. Para os analistas, o acontecimento só tem sentido enquanto significativo dentro e para a doutrina constituída, a história não passando ora de uma epifania da verdade psicanalítica, ora de contingências maçantes a criar obstáculos ao seu auto-engendramento.

Assim é que W. Reich foi praticamente o único a colocar claramente a questão da relação da psicanálise com as estruturas de poder: mas o escândalo de Reich foi cuidadosamente recalçado durante mais de meio século. Assim é que a contribuição de Lacan à crítica das concepções adaptativas da psicanálise permaneceu longo tempo na obscuridade. Além disso, formulada em termos tão esotéricos, arriscava não explodir em plena luz. Assim é que os textos que circulam confidencialmente nas esferas dirigentes das sociedades psicanalíticas a respeito da hierarquia, o *cursus* e a formação, reconceitualizaram de modo completo a inquietude a partir dos interesses mais mesquinhos do meio.⁷

Reformular o problema do lugar da psicanálise na sociedade através da exigência de uma reelaboração em profundidade da teo-

7. Alguns destes textos começam hoje a aparecer; cf. em particular *Etudes freudiennes* * nº 1-2 e 5-6.

ria (Lacan) ou através da necessidade de transformar as modalidades de transmissão da mensagem (a Escola Freudiana * bem como as outras “sociedades” psicanalíticas), é se fechar estritamente no quadro da ortodoxia. É jogar unicamente com a conservação ou a conquista do monopólio da verdade psicanalítica. Ou se é fiel ou traidor, ortodoxo ou herético. A prática da cisão (seja exclusão pelo anátema, seja uma partida mais ou menos voluntária tão logo o ou os desviantes se sentem suficientemente fortes para recriar alhures uma ilha de pureza, representantes, por sua vez, ao menos a seus olhos, da verdade doutrinal) é como tal maniqueísmo diretamente se traduz nas práticas.

Em certo sentido o “mal-estar” da psicanálise é tão velho quanto ela própria. Remonta, em todo caso, às primeiras tentativas de institucionalização da doutrina em torno de 1910, data da fundação da Associação Psicanalítica Internacional *. Mas a maneira de enfrentar (ou de eludir) é tão velha quanto a psicanálise: fazer uma crítica *interna* inteiramente reconceitualizável no vocabulário da ortodoxia e exclusivamente superável pelos recursos da doutrina. A despeito de certas aparências, ainda hoje as coisas absolutamente não mudaram.

Tomemos os textos produzidos antes de 1968 sobre a formação dos analistas e sua organização em “sociedades”. Sua leitura mostra que o movimento psicanalítico se interessa pelas condições sociais que determinam sua prática na medida exata em que pode reduzi-las a obstáculos perturbadores de seu funcionamento interno. A questão das sociedades psicanalíticas na verdade oculta o problema do lugar da psicanálise na sociedade. “Qual deve ser o *cursus* profissional dos especialistas da propagação da doutrina?” e não “quais são o *estatuto* e o *mandato* destes agentes sociais que são, também, psicanalistas?” “Quais são as estruturas institucionais *mínimas* para assegurar, de maneira satisfatória, a reprodução dos produtores da doutrina?” e não “quais são as finalidades externas das sociedades, e em que reproduzem as estruturas de poder, distribuem valores culturais e bens simbólicos, transmitindo critérios de diferenciação e promoção social?” O postulado de todas estas tentativas de reorganizar a profissão é de que o conteúdo transmitido, no fundo, nada tem a ver com as condições de sua transmissão. No máximo, interferências estranhas podem parasitar a livre circulação do discurso do inconsciente.

É onde, pela primeira vez, se manifesta um traço fundamental que voltaremos a encontrar ao longo de todo este trabalho. A psicanálise só se coloca o problema do poder quando inevitável e, mesmo assim, emprega todo seu engenho em colocá-lo de forma a esca-

moteá-lo. No presente caso, o mecanismo de ocultamento é o seguinte: as *estratégias políticas* de seleção, de exclusão, de promoção social e de controle ideológico que operam desde o processo de “formação” dos analistas são recobertas por um discurso sobre os *dispositivos técnicos* da circulação do saber. Por exemplo: devemos falar ainda de “didática” *? Quão necessários são os “supervisores” * etc., etc; em suma, como tornar mais funcional a instituição em relação às finalidades explícitas a que se propõe?

Se a psicanálise só muito tarde se colocou a questão do poder é porque, simultaneamente, tal questão só lhe chegou do *exterior*, a partir de uma crise política *externa*. Mais exatamente, nada há em comum entre o velho mal-estar de um *establishment* psicanalítico – exclusiva e reconhecidamente ocupado na defesa e ilustração de sua própria verdade – e o questionamento das finalidades sociais desta instituição. Colocar um pouco mais seriamente à psicanálise a questão sócio-política é como introduzir um elefante numa loja de louças.

Afinal, o que se passa? O que se passou, por exemplo, por volta de 1968, quando esta questão brusca e irrompeu de fora (mesmo quando levada, por certas pessoas, para o divã)? Muito menos do que se supõe. No essencial, o problema permaneceu circunscrito pela psicanálise e mais racionalizado ainda, de tal modo que mesmo as críticas mais politizadas deixaram-se encerrar num esquema defensivo da herança psicanalítica.⁸ Continuam a se perguntar: como o mal alcançou a psicanálise? Por que ela se deixou levar? Como se deixou comprometer? A questão principal continua sendo reencontrar a verdade da psicanálise através da simples inversão do signo de suas utilizações: em lugar de uma psicanálise burguesa, porque aburguesada, restaurar o potencial subversivo da psicanálise.

O que temos de colocar é uma pergunta totalmente diferente: por acaso há princípios nítidos de clivagem política *no seio da própria psicanálise*? Duvido que seja possível hoje em dia traçar, entre as diferentes tendências psicanalíticas, uma linha clara que corresponda, no exterior de seu *habitat*, a práticas realmente diferentes (e

8. G. Deleuze e F. Guattari, *L'Anti-Oedipe*, éditions de Minuit, Paris, 1972, rompem pela primeira vez com tal consenso. Resolvi remeter para o último capítulo as principais referências a este trabalho, bem como uma apreciação da diferença entre seu projeto e o meu: tentarei situar, tanto um quanto outro, na atual “crise” da psicanálise. (Há tradução brasileira pela Imago – O Anti-Édipo – por Edmundo Campos.) (N.T.)

não a declarações de intenção ou a proclamações de princípios) e que pudessem ser correlacionadas a posições *analíticas diferentes*. É certo que não faltam pontos de divergência entre as escolas, sua formulação cada vez mais tomada de empréstimo à fraseologia política. Mas isto não basta para assegurar que sejam expressões de francas opções políticas. Na maioria das vezes o vocabulário político serve sim para alimentar o repertório de signos diferenciadores capazes de manter as oposições internas ao campo psicanalítico. Problemas teóricos, divergências técnicas, concorrências entre as escolas pela clientela e os mercados, é claro que tudo isto é importante – é mesmo *o importante* para os protagonistas –, mas tudo isto supõe, antes, cumplicidades de fundo mais que antagonismos reais. Ainda aqui os interesses do meio mediatizam a tal ponto as tomadas de posição que é preciso estar previamente convencido para reconhecer, por trás dos debates escolásticos, claras jogadas coletivas.

Em que consiste o consenso básico que subsiste sob as oposições de superfície? “A psicanálise é por definição revolucionária”, podemos ler na apresentação da obra de M^{me} Chasseguet-Smirgel, *A sexualidade feminina*.⁹ O que é revolucionário na psicanálise, precisa M^{me} Chasseguet-Smirgel em outra de suas obras, é o método, a recusa de qualquer preconceito, de toda idéia herdada, de qualquer conformismo, graças ao exame de tudo (e dos fatos históricos) à luz do inconsciente.¹⁰ Creio traír um segredo de polichinelo dizer que M^{me} Chasseguet-Smirgel é, sob o pseudônimo de André Stéphane, co-autor de *L'Univers contestationnaire*¹¹ *. Graças a que alquimia verbal um método “revolucionário por definição” pode produzir algo tão intrinsecamente reacionário?

Muito fácil: é por que tratar-se-ia, neste caso, da “direita” psicanalítica? Mas e a “esquerda”, por acaso ela diz algo diferente? Não nego a existência de uma “esquerda” psicanalítica. Mas enquanto tal, não é porque seja psicanalítica mas porque é política, e tão logo confunda os dois, simplesmente a esquerda se engana. Para nos convencermos, basta ver as contradições em que caem seus representantes quando pretendem explicitar um projeto político em nome da psicanálise. Tomemos dois exemplos, escolhidos porque se tratam de dois trabalhos sobre os quais não temos o direito de suspeitar nem do rigor de sua orientação psicanalítica, nem

9. J. Chasseguet-Smirgel, *A sexualidade feminina*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1970.

10. J. Chasseguet-Smirgel, *Pour une psychologie de l'art et de la créativité*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1971.

11. A. Stéphane, *L'Univers contestationnaire*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1969.

de seu engajamento político: *O psiquiatra, seu louco e a psicanálise* de Maud Mannoni e *La Médecine du Capital* de Jean-Claude Polack¹². O que, entretanto, em última análise caracteriza um e outro, é a incoerência. Em outras palavras, eles sustentam um discurso duplo: de um lado, importantíssima análise política, em ambos os casos, da infiltração na medicina, geral ou mental, dos imperativos da produtividade e dos desígnios normativizadores das classes dominantes; irrepreensível ortodoxia lacaniana (tanto quanto posso julgar), do outro lado. Entre os dois, nada, ou antes, uma série de saltos, de passagens incessantes do radicalismo político ao radicalismo psicanalítico e vice-versa, servindo de caucionamento recíproco, nunca, porém, de fundamento. Tudo repousa, como em M^{me} Chasseguet-Smirgel, sobre um postulado: a psicanálise é revolucionária “por definição”. Basta representar a posição autêntica do inconsciente para superar o inconformismo e fazer explodir as estruturas institucionais repressivas. Se para alguma coisa pode servir o presente ensaio é exatamente para interrogar esta idéia assimilada, medir o potencial de ilusão que ela veicula, denunciar seu caráter totalmente mistificador. Sua tenacidade é tamanha que precisaremos de várias digressões. Tentarei, por enquanto, compreender sua gênese a partir de elementos da conjuntura francesa (tanto quanto eu saiba, tais discursos não estão na moda nos Estados Unidos, por exemplo).

Seja, então, a brusca irrupção, no mundo asséptico da análise, da dimensão política de que eu falava acima. Diante deste traumatismo, face ao desvelamento de uma realidade que nada tem a ver com o “real” dos analistas, assistimos, esquematicamente, a três tipos de reação: a denegação • escandalizada dos ortodoxos, a reinterpretção corporativista dos modernistas, a fuga para diante dos revolucionários. É impressionante a analogia com o que se passou, à mesma época, na psiquiatria. O questionamento político do mandato de violência exercido pela psiquiatria serviu de ponto de apoio a uma reestruturação mais funcional da profissão psiquiátrica. A separação da psiquiatria da neurologia, a reformulação do curso psi-

12. M. Mannoni, *op. cit.*; J. C. Polack, *La Médecine du Capital*, Maspero, 1971. Tentei em outro lugar uma análise menos sumária destas obras; cf. *Revue française de sociologie*, XII, jan.-mar 1971 e XIII, abr.-jun 1972.

• *Denegação*, termo tomado de empréstimo à psicanálise, indicando uma negação do que já está consciente. Ver o *Vocabulário da Psicanálise*, de J. Laplanche e J. B. Pontalis, tradução portuguesa, de Pedro Tamen Moraes Editores, Lisboa, 1970. (N.T.)

quiátrico, a obtenção de um novo estatuto dos psiquiatras públicos, o aparecimento de novas circulares de aplicação da política de setorização * foram as únicas repercussões institucionais da efervescência de 1968. Uma sacudidela exterior teve, assim, por efeito acelerar um processo de transformação interna, pois as medidas obtidas são as mesmas preconizadas pelo programa de reorganização da profissão consignado desde 1967 no *Livre blanc de la psychiatrie française*¹³ *

Vimos, igualmente, no meio psicanalítico, representantes do *establishment* se precipitarem ao encontro de uma demanda vinda de fora, para retraduzi-la num sentido de reorganização da profissão e extensão de sua influência a novos ambientes. Não suspeito de oportunismo – em todos, pelo menos. O problema é bem mais grave. Mostra a força das tradições e a capacidade do meio de reinterpretar, em função de seus interesses, uma contestação que se acreditava radical em relação a estes mesmos interesses. Passada a febre de uma primavera, o que restou de tudo isto é o suficiente para reanimar o debate sobre a formação dos analistas, para ao menos formalmente regular sua dívida para com a antiga didática *, para abalar um pouquinho a hierarquia interna de certas sociedades.

Entretanto, como acontece após todo período de crise, no momento da normalização uma pequena minoria recusa o retorno ao *statu quo ante* reorganizado. Na derrota de suas esperanças, ela se deixa seduzir por uma espécie de fuga para diante, isto é, radicaliza suas exigências, embora continuando totalmente fiel a pensá-las a partir e em relação à conjuntura particular que as suscitou. O problema da relação da psicanálise com a política é, assim, rebaixado para o plano da busca de uma outra prática analítica, tornando-se o falso problema da *politização da psicanálise*. Em última instância, tomar consciência da situação da psicanálise no contexto da luta de classes seria fazer da relação analítica um operador político *direto*, uma espécie de catalizador da militância política.¹⁴ Assim, a tentativa de colocar para a psicanálise o problema político sob a forma de politização da psicanálise corresponde à posição ortodoxa querendo salvaguardar a neutralidade analítica contra o risco da subversão política. Estas duas atitudes repousam numa sobredeter-

13. *Livre blanc de la psychiatrie française*, publicação de *L'Evolution psychiatrique*, 3 vol., Privat, Toulouse, 1966, 1967, 1968.

14. Cf. por exemplo, J. M. Bröhm, "Psychanalyse et Révolution", *Partisans* nº 46, fev.-março 1969; e M. C. Boons, "Automatisme, compulsion: marques, remarques", *Tel Quel* nº 42, verão de 1970.

minação do papel da psicanálise e sobretudo na recusa de examinar em que a *própria* psicanálise reitera as estruturas de poder dominantes.

É nisto, entretanto, que reside o problema sócio-político por ela colocado. Pois, arriscando chocar, eu diria que a jogada política *direta* do que se passa ao nível da psicanálise parece-me quase insignificante. Se a pedra de toque da política é, de fato, a prática na frente da luta de classes, não se vê, e sem dúvida não se verá jamais, qual o impacto direto que a psicanálise possa ter neste nível. Em particular, o proletariado está de saída excluído em todos os níveis do debate sobre a psicanálise: enquanto sujeito possível da prática analítica, por razões econômicas; enquanto parceiro na luta ideológica, por razões culturais; enquanto protagonista social, uma vez que não há, neste nível, problema social. Nem como aliada, nem como adversária, o proletariado encontra a *psicanálise*. Em troca, pode encontrar o *psicanalista* emboscado em torno de uma instituição, isto é, um especialista chamado para reparar as disfunções do sistema escolar ou judiciário, para conter a degradação da estrutura familiar etc; como pode também encontrar a mitologia psicanalítica difundida pelos meios de comunicação de massa, tornada linguagem obrigatória para exprimir os conflitos conjugais, pedagógicos e sociais. Mostrarei, entretanto, que é este um problema inteiramente diferente, precisamente aquele que é impedido de ser colocado tanto pelos que querem conciliar a “verdadeira” psicanálise e a política quanto pelos que dormem o sono dogmático do inconsciente, o apoliticismo.

O politicismo psicanalítico permanece, assim, encerrado – como seu irmão inimigo, o neutralismo psicanalítico (retornaremos à neutralidade do psicanalista) – no quadro da problemática (ou da metáfora) da “*recuperação*”. Tal quadro poderia ser assim caracterizado: a psicanálise, constituída no momento da descoberta freudiana em uma espécie de “terra de ninguém” social, encontra-se logo em seguida confrontada com dificuldades provenientes de sua institucionalização ou de sua secularização numa dada sociedade. É, então, difundida, reinterpretada, abrandada, deformada, até mesmo traída, por interesses (econômicos, políticos, sociais, religiosos etc.) que lhe permanecem, entretanto, radicalmente estranhos. Supõe-se esta metáfora portadora de todo o peso do “compromisso” secular da psicanálise, possuidora da chave de seu extraordinário sucesso mundano e capaz de inocentá-la da responsabilidade sobre suas mais suspeitas utilizações. Quando se trata do destino

social da psicanálise, jamais se visa sua verdade, mas aquilo que se produziu a partir da interseção da experiência analítica com uma realidade que a circunscreveria do exterior, penetrando-a totalmente (por quais misteriosos processos?) para alterá-la.

Esta construção ocupa o lugar de onde se pensa a relação entre o intra-analítico e o extra-analítico. Ao mesmo tempo, fornece a fórmula que permite exorcizar todos os demônios do “compromisso” da psicanálise, uma vez que a um diagnóstico moral-religioso em termos de contaminação corresponde o remédio mágico da purificação através da restituição do originário (o retorno à fonte, o “retorno a Freud”, por exemplo). Em suma, trata-se ainda de separar o joio do trigo (o “ouro puro” do “chumbo vil”), de distinguir uma pureza mítica dos usos, abusos e incorporações que marcam, como nas antigas teodicéias, os graus de degradações em relação a um núcleo originário. É sempre o contexto exterior o único responsável. O inimigo, o corruptor vem sempre de fora, mesmo quando penetra em certas sociedades psicanalíticas, que se tornam então más companhias, mesmo se contamina a prática de certos analistas, logo suspeitos de não serem mais “verdadeiros” psicanalistas. Lança-se a suspeita para as trevas exteriores e se prossegue até o próximo cisma.

Ao que parece, este esquema foi montado através da história do movimento analítico como uma resposta às singulares condições de seu desenrolar (isolamento num meio hostil, insegurança, tensões internas ao grupo etc.). Fez do devir psicanalítico uma sucessão de processos, encenou sua história como num tribunal. Toda diferença foi percebida como uma desavença de ordem teórica e esta desavença, por sua vez, foi interpretada como uma traição ao espírito da psicanálise. Já ao tempo de Freud, Adler, Jung e os outros não foram condenados apenas por terem se separado da ortodoxia em pontos fundamentais (a sexualidade infantil, o complexo de Édipo etc.). Graças a este abandono, tornaram-se renegados, pois foram acusados de terem escolhido (por pusilanimidade, por ambição, por interesse etc.) o *não-analítico contra o analítico*. Excepcionalmente a exigência de confissão (o que não é pouco), é a pura lógica dos processos stalinistas. E não poderia deixar de ser diferente num universo dicotômico, onde o não-analítico não pode ser pensado por si mesmo. Na melhor das hipóteses, é esquecido, mas tão logo se revela como obstáculo torna-se o mal, a tentação de corrupção rondando nas trevas exteriores. Não tenho culpa de usar um vocabulário moral-religioso. Toda a história do movimento psicanalítico se desenrolou num registro religioso (ver abaixo o capítulo 6: “Da seita à Igreja”).

Formulo a hipótese de que, após ter sido bastante utilizado para eludir a relação real da psicanálise com sua própria história, este esquema da recuperação alargou-se até recobrir a totalidade da relação da psicanálise com o conjunto do contexto histórico, político e social. O deslocamento produziu-se a partir do momento em que tal problema começou a se impor à consciência dos analistas (de fato, como veremos mais adiante, a partir dum *certo marco de institucionalização* da psicanálise). Munidos desta categoria de recuperação, os analistas, desviando os olhos de tempos em tempos, mas quase sempre distraidamente, da cena do inconsciente, puderam fornecer uma racionalização aproximativa de qualquer situação na qual a psicanálise se encontre socialmente engajada.

Por exemplo, a psicanálise que serve de trocado para a formação de psicólogos (cf. a UER das Ciências Humanas clínicas * na Universidade de Paris VII), é uma psicanálise “recuperada”, isto é, não mais a psicanálise. Da mesma forma, a psicanálise que serve de modelo para a implantação de uma nova política de saúde mental, no “Treizième (XIII) arrondissement” * por exemplo, não é mais a psicanálise, e assim por diante. Como numa boa teoria psicológica, são sempre, em última instância, motivos subjetivos os alegados para dar conta do “investimento” dos analistas em tais empreendimentos: o gosto perverso pelo poder, o evitar o afrontamento com o inconsciente. Significativamente, os sustentáculos da ortodoxia mantêm aqui um discurso *moral* e de modo algum teórico ou político. Dizem eles: “penetrar na instituição psiquiátrica, jamais, seria desencaminhar a psicanálise a serviço de uma administração”, ou de maneira mais matizada: “sim, pode ser, mas com a condição de não trair a exigência de liberar a palavra”; “ensinar psicanálise, jamais, tudo isto são palavras de exibicionistas em busca de audiência”, ou mais matizado: “sim, talvez, mas com a condição de não confundir a apresentação de uma doutrina que tem garantido seu lugar na cultura e este ‘real’ analítico, incomunicável fora da experiência da relação dual”. O que não é tomado em conta e analisado *por si mesmo* neste discurso é que, independente de suas intenções subjetivas, de suas sábias racionalizações e mesmo de seu trabalho “propriamente analítico”, o analista, ao mesmo tempo, *faz* efetivamente uma coisa totalmente diferente no hospital, na universidade ou em qualquer outra instituição. Modifica a imagem característica da instituição e, com isto, sua eficácia social; inculca uma doutrina a subordinados e impulsiona uma maneira de tratar os problemas a partir de uma relação de poder na instituição; intervém para modificar o destino social das pessoas fornecendo diplomas e assinando certificados; alimenta o mercado de trabalho e às vezes, até mesmo – ó horror para alguns – “cura” doentes.

Não é por se ter deixado extrapolar até recobrir o conjunto social que o esquema da recuperação deixou de manter as mesmas funções de desconhecimento. Continua servindo para sonhar a relação do analítico com o extra-analítico, como se a história fosse uma cena que a psicanálise atravessasse por acidente e pela qual fosse algumas vezes salpicada. Economiza, assim, tanto o esforço teórico a ser feito para pensar tal relação quanto os sacrifícios práticos com os quais o meio deveria talvez consentir, se aceitasse uma representação menos fantasmagórica de suas responsabilidades sociais. A metáfora da recuperação é a máscara sob a qual a psicanálise dissimula, e se dissimula, sua cumplicidade com uma estrutura social que a produziu, a sustenta e a propaga. Arrancar esta máscara é a primeira tarefa a cumprir para alcançar uma avaliação objetiva da psicanálise.

Para arrancar a máscara, para fazer da história da psicanálise algo diverso de um inventário de desvios a partir de uma trajetória ideal, podemos proceder de duas maneiras. A primeira é a mais expressiva, é a prova da experiência. Basta abrir os olhos sem estar incondicionalmente fascinado pela psicanálise para ser atingido pela radical inadequação das justificativas psicanalíticas em relação ao que delas se reputa dar conta, o modo como está presente a psicanálise na sociedade. Infelizmente, em segundo lugar, é muito mais difícil ocupar o terreno assim conquistado contra a ilusão, para elaborar uma teoria mais exigente da inscrição da psicanálise no contexto sócio-histórico atual.

É pena que não se tenha ainda, que eu saiba, desenhado, país por país, e com sua cronologia própria, o mapa da centrifugação da psicanálise a partir do núcleo original, o divã: os organismos psiquiátricos, depois parapsiquiátricos e paramédicos (na França os hospitais psiquiátricos desde 1950 mais ou menos, depois um pouco mais tarde, os organismos ligados à ação médica e à ação pedagógica, tipo EMP *, IMP *, IMPRO *, CMPP * etc.); a universidade a partir de 1968 (Vincennes *, depois Censier, Nanterre - notar o atraso da província); logo a seguir a orientação profissional, a readaptação dos delinquentes, a formação de educadores especializados nas tarefas mais delicadas de inculcação do controle social etc. (notar os "avanços" dos Estados Unidos, as "resistências" da Alemanha etc.). Mais lamentável ainda, não creio que tenha sido sistematicamente estudada a relação entre tamanha difusão e a evolução geral das formas de exercício de poder social, o acento colocado

sobre as “relações humanas” visando a manipulação em todos os tipos de organismos sociais, oficinas de produção nas prisões, os progressos das ideologias da integração e da participação etc.

Retornarei longamente sobre estes dados fundamentais nos capítulos 6, 7 e 8. Eles impõem inverter as questões em geral colocadas; não mais: “a psicanálise não seria *recuperável*?”, como ainda gravemente se pergunta em certos meios psicanalíticos, mas: “a psicanálise não seria *recuperadora*?”. Tal proliferação não pode, com efeito, ser explicada apenas pela lógica do rapto e da violação, sem que se faça intervir, também, uma vocação de conquista. Sociologicamente falando, uma doutrina ou uma prática é sempre punida (ou “traída”) lá onde ela pecou. Não somente a psicanálise responde com toda a evidência a uma “demanda social” – preferiria dizer que tal “promoção” responde a certos mecanismos objetivos de organização das sociedades contemporâneas, e mais precisamente a uma crise das instituições, o que remete aos desequilíbrios atuais entre os aparelhos de produção e os aparelhos de controle e normalização (cf. os capítulos 7 e 8) –, mas ainda, de certo modo ela vai mais longe que esta “demanda”, ela oferece seus serviços. Mais exatamente, tudo se passa como se a psicanálise se encontrasse localizada na linha de frente onde surgem certas “demandas sociais”, entre as mais novas, as mais urgentes e as mais importantes. Assim, não é nos velhos hospitais psiquiátricos que encontramos mais analistas, mas em “experiências-piloto”, consideradas modelo de uma reorganização de conjunto da política de saúde mental; não foi para contribuir na formação de não importa quais especialistas que a psicanálise foi chamada a ajudar na universidade, mas para a formação de educadores e reeducadores etc.

Desde então, a questão consiste muito menos em se perguntar como a psicanálise é incorporada por um mundo mau, do que perguntar como e por que, a partir da maneira como ela se institucionalizou nas suas sociedades e na sociedade como um todo, ela age por sua vez enquanto princípio *sui generis* de captação; como seus adeptos mais ou menos ortodoxos investem em um número crescente de organismos ou instituições (médicas, escolares, mesmo judiciárias, penais, industriais, religiosas etc.); como a doutrina fornece um caucionamento sábio e a prática de técnicas originais às estratégias sociais que visam o controle dos indivíduos, à conservação e à conquista do poder; em suma, como e por que a psicanálise contribui de modo específico e cada vez mais insubstituível para o concerto das ideologias dominantes enquanto aparelho de reprodução das normas culturais e de distribuição do poder social.

Tentarei esboçar uma resposta a estas questões. É o mais importante. Mas isto seria absolutamente insuficiente se, ao submeter

de improviso ao estudo das formas da prática analítica as que estão mais manifestamente objetivadas nas instituições, déssemos uma oportunidade à eterna escapatória da boa consciência e da má fé: poder retorquir que se trata, neste caso, de realizações de tal modo afastadas de incarnar o espírito da psicanálise que sua responsabilidade não está mais comprometida por sua existência, ou, se estiver, é de forma tão indireta que se trata “de um problema inteiramente diferente”.

É preciso, então, demonstrar que há *reciprocidade*, no sentido forte, entre o que se passa “dentro” do dispositivo analítico e o que provém “de fora”. Em que medida a possibilidade de semelhantes “desvios” já não estava inscrita lá onde se origina a experiência analítica, na matriz da relação dual? O que será que torna a psicanálise tão “tentadora”, tão “permeável”, de tal modo que se possa perguntar se breve ela não se encontrará totalmente atravessada por interesses sobre os quais ela continua, e sem dúvida continuará, a proclamar bem alto que lhe são totalmente estranhos, e que, quanto a ela, ocupa-se com um outro “real”, que suas jogadas são numa “outra cena” etc.?

Duas palavras apenas sobre o “método” empregado¹⁵. Trata-se de se representar a área analítica como duplamente circunscrita: inicialmente pela existência do “extra-analítico”, é evidente; isto é, por tudo que se encontra *fora* do dispositivo analítico; mas também pela presença deste “extra-analítico” *no* próprio dispositivo analítico. É preciso pôr em questão esta oposição entre o intra e o extra-analítico, com o risco de ferir de frente estes dois monumentos de legitimidade cultural em que se tornaram o marxismo sob sua forma althusseriana e a psicanálise sob sua forma lacaniana. São cúmplices e não por acaso. A distinção absoluta de uma ordem do inconsciente e de uma ordem das relações de produção e de dominação – com o risco de “articulá-las” no seu decorrer – traça em torno da ortodoxia psicanalítica um cordão sanitário: articulem tanto quanto quiserem, desloquem o agenciamento das relações de força

15. Encontraremos nos dois últimos capítulos uma interpretação da maneira como esta orientação se desembarçou da conjuntura política e epistemológica contemporânea. Três elementos principais: autocrítica da tentação freudo-marxista, necessidade de superar o “corte epistemológico” ou o formalismo althusseriano, retomada de uma orientação esboçada por Michel Foucault na *Histoire de la folie*, Plon, Paris, 1961: tratar a psicanálise na sua totalidade *como uma instituição*.

externas, não há perigo de tocar o núcleo interno da doutrina, pois com o “corte epistemológico” esta concepção da “cientificidade” sacralizou-a. A formalização epistemológica fornece, com isto, uma sutil caução teórica à metáfora da recuperação: pôr fim às misturas e aos amálgamas – lugar do “ideológico”, oposto à ordem teórica –, preservar de todo compromisso a pureza de um saber e de uma prática constituídos a partir da maneira como são conhecidos, como se a ordem da cientificidade existisse enquanto domínio do real.

Um desafio inverso será feito aqui, mesmo arriscado: superar este “corte”. Rigorosamente, se algum “corte” há, ele deve passar não entre a verdade da doutrina e das “utilizações ideológicas” mais ou menos desviantes, mas no *meio* do que se dá com a teoria e a prática freudiana propriamente ditas. É o mesmo que dizer que esta distinção entre o que é “ideológico” e o que não o é não pode ter sentido *a priori*. Em lugar de visar exclusivamente a psicanálise como saber do inconsciente e de seus efeitos, é necessário vê-la também como um conjunto teórico-prático que funciona na estrutura social, que se traçou uma configuração, que ocupa um lugar, que tem no contexto sócio-histórico efeitos diretos e indiretos, e da qual se trata de estabelecer as condições de emergência, os princípios de funcionamento, a lógica de sua difusão e as funções que ela assume em relação ao conjunto das práticas que com ela coexistem no mesmo campo social. Tanto quanto possível, seria em seguida a tal análise que se estaria em condições de julgar o que é e o que não é “ideológico” no funcionamento destes processos. O mais importante, contudo, e o mais urgente, deveria aparecer ao longo desta análise:

– Como as regras de constituição do campo analítico supõem um conjunto de outras práticas e de outras instituições (assim, como Michel Foucault começou a mostrar, de como a emergência da psicanálise *pressupõe* as funções sociais atribuídas à sexualidade, os poderes carismáticos atribuídos ao médico, as estruturas históricas da família).

– Como o funcionamento do dispositivo analítico é *parcialmente* homólogo ao de outras práticas que com ele coexistem no mesmo campo sócio-histórico. Como, em conseqüência, ele produz certos efeitos análogos aos produzidos por outras práticas do mesmo campo. (Qual o lugar da psicanálise no seio das técnicas de controle por meio do domínio que ela permite sobre os mecanismos psíquicos, e particularmente qual o seu lugar no seio da ideologia médica *latu sensu*.)

– Como o discurso psicanalítico, uma vez que se atribui a tarefa exclusiva de conceitualizar o que é emitido *de específico* no dispositivo analítico (o “intra-analítico”) desconhece as condições de or-

dem sócio-histórica que o tornam possível. Como, então, “esquecendo”, deste modo, tudo o que ele releva e reitera deste pedestal histórico (seu “inconsciente social”), ele se cega e cega as razões reais pelas quais foi aceito ou “reinterpretado” no quadro da ideologia dominante.

2. A CONVENÇÃO DA NEUTRALIDADE

Como todas as descobertas fundamentais, a psicanálise se instituiu por um golpe de força. Em que medida este golpe de força era necessário, em que limites permanece legítimo, enfim, em que quadro sócio-político o arbitrário por ele instituído ganha significação? Como e contra que foi ganho o acesso ao inconsciente? Através de que procedimentos um novo personagem, o psicanalista, se constituiu no privilégio ambíguo de sua "neutralidade"?

A psicanálise se inscreve, como um todo, no quadro de um *contrato*. Salvo erro de minha parte, só se deu atenção às implicações derivadas desta estrutura fundamental: as regras do protocolo, o papel do dinheiro etc. Como se este contrato fosse uma moldura envolvendo algo de natureza diversa, o essencial.¹ O problema não

1. Encontramos, contudo, na literatura psicanalítica reflexões interessantes sobre a importância do *quadro* na relação analítica; ver, por exemplo José Bleger, "Psycho-analysis of the Psycho-analytical Frame", *International Journal of Psycho-analysis* vol. 48, nº 4, 1967. Bleger interpreta a dinâmica analítica como uma relação do quadro, estático, com o processo, a variável psíquica. Maud Mannoni (*op. cit.*, cap. IV) extrapolou esta distinção do quadro e do processo em geral para interpretar a dinâmica institucional em geral, no hospital psiquiátrico, por exemplo. Perspectiva, aqui, inteiramente diferente, como se vê. Para Bleger como para Mannoni o "quadro" é um momento da dinâmica analítica (assim, para Bleger, o sujeito investe no "quadro" os aspectos psicóticos, repetitivos de sua personalidade; para Mannoni, o hospital como "quadro" bloqueia o desenvolvimento do processo psíquico). Eu, ao contrário, faço da convenção o quadro objetivo que estrutura o *conjunto* da relação analítica e constitui sua condição de existência.

O mesmo ocorre quando falo da situação analítica como uma *instituição*. Analistas também empregaram esta linguagem, mas para interpretar as marcações da sessão, o desenrolar da situação analítica vista a partir do dinamismo do inconsciente. Cf., por exemplo, L. Grinberg, M. Langer, D. Liberman, E. e G. Rodrigué, "The Psychoanalytic process", *International Journal of Psycho-analysis* vol. 48, nº 4, 1967 (citado por Mannoni, *op. cit.*): "O processo tem lugar no quadro da sessão e nas rupturas que sobrevêm. A abertura do processo é marcada pela introdução do contrato analítico ao qual as duas partes devem se submeter. O processo analítico com seu contrato, sua finalidade, seu desenvolvimento e seu desfecho cria uma instituição".

é “abrir o pacote” para ver o que ele contém,² uma vez que *a estrutura contratual não é uma moldura, é a matriz produtora de todos os efeitos-psicanálise*. Através dela, o próprio afeto é contratualizado. Quem diz contrato diz *convenção*. Quem diz *convenção* diz ao mesmo tempo arbítrio e necessidade. A psicanálise, necessidade de um arbítrio, arbítrio de uma necessidade: para mostrá-lo, não bastariam estes dois capítulos sucessivos bem como não bastarão um pouco dos seguintes.³

Seja então, o *corpus* analítico (teoria e prática) abordado enquanto fundado na posição de um dispositivo original que exclui do jogo os determinismos políticos e sociais no quádruplo nível de sua instauração (o contrato analítico), de seu desenrolar (a relação dual), de seus materiais (as formações do inconsciente), de seus conceitos (as categorias do discurso analítico). Nesta perspectiva, a situação analítica é esta *convenção*, perfeita mas exclusivamente justificada pelo projeto de abrir acesso ao inconsciente, ou ao menos ao conhecimento teórico e prático de certos efeitos seus. Toda a psicanálise se sustenta neste *parti pris* sobre a realidade. Sem esta abstração – no sentido hegeliano de *parti pris* necessário, ainda que parcial e parcializador, pelo qual um saber se funda ao delimitar seu próprio sistema de referência – tudo permaneceria misturado no

2. É também porque (para de uma vez por todas dar resposta a um paupérrimo argumento psicanalítico) pode-se ver “dentro”, às vezes até melhor, sem estar “dentro”: *depende do que se olhe*.
3. Como esta intenção de *desdobrar sistematicamente todas as conseqüências do caráter contratual da psicanálise* é minha hipótese de base, sou obrigado a abordá-la sucessivamente sob diferentes ângulos. Como apoio, eis as principais etapas, aqui formuladas sem nenhuma das necessárias nuances:
 - Neste capítulo partimos do ritual analítico enquanto instituinte da psicanálise como o dispositivo de acesso ao inconsciente, o que é exemplificado, no caso particular da invalidação do político, com o processo geral de funcionamento da contratualização analítica, o mecanismo da *neutralização*.
 - O capítulo seguinte procede do ritual às condições dissimuladas (no sentido de um *inconsciente social*) que o instituem, por sua vez: função dos reguladores sociais da troca analítica como o dinheiro e inscrição da relação psicanalítica na estrutura da *“relação de serviço personalizada”* descrita por Goffman.
 - O capítulo 5 insere, por este subterfúgio da relação de serviço, a psicanálise no conjunto dos procedimentos psicológicos de interrogatório e exame que pressupõem um saber sobre o sujeito. A relação analítica é interpretada como um caso particular de imposição de uma *violência simbólica* (cap. 5) regulada no quadro das *sociedades psicanalíticas* (cap. 6).
 - Será relativamente fácil, em seguida, nos últimos capítulos, a objetivação cada vez mais manifesta dos efeitos desta estrutura contratual ao nível das instituições psiquiátricas ou parapsiquiátricas e dos novos procedimentos de controle social que hoje em dia são lançados. Numa palavra: a chave da interpretação da psicanálise como um *contrato de tutela* abre, em todos os níveis, a possibilidade de inscrevê-la na problemática social do poder.

confusionismo dá psicologia tradicional, uma “outra cena” não se teria imposto com seus processos específicos e seus próprios mecanismos de funcionamento. Sem reiterar o discurso analítico que justifique este golpe de força (e não quero absolutamente dizer que ele seja analiticamente injustificado) interroguemo-nos sobre o sistema de axiomas que o instituem e sobre o que ele exclui para poder se impor. *Perceberemos, então, que nada é necessário substituir, logo após a descoberta analítica, no campo social. A relação do analítico e do extra-analítico já está de antemão jogada. Se alguma coisa ameaça a psicanálise é o retorno daquilo que ela própria recalçou, que ela desde sua origem contém, a partir desta matriz contratual.*

Como, então, um sistema de regras técnicas institui como necessária uma situação arbitrária? É por um ato de força de tal maneira extraordinário que uma prolongada relação intersubjetiva, incomparavelmente mais íntima e mais total que todas as relações humanas, para muitos aí compreendida a própria relação sexual, venha a ser tratada em meio asséptico, sobre um registro em princípio rigorosamente controlado, que permite ao mesmo tempo a produção de um saber ⁴ e um domínio prático dos afetos. É claro que tal fundação não é obra do acaso. É preciso impor, ao encontro do dinamismo “natural” das relações sociais e humanas ordinárias, um quadro estruturado, relativamente fechado e homogêneo, no qual possa o inconsciente desdobrar seus efeitos. Se a metáfora do espaço analítico tem um sentido, é justamente este. Mas a condição de existência de tal espaço é a realização do dispositivo técnico da psicanálise. Ele opera impondo uma suspensão da realidade, uma *neutralização* daquilo que na existência ordinária jamais é neutro. Provisoriamente, tomando emprestada a Serge Leclair uma distinção cômoda, diríamos que a convenção analítica exclui a realidade (sócio-política) para desmascarar o real (analítico) ⁵. Colocar, entretanto, entre parênteses aquilo que na vida social se evidencia como dominante não é jamais sua pura e simples eliminação. A relação do “real” e da

4. Chamarei aqui, para simplificar, “teoria” ou “saber” psicanalítico o discurso psicanalítico em torno do inconsciente e seus efeitos específicos. Não abordo a questão, concernente a esta teoria psicanalítica propriamente dita, de decidir se estes enunçados sobre a tópica freudiana ou sobre a pulsão, o desejo, a castração, o prazer, a angústia de morte etc. formam um conjunto sistemático ou “teórico” no sentido corrente da expressão, nem em que medida este “saber” é comparável ou oponível a outros saberes “teóricos”. É considerável, já se sabe, a literatura psicanalítica em torno destas questões: a ela remeto.

5. S. Leclair, *Démasquer le réel* (Desmascarar o real), ed. du Seuil, Paris, 1971.

“realidade” é uma relação de exclusão decisória: a realidade *deve ser suspensa* para que possa se manifestar a dinâmica própria do inconsciente. Não é tampouco uma relação de exterioridade: o que, assim, é posto entre parênteses permanece presente na relação analítica, mas *neutralizado*, invalidado, travestido, tornado irreconhecível.

Aparentemente, o procedimento posto em ação é bastante trivial. As condições que estruturam o contrato analítico são bem conhecidas: adesão de princípio à regra fundamental, exclusão de terceiros, respeito ao protocolo; periodicidade das sessões, taxas e modalidades de pagamento etc. A possibilidade de entronização da relação analítica supõe igualmente – semi-implícita, semi-explicitamente – a adesão a um certo número de valores: crença no caráter ao menos relativamente razoável das hipóteses básicas da psicanálise, pré-julgamento favorável quanto à posse, pelo analista, de um certo número de qualidades tais como a competência, a seriedade profissional, a discreção etc.

Mas a despeito das aparências (uma poltrona, um divã, duas pessoas cuja relação reduz-se à emissão verbal), o suporte institucional da relação analítica não é pequeno. Muito depurado e ao mesmo tempo muito rigoroso, o que não é absolutamente a mesma coisa. São estas regras aparentemente tão tênues do protocolo que fecham um campo novo, o do inconsciente; instauram um corte (o que não exclui transferências laterais) entre o que aí se passa e o “extra-analítico”; invalidam o sentido imediato dos acontecimentos para se prender à sua repercussão na economia inconsciente. Tudo se passa como se a menor falha neste agenciamento, por reintroduzir elementos estranhos à convenção, arriscasse explodir este quadro. Donde decorre um jeito que têm certos analistas de se prenderem ao ritual, aparentemente mesquinho ou ridículo visto do exterior, mas que não deixa de ser uma condição *sine qua non* para estabelecer a relação.

Que não se objete que uma formalização demasiado rigorosa do inconsciente é inadmissível, pois arriscaria enrijecer o discurso do inconsciente. Sei que as considerações analíticas estritamente técnicas estão hoje fora de moda: sei também ter sido Freud o primeiro a tomar com o protocolo liberdades que fariam arrepiar muitos analistas. A questão não é esta. As regras, uma vez dadas, há modos diferentes de assumi-las, inclusive de reconhecê-las, contornando-as. Há a obsessividade minuciosa de certos analistas que supervalorizam o ritual: uma imobilidade sentada por trás de uma imobilidade deitada. Há os que tomam liberdades com a letra, intervêm mais ou menos selvagememente, interpretam mais ou menos

olidamente, deambulam, gesticulam, até comem, lêem ou dormem durante a sessão e, além disso, mantêm certas relações extra-analíticas com seus analisandos. Isto não quer dizer – exceto se deixam de ser analistas (o que também pode acontecer) – que eles tenham a liberdade de fazer qualquer coisa, qualquer coisa que fosse perfeitamente “normal” numa relação não-analítica. O jogo mais ou menos sutil, mais ou menos perverso com a regra, bem melhor do que a exceção à regra, o confirma. Mesmo que fosse verdade, como às vezes ouve-se analistas dizerem (por exagero), que o “essencial” é o que passa através das malhas do dispositivo (nas transferências laterais, através do que ainda filtra da realidade sob o artifício do divã), ainda aí é necessário que o dispositivo exista para que possa ter falhas. A maior parte do tempo as próprias fantasias com o protocolo permanecem bem limitadas e monótonas. Da mesma forma que as bagunças colegiais dão prova da existência de uma autoridade pedagógica ao enfrentá-la, assim a pseudodesenvoltura de analistas que bordam variações marginais sobre o protocolo ratifica e reproduz a necessidade da convenção que eles se esforçam em violar.

E não poderia ser de outra forma. Pois do que se trata é da *instituição da psicanálise*, no sentido mais forte da palavra. Sem um núcleo rígido de regras instauradoras muitas coisas podem ser feitas, inclusive brincar mais ou menos perigosamente com o inconsciente. Mas não é fazer psicanálise. A psicanálise, todos os analistas o dirão, não é “selvagem”, é um domínio normatizado da transferência e da contratransferência, em meio controlado.

Tal artifício possui, se assim posso me exprimir, seus lados bons. Faz da situação psicanalítica uma *situação-limite* excepcional. Desta relação decorrem ao menos três importantes características:

– Primeiro, a psicanálise *não é a psicoterapia*, nem mesmo a psicoterapia analítica. É o verdadeiro fundamento do falso discurso sobre a separação absoluta da psicanálise e da psiquiatria (a partir de quando se torna falso, veremos depois). Ele se “passa” numa relação analítica verdadeira, algo que difere, na modalidade e na finalidade, do que se passa na maioria dos contatos humanos ordinários, em particular difere da mobilização da palavra para tapar buracos e fazer face aos inconvenientes menores de uma situação de assistência (racionalidade diretamente adaptativa).

– Segundo, por representar uma situação-limite, a relação analítica exerce uma atração absolutamente especial. A psicanálise traz à cena os interesses que são (ou seriam) os do indivíduo, abstração feita das relações de força que estruturam a vida social. É raramente por prazer que a violência se apresenta com seu próprio nome. Na maior parte das vezes é ainda preferível lidar com seus próprios

demônios do que aqueles que nos rondam do exterior. Colocar tal exterioridade entre parênteses é desde então tentador, sobretudo quando faltam investimentos objetivos. É o caso, por exemplo, do apetite psicanalítico que tomou conta de inúmeros participantes decepcionados com os acontecimentos de maio de 68.

- Terceiro, enquanto situação-limite, a psicanálise pode servir de *analisador* em inúmeras situações concretas. A análise cria uma ruptura em relação aos estereótipos cotidianos, abre uma brecha nos hábitos que são o ponto de cruzamento da maioria das situações sociais. Os outros modos de organização da existência podem então ser referidos a este modelo de uma relação humana liberada da maior parte dos pesos ordinários, e pode-se novamente tornar possível questionar baseado nesta distância introduzida pela gratuidade. Particularmente nas instituições ditas de cuidados, a análise pode servir de revelador. A partir dela pode-se traçar a linha de partilha entre o que se apóia em coerções administrativas e o que visa restaurar um contato humano.

Como se vê, minha preocupação não é caricaturar. Desejo apenas que se reflita sobre aquilo que supõem e implicam tais características da psicanálise, dentro dos limites de seu desempenho, e a que conduzem.

Mas quero antes insistir ainda sobre a pregnância das regras que estruturam esta relação, pois sob a aparência de banalidade é de algo fundamental que se trata. De geral também: tal grade de convenções não é somente necessária à realização da relação dual, é reencontrada a cada momento em que, de direito, se possa falar de *situação analítica*. É de enorme importância que as dificuldades encontradas pela psicanálise para sair do quadro que lhe deu nascimento, o do tratamento das neuroses e, antes de mais nada, em Freud precisamente as neuroses ditas de transferência, sejam de fato outras tantas dificuldades a deslocar este dispositivo; por exemplo, os novos problemas colocados pelo tratamento dos psicóticos e a transposição da relação analítica para a instituição.

Sabe-se que a teoria e terapia das psicoses, mal esboçadas por Freud, continuam em grande atraso em relação à abordagem psicanalítica das neuroses. Em termos prosaicamente psiquiátricos, isto significa que a psicanálise concerne sobretudo àqueles que estariam menos "necessitados" quanto ao grau de gravidade do distúrbio psíquico que apresentam. É uma verdade, sem dúvida, bastante trivial, que a psicanálise ou pura e simplesmente ocultou, abandonando ao seu destino social (isto é, à psiquiatria) a maioria dos "doen-

tes”, ou então desajeitadamente racionalizou ao recusar a problemática do “cuidado” e da “cura”. Mas se a psicanálise guardou tais distâncias em relação a uma finalidade diretamente terapêutica, não o foi somente por razões nobremente teóricas e políticas, aliás tardiamente descobertas. ⁶ Também não foi apenas graças ao etnocentrismo de classe, que ela sempre testemunhou ao escolher cuidadosamente seus “analisandos” (termo que por si só marca este etnocentrismo reduzindo o parceiro ao que ele significa em termos analíticos) unicamente entre os grupos cúmplices de sua cultura e valores. A possibilidade de uma tal indiferença ao problema sócio-psiquiátrico global está antes de mais nada inscrita no registro da técnica e precisamente no seguinte: os indivíduos de estrutura neurótica são, em regra geral, capazes de conter a emissão fantasmática no quadro de uma relação construída precisamente para controlar esta emissão; em troca, a atualização psicótica corre o risco de fazer explodir estas barreiras impondo a irrupção do processo primário numa relação que, desta forma, perde seu caráter normatizado.

A psicanálise não consiste somente em “liberar a palavra”, em permitir que se manifeste a ordem do fantasma, como frequentemente se diz. Ela também, e talvez sobretudo, se obstina em manter o afeto no registro do dizível, através do simbolizável (passagem dos processos primários aos processos secundários por meio das representações). “Liberar a palavra” é algo completamente diverso de “passar à ação”. É mesmo o contrário. O sentido analítico, tal como já definido, prevaleceu à apresentação em carne e osso da realidade. Quebrar o formalismo da convenção psicanalítica seria sair dos limites da épura psicanalítica, deste campo experimental no seio do qual pode-se produzir o único ato psicanalítico legítimo, a *interpretação*.

É certo haver tentativas em psicanálise mais ou menos ortodoxas para fazer algo diferente de jogar com as neuroses infantis na dialética da transferência e da contratransferência. É o caso, em particular, das tentativas de tratamento dos psicóticos. O trabalho tem lugar, então, ao nível do processo primário, economizando, ao menos no início, o impossível desvio pela representação. Mas tal deslocamento dos poderes da cura, da palavra ao ato, só é possível

6. Foi muito tardiamente que o purismo analítico, como todo bizantinismo, fez sua aparição na história do movimento. O “retorno às fontes” apresenta-se, então, frequentemente como um sintoma de fim de percurso. Para as posições mais nuançadas do próprio Freud sobre a finalidade terapêutica da psicanálise, ver S. Freud, *A técnica psicanalítica*, Paris, PUF, 1967. Nos últimos capítulos voltarei a me alongar sobre este problema.

com a condição de se saber montar *um novo sistema de convenções*, que permitirá um novo controle da relação.

É perfeitamente claro no trabalho analítico em instituição. Aos olhos do comum dos mortais, e especialmente do sociólogo, o suporte institucional que se oferece à relação analítica no hospital é incomparavelmente mais sólido do que o implicado na relação dual (ele é sustentado pela história da instituição, por suas funções sociais, pelas relações complexas que unem atendentes e atendidos, os diferentes membros do pessoal etc.). Entretanto, aos olhos dos analistas é quase o contrário: a estrutura institucional do hospital é por um lado demasiado pesada (ela se faz de anteparo à linguagem do inconsciente), mas também demasiado pulverizável (deixa escapar a especificidade do que é emitido na relação analítica). Para remediar essas dificuldades foi preciso toda uma laboriosa reelaboração (na França devido principalmente à corrente lacaniana da “psicoterapia institucional” *) a fim de aclimatar a relação analítica a este novo contexto. Precisamente, foi necessário recriar um rigoroso dispositivo capaz de *deslocar* para este novo meio os elementos do dispositivo dual: espaços sociais (o clube * etc.), personagens concretamente situados na instituição (não somente o analista, mas seja quem for, o analista guardando o monopólio da interpretação legítima) fazem, de ora em diante, *função* de suporte da transferência e da contratransferência (institucionais). A situação é muito mais complicada que na relação dual, mas permanece estruturada de maneira homóloga. Em especial, ela é tão arbitrária (arbitrária-necessária) em relação a uma interpretação prosaica da vida cotidiana na instituição quanto é arbitrária (arbitrária-necessária) a ficção da poltrona e do divã em relação à vida social do indivíduo em análise. Além disso, podemos nos interrogar sobre o alcance destas construções da psicoterapia institucional (voltarei a este ponto no capítulo 7). O que ora me interessa é que, tal como no caso da psicose (os dois problemas estão de fato ligados porque o espaço social designado para os psicóticos é em geral a instituição psiquiátrica), quando se opera um deslocamento, mesmo importante, do centro de gravidade da prática analítica, *não se assiste jamais ao abandono de seu dispositivo técnico, mas à sua adaptação mais ou menos original a uma nova situação.*

A convenção jamais é abandonada. A instituição aparentemente mais simples e paradoxalmente mais forte é o contrato de clientela passado entre o neurótico e o analista: escuta “livre” contra associação “livre”, pagos um por um. O cliente tem tanto mais

chance de moldar seus problemas segundo o quadro da relação quanto mais tenha sido este precisamente construído para a ele se ajustar. A dificuldade está, assim, como infelizmente se verifica todos os dias, muito menos em começar ou continuar uma análise do que em terminá-la. Em certos casos limites, a convenção está tão bem ajustada que ela se reproduz como um moto perpétuo, um falando e o outro escutando no silêncio da realidade. É o permanente cinema do rico (no cinema, tanto quanto aí, só se vê filmes divertidos). Com o psicótico, com o doente numa instituição, nos afastamos desta época ideal. É preciso, então, introduzir elementos novos no quadro da convenção (por exemplo, multiplicar os suportes da transferência, ou explorar uma significação simbólica do trabalho em instituição, em detrimento de seu valor econômico). Mas se continua a barrar a realidade prosaica para que os fantasmas, mesmo os de grupo, circulem num espaço inconsciente ganho *contra* o espaço social habitual, no qual circulam as mercadorias, aluga-se a força de trabalho, firmam-se os contratos humanos e nascem os conflitos na base de tramas objetivas.

Aquém dos altos vôos da teoria analítica é preciso, portanto, reafirmar o papel fundamental desempenhado por este dispositivo, cujo sistema de regras tem por função impor sua convenção circunscrevendo um lugar original, que não é outro que a cena inconsciente. É certo que o inconsciente está em toda parte. Mas os efeitos do inconsciente não podem se desdobrar e se controlar senão em tal quadro, um pouco à maneira como o dispositivo de uma experiência química só produz efeitos manipuláveis em lugar das reações químicas que se desenvolvem a cada instante, não importa onde ou como em toda a natureza, mas com as quais o químico, salvo exceção, não sabe o que fazer. Analogia longínqua, é verdade. Ela dá a entender, contudo, que também no caso do inconsciente, o que é produzido é estreitamente tributário do quadro experimental de sua produção. O inconsciente que a psicanálise encena é, em sua natureza e para seu conhecimento, solidário da convenção que o institui, com tudo que isto comporta de arbitrário e num sentido de artificialidade em relação às práticas ordinárias.

Neste caso não estou emitindo nenhum julgamento de valor. Apenas observo que é assim que a psicanálise funciona desde Freud, o que sob certos aspectos é sabido por todos. Para tanto, basta tomar consciência de tudo isto de um modo que não seja a auto-apologética ou a celebração da originalidade da ruptura instaurada pela psicanálise. Como, então, assim procedendo, chegamos a um impasse? Se é verdade que a psicanálise se constitui por uma "abstração" no sentido de que falei, *tal abstração se define tanto pelas condições que ela exclui quanto pelos axiomas que ela estabe-*

lece. Do dispositivo analítico enquanto foco de desconhecimento por ser um foco de conhecimento, e reciprocamente: este paradoxo é constitutivo da psicanálise.

As implicações sócio-políticas deste processo de invalidação da realidade pelo qual a psicanálise se instaura aparecerão melhor se estudarmos especialmente uma das peças essenciais da convenção. Como é constituído o personagem central que paira sobre a cena e a orquestra, o psicanalista “neutro”? Sempre este arbítrio necessário, esta dupla dimensão, exigência técnica e abstração da realidade; sempre este balanceio pelo qual a psicanálise joga em cada uma de suas operações toda sua ambigüidade. Tomemos agora a “neutralidade” do psicanalista, pára-brisas para não pensar a responsabilidade do psicanalista na sociedade.

A neutralidade analítica se apresenta primeiramente como uma exigência de ordem técnica: que o psicanalista possa ser um suporte “neutro” de fantasmas⁷. O desenvolvimento de uma transfe-

7. Salvo menção contrária e querendo evitar uma enfadonha revisão das diferentes tendências e divergências intra-analíticas, para fundamentar minha argumentação sempre escolho a orientação que lhe seja *a priori* a mais desfavorável. Assim, aqui, para estabelecer as funções políticas da neutralidade, seria mais rápido tomar o caso já onde sua proteção se encobre por trás de uma representação diretamente normativizante do personagem do psicanalista, tal como a fórmula *Sacha Nacht*, por exemplo:

“Será preciso (ao doente) ter a certeza total de encontrar na pessoa do analista – é isto de modo incondicional – a abertura, o acolhimento atento e apaziguador de que terá necessidade enquanto nele subsista algo da criança amedrontada que ele já foi. É, às vezes, preciso muito tempo e paciência oblativa da parte do médico para que um homem enfim se torne adulto. É esta atitude interior profunda, a meu ver necessária ao terapeuta, que descrevi sob o nome de *presença*, a fim de opô-la à atitude de neutralidade dita benevolente, classicamente prescrita ao analista e onde, paradoxalmente, a presença do terapeuta se vê ausente ou quase. Pareceu-me, com efeito, que se a busca essencial do doente – sua necessidade de ser amado e compreendido a fim de por sua vez poder amar e compreender – batia-se indefinidamente contra uma neutralidade sentida como frustrante, esta arriscava manter indefinidamente o doente na sua miséria moral e privá-lo do socorro que vem buscar junto ao médico.” *S. Nacht*, “Guérir avec Freud”, “La psychanalyse, philosophie? thérapeutique? science?”, *La Nef* nº 31, julho-outubro 1967.

Este princípio metodológico, por me conduzir a criticar com maior frequência a orientação teoricamente mais rigorosa ou mais purista (nomeadamente, a orientação lacaniana no sentido amplo) não deve fazer concluir que eu esteja de preferência de acordo com uma outra. Geralmente se passa o contrário. Mas, preferências subjetivas postas à parte, estas oposições, se podem ser essenciais do ponto de vista analítico, são muito pouco do ponto de vista político ou sociológico.

rência que obedeça às regras da convenção analítica repousa sobre esta condição. Sua realização, neste ponto, coloca problemas concretos difíceis de resolver: trata-se, para o psicanalista, nada menos do que tomar lugar na encenação da neurose do indivíduo, cuja reiteração representa o essencial da “cura” (uma das principais dificuldades do tratamento de psicóticos está em que a ficção da neutralidade não pode ser aí encenada). A neutralidade é assim uma tarefa árdua, remetendo o analista à sua posição diante de sua própria análise, às modalidades singulares que a contratransferência pode tomar em cada situação particular etc.

Não contosto nem estas dificuldades, nem a necessidade de superá-las para alcançar uma relação “satisfatória” segundo os critérios do meio. Não me detenho tampouco sobre a freqüente patologia desta relação, nem sobre o fato de que os psicanalistas sejam freqüentemente moralizantes e normativizadores, que em inúmeros pontos partilhem as posições da ideologia pequeno-burguesa, inclusive em matéria de sexualidade: isto é problema deles (e sobretudo de seus analisandos)⁸. Suponhamos então que seja efetivamente realizado tudo que, aos olhos dos mais puristas, deveria sê-lo. Estaríamos autorizados, então, a distinguir a neutralidade (moral, religiosa, política etc...) do analista-em-função, das posições (morais, religiosas, políticas...) que um analista pode, por outro lado, assumir como qualquer cidadão. O não-analítico teria sido neutralizado, deveria ser neutralizado, na medida exata em que tivesse implicações sobre a transferência.

Mas é preciso ainda que ele seja *neutralizável*. Ele o é, mas sob condições sócio-políticas muito precisas que, pelo que sei, não foram jamais conceituadas pelos analistas. Assim, o fato de que um psicanalista seja jesuíta ou maçom, antigo médico militar ou inte-

8. Não se trata, absolutamente, de que tal problema seja irrelevante ou que possa ser resolvido por uma condenação formal da “normativização”. No momento em que entra em análise, se um indivíduo dispõe de suficientes referências no seu meio para escolher entre algumas eventualidades pode-se, levando as oposições ao extremo, esquematizar assim: buscar um personagem relativamente seguro e de bom grado assegurante, que lance mão de suas qualidades humanas e de seu peso social, seja às vezes orientador, não se envergonhando muito de se saber de vez em quando curandeiro (é a tendência mais tradicional, na França encarnada sobretudo pela Sociedade Psicanalítica de Paris *); buscar alguém cujo ponto de honra é não “passar uma esponja na angústia” e que o devolverá perpetuamente à atitude de fazer com que as verdades se voltem contra si mesmas, estabelecendo aí uma barragem (limite da tendência lacanianana, com importantes correções em função do coeficiente pessoal do analista). Diferença tão pouco desprezível quanto, nestes casos extremos, pode ser uma questão de vida ou de morte. Minha demonstração, contudo, pretende valer para o analista em geral, isto é, independentemente destas “particularidades”.

lectual de esquerda, israelita ou protestante, aparentemente não colocou muitos problemas à literatura psicanalítica, cabendo, portanto, ao analisando o dever de sabê-lo muito bem, "em qualquer lugar", inclusive no divã. Que significa tudo isto, senão que tais diferenças são tidas por pouco importantes: variações marginais à margem de um consenso.

Este consenso é o não-questionamento em matéria de atitudes socialmente dominantes. O personagem do psicanalista, entretanto, não é jamais social ou politicamente neutro. Não é socialmente neutro, graças às modalidades de sua formação, os signos visíveis de seu *status*, os índices de prestígio e de padrão de vida que o cercam, o caráter socialmente determinado de sua prática "liberal". Não é politicamente neutro uma vez que, mesmo e talvez sobretudo se não se filia a posições políticas, esta situação objetiva que ocupa significa algo politicamente. Em troca, graças a tais vinculações, ele é *neutralizável*: apresenta a "vantagem" de não se destacar sobre a tela de fundo das atitudes sócio-políticas dominantes, em geral partilhadas por sua clientela. Tal fato permanece verdadeiro, seja quando o psicanalista se autoriza, de tempos em tempos, a falar de política, seja quando observa quanto a este assunto o mais completo mutismo. Mesmo quando fala, não corre grande risco de escandalizar nem de transgredir a convenção e as convenções. Em geral, é a vinculação de classe do psicanalista a condição de possibilidade desta neutralidade: a maior parte do tempo ele joga com gradações sobre o *background* do consenso sócio-político.

É esta a atitude transposta para a relação onde se encontra dotada de novas significações e assumindo, deste lugar, novas funções. Uma postura política de consenso sócio-político funciona, de ora em diante, como regra *técnica* de neutralidade. Esta atitude não é outra senão a do *apoliticismo*. Seria extraordinário se não tivesse também precisas implicações políticas: a consolidação do *statu quo* político. *Tecnicamente falando, a neutralidade analítica é uma condição de possibilidade da transferência; politicamente falando, é a encarnação da política do apoliticismo.*

A mesma coisa com a religião: como em geral não se trava guerra religiosa no divã, o ateísmo, o protestantismo, o judaísmo etc. aí podem aparecer como variáveis menores. Em certos casos talvez me engane. Como regra geral, todavia, pode-se neutralizá-las no quadro de uma situação a-religiosa graças à qual o problema religioso pode ser colocado em relação aos investimentos libidinais por ele mobilizados: a figura do pai etc. Aos crentes cumpre dizer os problemas que isto lhes traz, se é que traz. Ao contrário, o tratamento equivalente da dimensão do sócio-político deveria questio-

nar todo o sujeito social, inclusive o psicanalista. Não que seja ilegítimo tratar uma atitude política ou uma atitude religiosa ou de não importa que crença subjetiva para se perguntar a que investimentos inconscientes ela corresponde. Não defendo nenhuma sacralidade, não pratico o politicismo, apenas me interrogo sobre os *parti pris*.

Toda prática social se inscreve numa relação de força e pode ser interrogada a partir da posição que ela ocupa em função das clivagens existentes numa sociedade de classes entre grupos dominantes e grupos dominados. A redução psicanalítica provoca total impasse sobre esta distinção sócio-politicamente fundamental. E não poderia ser de outro modo. De um lado, ela não dispõe de nenhum meio teórico ou prático de operar tal distinção. De outro, ela se obriga a tratar "imparcialmente" todos os investimentos políticos reduzidos à qualidade de seu suporte libidinal. Mas do ponto de vista político, é ao mesmo tempo um truísmo e uma verdade profunda dizer que ao simplesmente fazer como se não houvesse dois campos, já se escolheu o seu próprio. Se, em relação à sua aproximação das "ideologias" em geral e da ideologia política em particular, a psicanálise não procura, a partir de seus conceitos e métodos próprios, nenhum recurso para reintroduzir a distinção essencial entre ideologias dominantes e ideologias dominadas, ela absolutamente não oferece nenhum recurso contra uma reinterpretação conservadora *direta* de seus resultados. Seja reconhecendo a política sob a forma despolitizada de seus efeitos na subjetividade, seja como um puro exterior cujas jogadas permanecem-lhe estranhas, a psicanálise esconde o problema central da significação extra-analítica de sua neutralidade. Assim fazendo, ela não apaga, antes conserva as conseqüências políticas da neutralização por ela operada.

Ficção necessária, a neutralidade analítica é uma construção. É uma atitude ativa do psicanalista (uma tarefa), mas igualmente o produto de condições políticas, históricas e técnicas bem particulares. Precisamente, para que a neutralidade seja possível, é necessário ao menos que uma destas duas condições seguintes seja realizada:

a) Seja existindo sob a relação dual uma espécie de situação de endogamia social e política, o duplo conformismo do analista e do analisando (no sentido da conformidade de suas idéias com as idéias dominantes) eliminando *de facto* o problema político.

b) Seja, quando o consenso não é atingido logo de início, que as regras da convenção analítica se tornem bastante fortes para in-

validar a diferença entre as posições sociais e políticas que então exista entre os participantes.

a) A primeira situação é o caso geral. As condições do recrutamento da clientela analítica são bem cômodas: predeterminam a possibilidade de um acordo sobre o essencial, acordo tácito, além do mais, como convém entre gente bem. Os “problemas” do indivíduo, como os do analista, não residem na produção ou na exploração. Aliás, já está tudo organizado, como vimos, para que a realidade exterior não atraia brutalmente a atenção: de saída, já se sabe que é preciso olhar do ponto de vista da cena originária, do romance familiar etc., e não visando uma grosseira causalidade objetiva em que tudo, na situação dos protagonistas, por natureza os entretêm na ilusão que aí buscam escapar.

Entretanto, o que parece espontâneo exige a reunião de um número bastante extraordinário de pré-requisitos históricos, econômicos, culturais e políticos. Imaginemos situações não tão afastadas de nós: a situação que conduziu o próprio Freud à dissolução das sociedades psicanalíticas da Alemanha hitlerista, por exemplo, ou, hoje em dia, a situação impossível da psicanálise em certos países da América Latina onde reinam a arbitrariedade policial e a tortura. É o peso do real não psíquico não podendo ser ignorado. Estes dramas, contudo, dizem respeito diretamente ao contexto “normal” exigido pela mais banal das psicanálises. Normalidade que significa nada menos que estar ao abrigo do destino social, a fim de que os participantes possam consagrar-se à elucidação de seu destino individual. Uma vez, porém, que nós não sofremos a violência social sob estas figuras limites, somos tentados a esquecer (sobretudo as pessoas de *status sócio-econômico elevado*) que, sob formas larvares, ela envolve toda a vida cotidiana. A psicanálise supõe a possibilidade deste esquecimento, ou ao menos desta colocação entre parênteses. Sua “neutralidade” retoma ativamente em conta esta omissão, fazendo-a funcionar *na relação*.

b) Há casos, entretanto, aparentemente cada vez mais numerosos, onde, por razões subjetivas ou objetivas, a cumplicidade necessária para se instalar na neutralidade não é dada de saída. É preciso então conquistar esta cumplicidade na relação. É a segunda condição que evoquei, no caso de haver de início um antagonismo sócio-político entre o analista e o analisando, ou quando este antagonismo se revela ao longo do processo analítico. A recusa de neutralizar a dimensão política ou de deixá-la “ser interpretada” é uma violação da convenção, desencadeando uma crise da relação. Ignoro em absoluto como tal crise possa ser manipulada “tecnicamente” pelo domínio da transferência, mas se observam três ou quatro possíveis saídas, que, no que me interessa, dão no mesmo: seja a rutura do

contrato e interrupção da relação pela partida do indivíduo (a menos que ele não “cave trincheiras” esperando que as coisas se acumulem); seja a neutralização do problema político como um dos focos problemáticos da relação, isto é, os parênteses de seu impacto analítico, até que cesse de bloquear a troca (não quero me pronunciar se esta eventualidade é concretamente realizável); seja a subjetivação do problema, interpretada então como produto das dificuldades próprias do indivíduo, a recusa de tais interpretações remetendo a “defesas” a serem reduzidas etc. Em *todos estes casos* (e evidentemente em todos aqueles que caem sob a primeira condição; quando “não há problemas”, uma vez que o consenso político entre gente bem que respeita a convenção e as convenções é tão natural quanto o ar que respiram), a “neutralidade” analítica *invalida* a dimensão sócio-política. Ela supõe ou impõe o *apoliticismo* como referência política normal da situação analítica, o farol que a orienta.

Se o psicanalista é “neutro”, é antes de mais nada porque em geral ele é *socialmente neutralizável* ao menor esforço, naquilo em que não se destaca sobre o pano de fundo das atitudes sócio-políticas dominantes em seu meio. Além disso, ele é *tecnicamente neutralizado* pelo papel que lhe cabe no quadro da convenção analítica. A partir deste fato, torna-se *praticamente neutralizante*, agente ativo de um processo de neutralização, ao invalidar, *enquanto a trata analiticamente*, a dimensão sócio-política do material.

Elementos empíricos poderiam corroborar minha interpretação. Se bem que não haja e nem possam haver “estatísticas” precisas neste domínio, algumas sondagens permitem-me avançar como bastante provável a hipótese seguinte: o fato de estar ou ter estado em análise (salvo aqueles que deixaram o divã num momento de revolta) tem por conseqüência muito mais freqüentemente uma atenuação do radicalismo político (ou um reforçamento do conformismo sócio-político) do que o efeito inverso. Certamente seria preciso fazer uma “pesquisa” séria para ser absolutamente afirmativo. Eu me contentaria com isto, mas tudo se passa como se nós fôssemos de encontro a um tabu (os indivíduos em análise não são aliás os menos reticentes). Será porque é de tal modo incongruente colocar o problema político no *coração* da psicanálise para pessoas que se acalentam com a ilusão do alcance subversivo de seu trabalho, isentos de admitir de seus próprios lábios a possibilidade de algumas recaídas normativizadoras ao simples nível de seus usos “recuperados”? Ou porque se recua diante das implicações do que se teme descobrir? Ei-nos, aqui, efetivamente, no *coração* do problema, neste foco a partir do qual, quase indissolúvelmente, uma psicanálise funciona “normalmente” e produz o apolítico da mesma forma como um padeiro faz o seu pão. Nada, em verdade, permite afirmar

que se trata neste caso de efeitos parasitários que diriam respeito a um mau domínio da transferência com um psicanalista particularmente “conformista” mais do que o desfecho “lógico” de uma análise conduzida de uma maneira tecnicamente inatacável. Resta então alegar as motivações “patológicas” de certas atitudes políticas. É obvio que elas existem, mas o argumento é pelo menos politicamente ambíguo, pois gostaríamos de conhecer os critérios de “normalidade” em tal assunto. Se eles são colocados a partir da posição de “neutralidade” do psicanalista, este pobre argumento só convenceria os admiradores incondicionais da onisciência psicanalítica. Por mais competente (e honesto) que ele seja, o psicanalista não poderia ser ao mesmo tempo juiz e parte num processo que poria, talvez, radicalmente em causa seu personagem social.

A “neutralidade política” do analista supõe, assim, a dimensão do social e do político mais desconhecida, isto é, presente sob a forma da pseudo-ausência, o apoliticismo. Sua ausência como questão, problema, não se apaga, mas ao contrário ratifica todas as conotações de uma situação estruturada social e politicamente ao nível das modalidades de recrutamento dos parceiros, dos pré-requisitos sociais que tornam possível a troca, do tipo de investimento que ela suscita, da ideologia intimista que aí se transmite etc. Acrescentemos que pela mediação da “didática” (ou do que atualmente a substitui) este tipo de apoliticismo reproduz-se ao mesmo tempo como produto e como produtor das condições de sua própria reprodução na aprendizagem do *metiê* de analista.

Um analista não deixaria de retorquir que a psicanálise não aguardou uma intimação do exterior para saber que nem tudo é analisável, ou para analisar. De fato, encontramos de modo cada vez mais insistente na literatura psicanalítica este duplo *leitmotiv* de que existe um *fora* da relação analítica e, sobretudo, que *dentro* da própria relação resta o não-analisável. O estatuto deste não-analisado/não-analisável não parece muito claro, pois parece remeter tanto a um “além” ou a um “resto” da relação, quanto a um princípio de opacidade presente na relação (irreducibilidade de certas resistências, afloramento de núcleos arcaicos pré-edipianos, troços com a pulsão de morte etc.).⁹ Mas não brinquemos quanto a este ponto: o problema é muito difícil, um dos mais difíceis com que se defronta a teoria analítica, sendo normal haver aqui pontos obscuros.

9. Para referências a estas diferentes versões, cf. *Revue française de psychanalyse*, número sobre “L’Interprétation et l’affect”, setembro de 1970, p. 827-831.

Apenas, salvo erro de minha parte, esta questão sempre surgiu entre os analistas no quadro de um reflexão sobre *os limites da interpretação*. O não-analisado é então *sempre o não-analisável*, reencontrado seja fora da esfera da interpretação (será pois aquilo que, no “extra-analítico”, não entra na dialética da transferência e da contratransferência), seja, num estágio mais refinado e mais tardio de consciência crítica, no seio dos próprios afetos inconscientes. Em outras palavras, para os analistas, primeiramente o não-analisado será sempre reencontrado no trabalho analítico e, segundo, ele marca os limites, o ponto a partir do qual não se pode prosseguir no trabalho da interpretação, alguma coisa como o “rochedo da castração” do qual somente se levantam alguns traços. O não-analisado ou não-analisável não permite, portanto, deixar a problemática da interpretação, a não ser negativamente: limiar, limite e obstáculo.

Da mesma forma que a filosofia antiga não podia conceber a matéria a não ser como o *outro* da idéia, uma presença contingente e infelizmente teimosa, negativamente qualificada como aquilo que a idéia *não é* e somente existindo por esta opacidade insensata, a psicanálise num recente estágio de retorno crítico sobre si própria parece desenvolver-se como uma teoria negativa do não-analisado, do não-interpretável etc. Uma reflexão sobre seus próprios limites já é melhor que um expansionismo triunfante. Mas observemos, no prosseguimento da analogia filosófica, que a antiguidade levou esta impotência a pensar a matéria como sua cruz, a ponto de morrer. Havia tentado, outrora, sair desta aporia de duas maneiras opostas, seja pelo idealismo absoluto (na sua versão triunfalista e imanentista, Plotino: a matéria *não é senão* o último nível de manifestação da idéia), seja pelo maniqueísmo como consciência mais realista do problema: a matéria existe *tanto quanto* a idéia.

É a mesma dupla tentação hoje existente na psicanálise. Seja o monismo analítico sob sua forma ingenuamente conquistadora: tudo é passível de interpretação – sociologia psicanalítica, história psicanalítica etc; seja, mais sério, o maniqueísmo psicanalítico: a transparência psicanalítica é um mito, o interpretável não recobre senão uma porção muito limitada da realidade, talvez até mesmo da realidade psíquica, o social, o político sendo assim até mesmo mais importantes que o analítico etc. Mas o maniqueísmo filosófico fracassou por não ter podido propor uma relação inteligível da relação dos princípios, precisamente porque os *concebeu logo de início* como princípios, isto é, como autônomos. Em suma, por praticar, sem o saber, o “corte epistemológico”.

Um dos movimentos fundamentais da atual crise da psicanálise talvez seja o de saber se há alguma possibilidade de superar este

balanço estéril do monismo ao dualismo. Do lado do monismo a causa deveria ser entendida ao menos ao nível teórico (pois nas práticas sociais inspiradas pela psicanálise veremos que o imperialismo psicanalítico tem ainda uma bela carreira pela frente). É do outro lado, portanto, que se joga o essencial. Ao conduzir, nesta obra, uma crítica sistemática da problemática da recuperação, somos a todo momento devolvidos a este problema. A sorte desta referência a um deslizamento mundano da psicanálise depende, com efeito, de sua permissão ao perpetuar desta versão mais sutil do maniqueísmo psicanalítico. O inconsciente está entrincheirado como uma fortaleza inexpugnável, dispensado de fazer apelo a uma inofensiva interdisciplinaridade para cultivar os terrenos que os conceitos psicanalíticos não puderam decifrar. Cada um por si e o inconsciente por todos. A maneira mais refinada de dar seu consentimento à história é de fazer *como se* a levasse em conta, mas somente na medida em que ela atrapalhe o fluir autônomo da psicanálise.

Tais habilidades tiveram sua vez. O próprio tribunal do inconsciente deve ser convocado a prestar contas desta cena. Não há espaço neutro onde o poder contenha seu sopro. Atravessado por conflitos que determinam o destino coletivo, *toma partido*, mas sem querer sabê-lo. Inútil, portanto, objetar que “nem tudo é político” e que pode ser legítimo dar autonomia à esfera da subjetividade, do desejo etc., ao menos por um tempo e com fins precisos, por exemplo, de conhecimento ou tratamento. Jamais disse o contrário. Digo apenas, generalizando o que vale para a neutralidade do psicanalista ao conjunto do que é produzido pela convenção psicanalítica, que *as formações do inconsciente já possuem uma significação social e política porque elas são produzidas pela neutralização do social e do político*. É uma questão completamente diferente saber o que é feito disso, em que medida, em quais circunstâncias será ou não legítimo. A psicanálise sempre funciona pela *privatização*. O “analisando” é ao mesmo tempo convidado e conduzido pelo processo de subjetivação induzido pela situação analítica a colocar entre parênteses a dimensão do social e do político. O psicanalista orquestra este processo a partir de sua posição de “neutralidade”.

Na verdade, não consigo compreender como esta dupla operação de neutralização possa produzir alguma coisa de politicamente subversivo por excelência. É certo que a redução de investimentos políticos de tipo fascista possa ter numa conjuntura dada efeitos politicamente “progressistas”. Isto em nada muda a função apolitizante do processo analítico de neutralização. Pode neutralizar à direita ou à esquerda. Pode inclusive fracassar na neutralização, deixar intactos núcleos de engajamento políticos, morais ou religiosos. Será porque fracassa em ir até o fim ou porque encontra o não-

analisável, o não-interpretável? Quem detém aqui os critérios, quem traçará uma clara partilha entre um investimento “normal” e as “resistências”? Somente uma coisa está clara: *enquanto detém o poder* o processo analítico neutraliza. Ele reproduz o poder neutralizante do psicanalista “neutro”.

3. O INCONSCIENTE SOCIAL DA PSICANÁLISE

As regras da convenção analítica constroem, pois, uma espécie de laboratório experimental montado para produzir um certo tipo de efeito. Neste espaço protegido, tão asséptico quanto possível, as realidades da experiência cotidiana flutuam num estado de ausência de gravidade sociológica: representações e fantasmas. A relação analítica representa a assunção do liberalismo, sua epifania: livre escolha, contrato livre, associações livres, livre escuta etc., apenas as cargas libidinais são fixadas.

Não é, porém, um mundo de ficção. Evidente que há os processos, os mecanismos, o destino das pulsões, a repetição, a morte etc. Isto para a realidade psíquica. Quanto à outra realidade, cujo impacto quero mostrar, já disse estar não excluída, mas *neutralizada* pelo dispositivo analítico. Isto é, as condições constitutivas da experiência cotidiana estão desconectadas de sua concreta significação, deslocadas, retranscritas e travestidas na e pela lógica psicanalítica; é o caso, como veremos, da dimensão social do personagem do psicanalista. O neutralizável é neutralizado e torna-se neutralizante. Longe de deixar seu personagem social no vestiário, o psicanalista o faz sentar-se na poltrona. Aí funcionando, porém, como uma figura dissimulável e, aliás, dissimulada (em suma, uma bem-sucedida sublimação, ao menos para o analista).

Generalizações: as condições completas que constituem a experiência social estão igualmente inscritas no aparelho analítico, mas travestidas, numa forma original de presença-ausência que é agora preciso desvelar, isto é, ganhar sobre (contra) as racionalizações unilaterais da psicanálise. A psicanálise só retém o que pode retranscrever em sua própria economia. É preciso voltar-se para seu lado de sombra, para sua subjacência. “Nem tudo é contratual no contrato”: a profunda observação de Durkheim que, se bem compreendida, inclui a refutação de todo e qualquer psicologismo, é válida também para o contrato analítico. Também este exige pré-requisitos sociais, políticos, econômicos, culturais, sem os quais a relação analítica não se poderia manter nem manter suas apostas.

Mas eles estão inscritos na sua estrutura sem que estejam dados em sua fórmula.

Não há a menor dúvida de que são dados econômicos (a relação pagante-pago), culturais (a participação numa linguagem comum), sócio-políticos (o livre contrato passado entre dois parceiros, pondo entre parênteses a violência e o peso das necessidades imediatas, com tudo o que isto pressupõe para que, numa dada situação histórica, tal disponibilidade possa surgir) que condicionam, no sentido mais forte do termo, a relação analítica. Com efeito, basta a ausência de um destes elementos (por exemplo, o dinheiro ou uma certa paz civil) para torná-la pura e simplesmente impossível, ao menos em sua forma “clássica” ou “pura”. Isso é tão simples que se arrisca chegar a um acordo muito rápido: sim, a psicanálise não poderia ter nascido num momento qualquer, como também é certo ser em geral necessário acumular alguns privilégios sócio-econômicos para ter acesso à análise, e assim por diante.

Eis o mais importante e mais difícil de se conceber, salvo da boca para fora. Além de determinar a existência ou a não-existência da situação (condições objetivas de possibilidade), este “extra-analítico” é reencontrado *na própria relação*, mas profundamente reinterpretado e dotado de novas significações que serão, dora em diante, operatórias no e para o dispositivo analítico. Assim, a função do dinheiro passa a ser reconhecida como a de um regulador interno da relação, a neutralidade política é justificada pela teoria da transferência etc. Uma tal reinterpretação é precisamente obtida pela neutralização da significação objetiva que estas condições têm na vida social ordinária. O dinheiro perde seu papel econômico (denominador comum das trocas) e sua essência social (função de mais-valia) para se tornar uma dívida simbólica e, com isto, um privilegiado suporte de investimentos. O mesmo ocorre em relação às funções de classe da cultura, a violência que funda as relações políticas etc.

Esta exigência de neutralização parece tão essencial que é profundamente incongruente, entre os psicanalistas, opor o obstáculo financeiro ou conceber certas relações analistas-analisandos como relações de poder: são tantas provas a mais de que não se entendeu nada do “espírito” da psicanálise. Pensando bem, pode até ser verdade. Mas ao menos a recíproca também é verdadeira: este quase-tabu do econômico, do político e do social diz muito do caráter e da fragilidade da convenção pela qual o inconsciente vem ocupar o primeiro plano da cena. O paradoxo – que não nos causa espanto por temermos passar por um beócio a remover verdades primárias – é que para falar de algo que está pouco se importando com a decência seja preciso tanto artifício.

Precisamos quebrar estes artifícios, isto é, mostrar tanto o que constitui o *reverso* da situação analítica, como também seu *dentro*, assim como reverter a negação da realidade imposta pela convenção. Notar, então, que o que é afastado pelo arbitrário desta convenção não é um arbitrário qualquer, mas representa essencialmente a *neutralização dos dados objetivos que constituem a problemática sócio-política do poder*. Tais como as contradições constitutivas da estrutura social atual entre o privado e o público, a vida interior e a vida social, a subjetividade e a política, a palavra e o ato, o prazer e a autoridade, a sexualidade e a liberdade, o corpo como suporte de fantasmas e como instrumento de trabalho etc. A psicanálise supõe e reitera estas oposições. Uma vez neutralizadas e travestidas, elas comandam as modalidades de acesso ao inconsciente, elas animam subterraneamente o dinamismo da relação analítica. *O dispositivo analítico implica como sua condição de possibilidade e reitera em cada uma de suas fases exatamente aquilo que ele exclui para poder existir*. Chamo de inconsciente social da psicanálise esta não analisada subjacência da problemática psicanalítica do inconsciente.

É um pouco pelo tato que me oriento, pois faltam suportes teóricos. A noção que proponho de inconsciente social da psicanálise recobre, por verossimilhança, conteúdos bastante diversos. Seria bom, num primeiro momento, distinguir o *propriamente dito desconhecido*, que jamais aparece no discurso analítico (por exemplo, as posições de classe do analista e as relações objetivas de poder que estruturam a situação analítica) e o *meio-reconhecido / meio-interpretado*, travestido e completamente recontextualizado pela lógica psicanalítica (por exemplo o papel do dinheiro como mediador de investimento, o da neutralidade como exigência técnica da transferência ou, mais prosaicamente, no contrato o poder conferido ao analista de estruturar o emprego do tempo, decidir o modo pseudodemocrático das datas de interrupção, de aumento dos preços etc.). Podemos igualmente sugerir como hipótese de trabalho que há tanto mais chances desta parte do extra-analítico ser retomada no discurso analítico quanto mais toque de perto os interesses pessoais e sociais do analista, como por exemplo seu estatuto profissional (dinheiro, lazer) ou seu conforto político (“neutralidade”). De qualquer forma, é preciso tratar toda uma parte do discurso analítico (qual parte, veremos no fim o que resiste a uma tal “redução”) como um conteúdo manifesto que exprime-dissimula, da mesma maneira que qualquer outro discurso “ideológico”, as razões objetivas que o sustentam. Esta análise em nada deveria tomar emprestado às categorias do

discurso analítico nem a seu método, pois este inconsciente de que falamos não fala a linguagem da pulsão ou do desejo. Não são as mesmas resistências que seu desenrolar suscita. Apesar disso, pretendo mostrar que no emprego deste conceito há mais que uma vaga analogia na medida em que funciona realmente como um desconhecido na situação analítica, aí promovendo *diretamente* efeitos próprios de desconhecimento.

Certamente será preciso voltarmos a este ponto por diversas vezes antes de chegar ao termo desta exploração. Já abordei de modo pouco satisfatório este problema ¹, a partir da decisão metodológica de não conferir *a priori* nenhum estatuto de exceção à psicanálise e estudá-la como qualquer conjunto teórico-prático: como ela surgiu, de que maneira foi acolhida, difundida, assimilada, deformada etc., fazendo-a reencontrar as linhas de força do campo social e cultural. Já com um certo recuo, esta tentativa pareceu-me teoricamente insuficiente. Com efeito, ela é ao mesmo tempo demasiado global (não leva suficientemente em conta a especificidade da produção analítica) e muito tímida (ela preserva numa espécie de *terra de ninguém* social um lugar de saber e de práticas, o “real” analítico, considerado como só tendo contas a prestar a suas próprias instâncias e em função de seus próprios critérios). Tal hipótese tem igualmente conseqüências práticas ambíguas, no sentido de fazer crer que a crítica da inserção social da psicanálise pode ser essencialmente uma crítica de seus maus usos (de sua “recuperação”). Estes dois tipos de lacunas se devem ao fato de que a hipótese permanecia fechada nos limites da problemática epistemológica da articulação, que num só golpe legitima uma parte do que está em questão na relação analítico/extra-analítico, isto é, tratando de saída com uma relação entre domínios de objetividade separados. São perigos do uso do conceito de corte epistemológico.

É preciso, pois, retomar a questão de modo mais renovado. A título de ingresso no assunto, traduzo um texto analítico sobre o dinheiro para ser decodificado segundo este código sócio-político que teríamos que colocar em lugar da grade analítica da interpretação:

1. R. Castel, “L’Inconscient social de la psychanalyse” (“O inconsciente social da psicanálise”), *Topique**, nº1, outubro de 1969. Poderá ser encontrada uma etapa intermediária na elaboração do problema em “L’Ombre portée de la psychanalyse”, comunicação apresentada em março de 1971 por ocasião de um encontro com analistas em Bruxelas (textos de C. Backès, R. Castel, P. Fedida, S. Leclair, R. Lourau, C. Misrahi, cuja publicação é aguardada em *Psychanalyse et société*, ed. Duculot, Bruxelas). Temo não ter ainda chegado a uma versão definitiva.

O analista pode ser conduzido a pensar que ele "dá" demais ao paciente, e que em troca ele não "recebe" nada [...]. Como se pode evitar isto? A melhor salvaguarda é a base econômica da relação analítica. Como regra geral, o psicanalista tem necessidade do dinheiro que lhe dá o paciente. Para o terapeuta, os honorários constituem a prova tangível de que ele "recebe" qualquer coisa do paciente; a partir disto, ele estará menos inclinado a se sentir explorado (sobretudo se ele acha que os honorários são bastante elevados). Contudo, para que a troca de dinheiro tenha a significação que lhe dou aqui, o analista deve estar à vontade a seu respeito (must feel comfortable about it). Se ele nega ou minimiza o que o dinheiro significa para ele, roubará ao paciente a possibilidade de pagá-lo apenas com dinheiro e o investirá com a espera de outras espécies de "pagamentos". Ao contrário, se o analista sobredetermina o dinheiro, cometerá outros erros. Temendo perder um paciente, fixará honorários muito baixos e sofrerá com isso; ávido por ganhar o máximo possível, pedirá muito e aí será o paciente que sofrerá, ou ainda deixará de lado a análise e venderá ao paciente tudo o que este parece querer comprar.

Se o contrato analítico for corretamente negociado, os honorários convirão às duas partes. O analista deve sentir que está sendo bem pago pelo que faz e o analisando que deve ao analista apenas o dinheiro, e somente na medida de suas possibilidades.²

Não há nenhum maquiavelismo na escolha deste texto. Inútil objetar que é americano, portanto "ingênuo". Se eu tivesse encontrado outros melhores, de bom grado os teria usado, mas a literatura psicanalítica não é muito rica neste assunto.³ Por exemplo, o dinheiro não consta do Vocabulário da Psicanálise⁴ de J. Laplanche e J. B. Pontalis, autorizado na França em matéria de teoria. Será porque não tem importância ou por falta de estatuto teórico? Mas afinal, será que a teoria psicanalítica já saiu do idealismo? Aquilo a

2. Thomas S. Szasz, *The Ethics of Psycho-analysis* (trad. brasileira: "A Ética da Psiquiatria capitalista chez les primitifs". *Revue française de psychanalyse*, 1928.

3. A questão diz aqui respeito ao papel do dinheiro no processo analítico. Coloco, portanto, entre parênteses, a mortificante literatura psicanalítica que pretende "interpretar" a gênese e a função social do dinheiro a partir da economia libidinal (das fezes ao ouro e ao capitalismo etc.). Encontraremos num renomado psicanalista, G. Roheim, uma amostra representativa desta redução sistemática do problema pela psicanálise; cf. G. Roheim, "La psychologie raciale et les origines du capitalisme chez les primitifs", *Revue française de psychanalyse*, 1928.

4. J. Laplanche e J. B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, PUF, 1967 (tradução portuguesa: *Vocabulário da Psicanálise*, trad. de Pedro Tamen, Livraria Martins Fontes, Santos, Brasil, 1970). (N.T.)

que os homens e também os analistas acedem em último lugar à consciência do que os faz viver. Quanto à argumentação comum segundo a qual é sempre possível pagar quando quizermos “verdadeiramente” ou quando tivermos “realmente necessidade”, ela é tão visivelmente construída para as necessidades da causa que nem merece refutação. Uma boa ilustração do estado de cegueira social e política a que pode conduzir a psicanálise é ouvir certos psicanalistas, além do mais teóricos sofisticados, e por outro lado com o coração à esquerda, pretenderem que a maior catástrofe social a espreitar a psicanálise é ser paga pela Previdência Social.

O texto de Szasz não é sofisticado, mas tem seu próprio rigor, mesmo se sua honestidade não causa prazer. Tem ao menos o mérito da franqueza e de um certo bom senso pré-sociológico. É coisa rara nesta literatura psicanalítica reconhecer que também o psicanalista tem necessidades, humores, motivações e interesses que não encontram sua razão apenas no imaginário ou no simbólico. Este texto, por sua abordagem prosaica, constitui assim uma ilustração do psicanalítico-centrismo de toda esta produção: mostra claramente o que a psicanálise de pretensão mais teórica recobre com justificativas de segundo grau.

É sem malícia que aqui se impõe a analogia com a lógica sacerdotal. Pode haver a mesma harmonia preestabelecida entre o interesse dos padres e a maneira como as ovelhas se salvam: é preciso e basta que o dízimo dos padres seja sublimado no sacrifício feito à divindade. Dizer que há um truque nisso tudo não significa, evidentemente, que os padres não precisem comer ou que os deuses não apreciem a fumaça dos sacrifícios. Os caminhos do inconsciente são misteriosos e não tenho pretensão de conhecê-los. Não contesto, portanto, *a priori*, que a troca desejo-moeda possa ter um sentido regulador da relação analítica, facilitador da transferência, desbloqueando afetos etc. O que me perturba é o completo recobrimento das finalidades econômicas do pagamento por tais justificações teóricas, bem como a suposta total coincidência entre o interesse de quem paga e o de quem recebe. Pela primeira vez os fundamentos sócio-econômicos de uma relação seriam reduzidos sem resíduo de fato (como é quase sempre na ideologia) à sua significação simbólica.

Quando tal situação é encontrada fora da psicanálise se diz sempre, e acho que com razão, que há algo de simplório na troca. E se, além disso, a vítima pensa haver negociado “livremente” tal contrato, acrescentamos que ela ou é muito ingênua ou muito alienada pelo discurso do senhor, a ponto de esquecer o que constitui a essência do poder. Não deveriam os psicanalistas tratar tão à vontade o problema do dinheiro, pois para ter razão em lhe conferir

tais funções seria preciso que justificassem teoricamente este exorbitante privilégio que atribuem à psicanálise, de ser a única prática social a não cair sob o golpe do princípio elementar válido para toda crítica das ideologias. Mas eles nem ligam: até o momento, o que substitui tal demonstração é a ilusão idealista da completa extraterritorialidade da prática analítica. Tudo se passa como se, tratando-se de psicanálise e de dinheiro, o essencial já tenha sido dito ao falar de “dívida simbólica”.

Uma vez que ainda estamos no idealismo é preciso repetir, sem vergonha, algumas evidências grosseiramente materialistas.

Primeiramente, o dinheiro na psicanálise guarda um poder econômico nu (não simbolizado, sublimado) que institui a psicanálise, a maior parte do tempo, como atividade de luxo entre parceiros privilegiados. A existência de alguns marginais convidados, por favor, a passar um contrato flexível, até mesmo gratuito, em nada muda este quadro objetivo em que a prática analítica permanece inscrita. Como todo rico, o psicanalista tem seus bons pobres, que devem, então, ser particularmente mercedores e interessantes (psicanaliticamente falando, entenda-se).

Segundo, o discurso sobre a necessidade de tomar o dinheiro como mediador para o controle da transferência e da contratransferência é, ao menos em parte, uma racionalização. Uma prova apenas: na instituição (isto é, de fato quando é a sociedade em nome de suas próprias exigências que assume o essencial da “indicação” da análise), a necessidade da contraprestação perde bruscamente seu caráter imperativo. Às vezes, o mesmo analista que se interroga gravemente para saber se o pagamento em cheque em seu consultório não constitui uma inadmissível transgressão da convenção, nas férias trabalha sem tais escrúpulos numa instituição.

Terceiro – o mais importante e de qualquer modo o mais difícil –, o dinheiro não é apenas a realidade econômica que é preciso possuir para ter acesso à análise, *é também o que funciona na própria análise e produz efeitos ao nível da economia inconsciente*. Alguém que para pagar sua psicanálise deva levar alguns anos de vida absurda não terá a mesma relação com esta análise nem com seu analista, *nem portanto com seu próprio inconsciente*, quanto um outro que tenha vendido algumas eiras de terra para tornar-se um eminente didata. Mas a separação de sua terra, a separação da mãe, não é o mais primordial dos sacrifícios? A psicanálise jamais deixa de ter razão na base da negação da realidade que opera. Afinal, tudo é verdadeiro e interessante em suas explicações, inclusive, sem dúvida, a diferença, para a condução de uma análise, entre pagamento em cheque e pagamento em espécie. Torna-se tentador deixá-la sozinha com suas razões e sair dos limites de sua épura ressal-

tando, por exemplo, que o problema do cheque sem fundos não lhe interessa, menos ainda o da ausência de conta bancária. Já é uma reação mais sadia que deixar que se desenvolva livremente uma lógica em função da qual, em última instância, o único discurso legítimo sobre a psicanálise deve se passar em posição estendida sobre o divã. Mas queria dar um passo a mais pela inversão do problema: mostrar que o que define a superfície da época psicanalítica é a presença implícita destas prosaicas condições que ela explicitamente exclui.

Não é minha intenção ficar enfocando o problema do dinheiro. Três razões levaram-me a partir dele como ilustração. De início, cada um sabe do que se trata e vê do que estou falando. Em seguida, porque neste exemplo pode-se ver em ação o processo que assegura à ideologia psicanalítica uma legitimidade usurpada: à força de enterrar as evidências mais fortes, sob o pretexto de serem grosseiras e francamente materialistas, o discurso psicanalítico desenvolve ao infinito os círculos concêntricos de suas auto-interpretações, sem possibilidade de refutação, nem mesmo de um diálogo que não seja apenas de como engordar o peru de Natal. Não há razão para entrar neste jogo e deixar de lado muitas coisas essenciais. Ainda mais que, enfim e sobretudo, a reflexão sobre o estatuto do dinheiro na psicanálise igualmente exemplifica o deslocamento a ser operado para franquear um passo decisivo em direção a uma sociologia crítica da psicanálise.

A sociologia da psicanálise (ou sua história, o que não faz diferença) não vai se contentar eternamente em descrever contextos, meios, estruturas sociais nas quais uma psicanálise, já toda constituída a partir das exigências da escuta inconsciente, viria se enredar. Ela deve rastrear os elementos da realidade (social) no real analítico. O dinheiro é um deles. Este denominador comum das trocas econômicas tornou-se suporte da troca simbólica. O dinheiro funciona, assim, tanto no imaginário como no simbólico. É este mesmo produto do trabalho, acumulado segundo as formas de expropriação próprias às sociedades capitalistas, que de agora em diante freqüenta a relação analítica com uma nova figuração. Sem dinheiro, nada de psicanalista. *Mas nem psicanálise tampouco.*

Podemos, desde então, extrapolar o que este exemplo, creio eu, torna bastante claro, para formular os procedimentos de uma verdadeira sociologia da psicanálise. Que se compreenda portanto que falar do “inconsciente social da psicanálise” não é apagar as distinções teoricamente pertinentes e praticamente verificadas sem as quais a psicanálise não mais existiria e o inconsciente seria negado.

Não é fundar a ordem inconsciente no plano das condições sócio-históricas buscando “influências”, contaminações recíprocas ou condicionamentos mecânicos. Trata-se de compreender como o imaginário *enquanto imaginário*, o simbólico *enquanto simbólico* são estruturados por um outro “real” que o do desejo e da angústia, aquele que tece as contradições profundas e veladas da realidade social no seio das quais os homens encontram também as linhas de força de seu destino, *e que eles interiorizam*. Nestas condições, o que se passa na ordem inconsciente? Segundo que lógica são elas totalmente reinterpretadas ao mesmo tempo que permanecem por inteiro no princípio da produção de duas *espécies de efeitos diferentes* (que é preciso, em todo caso, distinguir metodologicamente, mesmo que provisoriamente, a fim de não recair no confucionismo), os efeitos do inconsciente propriamente ditos de um lado, se os há, mas também os efeitos produzidos pela inconsciência da presença destas condições no inconsciente?

Deveria contentar-me, aqui, em propor um primeiro inventário provisório destas condições sócio-históricas que habitam o dispositivo analítico. Como fator comum deste esboço, coloco uma importante observação: meu propósito não é censurar a psicanálise de se ter assim constituído, pois seria censurá-la de ser o que ela é. Pelo contrário, podemos censurá-la de não ter consciência de ser o que ela é, de cultivar o desconhecimento para dar de si mesma a mais prestigiosa representação, prestigiosa porque despida de constrangimentos prosaicos. E se, como veremos, a existência destes pontos cegos é uma condição de possibilidade da própria relação analítica, o fato de os desvelar não entra mais no quadro de uma crítica moral. É a descoberta de um princípio epistemológico de funcionamento de toda operação analítica (da psicanálise).

Distinguirei esquematicamente, do mais superficial ao mais profundo, três camadas de desconhecimento: na ambientação da relação analítica (nível “fenomenológico”); na economia desta relação (nível “estrutural”); na explicitação teórica da relação (nível de autonomização relativa do próprio discurso analítico).

1. Ao nível mais exterior, encontramos os sinais de padrão e prestígio que envolvem a psicanálise e caracterizam seu estatuto social: vestimenta, apartamento, cultura, relações... O psicanalista é imediatamente codificado socialmente, e a relação analítica se inscreve nesta grade diferenciadora. Seja quando o psicanalista se encontra logo de início numa relação de superioridade diante de seu cliente, seja quando até mesmo com um estatuto social igual ele se beneficia

do prestígio atribuído ao especialista competente a quem se dirige uma demanda desarmada, esta estrutura objetiva de dominação é imediatamente recodificada e transposta (é suprimida-conservada) na relação.

Por exemplo, sem dúvida jamais ocorreu a um analista (nem talvez a um indivíduo em análise) que o deslocamento de um para a casa do outro poderia ser feito em sentido inverso (quando isto ocorre fala-se imediatamente de “simples psicoterapia”, isto é, uma prática de grau inferior, que não dispõe da totalidade das condições ótimas exigidas pela convenção). É evidente que a não-reversibilidade dos deslocamentos é exigida pelo caráter da própria relação analítica, que não se aceita nem como terapia de apoio nem como papo de salão etc. É precisamente isso que eu estou dizendo: ela se reencontra *na* relação. A não-reciprocidade que ela instaura é justificada como uma condição para reencontrar uma reciprocidade propriamente analítica na transferência e na contratransferência, que parecem exigir, na sua forma pura, este lugar neutro que é o consultório do analista e não, por exemplo, o quarto do paciente. Em outras palavras, este fato objetivo da posição, extra-analítico, produz efeitos próprios na situação analítica. E com efeito, não é certamente sem consequência sobre o que se diz, e sobretudo o que não se diz, na situação de divã que o psicanalista, pelo fato de receber em sua casa, reative uma posição social de dominação, “o inferior” sendo sempre aquele que na vida ordinária, de resto tudo igual, se desloca. A posição sentado-deitado reitera esta diferença. Ela é também irreversível. Marca a reciprocidade da transferência e da contratransferência como não sendo uma relação de igualdade, *mas uma estrutura de desigualdade montada para produzir efeitos de reciprocidade controlada*. É a interiorização de uma diferença social que permite a atualização deste dispositivo. Mas na convenção, ela absolutamente não funciona como desequilíbrio social superior-inferior, mas como bipolaridade analítica sentado-deitado, contratransferência-transferência.

Este é apenas um microexemplo e não posso multiplicá-lo. As diferenças na relação com o saber, com a cultura, a habilidade manipulatória nas relações humanas etc. forneceriam ilustrações mais eloqüentes ainda. Aí chegaríamos, aliás, falando da “violência simbólica” presente na relação analítica. Mas temos que partir do mais banal, de uma situação objetiva em que esta estrutura de poder esteja de algum modo prefaciada. É onde um verdadeiro estudo de tipo etnológico do meio analítico, e antes de tudo da relação analista-analisando, teria sentido. Seria o caso de objetivar completamente a relação para destacar, sob a descrição anedótica, alguns inva-

riantes posicionais que a organizam⁵. Tenho por hipótese que há dois princípios de totalização dando conta da lógica das condutas analíticas. O primeiro é a própria justificação analítica, que efetivamente dá sentido com uma sutileza extraordinária a tudo que se passa na situação. O que é perfeitamente normal de uma perspectiva analítica, mas só de uma perspectiva analítica. O outro princípio de totalização é a referência à *estrutura de um sistema social de poder*. Tal perspectiva tem sua própria coerência enquanto princípio de inteligibilidade do conjunto das práticas analíticas e deve se construir pondo entre parênteses a versão consagrada, autojustificadora da psicanálise. Ela não é tão “exterior” ao conteúdo “inter-no” da psicanálise quanto parece à primeira vista, se for verdade, como veremos, que impõe sua forma a este conteúdo.

2. Num segundo nível mais profundo, a própria estrutura da relação analítica desenvolve-se à base de uma relação social característica das sociedades liberais estudadas, entre outros, por Erwin Goffman, sob a categoria de *relação de serviço personalizada*.⁶ Trata-se da relação que em economia de mercado une um especialista qualificado a um cliente. A troca por ela realizada é comandada por uma deontologia rigorosa. Articula-se em função de três pólos: um projeto prático de transformação (a) que reúne um sujeito suposto saber (b) e um cliente portador de uma demanda (c). Ao redor da tarefa a resolver se tece uma rede de cumplicidades cada vez mais sutis e difundem-se regras cada vez mais complexas. Já a mais trivial das formas de serviço de reparo especializado (por exemplo, o mecânico (b), o cliente (c), o automóvel em pane (a) mobiliza formas implícitas (“nem tudo é contratual no contrato”), investimentos afetivos, estratégias de manipulação recíproca. Mas em certas profissões (advogados, médicos, arquitetos, consultores financeiros

5. Este trabalho ainda não foi feito. Seu lugar é ocupado, do lado do analista, pela possibilidade de objetivar o conteúdo de uma cura num material clínico, num estudo de “caso” etc. Evidente que esta perspectiva (que introduz também uma desigualdade na relação analista-analisando) permanece definida no e pelo quadro analítico de referência. Do lado do analisando, é insatisfatória ainda. Creio não haver nenhum exemplo, exceto o “homem do magnetofone”*, de pacientes que tenham tomado seu analista como objeto de estudo. A insaciável curiosidade do sujeito em análise pelos fatos, gestos e palavras de seu analista é da mesma ordem que o *voyeurisme* dos colegas em relação à vida privada de seus professores. A atitude hagiográfica é o contrário da atitude etnológica.

6. E. Goffman, *Asiles*, Editions de Minuit, Paris, 1968, 4a. parte (tradução brasileira: *Manicômios, prisões e conventos*, vol. 91 da coleção Debates da ed. Perspectiva, São Paulo, 1973). (N.T.)

ros...), a relação torna-se muito mais complicada ao mesmo tempo em que conserva aquela estrutura triangular. É então preciso multiplicar as convenções suplementares para manter o limite fictício de uma relação “neutra” comandada pela urgência de uma tarefa técnica a resolver.

Goffman pode interpretar toda uma parte da atividade psiquiátrica a partir das dificuldades de aplicação à medicina mental do “esquema médico típico”, herança, através da medicina geral, desta estrutura da relação de serviço. De um lado evidentemente, esta aplicação revela-se escabrosa ao nível técnico e engendra as dificuldades da relação médico-doente. Mas o interesse da análise de Goffman é sobretudo mostrar que, por mais precário que seja o uso e por mais patentes que sejam as insuficiências, esta relação permanece o modelo necessário que estrutura a relação médico (b)-doente (c)-distúrbio psíquico (a). É ela que faz da medicina mental uma profissão inscrita na divisão social do trabalho e não uma simples relação intersubjetiva de ajuda ao sofrimento psíquico. Se a psicanálise não é em absoluto uma simples hipnose (o curto circuito b-c), se ela sempre manteve (ao menos em Freud) uma firme referência a algo da ordem racional, é que estes três elementos aí se encontram, se bem que completamente recontextualizados. As características específicas da situação analítica impõem refinamentos suplementares à base de um certo número de traços estruturais, que constituem o fundamento da “relação de serviço” em geral. Podemos particularmente destacar:

- Uma referência à noção de *especialista competente*. Claro está que a competência especializada recusa-se aqui a se definir como habilidade técnica, ou mesmo como “saber” (a medicina clínica também sempre se pretendeu uma “arte” de preferência a uma “ciência”). Mas os psicanalistas, por outro lado, não estão a se fazer campeões da imperícia e da ignorância. Ele permanece, sob o *pathos* da excelência analítica e das tentações do inefável, algo da ordem de uma alta tecnicidade e regiamente pago, o que coloca o psicanalista num alto nível da divisão social do trabalho e explica o ingresso tardio da psicanálise no campo das especialidades médicas.

- Uma referência à noção de *contrato* (ver capítulo precedente). Em razão da imprecisão, da demora, da dificuldade do “serviço” solicitado, este contrato assume aqui características originais. Mas é justamente na medida em que a aplicação da estrutura contratual é paradoxal em relação àquilo sobre o que ela age (os afetos, a subjetividade mais “íntima” etc.) é que assume então uma importância primordial. Isto explica a meticulosidade do protocolo bem como sua relativa rigidez e seu formalismo. Mas é sobretudo além daquilo que assim monta um “quadro” para a situação analítica

que é preciso tomar verdadeiramente ao pé da letra esta proposição: *a contratualização da relação é a condição sine qua non de sua própria existência*. É, de forma radicalizada, a estrutura da relação que une não importa qual especialista a não importa qual cliente num projeto prático de transformação. O problema da "indicação" (ou da contra-indicação) da análise continua mal elucidado. Poderíamos, em parte, abordá-lo da seguinte maneira: quais são as condições que permitem (ou interditam) a tradução de uma "demanda" psicológica difusa em problemática psicológica *relevando a intervenção de um especialista qualificado*?

- Uma referência à noção de *desinteresse*. A confiança que se confere a um especialista permite que se lhe exponha um problema com a convicção de que ele o tratará de modo puramente "técnico", no único interesse do demandante. Esta confiança repousa na convicção de que o especialista é capaz de colocar entre parênteses seus investimentos pessoais, ideológicos, afetivos, para se colocar "no lugar" do cliente e esposar seus interesses sem identificá-los com seus próprios. Esta reversibilidade representa a condição objetiva de possibilidade da neutralidade. Todo especialista de alto nível cuida desta imagem de marca: ele não é um comerciante, o serviço que ele presta é completamente autônomo em relação ao interesse que daí retira etc. Advogados, arquitetos, médicos, consultores financeiros etc. vivem, no duplo sentido da palavra, desta imagem de si próprios. Garantem a discreção, o segredo, a inadmissível reutilização secundária do seu conhecimento do cliente para fins pessoais. Goffman observa que esta atitude de "pôr-se a serviço de outros" nestas profissões é o equivalente do voto de castidade para o clero secular. Ela permite a instauração de uma relação social original que não é uma simples relação intersubjetiva entre dois sujeitos privados, nem a relação de comércio entre duas pessoas que comerciam em função de seu próprio interesse imediato.

- Uma referência à noção de *honorários*. Esta referência não é contraditória com a precedente, antes a completa. As profissões "liberais" tiram uma boa parte de seu prestígio da impossibilidade cuidadosamente cultivada por seus membros de estabelecer uma medida direta (a que corresponderia um salário) entre o serviço prestado e o trabalho produzido (o trabalho é considerado como tão qualificado que permanece qualificável qualitativamente, mas não quantificável). A apreciação do trabalho produzido à maneira de uma empreitada confunde assim o custo propriamente econômico da prestação. Tipicamente, é em apreciações desta natureza que a significação simbólica da contraprestação tende a encobrir seu valor econômico, a relação analítica, como já vimos, levando este mo-

vimento a seu extremo. O modo de pagamento do analista tira as últimas conseqüências do processo que está na base da noção de honorários. O “progresso” deste processo é a passagem do cálculo diretamente econômico para o cálculo simbólico com todos os sobreinvestimentos possíveis de interesses, o interesse econômico jamais ausente, mas cada vez melhor recoberto. O médico de família preferia tratar gratuitamente alguns pobres do que tomar a posição de um cobrador insistente sem grande esperança de ser pago, ou pior, de ver suas taxas contestadas. Era assim que defendia a noção de honorários ao invés da de salário e, além do mais, fazia caridade. O psicanalista faz melhor, pois inclui a necessidade de pagamento *no contrato*, sem o qual a relação estará invalidada. A noção de honorários não poderia estar mais sutilmente fundamentada, pois está integrada no próprio ato analítico, enquanto que no “pagamento no ato” da medicina liberal a relação entre a intervenção e sua retribuição permanece ainda em parte acidental, externa. Eis por que, se o discurso produzido pela medicina liberal sobre sua organização e suas modalidades de pagamento aparece hoje claramente como o que ele é, uma ideologia justificadora, a transposição para a psicanálise do mesmo raciocínio é cuidadosamente censurada, pois ela assim arrisca fazer explodir a própria estrutura da relação. A maior parte dos psicanalistas, mesmo os mais politicamente “avançados”, em tal questão não se enganam: entre a Previdência Social e a psicanálise, por exemplo escolhem a psicanálise. Como os médicos mais “liberais”. O que, apesar disso, causa problemas.

—Uma referência à noção de *economia de mercado*. Os prestadores de serviços personalizados entram em concorrência segundo a lei da oferta e da procura. Goffman mostra que esta estrutura do mercado é a tela de fundo sobre a qual prolifera a relação de serviço nas sociedades “liberais”. Em nada poderíamos compreender a estrutura da profissão psicanalítica se não considerarmos que seus membros lutam em situação de concorrência “liberal”, antes de mais nada entre eles, mas também com outros especialistas (os psiquiatras em primeiro lugar), pelo monopólio de um certo tipo de bens de salvação, como diria Max Weber. Este pano de fundo sócio-econômico condiciona a organização da profissão analítica nos diferentes estágios de sua evolução. O analista privado é semelhante a um trabalhador independente possuidor de seus instrumentos de produção (artesão vendendo o produto de seu trabalho no mercado segundo a lei da oferta e da procura). O trabalho institucional faz evoluir esta estrutura tradicional para uma organização de tipo semi-industrial. No capítulo 6 voltarei extensamente a esta transformação que esclarece os fundamentos objetivos da atual crise da psicanálise.

- Uma referência à noção de *objeto a reparar*, o objeto (a)⁷ da estrutura triangular da relação de serviço. É o ponto mais delicado. É preciso, entretanto, abordá-lo, sem o que recairíamos na armadilha do idealismo analítico, livre associação contra livre escuta numa relação especular. Esta reciprocidade já é falsa, pois é preciso que o dinheiro aí se intercale como intermediário. O dinheiro, porém, é mais do que uma relação econômica, é o penhor de toda a estrutura da relação de serviço. Com efeito, na medicina somática o objeto (a) da relação de serviço é o corpo, o que já coloca inúmeras dificuldades para aplicar o esquema. Na psicanálise clássica é o cérebro, o psiquismo etc., o que coloca ainda mais problemas. Nas orientações psicanalíticas que admitem por finalidade de sua prática a cura, o reforço do ego, a restauração do contato etc., a situação não é tão diferente da psiquiatria. Mas tomemos aqui ainda o caso mais desfavorável à minha tese, isto é, quando estas tentações “ortopédicas” são severamente condenadas pelos puristas. A fluidez pelo lado da “demanda” do cliente (o que ele busca, o que tem a “reparar”) corresponde a rigidez pelo lado da “resposta” do analista (não curo, nem mesmo apaziguo a angústia etc.).

Apesar disso, a estrutura triangular ainda está presente. Aqui, o “objeto a reparar” é a palavra, ou antes, é no próprio dizer que reside o desnivelamento estrutural constitutivo da relação de serviço. Há, com efeito, duas falas: a do “analisando” e a do analista. Sua reciprocidade é ostensivamente afirmada, apenas se omitindo que o discurso do sujeito em análise só se torna significativo quando *contratualizado*, isto é, quando tomado nesta rede de convenções, relações de saber e relações de poder que estruturam a relação. De um lado, alguém que extrai a matéria de seu discurso de si próprio, do outro alguém que se cala ou que, ao falar, arbitra a situação e batiza o vivido com o selo do sentido a partir de seu sistema de referência teórica (interpretação).

É que, mesmo não representando propriamente um “saber” (não temos que entrar nesta discussão), a doutrina analítica preexiste sempre como *corpus* à relação em ato. Ela opera como um distribuidor não automático de significações. O papel do analista é de acomodar à situação concreta certas significações disponíveis no *corpus* analítico. Não digo que as invente, nem mesmo que as aplique como se cola uma etiqueta a um caso particular: como se costuma dizer, o sujeito “nelas se reencontra” (ao menos nos casos favoráveis), ou seja, que o sentido que lhe é remetido em espelho pelo analista é agora inscrito na origem do processo, dizendo ou supon-

7. É assim mesmo, mas espero que não se faça nenhuma confusão com o objeto “a” de Lacan.

do dizer a própria verdade do sujeito. Excetuando, ao que eu saiba, o caso do próprio Freud, não é menos verdade que a auto-análise tenha sido sempre considerada insuficiente, da mesma forma que a troca com quem não seja um representante homologado pela instituição analítica.

- O desnivelamento, portanto, é geral. Seria extraordinário que não tivesse outro efeito senão o de se autonegar. Permite, ao contrário, o desdobramento de todo o dispositivo, no seio do qual todos os elementos constitutivos da relação de serviço até aqui distintos nela se reencontram: é necessário um especialista, um *corpus* teórico e procedimentos de aprendizagem técnica de onde tirar sua consequência, sendo a troca regulada por honorários num quadro de organização "liberal" do mercado sob o controle da "sociedade" psicanalítica. O resultado é a *contratualização da própria subjetividade* e a possibilidade de sua manipulação num sistema cujas entradas e saídas escapam aos protagonistas, mesmo admitindo que controlem seus efeitos diretos na relação transferência-contratransferência⁸. O que coloca duas questões pelo menos:

a) Será que esta estrutura não impõe uma concepção unilateral do afeto, uma representação truncada do inconsciente? É entre parênteses que faço esta pergunta, pois como poderíamos definir o inconsciente fora deste quadro sem cair num bergsonismo?

8. Prossegurei a demonstração desta hipótese da contratualização (quais são todas as implicações que é preciso tirar do fato da relação analítica se moldar por uma estrutura contratual?) no capítulo seguinte, para inscrever a psicanálise na psicologia. Mostrarei, então, que apoiado na objetividade que constitui a relação de serviço, o especialista-psicanalista, neste ponto semelhante a todos os especialistas competentes, extrai do sujeito em análise uma mais-valia de conhecimentos estocáveis e redistribuíveis. Veremos então melhor que não se trata nem da condenação moral de práticas em nome de um mito da reciprocidade total, nem da denúncia dos malogros da relação, mas da exposição de processo constitutivo do próprio funcionamento analítico.
9. Foi assim que eu havia formulado a questão antes que G. Deleuze e F. Guattari a tivessem elaborado de uma maneira nova (no *Anti-Édipo* | *op. cit.* |). A partir disso, eu não somente fiquei menos seguro dela ser "bergsoniana", mas ainda de que ela saia dos limites da presente época. Para se ver sua presente importância, basta observar que a estrutura contratual da relação analítica condicionou, através de toda história da psicanálise, a abordagem indireta, difícil, de qualquer maneira secundária, do problema da psicose. Em relação ao neurótico, poderíamos com efeito definir o psicótico como aquele que não "anda" no quadro deste contrato. A partir daí, duas possibilidades se apresentam: ou se esforçar em refinar, multiplicar o quadro, ao mesmo tempo que se conserva, na medida do possível, a mesma estrutura (cf. o capítulo precedente sobre a "convenção analítica"), ou então quebrar o quadro para substituí-lo por um outro totalmente diferente (a esquizo-análise de Deleuze e Guattari). Quanto à ajuda que o *Anti-Édipo* poderia trazer à discussão de algumas de minhas hipóteses, ver o último capítulo.

b) Quais as implicações deste funcionamento contratual sobre os destinos da psicanálise? Esta a questão que, ao longo de todo este trabalho, me esforço em desenvolver, na medida em que é ela que introduz a percepção da psicanálise como *sistema de poder*, no interior como no exterior de seu campo.

Parece-me que assim reencontramos, por caminhos diferentes, a interpretação esboçada por Michel Foucault na *História da Loucura*, quando ele vê na psicanálise o momento de retorno sobre si mesma da psiquiatria clássica e sua superação-conservação:

Realmente, toda psiquiatria do século XIX converge para Freud... Freud fez deslizar para o médico todas as estruturas que Pinel e Tuke haviam providenciado no internamento. É certo ter livrado o doente desta existência asilar em que haviam sido alienados por seus "libertadores": mas não os liberou do que havia de essencial nesta existência, reagrupou seus poderes, estendeu-os ao máximo reunindo-os nas mãos do médico; criou a situação psicanalítica onde, por um curto-circuito genial, a alienação torna-se desalienação porque, no médico, ela se torna sujeito. O médico, enquanto figura alienante, permanece a chave da psicanálise¹⁰.

Além do que o médico não passa de uma espécie de um gênero. Enquanto profissão liberal, já é a figura limite da relação de serviço da qual, aliás, Goffman mostra a amplitude da base histórica e a complexidade das condições morais e sociais que lhe são subjacentes.

É todo este assentamento sócio-histórico que penetra, com a relação de serviço, na relação analítica. Acrescentemos outra grande estrutura sócio-histórica das sociedades ocidentais, a família "edípica" cuja presença Michel Foucault já havia igualmente antecipado no coração do funcionamento analítico, e da qual Deleuze e Guattari desdobram as ramificações. Com a dupla figura conjugada do pai e do médico colocada no eixo donde se articula toda a fantasmagoria inconsciente, não sei como a psicanálise possa negar a colocação do poder no coração de sua estrutura.

O psicanalista, de certo modo, sabe muito bem disso. O poder do pai, dirá ele, é desmistificado ao longo da cura graças à intervenção do analista cujo papel se dissolve "ao final". Traduzamos: a situação analítica põe em cena dois poderes *sociais*, o do pai e o do

10. M. Foucault, *op. cit.*, p. 607.

especialista competente, de certa maneira jogando um contra o outro, a tutela do analista servindo para regularizar a do pai (“assumir a castração”). Por ora, contento-me com isso. Nem discuto a questão de saber se “ao final” o poder do analista foi efetivamente abolido (de fato, ele foi ou será abolido quando o poder do pai foi ou for completamente reassumido pelo próprio sujeito, na medida em que este “fim” chegue algum dia).

A diferença entre meu ponto de vista e o da psicanálise é que a psicanálise só se interessa pela implicação imediata desta estrutura na relação da transferência e da contratransferência. Ela opera assim um deslocamento em relação ao que habitualmente reconhecemos como constituindo o problema *do poder*: ele é mediatizado pela “neutralidade” analítica, de agora em diante produzindo seus efeitos na e sobre a mais “íntima” subjetividade. Mas sabemos nós exatamente o que é o poder? Já há muito tempo a problemática do poder vem sendo rastreada pela circunscrição de alguns campos principais de seu exercício: poder político, poder econômico etc. Traços do poder ou fundamentos do poder? Em todo caso, todo um domínio essencial foi abandonado aos vaticínios psicológicos sobre o prestígio, a autoridade, a influência. Por que não haveria um poder psicanalítico, ou antes, por que a recusa em pensar o poder do psicanalista como o paradigma de uma figura essencial do poder? Não lhe faltam nem a sutilíssima e pregnant ação exercida sobre os indivíduos na relação psicológica nem, como veremos, as estruturas objetivas de dominação interiorizadas em seu personagem e desdobradas até a situação por ele ocupada, a relação de tutela.

Vamos seguir esta pista tão longe quanto ela nos possa levar (ver o capítulo 5, “A violência simbólica”). Uma estrutura como a relação de serviço que tem de início sua gênese e seu sentido numa economia de mercado ganha significação no vocabulário sublimado da economia do desejo. Não nos enganemos: é exatamente nesta economia que de agora em diante ela funciona, produzindo efeitos de desejo (ou de angústia etc.). Simplesmente se esquece, em geral, de acrescentar que a produção de tais efeitos *na* relação permanece comandada por esta estrutura enquanto ela encontra suas condições de possibilidades *fora* da relação. Trata-se de algo totalmente diferente de um “reflexo”, de condicionamento ou de vagas influências: o dispositivo analítico *traz consigo* estas condições, elas o fazem funcionar “de dentro” tal qual funciona, inclusive, para a produção de efeitos inconscientes.

3. Seria preciso abordar um terceiro e último nível, o da própria teoria, para mostrar como, infiltradas no contrato analítico e rein-

terpretadas no quadro de sua convenção, estas estruturas objetivas igualmente estruturam o próprio discurso psicanalítico. Procurei esboçar aqui esta interpretação a partir de alguns exemplos. Assim, o retardo da teoria da sexualidade feminina em relação à teoria da sexualidade masculina, o papel piloto da segunda para constituir a primeira, a preponderância dada ao simbólico masculino (o falo etc.) inclusive para a elucidação da sexualidade feminina. Qual é a relação entre esta problemática teórica e as representações sociais dominantes da mulher? Qual a relação entre o rendimento *simbólico* destes conceitos e as relações de subordinação entre sexos *na realidade*?

Mas renuncio a estas considerações na medida em que a crítica de Deleuze e Guattari à edipinização representa uma penetração muito mais avançada nesta direção. O melhor que faço, pois, é indicá-los, formulando todavia uma importante diferença quanto ao ângulo de ataque do problema. O que viso aqui não é recuperar um discurso do inconsciente que teria sido traído pela psicanálise histórica. Tento axiomatizar as condições de funcionamento desta psicanálise em sua “verdade”, isto é, como conjunto teórico-prático definido na e pela formação social atual. Deste ponto de vista, é uma aquisição irreversível a relação estabelecida por Deleuze e Guattari entre a supremacia conferida ao triângulo edipiano na teoria e a prática dos analistas por um lado, e de outro, a existência de formas sociais, políticas e religiosas de dominação nas sociedades em que nasceu a psicanálise, trazendo inestimável contribuição a uma sociologia crítica da psicanálise. Mostra até que ponto a psicanálise interioriza os determinismos de base da existência sócio-histórica. “Até que ponto”, isto é, até estruturar o imaginário e o simbólico. A meu ver, porém, o que podemos recriminar na psicanálise não é tanto esta cumplicidade com as estruturas sócio-políticas do poder. Seria o mesmo que reclamar de uma pedra por ter caído. Questionamos, sim, a sua pretensão de se atribuir liberdades, desempenhar-se com desenvoltura, permitindo-se autonomia ou mais extraordinariamente a subversão. A psicanálise é lastreada por seu “inconsciente social” graças ao peso desta cumplicidade e, portanto, recolocada diante de suas responsabilidades sociais. Na medida em que avancemos, será melhor compreendida a vacuidade da pretensão analítica em reivindicar um direito de extraterritorialidade social. O inconsciente não é uma terra de ninguém. O desconhecido de que trata a psicanálise não é somente o do gozo e o da angústia. O não-saber que ela opera não é devido apenas à inefável estrutura do desejo. Quando tiver reconhecido o desconhecido *social* que nela funciona, a psicanálise terá, talvez, superado sua doença infantil. Mas resta saber se ela quer ter ouvidos para tanto, ou se já não é tarde demais.

4. ERA UMA VEZ A REVOLUÇÃO PSICANALÍTICA

Afirmar a existência de uma relação privilegiada entre psicanálise e subversão é um preconceito que nos sai caro. "Era uma vez a revolução psicanalítica": este conto até que acalenta ilusões, mas só adormece crianças.

Um preconceito, entretanto, é algo partilhado, inclusive pelos mais esclarecidos. Eu já havia anteriormente preparado o caminho para sua refutação por uma interpretação interna do dispositivo analítico: neutralização funcional da dimensão social e política, invalidação necessária da problemática do poder, tudo isso mostra para que lado da linha de partilha que corta uma sociedade de classes se inclina o sistema analítico. A despeito disso, o discurso psicanalítico agarra-se a uma presunçosa interpretação de seu papel crítico, inclusive quanto às implicações sociais e políticas de seu questionamento. Para os psicanalistas, o método analítico é a perpétua subversão, não precisando pedir empréstimo aos caminhos ordinários da ação para representar o paradigma da contestação de todo conformismo. Mais uma vez é preciso escutar esta versão analítica para, então, refutá-la de frente.

Seria mais ou menos assim a proposição do analista ou de seu representante: "talvez não seja falso dizer que atualmente certos ou mesmo a maior parte dos usos sociais da psicanálise fazem-na pender para o lado das forças sociais dominantes. Mas resta e restará na psicanálise, seja qual for o regime social em que se inscreva, algo inassimilável. Pois que ela faz aflorar a ordem do desejo e, como toda posição autêntica de desejo é profundamente subversiva, a psicanálise comporta um elemento de crítica radical diante das instituições encarregadas da manutenção da ordem social, quaisquer que sejam. A prova está na maneira pela qual a psicanálise foi recebida: como ameaçava os ideais oficiais da burguesia (o trabalho, Deus, a moral...) e os aparelhos de reprodução das normas dominantes (a família, a educação, a religião...), ela pagou, por esta audácia, ser posta no index pelas instituições oficialmente encarregadas da manutenção da ordem ideológica (medicina, universidades,

associações familiares e educacionais...). Há nisto uma razão profunda. A psicanálise revela certos mecanismos dissimulados sobre os quais repousa a sociedade capitalista e, de modo geral, toda formação social fundada na frustração da economia libidinal: a repressão das pulsões, a derivação do prazer para a produtividade, a interiorização da repressão social pelo superego, a necessidade de sacralizar sob a forma de ideais as exigências prosaicas da conservação social etc. A psicanálise está, pois, sempre do lado do desvelamento do recalcado, da liberação do reprimido, da tomada da palavra pelo ocultado.”

É comum ouvir este discurso. Uma expressão típica será encontrada num interessantíssimo artigo de J.-M. Brohm, “Psicanálise e Revolução”.¹ Entretanto, a contradição sobre a qual repousa a argumentação é ainda mais interessante. Brohm cita certos textos “revolucionários” (ou “revolucionarizáveis”) de Freud, tal como o das *Novas Conferências*² que afirma, a propósito da educação, que uma “profilaxia do nervosismo, provavelmente com resultados muito felizes, pressupõe uma organização social muito diversa da existente”.³ Mas tem a honestidade de citar também os textos contrários:

A educação psicanalítica assumiria uma responsabilidade que não lhe compete caso tentasse tornar revolucionários os que a recebem. [...] Acrescento ainda que é sob todos os pontos de vista lamentável que as crianças sejam revolucionárias.

Diante do que interpreta como uma contradição de Freud, Brohm se socorre de uma fraquíssima explicação psicológica. Freud “aqui mistifica-se a si próprio”, “opera uma inesperada regressão teórica”, ou “uma extraordinária capitulação teórica”.⁴ Tais alegações não repousam absolutamente sobre nada. A contradição não está em Freud, está em Brohm. O que ele pressupõe é justamente o que está em questão, ou seja, uma essência revolucionária da psicanálise cuja lógica Freud, metade por prudência, metade por má fé, teria repugnância em desenvolver.

1. J. M. Brohm, “Psychanalyse et Révolution”, *Partisans*, nº 46, fev.-mar. 1969.
2. *Nouvelles conférences sur la psychanalyse*, Gallimard, Paris, 1936, VI conferência, “Eclaircissements, applications, orientations”. (Trad. brasileira da Editora Imago.)
3. Será um acaso se a formulação de Freud é aqui quase literalmente a mesma de Reich em *Irruption de la morale sexuelle* (Editions de la Pensée molle, 1971, p. 9): “A aplicação conseqüente da teoria das neuroses exige na maior parte dos casos a superação, por parte dos pacientes, da moral social em vigor?”
4. J. M. Brohm, *op. cit.*, pág. 97.

Freud, ao contrário, absolutamente não se “mistifica”, encontra-se perfeitamente consciente do que diz e de por que o diz. Tem inclusive duas razões para se exprimir assim. A primeira é estratégica e, como diz com um certo humor, “ele a passa em silêncio”, sem dúvida para sublinhar a importância fundamental que ela sempre teve em sua própria política:

Passo em silêncio o fato de que a influência da psicanálise na educação seria recusada se ela tendesse a fins contrários à ordem social estabelecida.

Preocupação com reconhecimento e respeitabilidade, responsabilidade de fundador de uma doutrina em que preza acima de tudo sua conservação e propagação: se tal fosse o único elemento de resposta, poderíamos supor Freud capaz de um certo maquiavelismo. Mas a segunda razão por ele dada constitui o fundamento teórico de sua posição. Não é contraditória com a primeira, estão em perfeita harmonia, daí porque Freud poderia “passar em silêncio” o argumento tático. Este fundamento é nada menos que a *neutralidade analítica* na anfibiaologia profunda, indissociavelmente técnica e política do conceito, que anteriormente me esforcei em explicitar.

*Caso a educação desse prosseguimento à nova finalidade que se pretendia assim designar-lhe, permaneceria ainda tão parcial quanto o é presentemente, e não compete à análise tomar partido.*⁵

Nada mais haveria a acrescentar. Neutra, neutralizada, neutralizante. Aos olhos do próprio Freud, o psicanalista é um especialista cujas características de sua técnica o colocam necessariamente numa posição apolítica. Como, então, a partir disso, se autoriza a postular uma essência subversiva na psicanálise? Impossível subestimar a importância deste paradoxo reduzindo-o à contradição de uma minoria que, vivendo o antagonismo entre o papel de analista “neutro” e uma prática militante, teria inventado uma ideologia revolucionarista da psicanálise a fim de superar ficticiamente este impasse. A ortodoxia psicanalítica não é outra coisa, se bem que o exprima de forma totalmente diversa, sendo sua posição, sob certos aspectos, mais ambiciosa ainda. Se o psicanalista clássico recusa o engajamento político da psicanálise, o faz com efeito em nome de um engajamento mais radical e *exclusivo* ao lado do inconsciente,

5. *Nouvelles conférences, op. cit.*, p. 206.

convocado ao questionamento de toda certeza e de toda ordem. É exatamente este o papel que o psicanalista exhibe nos meios em que esteja politicamente em causa: um inoportuno universal, por isto mesmo atacado, alguém que leva mais longe que qualquer outro a subversão, até o núcleo da contestação, a dinamite do inconsciente, enquanto que os mesmos que criticam seu conformismo o fazem por irritação diante deste potencial explosivo, incapazes que são de anexá-lo a suas certezas.⁶

É preciso, portanto, tentar situar definitivamente esta questão. O que há de tão perturbador na *psicanálise para dela fazer* o modelo das atitudes subversivas, de tal sorte que, instalado na revolução permanente da outra-cena, o psicanalista estaria dispensado, *aquem*, de dar prova do que aparenta a cada um de nós?

A meu ver, esta confusão nutre-se de um certo número de confusões. Para talvez dissipá-las, proponho duas distinções:

Primeiramente, uma distinção de ordem histórica: não estamos mais em 1900, os modos de questionamento de uma sociedade mudam conforme as formas de organização, de controle e de dominação que a caracterizam. Uma primeira confusão consiste em se atribuir o mesmo impacto crítico à herança do racionalismo científico retomada por Freud na origem da psicanálise, como se, neste meio tempo, tanto a sociedade como a própria psicanálise não houvessem mudado profundamente.

Segundo, uma distinção de ordem teórica: o fato da psicanálise ter perturbado nossa concepção da sexualidade não significa em absoluto que tenha contribuído para modificar muito as relações sociais entre os sexos. Uma segunda confusão consiste em assimilar a "revolução" na teoria da sexualidade a uma revolução na teoria e na prática da relação entre os sexos.

Sabemos que Freud acreditou ter levado a "peste" aos Estados Unidos. Hoje, é difícil lembrar esta anedota sem ironia. Tentemos, contudo, não ser levemente injustos e compreender o que se passou: esta profecia, que hoje seria grotesca, não estava ainda fundada, mas não era completamente absurda em 1909, data da viagem

6. Estou pensando aqui na maneira como os analistas professores da Universidade de Vincennes* enfrentavam a "contestação" estudantil. Quase sempre eles ganhavam, pois o questionamento era saída ambivalente (agressivo-fascinado). O movimento pendular pode se dar no preciso momento em que o psicanalista retorna à pergunta do pastor à pastora: "que demanda (*analítica*) vocês me dirigem?" Estes psicodramas ensinam bastante sobre a maneira como *não* se deve colocar o problema psicanálise-política.

de Freud aos Estados Unidos junto com Jung e Ferenczi. Desde então, um duplo deslocamento teve lugar, dos pontos de impacto da crítica social, de um lado, dos centros de interesse da própria psicanálise, do outro. A conjunção deste duplo deslocamento dá perfeitamente conta do caráter razoável da psicanálise hoje em dia. Inversamente, levar em conta a situação atual permite, retrospectivamente, mostrar que no início do século foi uma situação conjuntural que conferiu à psicanálise um certo impacto subversivo.

A obra de Freud, em particular esta herança do Iluminismo transposta em metodologia da redução dos ideais, dos valores conscientes, dos "pontos de honra espiritualistas" de uma sociedade, segundo a afirmação de Marx sobre a religião, pode ter este impacto *na exata medida em que estas normas constituíam o cimento ideológico da sociedade de então.*

Freud estava consciente deste fato, em particular nas *Resistências à Psicanálise* e na *Contribuição à história do movimento psicanalítico*, se bem que tenha psicologizado um pouco, falando das "penosas verdades reveladas pela análise". Mas Reich viu melhor suas implicações políticas e acreditou mesmo poder, sobre estas bases, adaptar a psicanálise a uma ação militante de massa. Inúmeras ilusões já habitavam este projeto: retornaremos a este ponto. Apesar disso, no quadro de uma luta ideológica, é incontestável que a crítica freudiana às normas dominantes e aos aparelhos de controle ideológico teve, de início, uma significação progressista. A reação de oposição violenta destes aparelhos à psicanálise é, sob este aspecto, significativa.

Uma observação de capital importância, entretanto, é necessária para apreciar o alcance deste fato. Que este encontro entre os representantes de certas instituições (médicas, educativas, religiosas) e a psicanálise se tenha inicialmente desenvolvido de modo polêmico deve-se a um fato conjuntural que não implica existir uma relação *necessária* entre psicanálise e crítica social. A psicanálise nasceu no momento triunfal do organicismo, numa sociedade impregnada de esquemas sexuais vitorianos etc., e isto é certamente importante. Há, assim, na psicanálise um elemento *oposicional* em relação a este contexto ideológico e cultural, no sentido de que a psicanálise se constituiu, por um lado, contra estas representações e estas práticas. Mais ainda, a concepção psicanalítica da sexualidade foi sobretudo construída a partir de sintomas sexuais recalcados pela sociedade da época, as coisas não podendo se passar diferentemente *na gênese da descoberta.*

O que ocorre, porém, é precisamente a suposição de que a descoberta freudiana transcenda estes fatos de conjuntura. Isto, ao menos em parte, é verdadeiro. Mas esta concepção generalizada não

compreende, por si própria, nenhum elemento intrinsecamente subversivo em relação à ordem, à organização social etc. E se insistirmos, apesar de tudo, em ver nesta descoberta uma relação com a dimensão política, é antes a relação *inversa* que verificamos, se acaso o conteúdo dos dois capítulos precedentes merece alguma credibilidade. Foi na esfera dos juízos de valor que se propagaram as explicações freudianas. Em lugar destes juízos de valor, a psicanálise pretende liberar a expressão das motivações pessoais, os investimentos profundos “tais como são”, dos quais não se pergunte se são ortos ou heterodoxos, dos quais tampouco não se pode discutir analiticamente senão gostos e cores ao nível da sobedoria popular. Se o *ethos* analítico (por tal entendo a atitude analítica ideal) estivesse em afinidade com um valor sócio-político, seria indubitavelmente com o da *tolerância*: compreender melhor e não julgar. Não é nada, e pessoalmente acho que já é muito (desta ótica, o espantoso é, ao contrário, o sectarismo analítico, o número incrível de juízos de valor emitidos, em todos os domínios, pela boa consciência do inconsciente).

Mas a relação entre a tolerância e a política não é unívoca. Modifica-se, podendo mesmo se inverter em função da conjuntura histórica (por exemplo, entre o século XVIII e a situação sob o fascismo). Depende da relação, politicamente muito mais decisiva, com a violência. Quando, numa dada situação histórica, a expressão política da tolerância é o apoliticismo, apesar dela própria, é ao poder vigente que ela serve. Poderíamos, talvez, sonhar com funções depuradas da relação analítica numa sociedade em que consciências e inconscientes se encontrassem face a face, uma sociedade sem classes e sem violência. Todos sabem que não é o nosso caso. Mas, de certo modo, a psicanálise *age como se fosse realidade tal sonho*. Faz com que este devaneio exista como realidade, na medida de seu poder – o que é, porém, uma representação truncada, despolitizada da realidade, o que acaba tendo uma significação política unívoca.

A evolução social produzida após a descoberta freudiana parece-me confirmar esta análise. Torna-se mais clara, já que a conjuntura accidental de oposição entre a descoberta freudiana e certas estruturas tradicionais foi em grande parte desfeita, não havendo mais nenhum antagonismo entre a maneira de ser psicanalítica e as normas dominantes. Os “pontos de honra espiritualistas” de uma sociedade de classe deslocaram-se, deslocando, também, o impacto social de sua crítica através da psicanálise. Tudo se passa como se o limiar de tolerância (ou de intolerância) social em relação a certas agressões ideológicas tivesse enfraquecido, assinalando com isto

uma translação das tramas políticas fundamentais. Restam ainda por fazer a história e a sociologia das condições de tal deslocamento. Seria preciso, principalmente, levar em conta a modificação das estruturas de *autoridade*, tanto as familiares como as sociais. À falta de tal análise (que será parcialmente abordada, no plano institucional, mais adiante), podemos ao menos perceber índices nítidos desta mudança.

Assim, a propósito da sexualidade, que representou o principal impacto social da crítica psicanalítica. Hoje em dia, *tal como é orquestrada pela psicanálise*, a questão sexual não mais representa uma trama sócio-política decisiva. Não se trata, em absoluto, de que este domínio esteja completamente neutralizado e, menos ainda, “revolucionarizado”. Por um lado, há neste campo inúmeras contradições secundárias no seio da ideologia dominante: há ainda ligas virtuosas e pudicícias clericais. Para estes grupos, a psicanálise ainda representa o cúmulo da pornografia escandalosa. Mas o peso destas forças é muito menor que ao início do século. Por outro lado, a repressão que ainda se exerce sobre certos discursos e práticas sexuais, em particular sobre uma certa maneira de apresentar a sexualidade na escola, deixa suspeitar que aí há sempre uma trama política real. Mas, isto se dá precisamente só a partir do momento em que a trama *não é mais psicanalítica*. Não creio, por exemplo, que os analistas médicos tenham tido aborrecimentos com sua ordem por colocar de modo provocante o problema sexual. Um julgamento recente do Conselho da Ordem Francesa⁷ condenando um médico pela difusão de um panfleto entre ginásianos marca bem o limiar a partir do qual uma propaganda é socialmente escandalosa: quando ela sai do “silêncio do consultório”, quando se dirige a um público não selecionado, quando incita práticas ao invés de se contentar em informar “objetivamente”. Sem exigir dos analistas o martírio da repressão, simplesmente constatemos que a psicanálise não ultrapassa estes limiares. É uma prática *privada*, cujos adeptos são cuidadosamente submetidos a uma *triagem*, e cujo desenrolar é rigorosamente *clivado* pelas práticas sociais.

A partir disso, noções psicanalíticas podem restaurar o antigo modelo botânico da fecundação das plantas em cursos perfeitamente inofensivos de educação sexual. De modo mais geral, um certo discurso da sexualidade infiltrado pela psicanálise circula livremente no conjunto social veiculado pelos meios de comunicação. As-

7. Audiência de 4 de junho de 1972 do Conselho Regional da Ordem (região parisiense) e condenação do doutor Carpentier a um ano de interdição do exercício da medicina; cf. *Psychiatrie aujourd'hui* * nº 10, setembro de 1972.

sim, a mais “escandalosa” transgressão sexual, o incesto mãe-filho, é representada nos circuitos comerciais do cinema, recebendo a aprovação unânime da crítica esclarecida. Este simples índice é significativo daquilo que, na sociedade, é suscetível de “causar escândalo”. É muito esclarecedor quanto ao impacto “revolucionário” da doutrina que se presta a tal encenação. Pelo lado social, cada um de nós sabe que não estamos numa sociedade liberal, permissiva e tolerante. Se a censura não mais age sobre o terreno desta sexualidade, ela não foi abolida, mas deslocada: acompanha os pontos quentes das lutas sociais, as que representem reais ameaças à ordem estabelecida. Esta apresentação da questão sexual pela psicanálise não constitui um destes pontos de afrontamento. O que ela propõe de mais “ousado” é uma dramaturgia privada, circunscrita aos quadros das tramas pessoais e interpessoais, o homólogo culto do teatro de revista burguês que também, à sua maneira, “contestava” a estrutura familiar e “exprimia sua crise” através da encenação de variações sobre o tema monogâmico e familiar, não havendo aí, entretanto, nada de profundamente subversivo.

É que há diferentes modos de se falar da sexualidade, do incesto etc., e pela maneira como fala, sobretudo hoje em dia, a psicanálise terminou, numa evolução paralela à social, por se ajustar cada vez melhor às normas dominantes. Esta integração produz dois tipos de conseqüências estreitamente ligadas: o progressivo abrandamento dos elementos de maior repercussão da crítica freudiana e a fuga para um esoterismo refinado que recupera, modernizando-as, certas funções do espiritualismo. Não apregôo o “retorno a Freud”, Freud contra seus discípulos traidores, mas afinal, havia em Freud um método de redução dos ideais que inscrevia a psicanálise num projeto científico e mantinha uma função desmistificadora em relação ao idealismo da época. Sem dúvida, ainda aí a relação era em grande parte acidental. Apesar disso, a trama da ruptura com Jung trazia “certas considerações de ordem elevada” – como o próprio Freud, com sua mordaz ironia, costumava dizer, este alimento espiritual da burguesia cultivada que ele estava consciente de ter chocado profundamente a partir da descoberta da sexualidade infantil.

Se na França, atualmente, não há mais junguianos é talvez porque suas funções foram assumidas pelas diferentes escolas psicanalíticas que ocupam o terreno. Pois não falo apenas das tendências em que a evidência é quase total, o “reforço do ego” agindo como “suplemento da alma” de todos os moralismos espiritualistas. Mas tampouco do outro lado (em Lacan) nos arriscamos encontrar nas águas turvas da energética ou da biologia: grosseiras reduções

como estas, herança caduca de um cientificismo fora de moda. Foi principalmente deste lado que ocorreu com a psicanálise uma peripécia prenhe de conseqüências sociais, a passagem da escuta do inconsciente para uma posição de poder sócio-intelectual. Sem o lacanismo, teríamos que lidar, sobretudo, com os psicanalistas, com especialistas, freqüentemente perigosos e pretensiosos como todos os especialistas, por vezes inúteis. Foi principalmente após Lacan que na França tivemos que lidar com oráculos, das matemáticas à política, passando pela lingüística e pela etnologia, legiferando soberanamente sobre tudo, em nome, coqueteria suprema, de um não-saber.

É assim que, hoje em dia, a psicanálise bajula o narcisismo intelectual dos monopolizadores dos bens culturais. Sem herança econômica, nada de acesso à cura, mas sem herança cultural, nada de acesso ao discurso do inconsciente. A psicanálise, com isto, reforça o peso do privilégio cultural e seus efeitos de poder. Procede à exclusão simbólica dos órfãos da cultura erudita por meio da discriminação lingüística, após tê-los excluído no real por meio da exigência econômica. Basta ver, para medir os efeitos sociais e políticos desta operação, os esforços desenvolvidos (tornando-se, freqüentemente, mais realistas do que o rei) pelos adeptos conscientes desta bagagem cultural em relação à psicanálise: estudantes mal preparados, intelectuais proletaróides, psicoterapeutas nas fronteiras da cultura universitária etc. O que não se tem de fazer para "se erguer" ao nível da linguagem esotérica dos atuais propagadores da psicanálise! Não somente pagar suas sessões, trabalhar loucamente para poder fazê-lo, mas ainda interiorizar a má consciência de seu não-saber, que não passa de carência em relação à abundância de saber do não-saber do Outro.

Não é minha intenção fazer demagogia ou populismo. Não é esta a única função social da psicanálise. É, no entanto, importante e raramente sublinhada: a psicanálise é hoje, na França, um dos principais canais de aculturação à cultura erudita. Ela socializa, mal aliás, um número crescente de indivíduos, impondo-lhes a linguagem dos médicos, filósofos, moralistas, *normaliens* * membros da Ecole Normal Superieur, um dos baluartes da cultura universitária francesa, teólogos etc. Não é que seja um mal em si mesmo. Mas assim procedendo, ela perdeu sua função progressista na luta ideológica militando, de ora em diante, pela autonomia do cultural, pela eminente dignidade do saber esotérico contra o materialismo "vulgar" e o cientificismo "fora de moda". Será preciso um dia voltar ao conjunto de razões que fizeram a psicanálise abandonar progressivamente os modelos biológico e fisiológico para, finalmente, substituí-los pelo modelo lingüístico. Algumas razões são boas, ou-

tras menos. G. Politzer, já em 1933, tirava certas conseqüências desta propensão, hoje mais pertinentes ainda:

No que concerne às bases biológicas da vida psicológica, os psicanalistas sempre procederam de maneira perfeitamente abstrata. Ocupados em estabelecer uma determinação puramente psíquica, tentaram simplesmente se resguardar inventando uma tela de fundo biológico ou fisiológico qualquer. Mas não o fizeram nunca, nem a psicanálise jamais determinou nenhuma pesquisa destinada a pôr em relevo a determinação material dos fatos psicológicos. /.../ É, aliás, por causa desta impossibilidade que a psicanálise, incapaz de se desenvolver "por baixo", desenvolveu-se exclusivamente "pelo alto"; de um lado, no sentido da construção puramente teórica, das elocubrações a priori; de outro, em direção à sociologia idealista⁸

Em todo caso, as coisas caminham lado a lado: ao mesmo tempo que abandonava a tentativa do procedimento científico de derivar as significações mais elaboradas a partir do "destino das pulsões", visado a partir de sua base biológica, a psicanálise veio reprimir as funções liberadoras do bom senso, veio invalidar o discurso comum daqueles que ficaram reduzidos a chamar um gato de gato. Seu esoterismo faz calar um número incrível de pessoas, o que é um paradoxo para quem pretende "liberar a palavra".

Tanto fez a psicanálise para conquistar uma respeitabilidade científica, para não ser confundida com o materialismo vulgar de um método científico sempre objetivante, que por sua vez contribuiu para fazer esquecer a prosaica base em torno da qual se organiza a existência humana: o corpo (biologia), as necessidades (economia), a violência social (política). Encontra-se, assim, cada vez mais habilitada a satisfazer as necessidades da "alma" moderna, servindo de suporte ideológico a um espiritualismo ampliado, ajudando-o a anexar camadas cada vez mais profundas do psiquismo. O pastor Pfister teria hoje em dia menos problemas de consciência se encontrasse a psicanálise tanto na França quanto nos Estados Unidos, aliás em qualquer outro lugar.

Em parte fui injusto, em todo caso unilateral. Mesmo se a psicanálise assume cada vez mais estas funções culturais, dir-se-á haver pelo menos um ponto de apoio na existência humana que ela continua a

8. "Un faux contre-révolutionnaire, le 'freudo-marxisme'", *Commune* nº 3, novembro de 1933 (citado por G. Politzer, *Ecrits* 2, *op. cit.*, pp. 263-264).

explorar sem concessões, o da sexualidade individual, e que, em verdade, ela não tem feito outra coisa. Pode ser então legítimo criticar a inflação do discurso psicanalítico, inclusive as funções de relé da ideologia dominante que ela assume, mas com a condição de não esquecer o retorno a este núcleo onde se origina o sentido da descoberta freudiana. De modo mais preciso, também aqui parece assistirmos a um deslocamento paralelo no tratamento da própria sexualidade, tomando assento numa *Weltanschauung*, uma visão de mundo cultivada, cujo impacto crítico sobre as estruturas sociais é cada vez mais insignificante.

Cito como testemunha o último trabalho de Serge Leclaire, *Desmascarar o real*⁹, que leva este processo a seu limite extremo. O que resta desta elaboração do papel da sexualidade infantil e da etiologia sexual das neuroses, cuja recusa custou a Jung e Adler sua expulsão, pois que do ponto de vista de Freud tais descobertas escandalosas constituíam o ponto de ancoragem da psicanálise? O “deslocamento do centro de gravidade”, constatado por Leclaire, da situação familiar à situação analítica, do leito dos pais ao divã do psicanalista repõe em questão a relação estabelecida por Freud entre o destino das pulsões sexuais e a organização familiar. Mais exatamente, esta relação não estava claramente estabelecida por Freud pois, como vimos, havia uma certa mistura das instâncias, uma necessária invalidação das determinações sócio-políticas da estrutura familiar como parte integrante, desde as origens, da descoberta psicanalítica. Apesar disso, em Freud, a “cena originária”, por exemplo, ganha uma fundamental significação pois ela é um rombo na convenção familiar. Ela remete a acontecimentos reais do vivido familiar, por outro lado significativos na ordem sociológica, econômica e política. A substituição do que Leclaire chama de “versão figurativa” (freudiana) por uma “versão estrutural” (lacaniana), na qual a problemática do desejo é inteiramente retomada na “ordem literal” (ordem do significante), significa muito mais que o abandono do “realismo” da psicanálise nascente, tentando enraizar na materialidade de um traumatismo os elementos do drama da sexualidade. Tal deslocamento ocorre também com a *cena* onde se desenrola o essencial do drama: da instituição familiar, espaço social concreto, lugar de produção das crianças e de reprodução das normas coletivas, por sua repetição no divã, espaço de uma encenação, convenção como já vimos onde se reúnem as partes de uma aventura transformada em ficção. A “ordem literal”, a articulação dos significantes, não é ganha apenas pelo sacrifício da ordem

9. S. Leclaire, *op. cit.*

realista do vivido, mas também pelo da ordem biológico-econômico-sócio-política da instituição familiar¹⁰.

Dizer que a trama essencial é, de ora em diante, sobre o divã, pois é sobre o divã que o acontecimento recebe seu segundo nascimento, o batismo do significante, é de algum modo superestimar o ato fundador da psicanálise e ratificar o fato dela ser unicamente um jogo entre os significantes. Jogo sério, comportando inclusive dramas, não zombemos disso, mas que se instala como uma dramaturgia autônoma da subjetividade. Na medida em que a psicanálise de Freud sempre lidava com a instituição familiar, era ainda possível interrogá-la através dos eventos do drama familiar, sobre as funções e disfunções sociais. Ao menos teoricamente, a análise “analítica” deste drama podia, então, ser conectada com uma análise das condições históricas, políticas e sociais de sua possibilidade. Em Leclair – e tomo sua obra como sintoma de uma deriva geral da psicanálise em suas mais avançadas tendências teóricas – a família se torna uma espécie de mito das origens. Fornece traços que só têm existência efetiva quando reprisados no dispositivo analítico. O verdadeiro incesto não é na situação familiar que ocorre, ou mesmo onde é simbolicamente desejado, é na situação analítica. A partir daí, todo drama da sexualidade é orquestrado pelo personagem “surdo, cego, mudo” do psicanalista, por isso mesmo “perfeitamente adaptado a sua função de incitar a palavra”. A psicanálise ganhou sua autonomia num universo congelado de signos sob a figura mortal da esfinge.

Serge Leclair imagina haver uma ligação entre esta evolução da psicanálise em direção a um discurso autístico do significante e uma transformação das características dos próprios pacientes, ao menos dos que se oferecem nos círculos onde se elabora a teoria psicanalítica. Transformação igualmente inquietante: impregnados de cultura analítica, eles próprios muitas vezes engajados num trabalho analítico ou para-analítico, é a problemática psicanalítica que exibem como sintoma principal. Começam a circular nos meios psicanalíticos expressões como “paciente do tempo de Freud”, “doente 1900” etc., para designar alguns desgarrados apresentando ainda uma sintomatologia “clássica”. Uma “bela histeria de conversão” será até mais arcaica do que um dinossauro. O que se joga em inúmeras sessões é menos a significação da cena originária do que o

10. Sabemos que Freud abandonou bem cedo sua primeira teoria da sedução da criança pelo adulto. Mas ao passar de um traumatismo real à sua representação fantástica, a “cena originária” contudo ainda permanece inscrita na realidade familiar.

sentido em acompanhar o seminário analítico de X de preferência ao de Y. Tudo isso não passa de anedotário: uma obra como a de Serge Leclaire, mesmo na sua importante contribuição teórica, não pode ser compreendida fora deste contexto.

Nestes jogos de espelho, a dinâmica analítica se perde e a “cura” se desfia ao infinito. O desenrolar de uma psicanálise tornou-se hoje em dia um fato sociológico desorientador, espantoso mesmo. Neste barco, o que farão todos? Que significa este extraordinário efeito de dublagem pelo qual, durante um número de anos contáveis às dezenas, um indivíduo acompanha sua vida a partir do seu comentário no divã, entretém sua angústia acalentando-a, aprende a decifrar seu cotidiano pelo código analítico, sonha e até mesmo ama para seu analista, *para lhe contar?* Isto cada vez menos significa um retorno aos afetos nucleares do destino de cada um, e cada vez mais a participação numa existência por procuração na e pela psicanálise, a assistência a um cerimonial bi ou trissemanal, no curso do qual o signo da existência é reinvertido, as ordens de importância se contrariam e telescopiam. Nesta aventura, o sexo, embora não ausente, é de tal forma recoberto de signos e símbolos que se torna antes signo e símbolo do que posição de desejo. Não será esta sexualidade, completamente metabolizada e controlada pelas regras da convenção analítica, que constituirá um perigo para as estruturas sociais. A psicanálise talvez já esteja a ponto de inventar novas vivências, um novo modo de vida: a sexualidade vivida por e sobre o modo do discurso. Também a angústia e outros afetos são vividos essencialmente como discurso. É assim que a psicanálise entroniza um tom e um estilo para mundanizar, no sentido forte da palavra, o afeto. Significará isto que o “inconsciente está estruturado como linguagem” ou que a linguagem como modo de existência devora o inconsciente e a existência? A esta psicanálise poder-se-ia aplicar a fórmula, nada agradável, concordo, que Marx, na *Ideologia Alemã* remete às teorias da complacência pela subjetividade: “A filosofia do prazer jamais foi outra coisa senão uma linguagem espiritual para o uso de certos meios sociais com o privilégio do prazer”.¹¹

Ainda aí, evidentemente, estou sistematizando uma tendência. Fica difícil para mim separar aquilo que, nestas observações, concerne a uma sociologia da psicanálise em geral e o que remete à organiza-

11. K. Marx, F. Engels, “*L’Idéologie allemande*”, Edition Sociales, 1968.

ção específica de grupos minoritários. Ao menos como signo, entretanto, tem sua importância, pois aqueles que ainda pretendessem as facilidades de falar em “recuperação”, já não poderiam mais fazê-lo. É a evolução das modalidades da própria “cura” que acabo de esquematizar. É cada vez mais “de dentro”, portanto, que uma análise funciona, com os “melhores” analistas e, em certo sentido, com os “melhores” analisandos, os que melhor obedecerem às leis de recrutamento impostas pelo próprio meio. Por outro lado, destacando esta evolução, não mitifico os primórdios da psicanálise. Sobretudo, o que não quero afirmar é ter sido a psicanálise, a partir de um certo momento, “recuperada” por um certo meio social e cultural. Este destino da psicanálise está na linha direta de sucessão das regras instauradoras do que chamei de convenção analítica. Apenas que as coisas se tornam hoje em dia talvez mais claras. Ao sistematizar todas as suas implicações, é nesta direção que a psicanálise desenvolve progressivamente a perfeição de seu conceito. Em Freud permanecia a improvisação, tateamentos, o que hoje chamaríamos quase de “análise selvagem”, uma não-distinção das cenas cuja ilustração mais extraordinária é a intervenção direta de Freud na relação analítica V. Tausk-H. Deutch, cujo resultado foi o suicídio de Tausk. * Se o “retorno a Freud” significa alguma coisa – tal como o compreendo, uma reconstrução da obra freudiana a desdobrar o sistema completo das convenções que a fundam – não é falso pretender que esta sofisticação progressiva da psicanálise sob o hieróglifo do significante represente, num sentido, um real retorno à verdade depurada de Freud.

O que permite nuançar as pretensões do revolucionarismo psicanalítico. Um balanço inapreciado da contribuição psicanalítica à libertação sexual supõe a elaboração de uma distinção que, ao que eu saiba, jamais foi conceituada pelos analistas. Os discursos apoloéticos sobre a subversão analítica confundem aqui a teoria da relação com o sexo e a teoria (e a prática) da relação entre os sexos. Se não temermos uma certa inflação do vocabulário, podemos dizer que a primeira, a teoria da relação com o sexo, é em certo sentido “revolucionária”, isto é, marca uma ruptura em relação aos discursos anteriores sobre a sexualidade: biologia, psicologia universitária, “conhecimento da alma humana” pelos romancistas etc. Em troca, quanto à segunda, a prática da relação entre os sexos, a única a poder ter efeitos políticos diretos, a psicanálise mostra-se de um total conformismo.

Não contestamos, entretanto, que a psicanálise proponha a

respeito do psiquismo e da sexualidade em particular uma concepção profundamente nova. Ao generalizar a noção de sexualidade para fazê-la ter significado nos domínios em que parecia nada ter a ver (inicialmente na sexualidade infantil, mas também nas produções sociais e culturais), a psicanálise operou um prodigioso desengate em relação à psicologia tradicional. Mas tal “revolução” permanece teórica e individual. Se o que eu disse sobre a importância das regras da convenção analítica é verdade, esta liberação continua *normatizada*. Os afetos se desdobram, se controlam e manipulam, antes de mais nada, no quadro de um dispositivo experimental rigoroso. Em seguida, este dispositivo depura e axiomatiza as leis sociais que estruturam a existência da sexualidade, leis da reprodução familiar e leis da produção social. O conceito de *genitalidade* como estágio final da evolução libidinal e como norma implícita ou explícita de seu desenvolvimento domina assim, “naturalmente”, toda a teoria psicanalítica da sexualidade, na medida em que conjuga a dupla aceitação da lei familiar (proibição do incesto e reprodução) e a lei social (o trabalho como derivação controlada da libido para fins socialmente úteis.). Não vemos como poderia ser de outro modo. Como poderia a sexualidade ser completamente desvinculada das funções objetivas que lhe são designadas pelo contexto sócio-histórico? De onde a psicanálise, enquanto concerne antes de mais nada à subjetividade, poderia tomar o poder e explodir as estruturas que lhe fornecem os princípios de sua própria organização?

Seja como for, a contribuição mais ou menos “revolucionária” da psicanálise ao alargamento da compreensão teórica e prática da dimensão da sexualidade (na minha opinião esta contribuição é decisiva, a despeito de todas as reservas que se lhe possa fazer), esta inovação não compromete diretamente uma teoria e uma prática da *relação entre os sexos*. A intervenção da psicanálise só pode se dar nas margens abandonadas pelo jogo das relações socialmente determinadas, barrada por elas pois restringe-se a transportar sua lógica sem transformá-la. Em outras palavras, a psicanálise já trouxe a sua contribuição, e ao que parece continuará a fazê-lo deixando praticamente intactas as relações sociais, os modos de vida concretos, as práticas da vida cotidiana entre indivíduos sexuados. É neste ponto que estariam situadas as implicações políticas claras da questão sexual. É também neste ponto que a confusão é total, os partidários da “revolução sexual” alegremente misturando revolução da teoria sobre o sexo e revolução da prática da relação entre os sexos. Provam-no à evidência as desventuras, em suas relações com a psicanálise, dos movimentos de liberação das mulheres e das “minorias sexuais” politizadas. Tanto que eu saiba, as referências à psicanálise têm, de preferência parasitado mais do que ajudado as práticas mi-

litantes nestes domínios. Muitos dramas teriam sido evitados pela advertência de que a psicanálise, na melhor hipótese, só pode falar de emancipação, de liberação etc., no quadro de uma aventura pessoal. E tal aventura permanecendo balizada pelos apoios que reiteram, na ordem simbólica ou imaginária, as clivagens historicamente condicionadas entre os sexos. Não seria pois de espantar que, sobre o “contingente negro” da sexualidade feminina, a psicanálise seja o produto do pensamento branco marcando com o ferro vermelho da ausência do pênis a real subordinação da mulher. Insistir que a ausência do pênis é, de fato, uma ausência da presença histórica da mulher, a não ser como sexo ausente de homem, é sair dos limites da épura psicanalítica.

Freud esposou sem complexos todos os preconceitos de sua época a respeito das mulheres (e, ao que parece, concretizando tais preconceitos em seu tipo de casamento). Teria, talvez, podido evitar sancioná-los pelos prestígios da nova psicologia ao afirmar, por exemplo:

*A mulher, é preciso advertir com clareza, não possui em alto grau o sentimento da justiça, o que deve ser atribuído à preponderância da inveja em seu psiquismo*¹².

Talvez ele tivesse podido não expropriar as mulheres, de um só golpe, da possibilidade de tomarem o destino em suas próprias mãos, remetendo-as, num texto bastante espantoso, aos bons cuidados do sexo dominante, para estabelecer o sentido de seu “enigma”, segundo a melhor tradição paternalista:

*O problema da feminilidade vos preocupa porque sois homens. Para as mulheres que se encontram entre vós, a questão não se coloca pois que são elas próprias o enigma de que nós falamos.*¹³ (Não é apenas uma questão de época, pois no mesmo momento histórico militantes colocavam o problema da “liberação da palavra” feminina em termos totalmente outros.)

Mas embarcar neste caminho será fazer a psicologia de Freud, de seu androcentrismo, de seus traços de personalidade tipicamente patriarcais etc., o que não tem aqui nenhum interesse. Da mesma forma, não constitui uma condenação observar que os costumes dos psicanalistas representam muito bem o tipo habitual de relações intersexuais e interpessoais que têm curso na burguesia intelectual.

12. *Nouvelles conférences, op. cit.*, p. 184.

13. *Nouvelles conférences, op. cit.*, p. 155.

tualizada. Apenas que nada há aí de revolucionário. A prática da psicanálise em nada muda a dimensão social e política da relação entre os homens e entre homens e mulheres. A contribuição teórica da psicanálise é nula, senão nefasta, pela confusão que legitima, para uma transformação da organização sexual da relação entre os sexos. A “revolução psicanalítica” permanece acantonada na esfera da subjetividade e da intersubjetividade. Ela pode transformar a modalidade vivida pelas relações intersexuais (se para melhor ou pior é outra história). Como pode também modificar as relações pais-filhos num quadro de aceitação da estrutura familiar. Mas ainda que a prática psicanalítica fosse universalizada, não tocaria nas estruturas que condicionam as funções sociais do sexo e as relações objetivas entre os sexos.

Portanto, quer se trate de sexualidade, de educação, de maneiras de viver, de regulações coletivas, a psicanálise pode, quando muito, ter um poder de crítica sobre certas formas de organização histórica mais arcaicas. Como é o caso da sexualidade vitoriana, das formas particularmente repressivas da educação religiosa etc. A psicanálise é, neste sentido, bem “modernista”, o que fortalece em grande parte seu poder. Duas coisas, porém, são esquecidas. Primeiro, que este efeito é uma conseqüência não necessária da psicanálise (depende do contexto histórico). Segundo e sobretudo, que esta conotação não tem uma significação politicamente unívoca. As implicações deste “modernismo” são também conjunturais e perfeitamente manipuláveis em função da conjuntura. Nas *Novas conferências*, onde Freud desenvolve uma concepção “progressista” da educação (“a observação mostra que, até hoje, a educação tem preenchido sua função de modo muito falho, que ela anulou demais as crianças” etc.), a frase já citada: “A educação psicanalítica assumiria uma responsabilidade que não lhe compete caso tentasse tornar revolucionários os que a recebem” é seguida de uma outra ainda mais significativa: “Sua tarefa consiste em tornar as crianças sadias e tanto quanto possíveis aptas ao trabalho”.¹⁴ Está tudo aí. Não é que seja um crime em si colaborar na manutenção do consenso social ou aperfeiçoar a reprodução da força de trabalho: depende, entre outras coisas, do contexto sócio-político. Mas é deste ponto de vista sócio-político que se exprime toda a ambigüidade da psicanálise. Ela detém uma técnica flexível, eficaz e moderna à disposição de um poder. Por seu próprio funcionamento, ela invalida as condi-

14. *Ibid.*, p. 206.

ções de um questionamento deste poder. Nenhuma razão impede, pois, que tal poder, sobretudo se ele próprio é flexível, eficaz e moderno, se aposse desta barbada. Logo veremos que ele não a dispensará. Já dissemos que não é nos setores mais arcaicos da produção e do controle social que a psicanálise será chamada a exercer sua eficácia. Ela poderia, pois, continuar a ter, por seu modernismo, um impacto crítico em relação à organização destes domínios, ao mesmo tempo que perfeitamente integrada no desenvolvimento destes “setores de ponta” de uma sociedade capitalista (ao nível do controle e não da produção: ver capítulos 6, 7 e 8). Há contradições secundárias no seio da ideologia dominante. Nenhuma contradição existe, portanto, entre o fato de a psicanálise ter tido, ou ainda ter, implicações “progressistas” diante de certas características de uma conjuntura social e cultural, organizada segundo um modo particularmente arcaico, e que ela seja ao mesmo tempo globalmente dependente em relação à ideologia dominante.

Não se trata, então, de acaso, se Freud não levou a “peste” para os Estados Unidos (ou alhures). Constatação banal, mas não tanto se nos perguntarmos – pois as conseqüências não subversivas (é o mínimo que podemos dizer) da implantação da psicanálise não são acidentais – se é porque as implicações conformistas (ou conformadoras) da psicanálise não seriam, no contrário, uma *necessidade*. Outra banalidade: é nos Estados Unidos, país capitalista “avançado”, que tais implicações são mais manifestas. Mas a constatação torna-se igualmente menos banal quando se observa que se trata da sociedade onde a problemática do controle social operou, logo de início, esta decisiva mutação da autoridade-coerção para a persuasão-manipulação, cujas condições institucionais tentarei destacar (ver capítulo 8, “O Grande Desenclausuramento” *). Aí se encontram as razões que condicionaram o destino social da psicanálise.

Como ainda estamos ao nível da doutrina e suas pretensões, contentemo-nos por enquanto em observar que a imagem freudiana da peste, de um vírus ideológico que minaria os fundamentos de uma sociedade já envolve uma concepção idealista da história. Trai a fraqueza profunda do pensamento psicanalítico em sua interpretação dos fenômenos sociais. Mesmo sendo verdade que Freud era materialista em sua concepção do psiquismo (o que não é evidente), isto não implica que ele tenha tido uma concepção materialista da história. Veremos que é o contrário. A partir de então, os apologistas de uma revolução pela psicanálise construíram uma concepção idealista da revolução, da história e da sociedade. Se o idealismo é, de fato, uma forma de ilusão, não nos espanta que seja imensa a

margem entre o que dizem fazer e o que fazem, entre o que se reputa à psicanálise impulsionar e o que ela efetivamente acoberta.

Não sabemos nunca até onde é preciso ir para combater o que consideramos como sendo um preconceito. Caso se trate de um erro, se está muito atrasado, já há muito tempo deveríamos ter chegado a um encaminhamento mais positivo que destacasse o balanço das práticas analíticas efetivas. Mas a crença nas virtudes revolucionárias da psicanálise, por mais ilusórias que sejam, é também uma casa de marimbondos teórica e prática, à qual devemos, hoje em dia, uma boa parte de nossas perplexidades e impotências. Eis por que era preciso refutar sua pretensão, não apenas ao nível de sua expressão mais exterior (a mais “ideológica”), mas igualmente a partir do rigoroso dispositivo que funda sua possibilidade.

Encerro, pois, o movimento destes primeiros capítulos consagrados à interpretação não analítica do dispositivo e do discurso analítico. Talvez me engane, mas penso ter concordado com a psicanálise tanto quanto era possível fazê-lo desta perspectiva, evitando vê-la diferente do que realmente é. Admito mesmo a hipótese de que ela possa, de certa maneira e sob certas condições bem precisas, liberar o indivíduo de certas coerções sociais. O indivíduo que, na relação analítica, desligasse sua energia psíquica dos objetos investidos através de um devir entregue aos processos de dominação poderia, com efeito, teoricamente proceder a novos investimentos que exprimissem a lógica de seu desejo mais depressa que o peso dos determinismos políticos e sociais. Pode até mesmo acontecer que ele o faça, *mas em que limites e como*, eis a verdadeira questão.¹⁵

Coloquemo-nos, portanto, na melhor hipótese. Esta “liberação” analítica, se ela tem lugar, é primeiro sob a forma fantasmática, pelo jogo da transferência e da contratransferência. Ora, como já vimos, ao apontar a autonomia da “outra cena”, os psicanalistas esquecem de marcar até que ponto ela está ao mesmo tempo cercada e infiltrada por um sistema de forças cujo peso arrasta consigo os produtos flutuantes do inconsciente. De certo modo, tudo já está

15. Para dizer a verdade, colocando em princípio a necessidade de conceder à psicanálise o máximo a fim de manifestar suas verdadeiras clivagens, não discutirei se no caso se trata de uma eventualidade real ou de uma ilusão partilhada pela maior parte dos analistas. Freud, em todo caso, acreditou nisso. Assim, a propósito da educação: “O número de fatores revolucionários que encerra a psicanálise é tão grande que se pode estar seguro de que a criança por ela formada não irá mais tarde se enfileirar ao lado da reação e da opressão”. (*Nouvelles conférences*, *op. cit.*, p. 206). Ainda, sem dúvida, a ilusão da “peste” psicanalítica.

previamente jogado pois não é com atraso em relação a antigos usos que a psicanálise molda seu pacto com a manutenção do *status quo*. A libido, mesmo “liberada”, é posta a circular através de estruturas intocadas. Entre a pulsão e seu novo “destino” vem-se inscrever um sistema de forças não psíquicas. Não somente a psicanálise não tem qualquer poder sobre elas, nem por elas se interessa, como conduz a seu desinteresse. Empiricamente, podemos constatar que os “liberados” pela cura raramente se lançam em grandes aventuras. Investem ou reinvestem pequenos domínios privados, à sombra de seu ambiente, em seus círculos culturais, profissionais, sociais. Nada a condenar, nada tão pouco perturbador.

Assim talvez seja no exato momento em que o indivíduo se crê liberado-exorcizado do peso dos problemas de poder, no artifício da convenção analítica, que ele esteja, mais sutilmente ainda, possuído-alienado pelo poder dominante. Como diz Jean Baudrillard a propósito da ideologia da liberação do corpo, e que podemos generalizar a propósito das pretensões de liberação pela sexualidade, da subjetividade etc.:

A subjetividade é liberada como valor. Assim como o trabalho só é “liberado” como força de trabalho num sistema de forças produtivas e de valores de troca, a subjetividade só é liberada como fantasma e valor-signo no quadro de um modo de significação dirigida, de uma sistemática da significação cuja coincidência com a sistemática da produção é bastante clara. Para encerrar, a subjetividade “liberada” só o é na medida em que seja recuperada por uma economia política.¹⁶

Aí residem, também, os limites da “liberação” enquanto permanece articulada no quadro da psicanálise. Que uma outra liberação seja possível, é outra história. Mas desde já podemos dizer que, se quisermos que esta “outra história” tenha uma chance, será preciso sair deste sistema de referências e partir de novo, com o outro pé.

Quanto à pretensão analítica, esta primeira conclusão é inteiramente negativa. Mas responde apenas à metade da tarefa. Será preciso compreender como isto que é produzido no foco da emissão analítica é “ressarcido”, talvez em última análise, por uma “economia política”, como pretende Baudrillard, enfim por uma rede de controle social. Por quais canais, visando que fins? Trata-se de estabelecer de uma só vez as diferentes operações que constituem a lógi-

16. J. Baudrillard, “Le Corps ou le charnier des signes”, *Topique*, nº 10, outubro de 1972.

ca do psicanalismo: a produção de conteúdos ainda não objetiva-
dos pelo mecanismo de privatização da relação analítica, sua difu-
são, sua inscrição numa relação social e política de poder. É portan-
to a mesma análise, cuja face institucional agora abordaremos: de
que forma a psicanálise, enquanto aparelho social organizado, se
integra no seio de outros aparelhos de conservação e de reprodução
da ideologia dominante? O mais difícil, porém, já está feito, na me-
dida em que se começa a compreender que, se a psicanálise vai se in-
tegrar tão bem nestas instituições de controle, é porque a própria
mensagem analítica já está em afinidade com o que aí se trama.

5. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A dupla crítica precedente da extraterritorialidade psicanalítica (a psicanálise neutra) e do revolucionarismo psicanalítico (a psicanálise subversiva) deve, por fim, reverter completamente a ilusão que funda estas posições complementares, para inscrever a psicanálise no campo de seus efeitos sociais reais: no seio da ideologia dominante. Como esta expressão corre ainda o risco de parecer um paradoxo, é preciso, antes de mais nada, entendê-la sem equívocos.

Primeiramente, não subentendo por tal expressão que a psicanálise seja, em si mesma, uma “ideologia”. Pelo contrário, tentei tanto quanto possível (o que não é fácil) economizar esta oposição do ideológico e do teórico e suas escolásticas discussões sobre o “corte” etc., a fim de tomar o *corpus* psicanalítico como um conjunto teórico-prático, um sistema ou aparelho, uma certa organização do saber e do poder que circunscreve um campo específico de conhecimentos e práticas. Na verdade, é um outro “corte” que me interessa, o que se passa, na economia das relações sociais, entre dominação e subordinação, controle e subversão, manutenção e questionamento da ordem (econômica, social ou “ideológica”). Toda prática e toda teoria pode e deve ser interrogada a partir do lugar que ocupa em relação a este princípio de clivagem nas relações sociais, o que só raramente recobre, ao contrário do postulado implícito no intelectualismo althusseriano, a medida de seu grau de “cientificidade”. Falar “de inscrição da psicanálise na ideologia dominante” não é reduzir o que ela comporta de “saber” ao “ideológico”. É fazer a hipótese de que a psicanálise, enquanto conjunto teórico-prático institucionalizado, coloca-se cada vez mais do lado do pólo dominante destes pares de oposição numa economia de poder.

É óbvio que não pretendo estar clara tal linha de partilha. Ocorre, porém, que ela não é jamais definível *a priori*. Traçá-la é precisamente a competência de uma sociologia que se pretende consciente de suas implicações políticas (é justamente isto que a distingue do objetivismo, este por sua vez já situado de um lado da li-

nha pelo fato de negar a existência de tais implicações), isto é, elaborá-la concretamente através da análise teórica e prática de seu objeto, no caso a psicanálise. Para tanto, não vejo como se possa economizar por enquanto a categoria de “ideologia dominante”, a despeito de suas imprecisões e mesmo de suas ambigüidades que de bom grado reconheço. Não abro um debate teórico sobre esta noção¹, quero apenas levantar o principal equívoco que ela arrisca induzir e que seria ruinoso para o presente projeto.

Na tradição marxista que a constituiu, a noção de “ideologia dominante” não recobre exclusivamente os interesses dos grupos mais conservadores. Assim, o que Marx e Engels chamam de “ideologia alemã”, não é nem a expressão “ideológica” das forças contra-revolucionárias (no entanto particularmente ativas durante a primeira metade do século XIX), nem as da aristocracia e dos proprietários rurais que determinam o essencial do poder social. A “ideologia alemã” é produzida pela corrente progressista da *intelligentsia* alemã, o grupo dos neo-hegelianos de esquerda, esta facção modernista, sob certos aspectos audaciosa e corajosa (cf. a aplicação das regras do espírito científico à crítica dos textos sagrados), levando para o seio da universidade a luta *contra* a tradição conservadora e clerical. Estes intelectuais pensam sua ruptura em relação a esta tradição, crêem-se e são até mesmo mais livres de certos interesses materiais que outros grupos sociais, militando por uma certa libertação do homem. A despeito, ou antes, *por causa* destas caracte-

1. A única maneira de realmente tratar a ideologia é sem dúvida dizer: aí está uma “ideologia”, isto se constitui como tal, funciona como tal, produz tais tipos de efeitos e tais outros que mantêm tais tipos de relação etc. Por exemplo, a psiquiatria nasceu no início do século XIX, encarregou-se de tais problemas, deslocou-os e reconceituou-os em tal medida, com isto suscitou tais contradições novas que ela superou de tal modo transformando-se ela própria e transformando as contradições de tal maneira, em tal registro etc. Logo retomarei este projeto. Em todo caso este método destrói seu objeto logo de partida na medida em que o qualifica de “ideológico”. Nosso caso atual nada tem a ver com a “ideologia psiquiátrica”, mas com um aparelho instituído de saber e de poder, o *sistema psiquiátrico, em relação com outros sistemas de saber e de poder. Em troca, ao nível puramente “teórico”, dificilmente se escapa da escolástica. Os principais problemas giram aqui em torno do fato de que, a despeito de sua aparência semântica, a expressão “ideologia dominante” não é reversível: nada há propriamente a falar quanto a “ideologias dominadas”; é a ideologia dominante que penetra e impregna os grupos dominados. De onde uma multidão de perguntas, que igualmente se prestam à escolástica: haverá um modo de expressão teórica e/ou prática própria às classes dominadas? (haverá uma “cultura popular”? etc.); o marxismo é “a ideologia” do proletariado, será “a verdadeira ideologia” por ser a expressão dos interesses teóricos e práticos da classe mais explorada? etc. De bom grado abandono estas questões aos que delas fizeram sua especialidade.*

terísticas positivas, Marx e Engels remetem-lhe uma censura redibitória: é que eles pensam esta libertação do homem como uma libertação intelectual, como resultado de uma aventura da Idéia. Ao fazê-lo, recobrem e dissimulam as contradições *específicas* da sociedade alemã, não residindo estas no espírito alemão mas nos antagonismos da sociedade alemã do século XIX. É a modalidade precisa, *up to date*, da elaboração desta dissimulação que coloca, entre as “ideologias” da época, o neo-hegelianismo de esquerda como paradigma de oposição do ponto de vista teórico e, mais perigosamente ainda, do ponto de vista prático.

A prova: não é contra as construções tipo de Bonald ou de Maistre que os primeiros teóricos do materialismo histórico desencadeiam em primeira urgência a luta ideológica⁶. Por quê? Sem dúvida porque o suporte de classes destas elaborações é imediatamente evidente. Mas prossigamos até o fim com este raciocínio. A “evidência” da vinculação de classe de uma ideologia pode ser um defeito do ponto de vista de sua rentabilidade política e social. Em troca, o efeito “ideológico” de uma prática pode embaralhar as cartas, manter ou reforçar o *statu quo*, com o risco de ser tão eficaz quanto mais irreconhecível for sua relação com uma prática de classe. Se é verdade que uma sociedade de classes se perpetua graças, em parte, ao desconhecimento dos mecanismos objetivos que a fazem funcionar (eis por que o desvendamento destes mecanismos tem sempre um impacto político), uma construção teórico-prática como a psicanálise pode se mostrar tão mais útil do ponto de vista das classes sociais dominantes quanto mais envolve recursos para dissimular – e melhor ainda, para se dissimular a si própria – a relação que entretém com a problemática do poder.

Estejamos, portanto, certos de uma coisa: inscrever a psicanálise na ideologia dominante não implica necessariamente que os psicanalistas sejam todos reacionários declarados ou conservadores sem o saber, embora se contem alguns na primeira categoria e mais ainda na segunda. Tampouco fazer endossar pela psicanálise toda a responsabilidade pelo controle social: este trabalho está refinadamente dividido. Não é tampouco, enfim, fazer dos psicanalistas um grupo social homogêneo que deteria diretamente um poder econômico ou político considerável. De novo encontramos aqui a ambigüidade da noção de poder, ambigüidade também do conceito de ideologia. Seria preciso, sem dúvida, interpretar o poder psicanalíti-

De Bonald e J. de Maistre, representantes da reação contra-revolucionária do final do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, condenam a Revolução, defendem a monarquia absoluta, a religião e a autoridade papal, sendo dos principais ideólogos do movimento da *Restauração*. (N. T.)

co no quadro de uma teoria da *delegação do poder social* pelos grupos dominantes a grupos intermediários que, graças a isto, ocupam um lugar estratégico na estrutura social. Estes grupos adquirem seu estatuto, retiram seus privilégios, gratificações, benefícios primários e secundários de sua atividade, salários e prêmios de prestígio, do fato de exercerem um poder de controle e de normatização *em nome* dos verdadeiros proprietários do capital econômico e político.² Tal divisão do trabalho nas classes dominantes desce bem “baixo” na “escala social”, e seu estudo tornaria mais claro não só o papel dos agentes diretos da repressão do poder do Estado, sobre os quais é quase que exclusivamente focalizada a atenção, mas igualmente de todos estes entregues por conta da reflexão sociológica e política, contramestres, sindicatos, enfermeiros, controladores e peritos de todas as ordens, e também, evidentemente, os responsáveis pela manutenção da ordem ideológica, burocratas, funcionários, professores, membros dos diferentes cleros³... O ideólogo seria, então, uma espécie do gênero destes encarregados de alguma missão, destes investidos de poder. E o mais eficaz será, talvez, o ideólogo que não saiba que exerce um mandato por delegação, mas que o assume por conta própria, a ele vinculando-se por seu próprio esforço e racionalizando-o completamente nas categorias de seu próprio “saber”.

Ao fazer a hipótese de que os psicanalistas poderiam constituir um grupo deste gênero, não me escapam as ambigüidades de tal encaminhamento. Ainda existem críticos passadistas da psicanálise situados de um ponto de vista absolutamente diferente. É o caso mais recente de *A Escolástica freudiana*, do professor Debray. Esta acumulação de banalidades sobre o “sistema de pensamento mágico que povoou de trevas a psicologia do século XX”⁴ não teria consequências se o último capítulo não mostrasse qual o objetivo de tal

2. Esta hipótese, que aplica diretamente um esquema marxista, sem dúvida é parcial. Ficamos com a impressão de que o “poder psicanalítico” é também por um lado um poder que age em seu próprio nome e se exerce por seus próprios caminhos a partir da especificidade da situação analítica. Mas as coisas ficam aí mais complicadas, o fio condutor marxista parece em nada ajudar. Até onde devemos ir em sua reavaliação? Sempre as aporias do poder... Em todo caso, logo proporei uma hipótese mais específica sobre a psicanálise como forma original de poder simbólico.
3. A mais rigorosa análise desta delegação de poder em um de seus setores essenciais, o ensino, foi feita por P. Bourdieu e J.C. Passeron em *La Reproduction*, ed. de Minuit, 1970 (trad. brasileira: *A Reprodução*, Francisco Alves, 1975). Azar que os que reclamam uma crítica radical dos mecanismos ocultos do funcionamento de uma sociedade de classes se, ao que parece, não souberam ler esta obra.
4. P. Debray-Ritzen, *La Scolastique freudienne*, Fayard, 1972, p. 122

retórica. A obra termina por uma condenação da evolução da medicina mental, culpada de substituir pelas formas "horizontais" de intervenção a estrutura "vertical" da medicina tradicional. Por estrutura vertical da medicina, sabemos o que quer dizer: negação de toda reciprocidade na relação terapêutica, monopólio do mandarinato do poder, justificação de uma hierarquia rígida pelas pseudo-exigências da divisão do trabalho científico. Em se tratando de medicina mental, é particularmente aberrante e regressivo.

Eis, portanto, aonde *também* pode conduzir uma crítica da psicanálise. A advertência merece ser meditada. Há, numa certa maneira de dar contas da psicanálise e de regular suas contas com ela, como que um sabor de *Restauração*. E os emigrados do interior, em medicina mental como em outros campos, não falham, aguardam sua vingança. Mantidos numa relativa discreção por não estarem na moda, a constante mediocridade das publicações destes representantes das mais tradicionais correntes da medicina mental correm o risco de iludir. Ainda hoje, contudo, ocupam na França bastiões essenciais do poder médico. Têm o domínio da perícia médico-legal; controlam o ensino em inúmeras CHU⁵; inspiram a organização repressiva de numerosos serviços de psiquiatria privada ou pública, não apenas na província. A neuropsiquiatria somatizante não foi desarmada, o uso selvagem dos medicamentos não é apenas uma sobrevivência. Aliás, por que falar em sobrevivências? Uma técnica de tratamento como a da *terapia behaviorista**, casamento bem sucedido do pavlovismo soviético e do behaviorismo americano, tem sem dúvida garantida uma rica prosperidade. Talvez seja, em medicina mental, a solução para amenizar o sufoco da psicanálise observável nos países anglo-saxões.⁵ Ora, hoje em dia, na França, a psicanálise, por seu prestígio intelectual, constitui também um obstáculo à propagação de tais técnicas. Ter de "escolher" entre a psicanálise e um recondicionamento não é certamente nenhum progresso.

Assim, em relação a certos meios cuja expectativa é somente esta, uma crítica da psicanálise pode ter uma implicação conservadora. É preciso saber disso, não estando jamais seguro, ajudado

CHU - Centre Hospitalier Universitaire. (N. T.)

5. Alguns poderão pensar no filme *A Laranja Mecânica*. Mas existem outros índices menos barrocos e mais próximos de nós. Assim, o relatório de terapêutica apresentado no Congresso de Psiquiatria e Neurologia de língua francesa de 1970 (um bom barômetro das "idéias ascendentes") é consagrado às *Thérapeutiques de desconditionnements dans les névroses*. (J. Rognant, Masson et. Cie. éditeurs, com uma bibliografia muito completa que permite medir a amplitude desta tendência.)

pela má fé, que qualquer um possa por si só evitá-lo. O máximo que posso fazer é repetir que não faço da psicanálise o diabo em pessoa, que não subestimo sua decisiva contribuição ao conhecimento do homem e ao progresso da medicina mental, e que qualquer avaliação do custo da psicanálise deve ser ponderada num balanço do conjunto das forças que trabalham no dispositivo completo da medicina mental (projeto que retomarei em outro lugar). Mas, por se tratar precisamente da psicanálise, o fato de saber que em setores vizinhos a coisa pode ser pior não constitui uma razão suficiente para reiterar o discurso autojustificador que emite sobre si mesma, dissimulando o que a vincula, também ela, à problemática do poder.

Daí este modelo de “a ideologia alemã”. Ele não implica, recordemos, que a visão de mundo dos neo-hegelianos seja mais conservadora que a de Bonald por exemplo, e sim talvez mais “ideológica”, no sentido de buscar um dispositivo conceitual novo e muito mais refinado capaz de fazer dela uma *pseudo*-alternativa a uma *Weltanschauung* conservadora. Penso que esta dificuldade será de todo elucidada no último capítulo. Antes, é preciso, além de qualquer intencionalidade, destacar os critérios objetivos que possam dar conta do sucesso social de tal doutrina. Tais como a coerência interna de sua construção, sua faculdade de se apropriar dos mais novos aspectos do saber, a solidariedade e a proximidade dos interesses que representa com os de outros grupos igualmente dinâmicos etc. Mas é sobretudo preciso levar em conta a *posição estratégica ocupada por seus agentes na divisão do trabalho social num momento histórico dado*. A psicanálise já reúne os primeiros critérios, mas é acima de tudo este último que ela cumpre, o mais importante. Para mostrá-lo, devemos destacar seus suportes institucionais e seguir sua transformação em função das novas exigências do controle social. Procedamos por círculos concêntricos: primeiro, inscrever a psicanálise na psicologia, na medicina mental a seguir.

A psicanálise, mesmo revolucionando-a (mais adiante veremos precisamente em quê), permanece como uma espécie de psicologia. Partamos de um truísmo: a psicologia psicologiza. Que quer dizer isto? As existências privadas são atravessadas por conflitos e contradições, ora totalizadas nas lutas políticas, ora mais freqüentemente serializadas em aventuras e desventuras pessoais. Através de acontecimentos contingentes, acaso, sortes e azares, os homens lêem a figura de seu destino. Se é verdade que a vida social se desenrola sobre um fundo de violência e de exploração, é também verda-

de que raramente o indivíduo tem uma clara consciência disto, exceto quando violentas convulsões a impõem. Uma das funções da consciência sob sua forma subjetiva é, ao contrário, a de servir de anteparo à necessidade ou, como se diz, de ajudar a viver: é mais fácil mudar seus desejos do que a ordem do mundo.

Não é, contudo, fácil mudar seus desejos, e ainda menos fazê-los mudar em outrem.⁶ Sobretudo quando exprimem certas necessidades que a psicologia, já aí traíndo sua posição de classe, chamou de “primários”. A noção de necessidade é certamente equívoca, emprego-a aqui em seu sentido popular, infracientífico, para designar um assentamento último sobre o qual é edificada a existência social: a fome, o sexo etc. Assim entendido, a necessidade jamais se elude completamente. É possível, como se diz, “enganar a fome”, mas ela insiste: ela não é idealista. É mais cômodo criticar o conceito de necessidade do que a realidade por ela visada.

Conforme a *demanda*, tudo pode mudar.⁷ A necessidade exige, a demanda implora. A necessidade é imperiosa, a demanda é manipulável. Entre a necessidade e a demanda se intercala a psicologia. A psicologia como especialidade emerge a partir de um certo limiar de subjetivação, *tão logo a necessidade se faz demanda e demanda resposta a um corpo de especialistas qualificados*. É certo que os “problemas psicológicos” não ficaram esperando as máquinas de Fechner para existir. Os mais reais situam-se mesmo em torno desta linha do império da necessidade que recebe, com certo humor frígido, o nome de “mínimo vital” (SMIG)⁸. Neste nível, porém, não há psicologia propriamente dita. Os “problemas psicológicos” não são nunca, e em parte alguma, “puramente” psicológicos, mas também econômicos, sociais, políticos etc. É a psicologia que os psicologiza, daí porque vemos agora que há nisso mais que um simples truísmo. A psicologia é a retomada destes problemas humanos na linguagem exclusiva da individualidade e da subjetividade e a *delegação para um terceiro do encargo de resolvê-los*. Quem diz psicolo-

6. Descartes a quem esta expressão remete, fala mais exatamente da *ordem* dos desejos (“mudar a ordem de meus desejos mais que a ordem do mundo”, regra da “moral provisória”). É a idéia de uma combinatória graças à qual o espírito lúcido não expulsa os desejos, mas manipula seu *ordenamento* para torná-los congruentes com as coerções sociais (cf. J. P. Dollé, *Le Desir de Revolution*, Grasset, 1972, p. 199). Mas Descartes está aquém ou além da psicologia. Sujeito autônomo, leva seu barco por entre os recifes. Vou, ao contrário, falar dos que, apesar deles, são psicologizados.

7. Sobre este ponto, cf. J. Donzelot, “Travail social et lutte politique”, *Esprit*, “Pourquoi le travail social”, nº especial abril, maio, 1972.

SMIG – Abreviação francesa de “salário mínimo interprofissional garantido”. (Cf. Larousse) (N. T.)

gia, mesmo “científica”, sobretudo “científica”, diz muito menos *corpus* teórico (em geral tão ligeiro!) do que presença, entre a “motivação” do sujeito e a resposta, de um corpo de intermediários com suas técnicas de interrogatório, de exame, de medida. Mediadores, intermediários, investigadores. É realmente preciso não querer ver, para negar a existência aí de uma relação com o poder, muito mais do que uma relação com o saber. Mas tal distanciamento *forçado*, neste sentido de que o sujeito concernente não teria por si mesmo a idéia nem a iniciativa, permite o surgimento da técnica psicológica por excelência, a *interpretação*: a demanda será “realista”? Deve-se ater a seu conteúdo “manifesto” ou a seu conteúdo “latente”? De qual significante é ela o signo deslocado? etc. Quem diz interpretação diz mediação, passagem necessária por um terceiro, sábio, e portanto possibilidade de manipulação. A interpretação é também uma técnica de poder, pois não é jamais o indivíduo quem responde: sabe-se por ele e responde-se por ele. Em última instância, age-se por ele, ou melhor, age-se sobre ele, é exatamente nisso que consiste a manipulação.

O postulado de toda psicologia (ao menos a partir da psicologia “científica”; com a introspecção era um pouco diferente, mas o conhecimento visado era o da alma, estava-se ainda no orbe da teologia) é o de que o sujeito que constitui o “objeto” da psicologia é, ele próprio, demasiado ignorante (e demasiado impotente) para saber o que demanda e como a ela poderia responder. É, entretanto, sobre este sujeito que os conhecimentos constitutivos da psicologia são previamente sacados. Extraídos, estocados, redistribuídos por um *pool* de especialistas com o monopólio de seu uso e legítima interpretação. Tal saber jamais é reenviado para o sujeito, menos ainda diretamente utilizado por ele para ele.⁸ Um tal pseudo-saber trai, assim, sua verdadeira natureza de instrumento a serviço de um poder.

Por exemplo, que benefício pessoal pode alguém retirar da medida de seu quociente intelectual, dos testes de aptidão ou de motivação a que o submete o psicólogo escolar ou o sargento-recrutador a serviço de uma instituição? Em que medida pode ter algo a ver com seu próprio interesse ou verdade? Visivelmente, é a instituição a única beneficiária da operação: a escola para padronizar seus produtos, a empresa para selecionar seu pessoal, o exército para distribuir seus recrutas em função de suas próprias finalidades etc. Em

8. Aqui eu aplico uma idéia desenvolvida por Michel Foucault a propósito da forma de “saber-poder” que constitui, a seus olhos, o inquérito de tipo judiciário. (Cours au Collège de France, 1971-1972.) (Ver em versão brasileira: *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Cadernos da PUC, RJ, 1974.) (N. T.)

sua infância, a psicologia “científica”, por intermédio do laboratório experimental e de seus aparelhos técnicos, realizou um bombeamento perfeitamente cínico de conhecimentos à maneira do colonialismo selvagem. O sujeito completamente desnudado, perfeitamente desenraizado, foi pesado, medido, analisado em todas as suas junções, nenhuma de suas reações, salivações, expectorações, excreções escapando ao olho frio da máquina registradora, estocadora e redistribuidora destes dados (*data*). Esta pilhagem pelos homens brancos do laboratório constituiu a “objetividade científica” da psicologia, representando o behaviorismo seu modelo: se a consciência é um artefato, então é possível desembaraçá-la de qualquer tentação em referenciá-la à necessidade ou ao desejo do sujeito. O “sábio”, aliás, tampouco tem desejo ou necessidade: imparcialidade, objetividade e, já então, “neutralidade”. As únicas necessidades reconhecidas são as da instituição, mas é como senhores que elas reinam neste vazio produzido pela dupla negação do observador e do observado. Neste espaço perfeitamente asséptico graças à deontologia da objetividade, as exigências da produtividade e da racionalidade tecnocrática facilmente irão se desdobrar sob a exclusiva lei do rendimento.

Alguns sempre se entregam a estas “pesquisas” em nome do ideal científico, são os psicólogos experimentais. O paradoxo é representarem ainda aos olhos de uns tantos – e a seus próprios olhos – o paradigma da atitude que deveria reinar sobre as “ciências humanas”. Mas passemos adiante, pois eles já começam a passar, como é do passado o taylorismo recusado justamente pelos dirigentes de empresa dinâmicos, por não ter sabido levar em conta resistências profundas (justamente “subjetivas”) ao projeto de racionalização; como passaram igualmente a docimologia, ou o Binet-Simon: quando o sistema educacional faz água por todos os lados, é brincadeira irrisória dedicar-se a codificar “cientificamente” as modalidades de passagem em exame. Todas estas pesquisas trazem, assim, o perfume das coisas ultrapassadas; exemplos para um curso de filosofia tradicional sobre o espírito científico – Lachelier, Boutroux, Lagnau – todas as glórias do radical socialismo, parando em Alain. A tendência é para a desobjetivação. O problema principal não é mais o de medir a rentabilidade possível de um sujeito, pois melhor pensando, sabemos muito bem o que é preciso para tanto. Seria mais importante “motivá-lo” a trabalhar, controlar suas reações, manipular seus afetos, entrar em concerto com ele de modo a que participe de sua própria alienação. Não mais medir, pesar, dividir, objetivar, mas trabalhar no subjetivo e no total para conformar o indivíduo *globalmente* às novas exigências da instituição, estas,

por sua vez, paralelamente repensadas numa perspectiva dinâmica e globalizante pelos novos técnicos de organização.

Por mais rápido que seja, este panorama permite colocar duas hipóteses para introduzir a questão fundamental: será que a psicanálise rompe totalmente com esta lógica?

Primeira hipótese, o progresso da psicologia moderna segue, esquematicamente, duas etapas. Primeira fase: a objetividade como paradigma, a medida como meio, o laboratório experimental como espaço de pesquisa. Segunda fase: a pessoa como paradigma, a motivação como meio, as relações humanas em meios concretos ou em grupos como espaço de pesquisa.

Segunda hipótese: esta importante transformação dos métodos e conceitos da psicologia se faz sobre um fundo *de permanência de sua função social*. Mais exatamente, ela se explica por uma evolução da tarefa social incumbida à psicologia, evolução de que podemos dar conta acompanhando a passagem de uma necessidade de facilitar a *adaptação* do indivíduo a tarefas parceladas, para uma demanda de facilitar sua *integração* global no sistema.

Para a primeira etapa, partamos de novo do modelo behaviorista. O behaviorismo é mais que uma escola entre outras, é a forma sistemática tomada por esta concepção mesurante e atomística da objetividade. É assim que o behaviorismo é reconhecido até mesmo por seus adversários, concorrentes na partilha do mesmo campo de pesquisas, como testemunha esta estranha homenagem prestada por um marxista:

O materialismo dialético não pode se enriquecer no domínio da psicologia senão pelo caminho aberto pelo behaviorismo, tal como formulado por Watson, bem como pelas pesquisas conexas/.../. Esta psicologia, pela progressiva eliminação de qualquer "subjetividade" mistificadora, atinge assim uma forma de objetividade ótima.⁹

Uma tal adesão aos princípios do behaviorismo seria espantosa se esquecêssemos que o pavlovismo, especialidade favorita dos psicólogos universitários comunistas, não está muito longe. Entretanto, a finalidade real desta "forma de objetividade ótima" é frequentemente invocada por certos representantes do movimento – neste ponto, menos ingênuos do que numerosos "dialéticos" marxistas – e em particular por seu líder, o próprio Watson:

9. P. Naville, *Psychologie, marxisme, matérialisme*, M. Rivière, 1946, p. 100.

*O interesse do behaviorista pelas ações humanas é mais que interesse de espectador. O que ele pretende é controlar as reações humanas, tal como pretendem os físicos controlar e manipular qualquer outro fenômeno natural. A tarefa da psicologia do comportamento consiste em ser capaz de prever e controlar a atividade humana. Para tanto, deve recolher os dados científicos com a ajuda dos métodos experimentais.*¹⁰

O voto de Watson foi perfeitamente satisfeito. Esta psicologia produziu os resultados mais úteis ao nível da aprendizagem, da seleção, da pesquisa de atitudes, da adaptação do homem a seu meio de trabalho: rentabilização e modelagem do trabalhador às condições de sua exploração. Creio que isto é perfeitamente claro.

Já nem tanto, no caso da segunda etapa da história da psicologia. Antes de mais nada, porque não há mais um modelo dominante como o behaviorismo, mas uma viva concorrência entre as diferentes escolas: a sociometria, o não-diretívismo de Rogers, as múltiplas tendências da manipulação de grupos e da intervenção psicossociológica etc. As finalidades destas orientações são menos claras, sobretudo porque vêm enroupadas num *pathos* humanista: receptividade, empatia, simpatia, contato, comunicação, participação etc. Seria preciso, pois, começar por um estudo crítico deste vocabulário e do que ele recobre. Não é minha tarefa. Apenas uma palavra sobre o conceito de participação, premiado, como se sabe, com um brilhante futuro. Não deixa, porém, de ter um passado:

*Apenas a atividade não é a participação. A maior parte de nossos cidadãos circulam no sistema sem engajar seus próprios egos, mesmo nas atividades vitais que mais de perto lhes concernem. Quando o ego não está efetivamente engajado, o indivíduo reage. Leva uma vida de incômodo protesto, encontrando uma saída nas queixas, nas greves e, acima de tudo, no bode expiatório; em tais condições, está maduro para se tornar presa de um demagogo cujo único projeto é explorar a explosão agressiva dos egos não participantes.*¹¹

O sabor deste texto será melhor sentido quando se disser que é tomado de uma conferência feita em 1944 na Universidade de Colúmbia. A gradação das catástrofes, descontentamento psicológico,

10. *Behaviorism*, Phoenix Book, 1966, p. 11.

11. G. Allport, "The psychology of participation", in R.W. Marks, *Great Ideas in Psychology*, Bantam Books, 1966.

reivindicação social e procura de um “bode expiatório” tomam aí um sentido bem preciso. O extermínio de seis milhões de israelistas é o resultado da não-participação. Talvez um pouco mais grave que as greves, mas dentro da mesma lógica. A participação é o mecanismo de regulação que resolve a tensão, desvia a agressividade para tarefas realistas (e produtivas) e estabiliza o sistema no sentido da manutenção do *statu quo*. O mesmo ocorre com os conceitos associados. Seu objetivo é assegurar o *assinalamento* ● do indivíduo em seu lugar na organização social. Raramente tal finalidade é tão claramente exposta quanto neste texto:

*É evidente que, nesta perspectiva, a solução dos conflitos locais torna-se cada vez mais difícil e complexa. Assim, para a empresa, a melhor fórmula é tanto quanto possível esforçar-se em evitá-los. Isto explica por que a adaptação do homem a sua função, considerada sob o ângulo psicomotor e mesmo intelectual, torna-se menos urgente que o apaziguamento, no interior da empresa, dos conflitos intra e inter-humanos e dos conflitos entre os grupos. O que se pede é menos situar the right man in the right place do que escolher um membro da empresa suscetível de nela se integrar. Segue-se que os fatores afetivos e de caráter do comportamento humano avançam para o primeiro plano da atualidade.*¹²

O que se quer mesmo é antes “mudar seus desejos” prioritariamente à lei da empresa, ou, pelo menos, escolher os “fatores afetivos e de caráter” que não entrem em contradição com sua lei de bronze. ● ● E se o pessoal não “muda seus desejos”, não é cooperativo nem participante, ao menos se pode mudar o pessoal!

Caso se ache este quadro da empresa demasiado estreito para assegurar uma verdadeira integração social, encontraremos em Moreno, por exemplo, o conjunto das razões que mostram que é “mais lucrativo fazer revoluções numa pequena escala do que tentar subversões totais”.¹³

Num pequeno e notável trabalho, cuja argumentação acompanho, inclusive retomando os textos sobre os quais se fundamenta,

● Diz Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, que “assinalamento”, além desse sentido geral, é o “recorte na orelha de um animal pelo qual se sabe a que fazenda ele pertence”. (N.T.)

● ● Lei de bronze, “teoria econômica segundo a qual o salário do operário não poderia jamais ultrapassar o mínimo vital”. (Petit Larousse) (N. T.)

12 S. Pacaud, *La Sélection professionnelle*, PUF, 1959, p.22.

13. J. Moreno, *Fondements de la sociométrie* (não esqueçamos do título original, *Who shall survive*), PUF, 1954, p. 8.

Didier Deleule assim conclui seu panorama crítico à psicologia atual:

*O aspecto mais surpreendente da psicologia moderna reside talvez na ampliação do ponto de vista que conduz da detecção das aptidões ao diagnóstico da personalidade.*¹⁴

Meu acordo com Deleule vai mais longe. Em sua crítica da psicologia, ele recusa a oposição cômoda entre a “teoria” cientificamente fundada e as “técnicas” ou as “aplicações” que manteriam uma relação mais ou menos artificial com o saber “neutro”. Estabelece que a psicologia – teorias e técnicas não confundidas, mas solidárias, se escorando mutuamente – esgota-se ao responder a uma pergunta por ela jamais colocada mas que a atravessa de um lado a outro e que poderia ser mais ou menos assim colocada: em que condições a integração harmoniosa do indivíduo ao conjunto social será tecnicamente controlável e teoricamente argumentável, estando claro que ela é politicamente necessária (no quadro do atual sistema, é claro)?

Nesta perspectiva,

*a psicologia “aplicada” não é a aplicação de uma teoria ideologicamente neutra, mas constitui, de fato, o telos da própria teoria, da qual se mostra, tanto de jure como de facto, inseparável.*¹⁵

Este princípio (será preciso dizer epistemológico?) é, como se pode ver, da mesma ordem do que usei na abordagem da psicanálise. Mas Deleule não o aplica à psicanálise. Pelo contrário, ele faz da psicanálise o não-dito de seu próprio discurso, revelado em suma como o sólido cimento em que se apóia toda sua crítica da psicologia. O inconsciente freudiano marca o lugar de uma ruptura a partir da qual o “discurso oco” da psicologia escapa a sua “determinação ideológica”. É o intocado do panorama crítico por ser o intocável da crítica epistemológica, “o verdadeiro sentido da revolução psicanalítica, a mutação de sua problemática e da construção de seu objeto: o inconsciente como estrutura específica.”¹⁶

Eis toda a questão. “Afinal é preciso chegar a algum lugar”, já insistia Aristóteles. Para Aristóteles, é claro: ele quer fundar uma ontologia. Aqui, é a epistemologia que serve de batente para abrir

14. D. Deleule, *La Psychologie, mythe scientifique*, Laffont, 1969, p. 173. (Trad. espanhola: *La psicología, mito científico*, Anagrama, Barcelona, 1972). (N. T.)

15. D. Deleule, *op. cit.*, p. 20.

16. D. Deleule, *op. cit.*, p. 192.

as portas da crítica, permitindo verificar a solidariedade que une a concepção althusseriana do “corte epistemológico” com o termo da análise: os críticos descem e os epistemólogos ocupam seu lugar. Quanto aos analistas, nem se mexem: em sua poltrona pela eternidade do corte.

O que me obriga ao risco talvez absurdo de não parar por aqui é, sem paradoxo, o absurdo inverso que seria não arriscá-lo. Será que já se refletiu bem o que significa deixar em paz “o inconsciente como estrutura específica”? “Específica”, concedo tanto quanto possível com este estatuto, exceto se implicar a *extraterritorialidade social total da psicanálise*, isto é, exceto se supuser este privilégio único, exorbitante, que representaria a posição de uma substância completamente *a-histórica, a-social, apolítica*. Tal como a própria definição de Deus: a soberana neutralidade, o árbitro, a “outra cena” como lugar ontológico por onde não passou a crítica, descartada pela espada afiada do corte epistemológico. É extremamente grave abrir espaço a tal intocado, pois esta simples renúncia autoriza o retorno forçado de todas as facilidades preguiçosas, particularmente do mito da recuperação (simplesmente por ter esquecido esta ausência originária é que a psicanálise veio ocupar os mais diversos lugares e a se “comprometer” no mundo) ou do formalismo da “articulação”, simples jogo de armar com as diferentes instâncias da formação social, cada nível situado certinho em seu lugar no harmonioso quebra-cabeças da coerência epistemológica.

É necessário, portanto, mesmo com riscos e perigos, dar um passo a mais. Comecei com um panorama um pouco ligeiro da atual psicologia para me resguardar de uma abstenção mais ligeira ainda. É preciso, sem injustiças, situar a psicanálise no movimento que acabamos de traçar. Sem injustiça para com ela, espero, mas também para com os outros. É muito fácil estabelecer uma ruptura entre Freud e Wundt ou Watson, por exemplo. O que então se constrói é uma caricatura onde é muito fácil estar com a razão. Desde as tentativas de axiomatização do comportamento em termos de estímulo-resposta, a psicologia moderna correu mundo, inclusive no sentido da dissimulação de seu fundamento, recobrando cada vez melhor esta questão não colocada das condições de uma integração bem sucedida. É até mesmo possível que responda cada vez melhor a esta questão na medida que melhor evite colocá-la. É, pois, do lado das sínteses globais da integração da personalidade que devemos tentar estabelecer a relação da psicologia moderna com a psicanálise.

De modo mais geral, esta tentativa de inscrição de uma disciplina num campo que lhe parece estranho supõe toda uma metodologia das “*metamorfoses*”, que definirei quando recolocar a psica-

nálise no movimento da medicina mental (capítulo 7). Por enquanto, retenhamos apenas que a psicologia pode mudar de métodos, de conceitos e de “laboratório”, sem entretanto mudar suas finalidades sociais, ou antes, contentando-se em refinar os meios de alcançar seus fins (da adaptação parcelária à integração global, por exemplo). Observemos também que a maior parte das sínteses integrativas a que chega a psicologia moderna (tipo Moreno ou Rogers, ou o culturalismo, por exemplo) não teriam sido possíveis sem a psicanálise. Eis o que torna menos escandalosa a hipótese da inscrição da psicanálise neste conjunto.¹⁷ Desconfiemos, contudo, das escapatórias: a acreditar nos psicanalistas, estamos a criticar formas totalmente bastardas da psicanálise com as quais ela mais nada teria a ver. Seríamos, então, maus alunos que teriam aprendido de forma errada a lição do inconsciente, “fora do sujeito”. Teremos, então, que retornar mais uma vez bem ao coração do dispositivo, à própria relação dual. Pelo menos, se não tivermos entendido nada, ficará claro para todo mundo, e então, viva a extraterritorialidade psicanalítica!

Retomemos o esquema dos pressupostos que tomei emprestado a Michel Foucault. A psicanálise sem dúvida representa a única situação, na área das “ciências humanas”, onde o saber previamente sacado do sujeito parece ser-lhe quase integralmente restituído. (Não mencionei acima o caso da etnologia ou da sociologia, por exemplo, mas é fácil ver como, sob uma forma um pouco menos grosseira que na psicologia experimental, também aí se opera um raptó de conhecimentos; como são estes estocados nas novas empresas tecnocráticas, “bancos de dados” e laboratórios de estudos; como são redistribuídos em função de opções políticas traduzindo os objetivos do poder: sociologia das organizações, planificação da

17. Um outro índice: é a partir de um certo limiar de sofisticação da psicologia moderna que se começa a falar em “neutralidade”. Creio, assim, que jamais alguém disse que um teste de aptidão fosse “neutro”: o que ele classifica, seleciona e exclui, com a consciência tranqüila, é, como se diz, “a objetividade”. Mas encontram-se alguns psicólogos pretendendo que não há “boas” ou “más” respostas aos testes de personalidade (em suma, estes testes são gratuitos, mas então, neste reino do conhecimento puro, quem pede a quem para aplicá-los e para fazer o quê? – e mais grosseiramente ainda, quem paga aos psicólogos para fazê-lo?). Cf. também em D. Deleuze, *op. cit.*, as referências às proclamações de “neutralidade” da intervenção psicossociológica e às acrobacias dos códigos de deontologia psicológica. Neste nível, as coisas são um pouco grosseiras. Isto não é uma razão para não vê-las quando são mais refinadas: na própria neutralidade analítica.

educação, remanejamento das cidades e despovoamento dos campos, desenvolvimento e subdesenvolvimento das regiões, rentabilidade da saúde etc. E o pessoal que povoa estes “escritórios de estudos” cada vez se distinguindo menos do pessoal da indústria e da política realista, administradores eficazes e jovens quadros em ascensão.)

A relação psicanalítica, ao contrário, poderia ser definida idealmente como uma circulação fluida entre os dois pólos da transferência e da contratransferência. Este equilíbrio instável é mantido em estado de frágil reciprocidade pela continuidade de uma troca. Se um dos pólos cessa de visar o outro, a relação se quebra. Sem dúvida, poderíamos, a partir deste modelo, compreender as falhas da transferência e da contratransferência: do lado do analisando, quando o que emite não lhe é restituído *a ele-para ele*. Ao contrário, quando ocorre a restituição, produzem-se efeitos de liberação (efeitos de conhecimento e efeitos práticos) sobre a problemática mais pessoal do sujeito.

O fato de que, devido à sua fragilidade e complexidade, os fracassos desta relação sejam freqüentes não nos deterá aqui. Há, sem dúvida, analistas que “bombeiam” unilateralmente seus pacientes, o inverso ocorrendo por vezes. Mas não quero intervir neste nível, afinal técnico (ou moral). É a ocasião de lembrarmos que a psicanálise é um contrato do tipo relação de serviço personalizada. Terão sido tiradas todas as implicações do fato de que não somente o quadro da relação analítica é contratual, mas que, *dentro e através deste quadro, ela contratualiza o afeto? A sexualidade é contratualizada, a angústia é contratualizada, o que significa isto? Que os afetos “subjetivos” são moldados numa estrutura que lhes impõe a forma de uma reciprocidade formal entre dois prestatários, cada um ocupando um lugar diferente dentro da estrutura. Troca, sem dúvida, mas no quadro de uma reiação estruturada, por intermédio de um corpo teórico, em relação a um personagem árbitro de excessivo peso na relação.* Certamente é de si mesmo que fala o sujeito em análise, mas pela dupla e vinculada mediação da doutrina e do analista. Neste necessário descolamento se inscreve a possibilidade do afastamento.

Descrevi mais acima o limite “patológico” deste processo, a existência por procuração analítica, a dispensa de ação e realidade em proveito da repetição cambiante do dizer, uma espécie de auto-hipnotismo do sujeito pelo ronronar analítico através de um cerimonial multi-hebdomadário. Mas entre este estágio – que representa um modo de captação mais perverso, porém mais total da expropriação do sujeito, cuja caricatura é a psicologia experimental – e a pura e simples restituição ao sujeito de seu próprio discurso há uma

margem que, a despeito das dificuldades do empreendimento, precisamos tentar medir pois corresponde à situação analítica “normal” e marca em seu centro o lugar do poder.

Admite-se comumente que pelo trabalho analítico o afeto vivido ou sofrido transforma-se num certo saber do afeto que retorna ao sujeito e no qual ele reconhece a verdade de seu vivido. Esta transformação é feita pela mediação do analista ao mesmo tempo suporte da transferência e intérprete de sua significação. É como dizer que o desejo e a angústia que o analista interpreta, e num certo sentido partilha pela transferência, é sempre desejo, angústia *do outro*. O desnivelamento inscrito na relação analítica pode, desde então, ser interpretado como posição *não recíproca em relação ao risco encarnado na situação analítica*. De fato, só podemos é ficar impressionados pela insistência dos analistas, sobretudo modernos, no caráter dramático, perigoso, angustiante do fato de tocar no inconsciente. Jamais, contudo, se diz claramente o porquê do perigo. Primeira hipótese para estabelecer em que medida a relação analítica envolve uma relação de poder: que a psicanálise se pavoneia em grande parte graças ao risco que ela tem a audácia de assumir pelo outro; em suma, algo como antigamente a nobreza; como veremos, não é uma analogia longínqua falar de aristocratismo psicanalítico.

Outros dirão se a hipótese se verifica em detalhe numa situação dual,¹⁸ mas na instituição é certamente verdadeira.¹⁹ O estatuto original do psicanalista numa instituição deve-se, em grande parte, à desenvoltura com que ele trata os efeitos concretos da situação por ele imposta. Se é chocante a palavra desenvoltura, digamos indiferença ao que não é passível de tradução na economia inconsciente. Assim, diz ele, numa instituição não é preciso “ocultar a palavra”, “passar uma esponja na angústia” etc. Só que a palavra, na maior parte das vezes, é a que ele mesmo rotula sobre a instituição e que os subordinados aceitam com maior ou menor precisão. Ao contrário, a angústia sobre a qual não se deve passar a esponja é, com mais freqüência, a *angústia do outro*, a dos enfermeiros por exemplo, cuja confusão diante de iniciativas cuja chave eles não têm (mas sobre cujas recaídas cotidianas são eles que devem “pas-

18. Não tenho opinião estabelecida sobre o suicídio dos indivíduos em análise e não busco a dramatização fácil. Mas este difícil problema deveria temperar um certo triunfalismo psicanalítico, a consciência tranqüila ou a inconsciência do inconsciente.

19. Falarei longamente nos três capítulos seguintes das funções objetivas assumidas pela psicanálise nas instituições psiquiátricas e parapsiquiátricas. Aqui, esboço o *ethos* da maior parte de seus representantes e a maneira como eles concretamente operam.

sar a esponja”) não merece estatuto se não for analiticamente interpretada. É por isso que basta, numa instituição, prestar alguma atenção à cotidianidade não sublimada pela palavra sábia, de levar em conta, por exemplo, o ponto de vista dos enfermeiros ou do pessoal “subalterno”, para ser considerado pelo analista de serviço quase como um imbecil, ou ao menos demagogo.

Não é absolutamente que o próprio analista não esteja “angustiado”: ora mais, ora menos que os outros, isso é assunto para a psicologia. Ao contrário, por seu estatuto e competência profissional, ele tem a possibilidade, não diria de melhor compreender e melhor controlar estes afetos, mas ao menos de reinvesti-los noutros lugares, particularmente num acréscimo de saber. Esta mais-valia, ele a toma sem reciprocidade aos outros parceiros institucionais. Eis um primeiro sentido do aristocratismo: uma abertura mais ampla de possibilidades, conseguir ficar novamente de pé, ainda que no plano teórico, de compreender o porquê de um fracasso e dele poder tirar uma lição (melhor profissionalizar-se através do fracasso), enquanto os demais permanecem teórica e praticamente num impasse.

É também a faculdade de pôr em funcionamento um processo sem ter de assumir suas conseqüências em todas as fases de seu desenrolar. Nos impressiona a particularidade de como o psicanalista é percebido pelos demais atores que com ele trabalham numa instituição. Qualquer que seja sua “consciência profissional”, sua presença real e sua disponibilidade, um psicanalista será sempre percebido um pouco como um diletante: um pouco desenvolvido demais, um pouco deslocado do essencial. Não nos apressemos em dizer, com ele, que é porque representa o ponto de vista do “outro”, do fantasma, do inconsciente etc., contra o qual se “defende” o pessoal. Tampouco apelemos tão rapidamente para um esquema sócio-político: em geral o analista possui o *ethos* das classes altas, ocupa a posição dominante pelo saber e pelo poder no equivalente de uma luta de classes que se desenvolveria no seio de uma instituição etc. Não é que seja necessariamente falso, mas é preciso fazer intervir ao menos uma mediação, que consiste, penso eu, na estrutura específica da relação de serviço. É indubitável que o psicanalista dispõe do discurso sábio, como é indubitável que participa do poder institucional num nível muito alto. Mas o que sobretudo interessa é que ele os atualiza desdobrando uma técnica hiperespecializada, enroupada numa linguagem esotérica. Da mesma forma que em sua própria prática invalida as outras práticas, expropria os outros agentes de seus apoios, de suas certezas, sem contudo substituí-los, nem mesmo convencê-los de não terem fundamento. Simplesmente o psicanalista lhes rouba o chão dos pés.

Não me incumbe julgar em nome do que o analista age assim, e se teria razão em fazê-lo. Apenas observo que sua ação ao nível das relações intrainstitucionais não é, como talvez se acredite, no sentido de mudar sua natureza: tal como a toma, a deixa. Menos ainda, como veremos, subverter as finalidades da instituição: pura ilusão subjetiva. Pela maneira como é percebido, tudo se passa como se seu poder não fosse apenas este poder delegado quando assume uma função de autoridade, mas como se aparecesse também como privilegiado sobre o outro, por ele expropriado de sua própria "cultura". O psicanalista, porque é psicanalista, *cria o vazio*, como o expressa muito bem François Gantheret:

*A única intervenção eficaz é aquela em que, nomeando-se, isto é, dizendo a partir do que é constituído, falado, o psicólogo (leia-se o psicólogo-psicanalista) transfere ao outro, aos outros, o vazio que ele, com a concordância daqueles, com sua complacência, viera preencher. A intervenção (interpretação?) só poderia ser o restabelecimento de uma troca, e o único dom possível, em tal troca, é aquele onde, sendo ele próprio, nomeando-se, presenteia o outro com sua própria identidade, isto é, com a falta que teria vindo ilusoriamente completar. Eis aonde a intervenção está ligada à questão da verdade: na medida mesmo em que não se trata de dizer a verdade, mas de sê-la.*²⁰

Curioso presente, estranha ideologia do dom, pela qual se gratifica o outro com a falta de seu ser para despi-lo do ser que é. Para alguns, isto será um cumprimento: é desta forma, dizem, que a inquietação alcança a instituição, perturba os confortos, é contra isto que ela "se defende". É justamente aqui a ocasião de reavaliar o conceito de "defesa" e a bateria de noções paramilitares que o circundam (resistências, censura etc.) para tomá-lo ao pé de uma letra que não é a do inconsciente. Sim, é verdade que em uma instituição o pessoal se "defende" face ao analista, mas não necessariamente (não exclusivamente) em relação a suas próprias pulsões. O que o pessoal "defende" é uma maneira de trabalhar, uma concepção da estrutura institucional, um sistema de valores que o analista (para melhor ou para pior, é outra questão) ameaça.²¹ É certo que esta

20. F. Gantheret, "D'une conception des groupes de contrôle et de leur dualité", texto mimeografado.

21. Este esboço de análise seria válido sobretudo para o "pessoal" segundo duas variantes: os que amaldiçoam, se fazem de surdos, resistem passivamente e invertem a relação tanto quanto o psicanalista que tem as costas voltadas (por exemplo, no hospital psiquiátrico, os "velhos enfermeiros"); os que "colaboram",

“ameaça” abala alguma coisa ao nível da economia inconsciente, como também questiona equilíbrios pulsionais. Mas o discurso psicanalítico demonstra seu totalitarismo, quando reduz toda a ameaça que ele traz àquela ameaça que ele explica. Totalitarismo, pois esta imposição não implica apenas uma relação com o saber (interpretação da instituição e das condutas de seus agentes), mas também uma relação de poder (justificação da liderança do analista na instituição). O discurso analítico aí se impõe como *violência simbólica* e toda violência simbólica, como veremos, é sustentada por uma posição de poder.²²

Antecipei esta digressão institucional cujo conjunto de condições desenvolverei mais tarde (capítulos 7 e 8) porque, neste ponto delicado de minha argumentação, a objetivação na instituição da relação do psicanalista com o poder, *que não é apenas a delegação de um poder hierárquico*, ajuda a ver algo da mesma ordem se passando na relação dual. “Da mesma ordem”: não apenas uma homologia do funcionamento mas a origem da manipulação analítica do problema do poder.

Coloquemos entre parênteses as situações onde o argumento se torna discutível por ser fácil demais de administrá-lo, quando se observa esta fascinação intelectual e esta dependência afetiva tão frequente diante do analista. Momentos, ao que parece, fecundos da transferência, e ao que parece também, “no final”, “isto é liquidado”. Vá lá... Mas *sempre*, em toda situação analítica, toda uma série de condutas, crenças e certezas do sujeito é invalidada, somente no atraso da interpretação o sujeito recuperando seu sentido. Descrevi no capítulo 3 este mecanismo através do caso particular da redução da dimensão política dos investimentos pessoais, mas podemos ver aí uma ilustração do mecanismo interpretativo em geral.

“participam”, isto é, imitam o discurso do mestre e às vezes até mesmo apostam nele, metade porque nele participam (muito mais à maneira de uma criança que do saber), metade porque é o caminho mais curto para ficar ao lado do poder. Minha “documentação” é o que obtenho dos próprios interessados, quando se os “escuta” sem imediato “deciframento”. Que sua palavra não possa ser citada, pois raramente acede à dignidade de testemunha literária e porque são sempre os mesmos que falam em nome dos outros, em nada rouba de seu peso.

Para os “doentes”, o problema é mais complicado em razão da variante introduzida pela referência ao patológico. Mas, que eu saiba, ainda não se refutou a argumentação de Goffman em *Asylum* quando mostra como o discurso médico expropria o paciente de sua “cultura”. Quanto ao fato de que a psicanálise seja uma variedade do discurso médico, eu o mostrarei ao longo dos capítulos 7 e 8.

22. Sobre o conceito de violência simbólica, ver P. Bourdieu e J. C. Passeron, *La Reproduction*, op. cit., 1ª parte.

Enumerei também as possibilidades de manobra que esta situação deixava aos interessados. Significativamente, elas são as mesmas que ocorrem na instituição: “fazer corpo mole” enquanto “ele” interpreta, revoltar-se contra a interpretação, confirmá-la, até mesmo apostar nela... Mas na relação dual, o dispositivo está melhor montado para anular a distância entre as duas palavras, para que a interpretação reencontre o discurso do sujeito, recubra-o e sobre ele retorne para que se torne seu (a distância cultural entre os parceiros é em geral menor, as regras da convenção analítica suspendem a intrusão da realidade que, no caso da instituição, provoca dispersão etc.). Estão assim reunidas as melhores condições para que a *inculcação* característica de qualquer relação pedagógica se produza com o máximo de eficácia e da forma mais insidiosa possível. O modelo analítico é justamente do tipo de empreendimento que não se esgota ao demonstrar sua força, mas é reforçado, ao contrário, pelo consentimento que lhe vale a *dissimulação do mecanismo de sua eficácia*.

*Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, ao mesmo tempo que dissimula as relações de força que são o fundamento de sua força, acrescenta sua própria força a tais relações de força.*²³

Falar de “violência simbólica” não implica absolutamente uma relação de autoridade manifesta na imposição de um sentido, nem de procedimentos de inculcação dirigista. Frequentemente é aí que a permissividade melhor se estabelece. Não posso senão remeter à *Reprodução*, onde Bourdieu e Passeron mostram o lugar de tal violência em toda relação pedagógica, tanto na relação de tipo “socrático” quanto (ou melhor) no adestramento pela palmatória. Que não se objete, portanto, que em psicanálise não haja nenhuma imposição de força, pois que é a verdade do sujeito que é revelada por esta mediação: como também na maiêutica socrática. Há violência simbólica (isto é, relação de poder) exatamente por que o que é inculcado comporta uma parte de *arbitrário*. Mas arbitrário absolutamente não significa artificial, etiquetado ou gratuito. Há um arbitrário (arbitrário-necessário) na interpretação analítica porque, tal como já demonstrei longamente, a situação analítica é uma convenção e a relação analítica é uma relação contratual. Há pois arbítrio no sentido devolvido ao sujeito, mesmo se ele “aí se reencontra”

23. P. Bourdieu e J. C. Passeron, *op. cit.*, p. 13.

e reencontra uma verdade de si próprio, porque a convenção analítica exclui de sua ficção (analiticamente necessária) o que ela supõe para existir; porque “nem tudo é contratual no contrato” analítico e porque o dispositivo analítico funciona como se tudo o fosse.

A negação absoluta da posição de poder assumida pelo analista é acreditada pelo fato de sempre se omitir a distinção entre *tutela* e *assistência*. A psicanálise (ao menos em certas de suas elaborações modernas, em particular na Escola Freudiana) pretende romper com o humanismo da assistência: recusa “curar”, ajudar, critica uma finalidade “ortopédica” da relação que faria do analista um “modelo de identificação” e, em última instância, uma muleta ou medicamento. Em que medida isto é alcançado (e se há ou não razão em querer alcançá-lo) é um ponto que aqui não me interessa decidir.²⁴ Ao contrário, a supressão de toda referência a esta noção de assistência, pela qual a medicina mental prolonga a tradição da fi-

24. Em troca, compete-nos tomar consciência da enormidade desta pretensão e de seus pressupostos implícitos, não somente no quadro da relação analítica (o formalismo da convenção, já analisado) mas também da concepção da vida social que ela supõe. Seja por exemplo esta afirmação de O. Mannoni (*Freud par lui-même*, éditions du Seuil):

“A psicanálise não tem garantido seu futuro, está exposta a ser ‘recuperada’ pelos modos de pensamento tradicionais. O fato de que ela tenha tido sua origem oficial no cuidado de ‘curar’ certas doenças ‘nervosas’ ainda cobre com sua sombra tudo que depois dela foi revelado”.

Se a psicanálise está a tal ponto “exposta” a ser recuperada pelos modos de pensamento tradicionais na medida em que assuma uma finalidade curativa, *onde e como pode então existir uma psicanálise pura?* A questão se coloca antes de mais nada para o próprio Freud, que era menos soberanamente desdenhoso em relação à terapêutica. Sobretudo, porém, o que será preciso para que a psicanálise “revele” de modo completo tudo o que permanece na sombra, recoberto pelos interesses comuns, vulgares, isto é, os interesses de todo mundo? Podemos entrever a resposta: é a extrapolação do formalismo da relação analítica, de tal sorte que ele instaura um novo modo de socialização. Em outras palavras, o limite do triunfalismo analítico é o completo desprendimento em relação a qualquer finalidade concreta e a todo interesse prosaico, um total franqueamento em relação a toda instituição (exceto a instituição analítica), *o mito da transparência social*. A “realidade” seria então, no máximo, um pretexto e suporte para “desmascarar o real”. A enormidade deste arbítrio será tão gratuita assim? Uma tal representação da vida social só pode nascer por exprimir um estilo de existência que numa certa medida pode ser por eles mesmos desempenhado em certos meios analíticos: estruturação de seu vivido inteiramente segundo as normas analíticas e sua interpretação segundo os mesmos esquemas. A condição objetiva de possibilidade da realização – e mesmo da representação – de um tal estado é que, nestes meios, a vida carrega muito pouca historicidade real, ou é muito pouco levada em conta, seja porque ela tenha sido retirada das tramas que estruturam a existência da maior parte dos homens, seja porque a barreira traçada pelos privilégios analíticos é bastante forte para pôr os psicanalistas ao abrigo das contradições extrapsíquicas.

lantropia conservando sua conotação paternalista, não implicaria a negação da *tutela*, outra dimensão da tradição médica, pela qual se inscreve no conjunto das relações de serviço. Esquemáticamente podemos dizer que, da tradição médica, a psicanálise nega (ou para tanto se esforça, no caso de algumas de suas tendências) a filiação “humanista”, mas para reassumir, aperfeiçoar e, como já vimos, levar a seus extremos a dimensão “técnica”. É assim que na relação instaurada por sua convenção, ela parece capaz de se autocriticar quanto a tudo que nela permanece de “natural”, isto é, quanto a tudo que se refira às relações intersubjetivas da vida ordinária. Mas ela jamais remonta ao que permanece de sutilmente *despótico* no desnivelamento estrutural da posição dos dois interlocutores sobre a qual repousa toda sua dinâmica.

A partir desta posição de poder, o psicanalista tem o privilégio do saber. Mas esta extração é também aqui mais insidiosa que na instituição. O que é mostrado por alguns indícios no momento em que começam estes a se objetivar, isto é, à saída do consultório analítico (quanto à maneira como se manifestam em seu interior, invoco a experiência dos que lá estiveram, estão ou estarão, pois eu lá jamais estive). Assim, o psicanalista pode falar profissionalmente do paciente com seus pares, enquanto a recíproca não é verdadeira. Por exemplo, pode publicar “seu caso”, a história pessoal do paciente “fornecendo matéria” a um discurso sábio para aprofundar um aspecto da problemática psicanalítica. Nem todo caso dá lugar a uma publicação, mas todo paciente é, virtualmente, um caso²⁵: dele se faz alusão nas conversas não oficiais entre analistas, um fragmento de análise completamente descontextualizado é citado num seminário etc. Sobretudo, *todo sujeito em análise entra no processo cumulativo do desenvolvimento da psicanálise*, ao menos contribuindo para aperfeiçoar a profissionalização de seu analista e mesmo para o progresso da teoria, se tem o azar de ser célebre como o homem dos lobos*.

Essas observações não foram inspiradas por uma indignação moral. Como poderia um cirurgião aperfeiçoar sua técnica sem fazer operações, ou ainda como alguém poderia se tornar mecânico

25. A publicação dos casos clínicos coloca para os analistas um difícil problema deontológico, já sublinhado por Freud. Problema cada vez mais espinhoso, na medida em que as regras de auto-recrutamento do meio analítico tornam aleatório o respeito ao anonimato. Que os analistas sejam em geral corretos quanto a este ponto não desautoriza minha proposição de que todo paciente é um caso virtual. Cada analista traz em seu currículo alguns “belos casos” dos quais lamenta não poder tirar partido por razões deontológicas.

sem consertar automóveis? É, pois, a estrutura da *relação de serviço* que serve de matriz a todas as profissões. É portanto um *processo objetivo* que tento evidenciar, aquele pelo qual a psicanálise se vincula à psicologia e a todas as técnicas de exame, de perícia, de pesquisa e contabilidade humana por meio de um liame tênue, mas tenaz. Este processo é aquele pelo qual a situação analítica assegura as condições de um privilégio de saber a partir da situação de poder do psicanalista. Extrai do sujeito uma mais-valia de conhecimentos, e se quiséssemos ser polêmicos observaríamos que, além do mais, o analisando paga por isto. Estaríamos em parte sendo injustos (salvo supondo um profundo masoquismo de todos os indivíduos em análise) pois a análise não é *apenas* isto. Mas há em toda situação analítica este descolamento em relação a si própria, por si própria providenciado, e a partir do qual ela própria se põe a balancear. Tratemos agora de seguir, ponto por ponto, esta deriva, à medida que seus efeitos se vão acusando.

Se ao nível da análise dual este esboço da análise parece a alguns grosseiramente reducionista, é que o problema é difícil e também porque corro alguns riscos propondo uma resposta, sei muito bem, não completamente elaborada. Mas de duas, uma: ou se destaca uma pista, o que leva inicialmente a correr um pouco depressa, ou bem se contenta em reiterar a complacência do discurso analítico sobre si próprio. Sartre, em sua bela apresentação do texto do "homem do magnetofone" *, parece que exprimiu, numa outra linguagem, algo muito próximo:

Por sua simples presença, o invisível e silencioso testemunho de seu discurso – entendamos: do que ele diz e do que se faz dizer pela indispensável mediação de um sujeito – transforma na própria boca do paciente a palavra em objeto pela simples razão de que não poderia aí haver, entre estas costas e este homem sentado, invisível, inatingível, nenhuma reciprocidade. ²⁶

Mas isto seria simples demais, e Sartre bem que se dá conta de não poder assumir completamente esta frase. O que descreve é a experiência do "homem do magnetofone", acrescentando por sua própria conta: "Já sei que o 'doente' deve emancipar a si próprio, cabe-lhe *se* descobrir pouco a pouco" ²⁷. Mas, afinal, Sartre está falando da patologia da relação analítica ou de seu modo de proce-

26. J. P. Sartre, *Les Temps modernes*, nº 274, abril 1967.

27. J. P. Sartre, *op. cit.*, p. 1815.

der? É totalmente diferente: a patologia da relação concerne àqueles que nela estão imersos, analistas e analisandos. Problema frequentemente dramático, porém muito particular e, em suma, limitado ao risco que correm os que escolhem nela ingressar. Se é, ao contrário, de seu regime “normal” que se trata, é todo o destino social da psicanálise que se encontra assim prefaciado.

Tentei construir a noção de psicanalismo para dar conta desta ambigüidade enquanto me parece *constitutiva da própria psicanálise*. Ela permite ver na situação analítica este precipitado instável, que *ao mesmo tempo* que produz efeitos diretos sobre o sujeito, efetua este descolamento pelo qual uma certa quantidade de saber lhe é arrancada, levada pelo analista e por ele recosturada. Este se põe, então, a funcionar como um especialista capaz de estocá-la, de “despachá-la” e de manipulá-la independentemente do controle do sujeito. Esta punção é operada na mais “pura” relação analítica, devido a sua vinculação com a relação de serviço. Inseparável dela, pois já está inscrita na estrutura da transferência, a partir das regras da convenção analítica. Iremos ver o infinito desdobrar de suas conseqüências, cada vez mais manifestas à medida que cada vez mais se objetiva o trabalho analítico nas instituições.

Seguirei esta pista segundo dois círculos concêntricos. Primeiramente (no capítulo a seguir), no curso do movimento de institucionalização de primeiro grau pelo qual uma relação analítica necessariamente se inscreve no quadro de um grupamento profissional ou “sociedade” psicanalítica. Segundo (capítulos 7 e 8), quando a prática analítica é institucionalizada em segundo grau numa rede organizacional que renova o essencial das funções sociais da medicina mental. Esquemáticamente, a diferença é a seguinte. Nas “sociedades” psicanalíticas, a punção do saber é feita essencialmente no interesse do analista e pela glória da psicanálise. (Exemplo: a “mais-valia” de conhecimento que dá lugar à publicação de um “caso clínico” supõe a organização do meio analítico do tipo “comunidade de sábios”; ele reforça o estatuto particular do analista e o estatuto teórico e social da “sociedade” e da psicanálise em geral, na medida em que permite, em princípio, um progresso da teoria psicanalítica.) A relação é mais uma vez abalada com a penetração do saber e das técnicas analíticas em instituições em princípio totalmente estranhas às “sociedades” analíticas. O controle da utilização de sua própria mais-valia começa então a escapar das mãos dos analistas, a menos que eles mesmos se ponham à testa deste movimento de expansão que fornece à lógica do psicanalismo suas últimas implicações sociais. (Exemplo mais próximo das funções da psicologia de que falamos mais acima: é ridículo hoje em dia medir quocientes intelectuais, a apreciação do nível escolar pelo diploma

bastando na maior parte dos casos; é então que testes globais de personalidade, de inspiração psicanalítica – Rorschach, TAT etc. – cada vez mais são usados para apreciar as potencialidades do indivíduo em responder às exigências do mercado de trabalho; assim, nos estabelecimentos onde domina a ideologia psicanalítica, os enfermeiros psiquiátricos têm agora a vantagem de serem selecionados em função de uma apreciação de sua “personalidade”, que tudo deve à psicanálise; em quantas instituições, administrações, organizações, estes processos de recrutamento não são observados? Isto sem prejuízo de todos os outros casos em que é a formação ou a ausência de formação analítica que constitui o critério da seleção.)²⁸

Chega de falar de “recuperação”. Com isto, é atrás da própria sombra que a psicanálise corre. E, afinal, é com frequência cada vez maior que de novo a agarra.

28. Esta intrincação dos procedimentos sociais de seleção-exclusão e das racionalizações analíticas toma às vezes, na consciência tranqüila, formas incríveis quando são diretamente os analistas que a impõem. Assim, no Departamento de Ciências Clínicas da Universidade de Paris VII, * uma condição *sine qua non* para se tornar monitor de grupos de enfermeiros constituídos no quadro da recente lei sobre a formação permanente é exercer alguma prática analítica. Evidentemente que para o exclusivo benefício dos alunos.

6. DA SEITA À IGREJA

Já começamos a ver como o corpo psicanalítico se esforçava em tratar como miudeza o problema de sua institucionalização: busca da estrutura menos nociva possível, isto é, de uma “sociedade” que assumisse as tarefas organizacionais indispensáveis com o mínimo de *feedback* sobre a pureza da mensagem a transmitir e a desenvolver; focalização do debate sobre a questão da “formação” do analista – como encontrar condições de livre escuta que não sejam imediatamente parasitadas pelas exigências prosaicas do recrutamento, do progresso do curso, dos procedimentos de seleção e habilitação etc. A psicanálise deve viver sob o mito da revolução permanente pelo inconsciente, mas por dentro sente-se corroída pelo fantasma da rotinização burocrática. De fato, esta contradição é insuperável nos termos da doutrina, e os psicanalistas mais lúcidos reconhecem que mal podem passar dos compromissos mais ou menos satisfatórios na base de um antagonismo fundamental entre a mensagem do inconsciente e a maneira pela qual ele se encontra enredado nas estruturas organizacionais.¹

Ao que eu saiba, num contexto analítico quem mais longe levou a questão foi Piera Castoriadis-Aulaignier, quando se interroga sobre a implicação do “extraterritorial” (mais ou menos o que chamei de “extra-analítico”) no campo analítico, propondo o termo “sociedade de demanda” para “pontuar a relação hoje existente entre a sociedade, tomada aqui em sentido largo, e a função do psicanalista a qual ela faz apelo.”² Prova de que uma certa escuta se delinheia em alguns meios analíticos, que uma certa crítica (desenvolvida na seqüência do artigo) é feita sobre a pretensão analítica de

1. Encontraremos sobretudo nos três primeiros números de *Topique* um longo debate sobre esta questão. Cf. em particular os artigos de P. Castoriadis-Aulaignier, F. Perrier, N. Perrier, J. P. Valabrega. Cf. também *Etudes freudiennes*, nº 1 e 2.
2. P. Castoriadis-Alaaignier, “Sociétés de psychanalyse et psychanalyste de société”, *Topique* nº 1, outubro 1969.

operar um corte total em relação ao extra-analítico. Entretanto, enquanto analista, P. Castoriadis-Aulagnier restringe a abertura de sua questão “à psiquê do sujeito, tal como ela nos interroga em nosso campo”: em suma, o custo a ser pago pelo analisando por aquilo que permanece, no analista, de “extraterritorial”.

Esta limitação da questão é, se assim posso dizer, profissionalmente fundamentada. Em troca, cessa de sê-lo num projeto não-analítico. Não que se trate simplesmente de reabri-la, mas de invertê-la. O problema não está, então, em se mostrar vigilante diante da infiltração do extraterritorial na análise. Trata-se aqui, como ao longo deste projeto, de se interrogar sobre o estatuto real da “territorialidade” analítica. Mas aqui estamos tocando num novo fundamento de práticas, uma instituição no sentido sociológico do termo, no seio da qual a instituição fundadora do contrato analítico *se objetiva*. Não que ela aqui se perca ou se traia, mas ela permite ler aí mais claramente o que já trazia no coração do dispositivo dual, a substancial cumplicidade do intra e do extra-analítico.

Proponho duas linhas de investigação para destacar, sem nada dever ao vocabulário psicanalítico, a relação intrínseca a unir o psicanalista às modalidades de sua organização. Tentemos assim, segundo uma analogia tomada de empréstimo à sociologia religiosa, o esboço de uma evolução da estrutura institucional da psicanálise como passagem *da seita à Igreja*. Segunda analogia, desta vez emprestada à sociologia industrial: *a passagem de uma organização artesanal de tipo corporativo a uma organização de tipo semi-industrial*.

No princípio era então Freud, na situação do profeta segundo Max Weber: aquele que, no mercado dos bens de salvação (ou de bens de saúde) introduz um novo produto.³ A “revolução psicanalítica” é, antes de mais nada, a irrupção no discurso sobre a psiquê de um *corpus* herético que se desenvolve perturbando as maneiras canônicas de falar da histeria, do corpo, do sexo, da partilha da razão e da fé etc. O profeta entra então necessariamente, e de uma só vez, em luta com os sacerdotes (no caso, principalmente os médicos) pelo monopólio destes bens.

3. Se não se fizesse dos textos de Freud apenas uma exegese sagrada, isto é, piedosa, veríamos estar ele perfeitamente consciente deste aspecto de “marketing” do lançamento da psicanálise. Cf. por exemplo, no início de *Ma vie et la psychanalyse*: “Quem pretende viver do tratamento dos doentes nervosos deve evidentemente poder fazer alguma coisa por eles”. (Collection Idées, Gallimard, 1968, p. 21.) (Tradução brasileira pela Ed. Imago) (N. T.)

Paralelamente, o profeta começa a recrutar na base da novidade de sua mensagem e de seu carisma pessoal. A primeira forma de institucionalização da profecia é a seita. Uma seita é um grupo eleito de marginais ligados por afinidade pessoal ao profeta. A relação com o mestre e a relação com a mensagem se fundem. Larga tuas redes, tua ridícula hidroterapia e teu brutal sugestionamento direto, eu te farei pescador de homens, eu te entregarei a chave dos sonhos, os mistérios da sexualidade, o reino do Édipo, o reino das fantasmas. A seita é ao mesmo tempo o grupo mais fortemente soldado e o mais frágil. Sabe que se mantém sem garantias exteriores, sem reconhecimentos oficiais, graças somente à sua relação com o profeta. O grupo, a partir de então, funciona pela afetividade (amor e ódio), mas estes afetos sendo sublimados como relação com a doutrina. Fidelidade ao mestre, fidelidade à profecia: a ortodoxia é ao mesmo tempo uma vinculação pessoal e uma adesão teórica. Esta fusão é tão necessária quanto mais a seita estiver cercada e ameaçada. Mundo fechado, foco de produção de angústia, as tensões internas não tendo exutório no exterior. É o estado de guerra: é preciso estar sempre no fronte, o desvio é traição, e a exclusão a única modalidade de resolução dos conflitos que ultrapassem o limiar de tolerância do grupo. É inútil estender-se sobre a patologia intersubjetiva que se desenvolve em tal contexto. Seria bastante transparente, mesmo através das versões expurgadas dos "historiadores" da psicanálise, como Jones.

O primeiro paradoxo da história do movimento psicanalítico é que tal situação tenha durado tanto tempo. Podemos observá-lo em sua forma pura até a criação da Associação Psicanalítica Internacional *, mas dura praticamente até a morte de Freud, ainda hoje se repetindo (cf. o papel de Lacan na Escola freudiana). Esta permanência do modelo da seita prova que ela apresentava uma certa funcionalidade tanto no exterior como no interior do grupo para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da psicanálise. Durante muito tempo, e em certa medida, ainda hoje, *o problema institucional da psicanálise foi meio-resolvido, meio-ocultado, mas tanto quanto mal assumido numa estrutura organizacional do tipo da seita*. Pois se trata mesmo de uma estrutura, isto é, de uma organização que, mal ou bem, cumpre suas funções objetivas: controle da ortodoxia, habilitação dos novos membros, definição da estratégia do grupo em relação ao exterior etc. Todo conflito é virtualmente solucionável pelo fato de existir uma instância personalizada que pode ou poderia em última instância defini-lo. Parece que Freud assumiu este difícil papel com uma sutil combinação de astúcia e gênio, lamentando sinceramente a isto não se poder furtar, porém manipulando-o com prudência, habilidade e às vezes cinismo, seja arbitrando

com serenidade as emoções do grupo, seja intervindo com uma surpreendente brutalidade (como no caso de Tausk), mas sempre consciente de defender uma linha em nome dos interesses superiores da psicanálise. Infelizmente, sem dúvida, o vocabulário psicanalítico aqui se presta muito bem a descrever estas relações afetivamente sobredeterminadas (transferência e contratransferência, investimento da figura paterna, conflito entre irmãos, feridas narcísicas etc). Eis por que seria preciso não tanto estabelecer o sociograma do círculo vienense, mas sim proceder com o frio rigor de um etnógrafo estruturalista para destacar a complexidade desta organização que foi, afinal, bastante realista para permitir à psicanálise atravessar um longo e difícil período histórico.

Pois esta estrutura interna deve ser compreendida em função da conjuntura exterior. Este “mundo encantado das relações feudais”, teria dito Marx, conheceu sua idade de ouro entre 1900 e 1920 e corresponde de maneira relativamente adequada a um estágio de muito fraca institucionalização *externa* da psicanálise. O “gueto vienense” reagrupa um bando de marginais em torno de um homem solitário dedicado à prática privada no silêncio do seu consultório. Os ambíguos privilégios de uma profissão “liberal” que pode definir sua deontologia, seus critérios de competência, as regras de admissão e de exclusão de seus membros sem mesmo o equivalente de uma “Ordem” oficial de médicos, sem controle de nenhuma organização de tutela, durante muito tempo mantiveram a ilusão de que o peso dos determinismos sociológicos estivesse suspenso. O trabalho de Reich na policlínica de Viena foi, sem dúvida, a primeira prática de inspiração analítica a se implantar fora do consultório. Sabemos que teve curta duração. Não é sem dúvida tampouco um acaso se a primeira penetração da psicanálise no exterior se faz em direção aos surrealistas, eles próprios um grupo de marginais da marginalidade, nem que tal encontro tenha terminado também num impasse.

Seria entretanto um erro imputar exclusivamente às características do meio psicanalítico o “período de latência” excepcionalmente longo de seu processo de institucionalização. É devido também ao tipo de relação mantida pela psicanálise com as estruturas sociais da época. É instrutiva uma comparação com o que se passou em campos vizinhos à psicanálise. Por exemplo, em 1860 Wundt coloca os fundamentos da psicologia científica experimental. Vinte anos depois, todas as universidades alemãs estão providas de cadeiras da nova disciplina. Dez ou vinte anos ainda e não é somente todo o mundo acadêmico ocidental, mas o das “aplicações industriais”, pedagógicas e outras que abrem um largo espaço à psicologia experimental. Uma forte rede de professores, de pesquisadores,

de técnicos organizados nas melhores condições são postos em campo.⁴

Nem tudo, pois, é explicado pelo comportamento da análise. A diferença no ritmo e nas modalidades de aceitação da descoberta freudiana é um seguro índice de sua novidade. Assim como do fato dela não encontrar imediatamente, como se diz, “demandas” sociais, isto é, o que ela trazia não encontrava uma imediata retradução em função de finalidades sociais precisas. Tudo se passa como se a psicanálise por longo tempo houvesse guardado o segredo daquilo que nela se prestava à sua própria orquestração no quadro da problemática do poder. Tentei, no capítulo 4, esclarecer algumas das razões conjunturais que podem explicar a existência de um tal atraso entre o advento da descoberta freudiana e a tomada de consciência do que, nela, é homólogo às estruturas sociais dominantes. Que este atraso esteja hoje em dia a ponto de ser recuperado, e por que, é tudo que pretendo elucidar agora.

Com efeito, as coisas estão para mudar rapidamente. A impressão de combate na retaguarda que alimenta a leitura da maior parte da literatura psicanalítica consagrada aos problemas organizacionais deve-se ao fato de que os psicanalistas aí só conceitualizam uma pequena parte, cada vez mais restrita, da prática psicanalítica. É cada vez mais irrealista partir do modelo da seita para nele tentar introduzir o conjunto das questões organizacionais colocadas diante da psicanálise. Para isto há uma simples razão objetiva: a transmissão à maneira pessoal de uma mensagem profética não é mais a função principal da instituição psicanalítica à qual poderíamos acrescentar algumas atividades anexas do tipo “política externa”: definição da estratégia exterior do grupo, interesse quanto ao alocamento de seus membros etc. A relação se inverte, o problema da “formação” tende cada vez mais a se tornar uma dificuldade entre outras enfrentadas por um grupo de analistas na gestão de interesses cada vez mais vastos. Concentrar sobre ele a atenção tem uma função de reassseguramento: se não é um problema fácil, ao menos é um problema que pode ser colocado e argumentado, senão resolvido, nos termos da doutrina. Mas vá se deduzir da obra de Freud se um

4. Cf. um interessante estudo sociológico das modalidades de penetração da psicologia experimental nos meios universitários: J. Ben David e R. Collins: “Social Factors in the Origine of a New Science: The case of Psychology”, *American Sociological Review*, vol. 31, nº 4, agosto 1966.

analista deve ou não tomar assento num conselho universitário, ou na comissão administrativa de um hospital psiquiátrico! Aqui, não é mais a casuística a reinar, mas o silêncio rompido apenas por algumas condenações expeditivas e alguns arrazoados *pro domo*. Cada um se desvencilha em função de seus próprios interesses envolvidos na questão, segundo o perfil da carreira por ele escolhido. O problema, contudo, não é pensado, pois não é pensável em termos analíticos.

Prosseguindo na aplicação de minha analogia, direi que os psicanalistas não compreenderam ainda que a psicanálise é, hoje em dia, mais uma Igreja que uma seita. Seja a oposição destas noções tal como formuladas de maneira penetrante por Bourdieu:

*Produto da institucionalização e da burocratização da seita profética (com todos os efeitos correlatos de "banalização"), a Igreja, que apresenta numerosas características de uma burocracia (delimitação dos domínios de competência e hierarquização regulamentada das funções, com a correlativa racionalização das remunerações, das "nomeações", das "promoções" e das "carreiras", codificação das regras que regem a atividade profissional e a vida profissional, racionalização dos instrumentos de trabalho, tais como o dogma e a liturgia, e da formação profissional etc.), se opõe objetivamente à seita, como a organização ordinária (banal e banalizante) à ação extraordinária de contestação à ordem ordinária.*⁵

Proponho a aplicação termo por termo deste texto às sociedades de psicanálise para estabelecer não ainda, sem dúvida, a materialidade de todas as suas práticas, mas a objetividade do processo de sua evolução. Um ponto sobretudo deve ser sublinhado. O que faz do sacerdote o herdeiro do profeta é que ele continua a empregar a linguagem da profecia, talvez na medida em que ele se sente mais como um sacerdote e que sua prática se afasta cada vez mais do modelo de referência. Cada vez mais homem de organização, ele se apresenta crescentemente como homem da iniciação. Falando sempre da "outra cena" quando cada vez mais joga seus peões nesta aqui. Eis o que torna extraordinariamente difícil uma sociologia dos grupos de funcionamento religioso. Primeira regra: não reiterar a linguagem do sagrado que aí está para tudo recobrir (racionaliza-

5. P. Bourdieu, "Genèse et structure du champ religieux", *Revue française de sociologie*, XII, 1971, p. 320-321. (Trad. brasileira: "Gênese e Estrutura do Campo Religioso", in P. Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, introd., organ., trad. e seleção de Sérgio Micelo, ed. Perspectiva, 1974.) (N. T.)

ções). Segunda regra: tomar, ao contrário, ao pé da letra os silêncios, que se indica fazendo sempre referência às práticas reais. Leitura “sintomal”, se quiserem, mas aqui é a materialidade das condutas que trai os brancos e os lapsos do discurso. Algo totalmente diferente de um processo de intenções, a menos que toda busca de uma objetividade por trás das intenções seja processo de intenções. Mas o que estou tentando é ir “aos subterrâneos” da psicanálise e não à sua cozinha.

A passagem da seita à Igreja é sobretudo uma nova orquestração da problemática do poder no interior da organização que permita sua dilatação para o exterior. Na seita, ele é exercido sob uma forma carismática, isto é, personalizada e referida a um foco vivo, um homem e seu texto, que mantém de modo contínuo todo o edifício à maneira como o Deus de Descartes cria o mundo a cada momento. Na Igreja, o poder se rotiniza e se burocratiza, isto é, se objetiva nas funções, por ele ligadas a papéis, e que se localizam num aparelho. Duas conseqüências fundamentais daí decorrem. Primeiramente, o exercício do poder se hierarquiza, cria intermediários, mediadores e intermediários que se destacam das porções de poder em função da posição que ocupam na estrutura. Segundo, o poder se dilata, difunde-se além dos canais de interconhecimentos, através dos canais institucionalizados e conhecidos mesmo pelos não iniciados. Torna-se assim um elemento suscetível de modificar uma relação de força *igualmente no exterior* do círculo analítico. É daí em diante o jogo de cálculos, estratégias, políticas cujos objetivos não mais coincidem sempre de modo direto com a organização interna do meio. Os detentores do poder no meio analítico jogam, então, em função do equilíbrio de outros aparelhos e por eles são jogados (por exemplo, eles têm uma política universitária e intervêm, como qualquer outro elemento, numa política universitária, por meio de outros agentes que constroem sua própria estratégia a partir de seu próprio lugar em seu próprio aparelho).

Estou, evidentemente, antecipando um pouco. A Escola freudiana, por exemplo, é uma seita ou uma Igreja? Ainda uma e sem dúvida já a outra. Não sei bem se os benefícios dos dois sistemas se somam mais que seus inconvenientes, ou o inverso. Digamos, mais seriamente, que todos os domínios da prática analítica não estão num nível homogêneo de desenvolvimento. Por outro lado, há no meio psicanalítico francês uma divisão do trabalho bastante funcional. Os principais teóricos são ainda na maioria das vezes analistas de consultório. Dedicam-se principalmente ao desenvolvimento teórico da doutrina na base de seu “material”, recolhido sobretudo na relação dual. Quando se dão conta, e cada vez mais, de que há outros tipos de práticas analíticas, é em geral para negá-las, recu-

sando-lhes a qualidade de “verdadeiras” atividades analíticas. Estes são os analistas que muito contribuíram para a credibilidade do mito da “recuperação”. Às vezes o corte se realiza sob formas mais sutis, até produzir obras-primas de acrobacia psicológica: tecnocrata moderno no hospital ou na universidade pela manhã, analista tradicional de divã à tarde e teórico da “outra cena” à noite, o mesmo psicanalista pode militar no *aggiornamento* da psicanálise sem renunciar a se pensar como um autêntico porta-voz do inconsciente freudiano.

Falta-me experiência para penetrar nestes malabarismos psicológicos. Apenas coloco como princípio metodológico que o equívoco dos discursos, a dualidade ou a triplicidade das linguagens assinalam a existência de contradições nas práticas. São estas práticas, mais do que as atitudes dos psicanalistas, que me interessam. Devo ir para o mais urgente, sem negar que os porta-vozes do inconsciente possam ser colocados diante de autênticos casos de consciência. Mas entrar nestes labirintos exigiria muitas voltas. Partir das contradições nas práticas é portanto formulá-las numa única linguagem, a da objetividade, mesmo parecendo unilateral, parcial, caricaturalmente redutora. Podemos contar com os psicanalistas para reinjetar a carga de subjetividade que foi então sacrificada.

Eu havia proposto a analogia do esquema religioso da passagem da seita à Igreja para objetivar, de modo muito descritivo, a evolução das práticas organizacionais da psicanálise. Proponho agora um segundo caminho, capaz de provocar uma redução mais radical da fantasmagoria analítica em tal assunto e desembocar numa explicação positiva das práticas. Chegaremos assim a compreender, espero, que a história do movimento psicanalítico é exatamente a história de seus investimentos *institucionais* sucessivos, e não a do investimento libidinal de seus membros. Vamos agora à interpretação da evolução da profissão psicanalítica como a passagem de um estágio de organização da produção de tipo artesanal para um estágio semi-industrial⁶.

O psicanalista de clientela é semelhante a um trabalhador independente possuidor de seus instrumentos de produção. Neste estágio da divisão do trabalho, a corporação dos prestadores de serviços equivalentes é o modo de organização mais adequado. O aprendizado é feito no quadro de uma relação personalizada entre o mes-

6. Este esquema da passagem da instituição corporativa à organização industrial foi aplicado para captar a evolução de outros grupos sociais. Cf. G. A. Guilhon-Albuquerque, “Le Mouvement étudiant en Europe et en Amérique Latine”, *L'Homme et la Société*, nº 25, abril-junho 1972.

tre e o aprendiz (“didática” *). O grupo supervisiona os processos de habilitação (“supervisão” *) – o homólogo da “obra-prima” • sendo aqui o tratamento dos primeiros pacientes sob o olhar de um ou vários analistas consagrados – e difunde a ideologia na medida em que transmite um sistema de regras deontológicas.

Numa tal organização de tipo arcaico (corporação), o maior crédito possível é dado, no recrutamento, às motivações pessoais do sujeito, à sua adesão sem reservas aos princípios fundadores da doutrina e a seu devotamento à “causa”. Os procedimentos formais são reduzidos ao mínimo, contentando-se essencialmente em consagrar por acordo recíproco e quase tácito um processo de auto-engendramento, ou por auto-reprodução do modelo personalizado na figura do mestre. A relação de poder e as características objetivas de uma hierarquia são mascaradas pela eletividade de uma escolha recíproca. Nesta estrutura, as diferenças entre o aprendiz e o mestre reduzem-se, em última análise, a uma defasagem temporal, o aprendiz estando destinado a herdar integralmente as prerrogativas de seu iniciador (a despeito de seu arcaísmo, este modelo é frequentemente encontrado em níveis muito especializados e muito “elevados” da divisão do trabalho social que tenham escapado aos processos de racionalização tecnocrática: por exemplo, é o caso típico da relação que unia, e ainda une, o assistente e o professor na Universidade tradicional). As gratificações encontram-se sutilmente equilibradas de ambos os lados. Em particular, este modelo não sacrifica os aspectos mais prosaicos de um sucesso, acesso à carreira e seu progresso. Assume-os segundo sua lógica própria. A clientela é recrutada na base de uma rede de relações pessoais. A fidelidade ao mestre prolonga-se na fidelidade a um grupo (“sociedade”) cuja vinculação e reputação garantem evitar o desemprego. Entretanto, a relação pessoal com o “didata” e os “supervisores” continua determinante. Os “didatas” (ou o que os substitui, pois hoje tal termo está fora de moda) são os membros mais conhecidos e mais prestigiados da sociedade. Para eles, a lei da oferta e da procura caminha no sentido da pletora. É assim que eles fazem a triagem de sua clientela em função de seus próprios critérios, “despachando” os outros casos para seus discípulos debutantes. O mesmo ocorre com o progresso na carreira analítica. O grupo controla a cota de cada um. Este procura os meios de franquear os diferentes escalões da respei-

• Refere-se ao trabalho que o aprendiz devia apresentar ao mestre no final de seu aprendizado para ser admitido, de pleno direito, na Corporação específica.
(N. T.)

tabilidade analítica: exposições em seminários, artigos em revista etc. Que tais costumes possam desenvolver um sistema de coerções extraordinárias, com um custo psicológico esmagador para aqueles que o sofrem, sobretudo na base, é o que mostra com toda a evidência a história concreta da psicanálise francesa nestes últimos vinte anos. Constitui, sem dúvida, a melhor chave para compreender o conformismo da produção psicanalítica, tanto maior quanto mais bem sucedida é a integração na escola e mais forte é a integração da própria escola. Mesmo se as diferentes “sociedades” se assemelham em muitos de seus traços, deve-se conferir ao menos um juízo favorável aos que partiram para tentar fazer algo diferente. Alguma coragem se fazia necessária pois – paradoxo para quem lesse a literatura psicanalítica sem conhecer os hábitos analíticos – é um meio que não gosta muito dos “desviantes” e talvez até mesmo dos espíritos verdadeiramente livres. Evitando exemplos contemporâneos, convenhamos que os discípulos que formavam em torno de Freud uma guarda pretoriana fazem uma pálida figura ao lado da forte personalidade dos grandes excluídos. Mesmo descontando Adler ou Jung, que partiram para fazer sua carreira por outros lados, há no destino dos outros, como Ferenczi e sobretudo Tausk ou Reich, uma pungente tragicidade, como se para traçarem seu próprio caminho tivessem de pagar o alto preço de uma falência. É sempre uma surpresa descobrir na relação de um analista, mesmo aprovado, com seu guia uma dimensão – ousaríamos dizer a palavra? – profundamente pueril. Afinal, o que se está tramando pelo lado do reassseguramento? Esta incondicionalidade já existia “antes” ou foi reforçada “depois”? Não haverá em certos grandes analistas técnicas conscientes ou inconscientes para não liquidar de todo a “transferência”?

Teoricamente, tal sistema pode se reproduzir ao infinito, reproduzindo seus próprios produtores com o mínimo de perdas, segundo o princípio da cooptação. É certo que nem toda “didática” por sua vez produz um didata. Há, como em toda organização mesmo quando fracamente estruturada, diferenças de prestígio e de padrões. Mas não estão ainda objetivamente marcadas numa hierarquia oficial. A categoria de “quadro médio” só aparecerá de fato num estágio posterior. Em princípio, todo analista formado pelo sistema exprime o conjunto do sistema, a posição analítica em sua indivisibilidade. Não há grau na excelência, somente nuances mais ou menos importantes na maneira de exprimi-la. Assim, todo produto em conformidade ao sistema dispõe da totalidade dos privilégios analíticos, mesmo com a isenção de exercê-los num registro mais modesto: reproduz a relação instauradora da transferência e

da contratransferência, porém sobre um material mais profano (casos mais fortemente terapêuticos ou clinicamente menos interessantes, enquanto os líderes de uma sociedade abrigam em geral uma maioria de didatas ou de indivíduos retidos em função de sua possibilidade de *insight* ou de verbalização); se por um lado negocia livremente o contrato analítico, por outro seus preços são inferiores; é soberano no julgamento da “indicação” (ou da contra-indicação) da análise, enorme privilégio e que, ao que eu saiba, não foi jamais seriamente teorizado⁷. Logo, qualquer que seja seu padrão de importância, todo analista encontra-se assim na situação do trabalhador independente que vende “livremente” seu trabalho.

Tudo muda com o trabalho institucional. Passa a ser agora a instituição (o hospital, o dispensário *, a clínica, o centro médicopsicopedagógico * etc.) quem no essencial impõe os critérios do recrutamento da clientela a partir de suas próprias finalidades. É ela quem está em condições de recrutar seus agentes. É ela quem vai ter, cada vez mais, o direito de supervisionar sua formação. A instituição não é somente um organismo público, semipúblico ou privado, com sua marca, sua razão social, suas instalações, seu pessoal, sua organização, sua hierarquia etc. É também o conjunto dos interesses sociais e políticos que ela representa, os do ministério da Educação, os da direção da ação sanitária e social *, da Previdência Social, das municipalidades, das diversas associações de assistência – tipo associações familiares de crianças deficientes – etc. Em última instância, é a instituição que passa o contrato: ela é o juiz da indicação terapêutica (mais simplesmente ou mais fortemente, da necessidade ou não necessidade de “assumir o cuidado” em função de seus critérios que nada têm a ver com a exigência da escuta inconsciente), da escolha do cliente e do próprio prestador de serviços.

A consequência, do ponto de vista analítico, é uma dupla apropriação: dos privilégios do trabalhador independente livre possuidor de seus meios de produção; da sociedade-corporação em suas exclusivas prerrogativas de instrumento de habilitação legítima, a menos que ela mesma se transforme mais ou menos voluntariamente em agência de *marketing*, que explicitamente leve em conta a “demanda” institucional para formar seus produtos e distribuí-los nos circuitos mais rentáveis. É o movimento a que progressivamente ora assistimos. A sociedade-corporação, que se contentava essencialmente em supervisionar os processos de cooptação, abre

7. Cf. entretanto um esboço neste sentido de J. L. Donnet, “Psychanalyse et médecine”, in *La Psychanalyse*, Denoel, 1970.

espaço a uma sociedade-sindicato, ou antes, pois a ação para o exterior é muito pouco “reivindicativa” (praticamente se reduzindo a racionalizar a expansão), a uma sociedade-escritório de alocação de mão-de-obra.

Na conjuntura de transição em que nos encontramos, a situação ainda está confusa. Certas sociedades tomaram a dianteira, outras permanecem ainda num estágio quase artesanal. Os processos de recrutamento freqüentemente ainda passam por circuitos de convivências e alianças pessoais (o estágio “racional” só será atingido quando se leve em conta apenas a vinculação formal à organização, em suma, a “carteirinha” da sociedade). Já agora, entretanto, é cada vez mais freqüente a imagem de marca da sociedade, a solidez de sua implantação em tal setor, o que se torna o elemento determinante em função do qual tal candidato é retido de preferência a um outro, numa situação globalmente dominada pelo fantasma do desemprego. (Por exemplo, é bem sabido que as instituições para crianças deficientes de uma certa região parisiense são colonizadas pelos adeptos da Escola freudiana, as de uma outra pelos membros do Instituto *; estudos destas redes de implantação, mediações concretas de que eles se servem, do papel dos diferentes intermediários etc. começam a ser feitos; daí se pode esperar importantes contribuições para constituir uma sociologia empírica da psicanálise.) De forma crescente, terceiros cada vez mais conscientes de suas próprias exigências intercalam-se entre o filiado e sua sociedade: representantes de ministérios, das administrações, organismos de tutela, estados e prefeituras etc. Não poderão mais fingir por muito tempo serem terceiros excluídos.

Um indício irrecusável do fato de estarmos a ponto de passar de um estágio a outro da organização da profissão psicanalítica é a institucionalização de uma nova categoria de *quadros médios* da psicanálise. “Projeto Anzieu” *, projetos mais ou menos conhecidos do Instituto, ensino psicanalítico dado pela Universidade Paris VII (a maior parte das tendências, seja qual for sua mensagem, toma parte numa operação inevitável a mais ou menos longo prazo e que condiciona, em larga medida, o controle da psicanálise pelos anos que se seguem) conspiram para definir um novo nível de exercício profissional, uma espécie de competência intermediária imposta pelas exigências institucionais explícitas. Ao lado dos analistas inteiramente à parte e que seguem a “via real”, cujo exercício principal se dá no quadro do contrato liberal, já existem então “psicoterapeutas” que respondem, na sua falta, a uma demanda institucional. Por enquanto, tal procedimento restringe-se sobretudo às crianças, com a extraordinária proliferação de diferentes tipos de institutos

médico-psicopedagógicos. Sobretudo por se tratar de crianças é que talvez se pense esta diferença na formação dos terapeutas como uma diferença de ordem principalmente quantitativa: este novo psicoterapeuta poderia ser formado mais rapidamente porque sua ocupação é menos qualificada e por permanecer – o que é muito importante – sob o controle permanente dos psicanalistas-chefes (a idéia básica, verdadeiramente estúpida, é a de que para um pequeno bastaria uma análise pequena dada por um pequeno analista). Mas o psicoterapeuta não é apenas um analista menor. É uma nova figura do dispositivo analítico, um novo agente social que trabalha, em relação ao analista tradicional, a cena institucional.⁸ Por seu intermédio, a relação do analítico e do extra-analítico toma nova configuração, pois, pela primeira vez, as exigências extra-analíticas são formuladas de forma *explícita*. Nesta nova conjuntura, a psicanálise revela objetivamente sua permeabilidade a este tipo de demanda. Vimos anteriormente que a relação analítica clássica não era absolutamente descontextualizada (a relação de serviço, o contrato liberal etc.). Mas a resposta por ela dada à demanda social apresentava a particularidade de se mostrar velada e negada. Aqui, a cumplicidade da resposta e da demanda ainda está negada, mas não mais velada. O psicanalista ou o psicoterapeuta ainda se nutre geralmente da ilusão de que ele substitui uma demanda por outra. Pretende não estar respondendo à demanda explícita da instituição mas estar escutando o paciente. Em suma, crê-se bastante forte para jogar com os determinismos e ter um peso maior que o do conjunto do contexto objetivo em que se inscreve. Esta ficção, cada vez mais difícil de ser mantida, não durará muito tempo, e de qualquer modo importa pouco o que pensa o psicoterapeuta e sim o que ele faz. O que faz sem querer sabê-lo, nós o veremos no capítulo seguinte, não é mais totalmente negligenciável. Por enquanto, apenas tiremos a conclusão no que concerne à estrutura organizacional da psicanálise.

A sociedade-seita, ou a sociedade-corporação, está a ponto de se tornar uma sobrevivência que abrirá espaço aos grandes escritórios de formação e de alocação racionalmente geridos por tecnocratas que, no entanto, não deixarão de se dizer e mesmo de ser analistas, provando, com isto, o que já se começa a saber: que não há uma incompatibilidade insuperável entre estas duas vocações. Este

8. Evidentemente existem psicoterapeutas de clientela privada (o que, de outro ponto de vista, não é mais seguro), da mesma forma que cada vez mais analistas trabalhando em tempo integral em instituições. É justamente por existirem psicanalistas-líderes que pode se implantar, sob seu controle, o exército de necessitados da psicanálise. Mas estou aqui destacando a tendência geral; serei mais preciso depois, sobretudo no capítulo seguinte.

processo de transformação irreversível é o suporte do atual debate sobre as “sociedades psicanalíticas”. Este problema é de fato importante, e mais do que geralmente se pensa, se é verdade que é toda a psicanálise tornada adulta, socialmente responsável de seu destino, que se põe a pender para o lado do poder. Com isto, em todo caso, ganha-se em clareza, pois torna-se manifesta uma vocação objetiva da psicanálise, que nos capítulos precedentes fora preciso reconstruir por digressões teóricas, vencendo as dificuldades das racionalizações às quais o fraco nível de institucionalização da doutrina conferia ainda uma aparência de legitimidade.

É certo que as funções mais tradicionais das sociedades continuarão a ser assumidas, talvez mesmo pequenos grupos se especializando na tarefa de reproduzi-las. Sem dúvida, haverá sempre “analistas puros” formados segundo os critérios tradicionais e trabalhando no quadro tradicional do consultório. Igualmente, sempre haverá alguns censores rigorosos para salmodiar que tudo isto é uma vergonha e que Freud é por todos traído a cada dia. Cassandra mal-amadas, reis sem coroa por trás de seu divã, profetas despojados de suas multidões guardaram as Tábuas da Lei, cada vez mais clamando no deserto. A massa dos adeptos voltou-se para o bezerro de ouro: a psicanálise é bem deste mundo. Mas se esta cena reencontra a “outra”, não será porque dela jamais esteve separada?

A atual conjuntura histórica permite localizar o deslocamento da relação do manifesto e do latente na estrutura institucional da psicanálise. Torna-se manifesto que a institucionalização da psicanálise sempre assumiu não apenas as tarefas prosaicas de todo grupo profissional (“política interna” e “política externa”; recrutamento, formação, freguesia, propagação, publicidade, defesa da imagem da profissão etc.), mas também que ela garantiu a relação entre a doutrina e a possibilidade de suas reutilizações sociais. Hoje, que a organização da profissão está a ponto de se tornar um lugar de centro de formação acelerada, de agência de *marketing*, de escritório de alocação temporária etc., este cuidado com a implantação em lugares onde são mais urgentes as tramas do controle social vai tornar-se irrecusável.

Não estamos ainda, por enquanto, em plena evidência, e isto por duas razões. Por um lado, porque tomo o processo no momento em que está dando os primeiros e confusos passos, e antes de ter reunido todas as provas empíricas de sua implantação, o que exigirá um trabalho longo e coletivo.⁹ Por outro, porque nesta situação

9. Desde alguns anos, no departamento de Sociologia da Universidade de Vincennes, uma análise das instituições deste tipo foi progressivamente empreendida

instável o esquema da recuperação continua a produzir efeitos suplementares de confusão. Quando não se refugiam no autismo do consultório, os melhores analistas continuam a eludir o problema, dele fazendo uma peripécia extra-analítica da psicanálise.

Uma característica da atual situação francesa fará, sem dúvida, com que esta situação evolua muito rapidamente. A fascinação pela psicanálise nos meios psiquiátricos e parapsiquiátricos, nestes últimos anos, produziu, ao menos na região parisiense, uma plethora de jovens analistas no livre mercado da clientela privada. O paradoxo é que estes analistas, formados pela mais sofisticada ideologia psicanalítica, a da não-cura, da livre-escuta etc., acham-se conduzidos pela concorrência a trabalhar em instituição, não tanto em instituições psiquiátricas de estilo clássico (salvo para cumprir as exigências do internato), mas em organismos parapsiquiátricos ou para-escolares que as prefeituras e ministérios criam à vontade. Mesmo com a melhor das boas vontades analíticas, as categorias da psicanálise revelam-se cada vez menos adequadas para pensar esta contradição. Deveria ser evidente para quem não está incondicionalmente ligado a qualquer sacralidade que o antagonismo sempre se interpõe entre um discurso do inconsciente que pretende exprimir o essencial da prática analítica e esta essencial proliferação do inessencial, o que é bastante para reverter esta relação essencial-inessencial. Muitas coisas para o destino da psicanálise francesa nos anos próximos dependerão do partido que tomar a maioria desta massa flutuante. Continuarão a recobrir apenas com o discurso do inconsciente todos estes dilaceramentos institucionais, sociais e políticos? Parece que, cada vez mais, analistas não integrados no sistema tornam-se capazes de uma outra "escuta", talvez simplesmente porque o sistema tradicional não lhes pode mais oferecer uma integração. Se hoje em dia alguma coisa se põe a agitar na psicanálise, é sem dúvida devido menos a uma evolução no empíreo do conceito do que a estas prosaicas contradições assinaladas pela mais chã análise sociológica.

Acabamos de percorrer o caminho que conduz do contrato (analítico) à sociedade (psicanalítica). Não é, como crêem em geral os analistas, o momento da queda, ou da tentação da queda na mundanidade. As jogadas já estavam de antemão feitas, não somente porque a existência de uma (ou várias) sociedade psicanalítica seja inseparável *de facto* tanto quanto *de jure* da existência da psicanálise, mas, de modo mais profundo porém, porque neste fenômeno da so-

nesta ótica com estudantes que aí trabalham. Devo-lhes o essencial do que sei. Será possível ser mais preciso e rigoroso à medida que avance o trabalho.

cidade psicanalítica podem ser reconhecidas às constantes que inscrevem a psicanálise *como tal* na sociedade em geral. A sociedade psicanalítica é apenas o primeiro suporte institucional objetivo (uma “organização” no sentido da “sociologia das organizações”: um grupo estruturado de pessoas reunidas por um ou mais fins comuns e que trabalham pela realização destes fins¹⁰) no qual se planificam (no sentido em que se fala da “política” de uma empresa ou mesmo do “programa” de uma firma) as funções e interesses *indisociavelmente* intra e extra-analíticos da psicanálise. Em particular o grupo regulariza o processo de privilegiamento do saber e normaliza os mecanismos de imposição do poder simbólico, já presentes, como vimos, na situação dual.

Talvez pudéssemos parar aqui se a intervenção psicanalítica se orquestrasse apenas sob a forma de relação dual. Mas vimos também que é este cada vez menos o caso. Ora, a sociedade psicanalítica cuida dos dois lados, tal como um permutador: controla o que se passa na relação dual e aponta o trabalho analítico para outras instituições sociais, em princípio estranhas à proclamada vocação da psicanálise. É o operador da institucionalização em segundo grau (ou em terceiro, se contarmos o contrato analítico como o primeiro) da psicanálise. Domínio imenso, que ainda estamos longe de ter percorrido.

Há entretanto um setor para o qual já se pode esboçar um primeiro balanço, aquele onde a psicanálise mais cedo começou sua penetração (pois, de fato, é nele que nasceu) e onde mais sistematicamente a prosseguiu, o da medicina mental.

10. Para estas delicadas distinções semânticas, particularmente entre instituição e organização, cf. E. e M. Enriquez, “Le Psychanalyste et son institution”, *Topique*, nº 6, 2º trim., 1971.

O PSICANALISTA, SEU LOUCO E A PSIQUIATRIA

Os agentes da psicanálise infiltrados nos novos setores da saúde mental não são soldados transviados. Nem mesmo franco-atiradores, mas os primeiros batalhões do exército substitutivo da psicanálise investindo sobre as linhas principais do fronte do controle social.

Surpreende o paradoxo de que os psicanalistas, os mais encarniçados caçadores de patologia na vida cotidiana, freqüentemente se esforçam em negar os numerosos laços que unem sua prática à medicina mental. Sinal de termos aí um ponto sensível pelo qual a psicanálise está arriscada a ser devolvida a sua verdade social. O melhor método para não se deixar enganar consiste em destacar a base das práticas objetivas no seio das quais a nova disciplina encontrou seus assentos históricos e a lei de seu desenvolvimento social. Indispensável digressão histórica, tornando este o capítulo mais longo. Deveria, além disso, ser o mais decisivo para fundamentar o conjunto de meu projeto. Por enquanto, me contento em apresentar o esquema de uma argumentação a ser retomada adiante com o conjunto de suas provas históricas e empíricas, limitando-me a duas dimensões estratégicas do dispositivo posto em prática pela psicanálise clássica e substituído pela psicanálise: a articulação da relação repressão-prevenção na intervenção médica e a evolução da estrutura institucional montada para orquestrar esta intervenção.

O dispositivo de intervenção que a medicina mental hoje atua é complexo, aparentemente confuso e mesmo contraditório em algumas de suas orientações. Distinguiremos aqui três modos de cristalização institucional do dispositivo, correspondentes a estratos históricos diferentes, que tanto se opõem em situação de concorrência, quanto se recobrem, se superpõem e misturam seus efeitos para constituir a rede cerrada do controle dos fatos da patologia mental. Em cada um destes níveis, assinalaremos a contribuição própria da psicanálise, tão mais determinante quanto mais caminhe para formas mais novas e sofisticadas do dispositivo.

Estes modos principais de institucionalização da medicina mental são hoje:

1) A herança do asilo-instituição totalitária, com sua sublimação analítica, a “psicoterapia institucional” *.

2) A difusão e a diluição do modo de intervenção psiquiátrico no conjunto da comunidade, com a contribuição psicanalítica para uma concepção generalizada da setorização.

3) A proliferação de instituições “parapsiquiátricas”, isto é, mistas em suas finalidades (por exemplo, educativas ou reeducativas e médicas) que estendem, com a ativa colaboração da doutrina psicanalítica e dos psicanalistas, a ação médica a novas categorias da população, em particular no domínio da infância “desadaptada”, “retardada” ou “deficiente”.

4) Enfim, no capítulo seguinte, como coroamento de todo este processo, distinguirei uma quarta tendência, a menos fácil de conceituar pois ela mal começa a se delinear, porém talvez a mais preñhe de conseqüências vindouras: algo como a institucionalização da própria relação psicológica, convocada a substituir as antigas estruturas institucionais, o recurso generalizado à competência psicológica para dominar os conflitos, servindo de suporte suficiente para estabilizar o sistema.

Há, assim, uma profunda continuidade entre o que a muitos parece hoje uma maneira arcaica de resolver os problemas da saúde mental (a síntese psiquiátrica tradicional) e a psicanálise. Mas exatamente, a psicanálise contribuiu com incomparáveis recursos novos para reconceituar, refinar e, em última instância, alcançar um porte qualitativo no seio do dispositivo da medicina mental, sem perturbar profundamente sua intenção. A evidência desta continuidade saltará aos olhos se a observarmos de uma distância adequada. Observar as diferentes tendências da medicina mental de tal distância não tem por finalidade abolir todas as divergências entre elas. Não quero dizer, por exemplo, que a questão de saber em que medida a psicanálise “cura” ou não, isto é, em que medida ela trata *diferentemente* dos pacientes seja completamente fútil. Mas tais diferenças essenciais, para os atores engajados no processo, só ganham sentido de uma perspectiva que as coloque como variantes entre outras no campo comum da medicina mental.

Manter uma boa perspectiva de leitura é situar-se historicamente no panorama da medicina mental para ver encadearem-se as tentativas, diversificarem, complicarem e se transformarem as soluções à base de uma problemática da qual a psiquiatria, desde sua constituição na primeira metade do século XIX, destacou as linhas

de força de uma maneira metade caricatura, metade paradigma. Não posso, pois, economizar esta digressão, mesmo só fornecendo aqui seu esboço.

O progresso da medicina mental pode ser lido segundo duas linhas: o crescimento da margem de intervenção e prevenção diante de um certo tipo de comportamentos a-sociais (progressiva flexibilidade das modalidades de aplicação do esquema médico); esfacelamento da estrutura institucional exclusiva designada para o desenrolar da ação terapêutica (reforma ou subversão do modelo asilar). É preciso então partir da maneira pela qual estas linhas em sua origem foram sutilmente tecidas numa síntese única para, em seguida, vê-las se desfazendo e criar novas combinações.

A relação da repressão e da prevenção, de início, era articulada pela complementaridade de duas modalidades de internação, definidas pela lei de 1838, a internação por ofício e a internação dita voluntária.

A internação por ofício ou “ordenada por autoridade pública” (artigos 18 e 19 da lei) corresponde *grossa modo* à exigência repressiva.¹ Quase sempre intervém logo após um ato delituoso ou, ao menos, na iminência de tal ato. O poder público se apossa do contraventor tão logo sua loucura foi revelada através de um comportamento escandaloso que tenha mobilizado a vigilância das autoridades encarregadas da manutenção da ordem. Esta instância então o remete à autoridade médica. Nada de muito original nesta disposição. Da mesma forma que se põe em quarentena a equipagem de um navio, evidentemente inocente, mas que arrisca contaminar a população. A astúcia consiste em enfeitar a operação com um veredito médico. A legitimidade do “saber” psiquiátrico dissolve o arbítrio, assegura que esta intervenção socialmente necessária está medicalmente fundada quanto ao indivíduo (o bem da sociedade é igual ao bem do doente, e reciprocamente).

1. *Artigo 18*: “Em Paris, o prefeito de polícia e nos departamentos o prefeito ordenarão de ofício a internação, num estabelecimento de alienados, de toda pessoa, interdita ou não interdita, cujo estado de alienação comprometa a ordem pública ou a segurança das pessoas//...//”

Artigo 19: “Em caso de perigo iminente, atestado pelo certificado de um médico ou pela notoriedade pública, os comissários de polícia em Paris e os prefeitos nas outras comunas ordenarão, quanto às pessoas atingidas de alienação mental, todas as medidas provisórias necessárias, devendo comunicá-lo, num prazo de vinte e quatro horas, ao prefeito que decidirá sem demora.”

A internação “voluntária” (artigo 8 da lei) é muito mais sutil.² Faz intervir entre o representante da autoridade pública e o médico uma terceira pessoa – em geral, mas nem sempre, um parente próximo – que conduz o doente ao hospital e assume a responsabilidade da internação. A função deste terceiro não está claramente explicitada na redação do artigo, mas na ficção humanizante da lei supõe-se que ele represente os interesses do doente cujo estado de “alienação” justamente lhe impede que deles se encarregue por si próprio. Donde se chamar de “voluntário” este modo de internação que só pode ser compreendido por meio desta ficção, dispensando-se o consentimento do próprio doente.³ Mas graças à intervenção deste intermediário que toma contato com a autoridade médica, o alienado não está sob o olhar direto da autoridade repressiva. Torna-se objeto de uma percepção mais refinada, *a priori* bem intencionada (em última instância, é o olhar que ele dirigiria sobre si próprio para colaborar em sua cura se precisamente não estivesse “louco”). Correlativamente, a tarefa do médico não é apenas corrigir ou neutralizar um desvio de comportamento, ele pode *antecipar o surgimento da crise*. A internação “voluntária” supõe este olhar informado, que por princípio conhece a pessoa, sua história, os sintomas que ainda não eclodiram em escândalo na praça pública. Autoriza, desta forma, um domínio a longo prazo, uma previsão, isto é, uma prevenção, uma intervenção preventiva. A iminência da passagem ao ato se afasta, um espaço de tempo se abre, no seio do qual a medicina mental como técnica de cuidados vai tentar vir se instalar: Claro que também há cuidados (ou antes, supunha-se haver) com os “internados por ofício”. Mas já na catástrofe, sob o cutelo da urgência e quase sempre muito tarde. Todos os psiquiatras do século XIX, a partir de Pinel, acentuaram a ligação entre a precocidade da

2. *Artigo 8*: “Os chefes ou prepostos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e os diretores dos estabelecimentos privados ou consagrados aos alienados não poderão receber uma pessoa atingida por alienação mental se não lhes for remediado:

1º) um pedido de admissão contendo o nome, profissão, idade e domicílio, tanto da pessoa informante quanto daquela cujo internamento é solicitado, bem como a indicação do grau de parentesco ou, na falta, da natureza das relações entre eles existentes//...//.

2º) um certificado médico constatando o estado mental da pessoa a ser internada, indicando as particularidades de sua doença e a necessidade de fazer tratar a pessoa designada num estabelecimento de alienados e de ali mantê-la encerrada//...//.”

3. Para esta interpretação estou aqui de acordo com Georges Daumezon, “La Méthode pour rédiger une nouvelle loi des malades mentaux”, *Annales médico-psychologiques*, 104º ano, 1946, tomo II.

internação e a esperança de cura. É quando a doença tem tempo de instalar-se como uma segunda natureza que ela se torna incurável. Se ela foi colhida desde os primeiros sintomas, quase sempre, dizem eles, ela pode ser vitoriosamente combatida.

Não é portanto exagerado dizer que toda possibilidade da medicina mental como empreendimento *terapêutico*, em suma, toda a história da medicina mental concebida como história da medicalização da loucura inscreve-se nesta distância entre o prevenir e o remediar, disposta pela diferença estabelecida na lei de 1838 entre as duas modalidades de internação. A psiquiatria clássica sem dúvida fracassou de modo completo em desenvolver nesta direção os recursos do dispositivo que ela montava. Tal não era sua principal finalidade social. É entretanto muito fácil (preguiçoso e hoje sem grande audácia intelectual) afirmar a função unicamente repressiva da psiquiatria. Se a psiquiatria assume funções repressivas, é precisamente porque ela *não é* a polícia, nem que ela pura e simplesmente dobre sua eficácia (a proposição é válida também para a psicanálise, mas não nos antecipemos). A psiquiatria é uma estratégia de controle social que recobre com racionalizações médicas seu poder técnico-administrativo. Mas uma racionalização é quase sempre mais que uma racionalização. É tanto mais operativa como cobertura quanto mais exercer uma ação própria nas tarefas a que foi chamada a assumir. O jogo desta ambigüidade instala-se aqui na distância repressão-prevenção, remediar-prevenir.

A fraseologia em moda sobre a psiquiatria repressiva não nos dispensa, portanto, de tentar compreender por quais razões *internas* a psiquiatria não foi capaz de dispor do mínimo de margem de manobra que seu dispositivo tentava instalar em relação a uma pura contenção social. É porque, parece-me, a intervenção psiquiátrica estava constrangida e se constrangia a si própria a se realizar numa estrutura institucional única, a forma paradigmática da *instituição totalitária*.

A medicina mental organizou-se por inteiro, em torno da noção de “estabelecimento especial” ou de asilo, indissociavelmente pensada como meio médico e espaço de detenção. A noção de “estabelecimento especial” não é apenas contemporânea do nascimento da psiquiatria, ela a funda. A psiquiatria resulta do fracionamento do espaço generalizado de enclausuramento descrito por Michel Foucault: asilos, prisões, depósitos de mendigos isolam, no início do século XIX, categorias específicas na população relativamente indiferenciada dos “desviantes”, dispondo-os para sofrer, cada um, um tratamento social particular. Nesta gama de estabelecimentos, um dentre eles, o asilo, será concebido de tal modo que as necessidades funcionais de sua organização e as exigências médicas

do tratamento sejam consideradas como se preenchendo exatamente. Neste sentido, o primeiro artigo da lei de 1838 – “cada departamento • deve ter um estabelecimento público destinado a receber e cuidar dos alienados, ou de contratar, para tanto, com um estabelecimento público ou privado, seja deste departamento, seja de um outro departamento” – é capital para os outros quarenta que dele se deduzem.

O internamento se instaura assim como a modalidade massiva, quase exclusiva, do “assumir os cuidados” dos doentes mentais, impondo um corte fundamental entre a loucura e a normalidade, do qual a psiquiatria moderna ainda não saiu. Em torno e a partir desta internação, o alienado é dotado de um estatuto completo: médico (em princípio, ele recebe no “estabelecimento especial” os cuidados que seu estado necessita), jurídico, no duplo sentido civil e penal da palavra (seus bens são preservados durante a internação mas, como irresponsável, deles não pode dispor, tanto quanto não pode ser penalmente acusado por seus atos), e até mesmo financeiro: os investidores na assistência são previstos no quadro da lei.

O internamento é, pois, uma noção extremamente complexa. Liga indissolúvelmente a medida médica ou paramédica de *isolamento* e a medida político-administrativa de *seqüestro*. É apaixonante acompanhar, em torno da elaboração da lei de 1838, o descompasso entre estas duas noções, cada representante de um poder diferente privilegiando uma ou outra: Esquirol, em sua memória de 1832,⁴ e todos os psiquiatras justificando do ponto de vista médico o isolamento, o ministro do interior e os representantes do poder pleiteando o seqüestro.⁵ A *internação* num “estabelecimento especial”, isto é, uma instituição fechada enquanto lugar de contensão,

• Departamento – divisão territorial da França correspondente ao nosso “estado”. (N. T.)

4. Esquirol, “Mémoire sur l’isolement des aliénés”, in *Des maladies mentales*, tomo II, 1838. Por exemplo: “O isolamento tem por fim modificar a direção viciosa da inteligência e dos afetos dos alienados: é o meio mais enérgico, e ordinariamente o mais útil, para combater as doenças mentais. A questão do isolamento prende-se aos interesses mais caros do homem considerado como doente, como membro da família e da sociedade. Aqui sobressai a gravidade de uma doença que expõe aquele por ela atingido a ser privado dos objetos mais caros a sua afeição, a ser contrariado em seus desejos, no exercício de seus direitos civis e sua liberdade. Aqui se revela a importância das funções do médico chamado a se pronunciar se um indivíduo deve ser posto fora do direito comum”.

5. Os longos debates a que deu lugar a lei de 1838 ao longo de suas numerosas tramitações entre a Câmara de Deputados e a Câmara dos Pares estão integralmente reproduzidos num documento apaixonante: *De la législation relative aux aliénés et aux enfants assistés*, Berger-Levrault éditeur, t. II e III, 1881-1883

mas que se supõe tenha a vocação de cuidar, é a resultante deste duplo sistema de influências.

Donde a construção de uma síntese que apresenta todas as características de uma harmonia preestabelecida, “feliz coincidência” com alguma (para nós) ingenuidade sublinhada pelo relator da lei na Câmara dos Pares, o marquês de Barthélemy:

*Esta legislação deve velar para que os males de um homem sofredor e infeliz sejam abrandados e sua cura obtida se ela for possível, e ao mesmo tempo tomar medidas que impeçam a um ser perigoso para os outros e para si próprio os meios de fazer o mal. Para atingir esta dupla finalidade, ela deve prescrever o isolamento dos alienados pois este isolamento, ao mesmo tempo que garante o público contra seus surtos e excessos, apresenta aos olhos da ciência o mais potente meio de cura. Feliz coincidência que, na aplicação de medidas rigorosas, faz concorrer o interesse do paciente com o bem geral.*⁶

Está bem claro – mas só hoje em dia e para nós – que estas finalidades “coincidem” porque o pensamento médico, de saída, concordou no essencial com a exigência de manutenção da ordem, tendo pensado seu próprio mandato somente na base da integral aceitação deste mandato social. Assim, graças a um núcleo de práticas e conhecimentos que começam a se desenvolver no primeiro terço do século XIX, podemos dispensar o dispositivo frustrado da “grande clausura” anterior ao dispositivo muito mais elaborado da lei de 1838. Mas o novo dispositivo conserva, deslocando-o e reelaborando-o, o pacto da assistência e da repressão. Fundamentando-se inteiramente sobre a noção médico-administrativa de internamento, a medicina mental faz-se solidária, pelo que acreditava como melhor e que foi o pior, de um novo espaço social, o asilo, justamente o asilo e não a prisão: apresentando todas as vantagens da prisão mas também todos os benefícios de ao mesmo tempo poder crer que este lugar de seqüestro era também o melhor “meio terapêutico”.

O asilo, verdadeira idéia platônica encarnada na história, representa assim o modelo luminoso de uma política de controle total inteiramente recoberta de racionalizações médico-humanistas. Arancar sistematicamente os doentes mentais de seu meio concreto originário, manipulá-los institucionalmente no quadro sócio-administrativo do estabelecimento (que se poupa de uma relação terapêutica personalizada), recompor um perfil normatizado do

6. *De la législation relative...*, op. cit., t. II, p. 315-316.

doente pela interiorização do regulamento, da disciplina, das hierarquias e das tarefas de ordem asilar, esta lógica pura da instituição totalitária que a psiquiatria desenvolve durante um século é também considerada como representando a forma terapêutica mais refinada. A “psicoterapia institucional” não é de ontem, mesmo se ela se chamava então simplesmente “tratamento moral”.⁷

Estes estabelecimentos tornaram-se então o que tudo os levava a se tornar, lugares exclusivos de guarda, terrenos devastados por uma gestão puramente administrativa do desvio. Os psiquiatras repetiram o ritualismo monótono da segregação social. Não era outra coisa que se pedia a eles. Dez mil loucos em 1830, quarenta mil alienados em 1850, cem mil doentes mentais em 1940 podem perfeitamente dormir e morrer na obscuridade sem grande preocupação, pois eles foram postos em condições como aquelas justamente para não causarem preocupações.

Não fosse o fato de que hoje na região parisiense um quarto das interrupções de trabalho sejam devidas a “distúrbios mentais” – o que é apenas uma razão entre outras – o problema não pode mais ser resolvido da mesma maneira. O louco furioso, o grande demente, o catatônico representam cada vez mais espécies arcaicas para psiquiatras arcaicos em hospitais arcaicos. A matéria-prima da medicina mental torna-se progressivamente esta população de “pequenos dementes”, da qual ninguém pode jurar que não tenha feito ou não fará parte algum dia: um pouco deprimidos, um pouco neuróticos, um pouco estressados, talvez um pouco delinquentes (“personalidades psicopáticas”). Estes distúrbios exigem um modo novo de cuidados. Seu número crescente faz com que perturbem a vida cotidiana, comprometam a produtividade e tenham enormes repercussões econômicas, nem que seja no orçamento da Previdência Social. Mas, os riscos de “descompensação” constituem uma fonte potencial de perturbações mais graves ainda.

Hoje em dia, portanto, se o belo modelo do asilo não está completamente ultrapassado, ele é de fato totalmente inadequado para assumir as novas tarefas que tocam à psiquiatria. É chegado mais uma vez o momento de mudar o dispositivo. É o que há uns trinta anos se tem feito ou buscado. Apenas não esqueçamos jamais: mudar o dispositivo, até mesmo revolucioná-lo, não significa necessariamente romper o pacto estabelecido entre a medicina mental e o controle social.

7. Cf. R. Castels, “Le Traitement moral, médecine mentale et contrôle social aux XIX^e siècle”, *Topique*, nº 2, fev. 1970.

Uma das principais tarefas de uma psiquiatria moderna – é assim ao menos que ela se formula – é portanto liberar o poder de intervenção terapêutica (intervenção cada vez mais precoce, de vocação cada vez mais preventiva e adaptadora) da garrula da instituição totalitária que teria bloqueado suas possibilidades de progresso. Quanto a estes dois pontos, flexibilização das modalidades de aplicação do esquema médico e reelaboração de uma estrutura institucional menos rígida, as coisas estão hoje bastante avançadas. O que se deve, inclusive, à psicanálise.

A primeira clara tomada de consciência das novas exigências da psiquiatria moderna pode ser lida nas conclusões das famosas “Jornadas” realizadas em Sainte-Anne em março de 1945, primeiro concílio do *aggiornamento* psiquiátrico (houve outros, como o que deu lugar à publicação do *Livro branco da psiquiatria francesa* * em 1967, sem falar em conclaves mais restritos como os Encontros de Sèvres * por volta de 1958, os de Bonneval * etc.).

O artigo primeiro das conclusões das jornadas de 1945 afirma a “unidade e indivisibilidade da prevenção, da profilaxia, da cura e da pós-cura”. Em outras palavras, a medicina mental tem vocação para intervir, aquém e além do período crítico de manifestação do distúrbio psíquico, sobre seus antecedentes como sobre o conjunto de condições que concorrem para a conservação da doença. O deslizamento aqui operado é *a passagem do caso patológico para a situação patogênica* (uma boa chave para compreender a evolução da medicina mental, mas não posso me estender sobre isso aqui). A passagem consiste em estender as modalidades e a esfera da jurisdição médica. É uma amplificação do próprio poder psiquiátrico. Caso algum equívoco perdure na matéria seria desfeito pela terceira conclusão das jornadas de 1945:

*A competência dos psiquiatras qualificados deve ser considerada como extensível a todos os problemas concernentes à saúde mental, individual ou social, à readaptação dos indivíduos desadaptados ao meio. Ligações devem ser mantidas com os organismos de educação nacional, de orientação profissional, da justiça etc.*⁸

8. “Conclusion des journées psychiatriques de mars 1945”, *Information psychiatrique*, nº 1, 1945-1946, p. 19-21.

Esta ausência de equívoco é o próprio equívoco da medicina mental. O conceito de prevenção pode, com efeito, significar duas coisas totalmente distintas, das quais somente uma foi historicamente desenvolvida sob a forma de *medicalização* do distúrbio psíquico. Sem nos pronunciarmos aqui sobre a “natureza” ou as “causas” da “doença mental”, conviremos que o domínio efetivo do distúrbio psíquico poderia exigir o domínio do conjunto das condições, individuais e coletivas, sociais, psíquicas e orgânicas que conspiram para seu surgimento. É próprio do pensamento médico se ater essencialmente ao aspecto *individual* (orgânico ou psíquico, segundo seja medicina somática ou mental) do processo de conjunto. Suprime a rica ambigüidade da palavra tratamento para só “tratar” das características pessoais do produto-doença. No caso da prevenção, ela provocaria um curto-circuito completo numa outra linha de intervenção que se voltasse às condições extra-individuais do processo patogênico.

A medicina permite e favorece o deslocamento que desconhece os bens coletivos da prevenção para alimentar o fluxo dos consumidores individuais de “objetos de saúde”./.../ Por representar o operador ideológico deste deslocamento, a medicina enfatiza a equação que liga a cura com o ato de consumo, isto é, a compra de um bem. Ela concentra sua estratégia no campo fechado do “colôquio singular”, da relação “médico-doente”, estrutura modal da troca terapêutica mediada pelos cuidados e pelo dinheiro, a receita e os honorários.⁹

Para a medicina em geral e para a psiquiatria em particular, toda atividade de prevenção consiste em levar mais longe, em ajustar melhor o impacto operatório do esquema médico. O esquema médico constitui sempre em objeto de uma intervenção especializada um setor das práticas sociais (“o patológico”). Representa o conjunto dos dispositivos técnicos através dos quais se desdobra a atividade terapêutica concebida como a operação de um especialista competente. É indispensável distinguir sempre a crítica a certos elementos do dispositivo médico (em psiquiatria, por exemplo, a legislação de 1838, a estrutura institucional carcerária, as nosografias clássicas etc.) e o núcleo do sistema, isto é, *o desdobramento de uma competência especializada para tratar de uma maneira exclusivamente técnica um problema que não é exclusivamente técnico*. Para tomar

9. J. C. Polack, *La Médecine du Capital*, op. cit., p. 47.

um exemplo trivial, prevenir as doenças nervosas das telefonistas não é necessariamente levantar pistas de estados de fragilidade psíquica. Poderia ser também fazer com que se modifiquem suas condições de trabalho. O primeiro ramo da alternativa é uma aplicação grosseira ou refinada, burra ou inteligente, arcaica ou moderna, do esquema médico, o que é uma questão completamente diferente. A segunda foge inteiramente deste campo.

Ora, toda crítica teórica ou prática de elementos arcaicos ou particularmente regressivos da organização tradicional, toda tentativa tendendo a racionalizar, a estender e a rentabilizar as formas de intervenção médica comporta, por definição, uma significação progressiva *em função dos critérios internos ao sistema*. Mas esta constatação deixa *inteiramente em aberto* a questão da significação destas inovações em função de critérios *externos*, salvo se postularmos que todo o progresso da psiquiatria representa um bem em si mesmo. Com toda a evidência, a psiquiatria moderna afrouxou as modalidades de aplicação do esquema médico petrificadas nas racionalizações organicistas do século XIX. Igualmente, ela o estendeu, isto é, difundiu-o sob formas renovadas graças a sucessivas contribuições: da fenomenologia, da dinâmica de grupo, da psicossociologia... *A psicanálise se inscreve neste movimento*. Ela não quebra o processo de inflação do esquema médico-psicológico, franqueia-lhe um novo umbral. Mas a transformação, neste novo umbral, continua mais quantitativa do que qualitativa. A psicanálise cava a distância entre prevenção e repressão sem subverter a concepção psicologizante orquestrada por toda a medicina mental. Ela acrescenta poderes de intervenção terapêutica sem cessar de referir toda intervenção legítima a uma competência especializada.

Consideremos uma obra cujo ecletismo modernista marca neste momento, na França, a ponta avançada deste movimento. *Por uma psiquiatria comunitária* de Jacques Hochmann, psiquiatra e psicanalista.¹⁰ Esta obra deve sua importância ao fato de que a meio caminho entre um primeiro balanço de experiências em curso e uma perspectiva de reorganização do conjunto da medicina mental, ela bem que poderia antecipar o que será a psiquiatria francesa dentro de uns vinte anos. Eu o tomo como exemplo porque, em Hochmann, o esquema médico parece não somente se difundir mas

10. J. Hochmann, *Pour une psychiatrie communautaire*, ed. du Seuil, Paris, 1970 (trad. argentina: *Hacia una psiquiatria comunitaria*, Amorrortu editores, 1972). Para a análise da dominação do esquema médico sobre a psiquiatria moderna e nesta obra em particular, cf. R. Castel, "Remarques sur les orientations de la psychiatrie moderne", *Présence*, nº 119, maio de 1972.

eclodir, perder sua dimensão interpessoal para tratar dos “conjuntos sofredores”, tornar-se uma “terapia do sofrimento dos laços sociais”. Mas ao passar da psicopatia à “sociopatia”, simplesmente se estendeu a jurisdição do patológico (e do *pathos* médico). Com efeito, estritamente nada há de propriamente social na “sociopatia”. Este conceito completa o movimento do pensamento médico e lhe assegura o triunfo fagocitando tudo aquilo que, do exterior, poderia impor limites a seu imperialismo. Falar de “sociopatia” é invalidar até a possibilidade de pensar uma causalidade social, uma negativa social sem referência à norma médica de saúde. É também eliminar toda intervenção sobre as condições da doença que não sejam da ordem do cuidado, da assistência, do “assumir o encargo”. Os indivíduos são completamente expropriados da responsabilidade de sua situação: recebem sua saúde por delegação.

Todas as presentes implicações na relação intersubjetiva médico-doente encontram-se assim conservadas e somente *deslocadas e estendidas* à dimensão dos “conjuntos” (sofredores). Esta generalização do esquema médico é ao mesmo tempo como ele se confere uma universalização da liderança médica, pois é o terapeuta (ou a “equipe terapêutica”) que vai orquestrar a totalidade das intervenções sobre conflitos reduzidos a perturbações das “relações humanas”. Uma vez que as contradições objetivas são reduzidas a seus efeitos sobre a subjetividade e a intersubjetividade, o próprio “conjunto” social se torna um grande corpo alongado sobre o qual novas competências virão se debruçar. É onde o delírio psiquiátrico-cêntrico atinge seus limites. Onde também revela seus perigos.

Não se pode, entretanto, ser mais “moderno” nem mais “progressista”, isto é, mais aberto aos novos recursos terapêuticos, nem aparentemente mais crítico diante da psiquiatria tradicional (de suas nosografias rígidas, de suas hierarquias também rígidas, de suas instituições fechadas etc.) do que Hochmann. Não podemos tampouco censurá-lo por ignorar a psicanálise, *pois a psicanálise é o principal operador deste deslocamento das modalidades de intervenção psiquiátrica*. É ela quem dota o novo pensamento médico de uma espécie de capilaridade, assegurando sua penetração no conjunto social e superando as velhas dicotomias da psiquiatria clássica. O conjunto deste capítulo e do próximo pretende mostrar o seguinte: quebrando o caráter absoluto das categorias psiquiátricas e flexibilizando as modalidades de intervenção, a psicanálise é a contribuição determinante numa deriva generalizada da medicina mental que é também a generalização de seu empreendimento. Ela retira do ostracismo o esquema médico-psiquiátrico comprometido por mais de um século de história. Permite sua exportação quase sem formalidades.

Talvez, pelo exemplo de Hochmann, se objetará que se trata de “usos” ou de “aplicações” particularmente “desviadas” da psicanálise. Logo veremos, entretanto, que a proposta de Hochmann contenta-se em esquematizar a “experiência” psicanalítica do “Treizième arrondissement”.[•] Será então que Paumelle, Lebovici, Diatkine¹¹ não são “ortodoxos”? Mas do outro lado, Oury ou Tosquelles¹² o serão? Quem terá melhor recolhido a herança do Pai? Tais argumentos, creio que se começa a convir, escondem tantos outros esquivamentos. Desafiamos quem quer que seja a trazer um princípio teórico ou prático claro que permita julgar o que é ortodoxo ou não, legítimo ou não, puro ou suspeito nas “aplicações” da psicanálise. Estas questões têm cada vez menor importância, servem sobretudo aos protagonistas para marcar suas diferenças no seio do seu meio profissional.

Para quem aceita retirar destas justificativas agentes que se acomodam à escala do movimento objetivo da evolução da medicina mental, é forçoso reconhecer que a psicanálise trouxe para o dispositivo psiquiátrico o operador necessário para tornar mais fluidas as modalidades de intervenção terapêutica, e com isto abrindo-lhe o caminho de penetração em todos os interstícios do tecido social. Não sei bem por quais razões a província canadense de Quebec está do lado de certas “experiências” em Paris e Lyon sobre as quais voltaremos a falar, na vanguarda deste processo de expansão da psiquiatria moderna. É com propriedade que assim se expressa um psiquiatra canadense:

*Mas a ação da psiquiatria se pretende precoce e radical, mais deve ela intervir ao nível dos conjuntos, das estruturas familiares e sociais cuja apreensão exige o domínio de novas teorias e técnicas ainda mal definidas /.../ Não pode mais se contentar (ao contrário do psiquiatra asilar) em fazer “constatações”, isto é, reconhecer sua impotência ao nível da estrutura já alterada, mas sente a necessidade de intervir ao nível da estrutura em vias de se alterar, ou mesmo experimenta a vertiginosa tentativa de intervir ao nível da conjuntura.*¹³

- O significado desta experiência encontra-se no glossário ao final da obra. Preferimos manter a expressão em francês devido a seu caráter original, ou então referir-la como “experiência do XIII”. Literalmente seria “experiência do XIII distrito”. (N.T.)
- 11. Os promotores da “experiência do XIII arrondissement” (tendência Sociedade Psicanalítica de Paris). Cf. a seqüência deste capítulo.
- 12. Dois dos principais representantes da “psicoterapia institucional” psicanalítica (tendência Escola Freudiana de Jacques Lacan). Cf. a seqüência deste capítulo.
- 13. Carlo Sterlin, “Etre psychiatre de secteur”, *Information psychiatrique*, nº 7, vol. 45, set. 1969, p. 762-763.

A vocação própria da psicanálise – insisto em vocação e não em degradação secundária – faz com que ela se predisponha a assumir as duas principais exigências de uma “política de saúde mental” moderna: romper o caráter absoluto do corte normal-patológico da antiga sintomatologia psiquiátrica para abocanhar as zonas fronteiriças onde se confundem os limites da anormalidade e da inadaptação social; correlativamente, dominar a longo prazo, antecipar a eventualidade de uma patologia, mesmo se esta permanece latente, para assegurar a passagem da repressão consecutiva à intervenção preventiva.

Quanto a estes dois pontos, a psicanálise traz uma decisiva contribuição com a qual a psiquiatria clássica nem poderia sonhar. O abrandamento das categorias que ela atualiza permite pensar toda a gama destas condutas intermediárias entre normalidade e anormalidade, conformismo e não-conformismo, onde o controle social encontra hoje em dia seus mais difíceis problemas. Simultaneamente, torna-se pensável imputar uma patologia possível a partir de uma exploração das estruturas inconscientes, antes mesmo que o comportamento manifeste sintomas suspeitos. O que a psicanálise, polarizada nesta relação dual, durante muito tempo se omitiu em fazer foi simplesmente se interessar por toda a gama das estruturas institucionais, através das quais a possibilidade que ela abria ao nível do dispositivo analítico poderia se desdobrar. Está hoje em vias de recuperar este atraso. Só que, entretanto, este atraso histórico na tomada de consciência da inserção institucional da psicanálise fornece uma aparência de credibilidade à distinção, de direito e de teoria ilusória, entre psicanálise “pura” e suas “aplicações”. A verdadeira diferença é apenas esta: a relação analítica “pura” só se sente concernida pelo que se passa ao nível da instituição mais simples (e sob certos aspectos a mais forte), constituída pela relação dual; as “aplicações” serviriam para que os poderes calçados nesta situação dual se cambiassem, quando em novos contextos, em instituições cada vez mais heterogêneas em relação às finalidades *explícitas* do discurso do inconsciente.

Não é o bastante, entretanto, para afirmar que o inconsciente esteja sendo traído pela maneira como ele se encontra nestas instituições. Minha hipótese, ao contrário, é a de que estas novas formas revelam o que já estava contido na convenção analítica “pura”, ao mesmo tempo que permanecia dissimulado. A hipótese pode ser aqui parcialmente verificada, segundo a primeira linha de análise, a saber, pela evolução da relação entre repressão e prevenção na medicina mental. A contribuição da psicanálise a uma estratégia médico-psicológica da prevenção mostra estar ela apta a dotar o

esquema médico-psiquiátrico de um aparelho conceitual renovado. A flexibilidade ganhou assim em crescimento e eficácia. Mas a psicanálise conserva o que constitui a estrutura essencial deste esquema, definindo-o como tal sob diferentes fabulações: *a aplicação de uma competência especializada à resolução dos distúrbios psíquicos, a partir de uma concepção individualizada (somática ou psíquica) de sua gênese.*

Prossigamos a demonstração visando o que se passa ao nível destes suportes institucionais novos que a psicanálise “pura” despreza mas dos quais os psicanalistas se aproximam e se interessam cada vez em número maior. Mesma conclusão: a maneira pela qual ela se inscreve em seu processo de transformação mostra que já partiu ligada às principais tentativas de *aggiornamento* da psiquiatria. O precedente desenvolvimento quanto à relação repressão-prevenção permite aliás prever muito bem: é apenas pela pedagogia do exposto que podemos distinguir a qualidade da intervenção médica das estruturas institucionalizadas nas quais ela se desdobra.

1. – A instituição totalitária não morreu. Sem dúvida é na medicina mental que se observam extraordinários *efeitos de herança* da situação do século XIX na conjuntura mais atual.¹⁴ Por razões em moda, talvez porque os psiquiatras mais tradicionais escrevem e falam pouco (o que não impede sua prática de pesar bastante), o teórico apressado arrisca cair num impasse nesta dimensão, que constitui ainda, penso eu, o núcleo da problemática psiquiátrica na França.¹⁵ Herança extremamente diversificada: tradições, hábitos, *corpus* nosográfico, processos de recrutamento do pessoal, papéis tradicionais assumidos pelos psiquiatras (de notáveis, de peritos

14. Cf. R. Castel, “Continuité et changement dans l'histoire de la médecine mentale”, VII^e Congrès international de sociologie de Varna, set. 1971.

15. O tradicionalismo psiquiátrico poderia ser caracterizado pela conjunção de três traços: adesão sem reservas a um esquema médico diretamente transposto da medicina somática; defesa, com o resguardo de certas providências, da estrutura institucional asilar e de seu fundamento legislativo, a lei de 1838; fidelidade ao papel social do psiquiatra clássico, guardião e embaixador das normas sociais dominantes. Podemos fazer uma tipologia das diferentes atitudes psiquiátricas contemporâneas enquanto se afastam mais ou menos deste modelo, segundo estas três “variáveis” (o limite extremo no outro sentido é a antipsiquiatria, que aliás não está representada na França; entre os dois, podemos verificar cinco ou seis atitudes relativamente coerentes, pela combinação dos três vetores). Esbocei esta tipologia em “Remarques sur les orientations contemporaines de la psychiatrie”, *op. cit.*

médico-legais etc.), fontes de financiamento, tutela administrativa, arquitetura das instalações etc. Tomemos este último elemento, dos mais prosaicos. É enorme seu peso. Há na França em torno de 120 mil "leitos" ocupando, qualquer que seja seu valor, 120 mil "diárias", a serem recuperadas custe o que custar. Há velhas instalações terapêuticas desafiando a imaginação terapêutica, em velhos conventos, velhas casernas. Estamos o mais afastado possível do luxo estofado do consultório analítico, da relativa transparência da relação dual, das condições assépticas da livre escuta.

Entretanto, em algumas destas monstruosidades arquitetônicas e terapêuticas, há analistas. Corajosamente, alguns deles quiseram romper não somente com a segregação asilar, mas também com um outro modo de segregação, mais vergonhoso, encarnado pela tradição psicanalítica clássica, o que o humor anglo-saxão batizou de *Yarvis Syndrom* * da psicanálise,¹⁶ para assumir os cuidados daqueles que, entre nós, não tem qualquer chance de bater à porta de um psicanalista de clientela. A "psicoterapia institucional"¹⁷ é esta tentativa de sublimar as estruturas da instituição totalitária e de fazê-las funcionar na e pela lógica do inconsciente. Por um paradoxo sobre o qual por enquanto não nos deteremos, foi a versão mais sofisticada da psicanálise, uma tendência da Escola freudiana, quem se dedicou a destacar as mais prosaicas condições da existência asilar, de sua materialidade e de sua história, para delas fazer o suporte dos fantasmas e manipulá-los como efeitos do inconsciente (transferência e contratransferência institucionais).

Desejaria não ser mal compreendido quando digo que esta tentativa contribui para a salvação da instituição totalitária. Não são os homens que estão em causa: tentativa corajosa, repito, a denunciar claramente o desprezo aristocrático que em sua prática manifesta a maioria dos psicanalistas: é antes uma tentativa feliz na maioria de seus efeitos cotidianos: na medida em que o asilo ainda existe, mais vale para o doente dispor, por exemplo, de um "club", * do que passar sua vida no pátio, e é melhor ser tratado em

16. *Yarvis Syndrom*, de Young, *Attractive, Rich, Verbal, Intelligent, Sophisticated patient*.

17. Acrescente-se sempre "segunda versão". Não há razão alguma em monopolizar para os analistas "institucionais" uma marca surgida da "revolução psiquiátrica" posterior à Segunda Guerra, que nada tinha a ver com a psicanálise. Quanto a isto, ver G. Daumezon e Ph. Koechlin, "La psychotérapie institutionnelle française contemporaine", *Anais portugueses de Psiquiatria*, 4 (4), dezembro de 1952; F. Tosquelles, *Psychotérapie institutionnelle*, nº 2-3, 1966, consagrado à história do movimento; e R. Castel, "L'Institution psychiatrique en question", *Revue française de sociologie*, XII, 1971, p. 57-92.

nome de uma doutrina que lhe quer devolver a palavra do que ficar sem esperanças enclausurado nas enfermarias.¹⁸ Apesar disso, é preciso reinterpretar a função da psicoterapia dentro da conjuntura da psiquiatria em geral.

Ela se insere, primeiramente, no que poderíamos chamar de “política da vitrine” que particularmente fez fortuna na psiquiatria. Dingleton * e Maxwell Jones para a Inglaterra, Gorizia * e Franco Basaglia para a Itália, Chesnut Lodge * e Woodburry para os Estados Unidos, “a experiência do treizième arrondissement” * (a ela voltaremos), ou Cour-Cheverny para a França focalizam, numa espécie de internacional da representação psiquiátrica, o interesse e a atenção. Talvez a metade das discussões e da literatura psiquiátrica moderna gire em torno destas “experiências” e algumas outras, como se fossem representativas. Representativas elas são, mas por seu caráter atípico. Arriscam-se, assim, a desempenhar o papel de um véu dinâmico e modernizante estendido diante da realidade das situações nacionais para dissimular seu cotidiano, isto é, sua realidade.¹⁹

Os pioneiros, é certo, nada podem contra esta “recuperação”. Mas no caso da psicoterapia institucional (como no XIII), o fenômeno adquire uma significação particular. Com efeito, à diferença de outras “experiências” (estou sobretudo pensando na de Franco Basaglia), a psicoterapia institucional não me parece introduzir uma ruptura *real*, abrir uma alternativa ao sistema psiquiátrico, nem mesmo revelar suas verdadeiras contradições. Ela opera esta ruptura na ideologia. O *pathos* psicanalítico hipertrofiado abocanha um pouco das práticas institucionais efetivas. Numa certa medida, transforma o vivido da instituição, manipulando por outros meios as relações subjetivas e intersubjetivas (mas, em verdade, não mais que em outras iniciativas progressistas em relação à psiquiatria tradicional formuladas numa outra linguagem, não analítica ou mesmo antianalítica, como em Basaglia). Seu efeito, contudo, per-

18. Isto mereceria uma avaliação mais refinada: liberação efetiva da palavra do próprio doente ou sua imediata retradução no discurso analítico dominante? Reconquista de uma parcela de poder pelo doente ou sutil expropriação de sua “cultura” por uma “cultura importada”, a dos especialistas competentes num sentido de tutela? Cf. no capítulo anterior minha tentativa de interpretação da relação analítica tanto “dual” quanto “institucional” como imposição de uma violência simbólica. É verdade que entre as diversas violências, sem dúvida que é melhor a simbólica.
19. Alguns de nós estamos preparando, por iniciativa de Franco Basaglia, tal constatação da situação psiquiátrica europeia tanto quanto possível despojada de seus ouropéis ideológicos.

mãece totalmente nulo no que diz respeito a uma transformação dos mecanismos objetivos da institucionalização e das estruturas objetivas da instituição. Desde então, a pretensão da psicoterapia institucional psicanalítica em apresentar uma verdadeira alternativa à psiquiatria não é somente derrisória, mas é muito perigosa. Com efeito, não posso aqui mais do que repetir o que já disse²⁰, pois não fiz nenhum progresso desde então: não chego a compreender esta pretensão dominar numa mesma prática (num mesmo discurso, sim, pois os teóricos da psicoterapia institucional a ele se dedicam abundantemente, mas trata-se justamente de um discurso duplo, dissociado, um híbrido marxo-lacaniano) a dimensão da transferência e da contratransferência, mesmo “institucionais”, e a “arquitetônica das relações de produção” para falar como J. Oury.²¹

A partir disso, devemos reconhecer que a permissividade introduzida no seio do asilo pela ideologia psicanalítica contribui *também* para tornar mais aceitável uma estrutura que permanece, no essencial, intocada, e da qual são conservadas particularmente as funções segregativas. A aplicação de uma técnica analítica ao “tratamento” da própria instituição, por se ater exclusivamente às características manipuláveis num quadro de uma relação interpessoal (ou de grupo) serve *também* aos interesses da ideologia dominante ao ocultar uma de suas mais manifestas contradições. Com efeito, se o hospital psiquiátrico tradicional é, em si mesmo, algo de escandaloso, ele o é também para o atual poder dominante na medida em que exhibe uma brutal violência de relações de dominação impiedosas e de atitudes segregativas explícitas. Admitimos que se tratam ainda de “arcaísmos” em vias de reabsorção. Mas a perpetuação destas relações de força é contraditória com o mito de uma “nova sociedade” e os ideais democráticos que se supõe regerem as relações entre os homens na idade da participação e do consenso. Reabsorver estes bolsões de negatividade, que, bem interpretados, dizem muito do funcionamento de uma sociedade de classe – hospitais psiquiátricos, prisões, conjuntos habitacionais etc. – só traz vantagens do ponto de vista da ideologia dominante, e tanto melhor se o *aggiornamento* puder ser feito sem absolutamente tocar na estrutura das relações exteriores do poder, nem nos mecanismos de segregação que fornecem seus contingentes de excluídos a estes calabouços de uma sociedade de abundância.

20. R. Castel, “L’Institution psychiatrique en question”, *op. cit.*

21. Cf. J. Oury, “Quelques problèmes théoriques de psychothérapie institutionnelle”, *Recherches*, nº especial, “Enfance aliénée”, set. 1967.

Na medida em que a psicoterapia institucional não tem nenhum poder para modificar estas relações e estes processos – e como teria algum? – ela também participa desta operação de remendo institucional a que hoje em dia assistimos: participação na universidade, nas empresas, liberação nas relações humanas e mesmo liberação da palavra nos hospitais etc. Repito uma vez mais – não por prudência, mas para situar o nível de minha análise – que não há aí qualquer julgamento sobre os homens ou sobre as práticas terapêuticas a partir de alguma consciência do “que seria preciso fazer”. A crítica da psicanálise, em todos os domínios, aqui como nos demais, é sempre e apenas a crítica de sua *pretensão*. Infelizmente, esta pretensão lhe é consubstancial. Pois tanto em sua versão “institucional” como nas outras, a psicanálise de fato não ultrapassa o reformismo médico. Ela representa seu arremate. E porque não haveria, não tão bons “reformistas” talvez, mas setores que, numa certa conjuntura sócio-política, estejam necessariamente dedicados ao reformismo? A medicina mental representa hoje, em minha opinião, uma típica situação desta espécie. Que fazer, que propor que não corra o risco de ser “recuperado” pelo sistema de poder dominante? Enquanto houver “doentes” – e eles existem, com ou sem aspas, independentemente das “causas” ou das responsabilidades, como há um sofrimento psíquico e pessoas impiedosamente maltratadas e rejeitadas porque manifestam traços de comportamentos qualificados e “anormais” –, não podemos suprimir de uma penada toda a problemática da cura e dizer que todas as práticas em medicina mental se equivalem sob o pretexto de que elas seriam, na melhor das hipóteses, “reformistas”. Todas as práticas psiquiátricas e parapsiquiátricas não se “equivalem” absolutamente, e as da psicoterapia institucional podem ser particularmente “válidas” enquanto práticas concretas (disso, aliás, não serei o juiz). Apenas, que é preciso igualmente analisar a contradição que elas exprimem e situá-la em seu verdadeiro terreno, que não é psicológico. A psicoterapia institucional não permite analisar a contradição que a constitui, ela a escamoteia. A prova: ela pretende resolvê-la pela psicanálise, isto é, suprimir uma contradição histórica substituindo-a por um novo dispositivo técnico.

2. – A despeito de seu grande interesse teórico e, se ousar dizer, sintomático, o peso concreto da psicoterapia institucional não é tão grande. Ela diz respeito, na França atual, ao destino de algumas centenas de doentes. Isto é devido a uma característica geral da evolução da psiquiatria francesa desde a Segunda Guerra Mundial. A

psicoterapia institucional centrou o essencial de seus esforços na transformação das relações *interiores* da instituição. Neste sentido, ela é herdeira direta da psicoterapia institucional “primeira versão”, no que se refere a este movimento de liberação dos hospitais lançado pelos promotores de reformas em 1945. A diferença é que a formação analítica dos herdeiros faz com que enfatizem os valores simbólicos do vivido institucional numa economia de fantasma, enquanto que os primeiros se restringiam sobretudo ao cotidiano empírico da vida institucional, interpretada em termos mais “realistas” (o que hoje parece absolutamente incongruente e grosseiro). A psicoterapia institucional reassume, assim, este vasto movimento de reformas institucionais que deu, nos países anglo-saxões, as “comunidades terapêuticas” *.

Ora, na França, esta orientação rapidamente entrou em curto-circuito. Desde a origem interferiu com uma outra que já antes havia assegurado sua preponderância. Com efeito, desde 1945, como vimos, os promotores da liberalização do asilo afirmavam “a unidade e indivisibilidade da prevenção, da profilaxia, da cura e da pós-cura”, trabalhavam na implosão do hospital para dele fazer um elemento entre outros do dispositivo de intervenção psiquiátrica, já visando, pois, o extra-hospitalar tanto quanto o interior do asilo.²² Estes são exatamente os mesmos atores que, enquanto se esforçavam em transformar a vida hospitalar, se engajavam na campanha que deveria fazer triunfar, em 1960, a idéia de “setor” *. Era como renunciar a investir o esforço principal na transformação da instituição totalitária para contorná-la, diluí-la numa rede institucional mais flexível, implantada sobre toda uma área geográfica, em última instância, substituí-la por uma psiquiatria diretamente conectada com a comunidade “normal”.

A “setorização” é, pois, desde a circular ministerial de março de 1960, a política oficial de saúde mental na França. Deixemos de lado os azares de sua realização, os obstáculos, os bloqueios, os desvios de intenção, obra tanto dos poderes públicos quanto de alguns dos próprios psiquiatras. Seja como for, o “setor” pouco a pouco se implanta com enormes disparidades regionais. Os últimos decretos executivos de 1972 mostram que o projeto não foi absolu-

22. A história deste movimento, por diversas vezes esboçada, ainda não foi feita sistematicamente. O melhor ainda é ler a coleção de *Information psychiatrique* de 1945 a 1960, sem esquecer os dois primeiros *Documents de l'Information psychiatrique*, suplementos importantes de *Information psychiatrique* publicados pela Desclée de Brouwer em 1946 e que já trazem títulos significativos, o primeiro *O doente mental na sociedade*, o segundo *Além do asilo de alienados e do hospital psiquiátrico*.

tamente abandonado mas que, um tanto remanejado, vai dar nova partida. A idéia é, assim, coerente e aparentemente funcional: cobrir o território com uma rede diversificada de instituições (hospitais, mas também hospitais dia e noite *, centros de pós-cura, clubes, dispensários * etc.); conferir-lhe mobilidade por meio de equipes flexíveis e polivalentes que, sob a responsabilidade de um psiquiatra, compreenderiam psicólogos, assistentes sociais, educadores etc.; com isto, aproximar a intervenção psiquiátrica dos lugares de habitação e trabalho, superar o corte absoluto do normal e do patológico sancionado pelos muros do asilo.

Não é falando em “esquadrão policial” que se terá resolvido os difíceis problemas colocados pela setorização. (É o que dizem, entretanto, de bom grado, um pouco levemente, certos analistas; parece-me pouco decente que sejam estes que assim falam, os mesmos que se desvencilharam, graças à disciplina de outros, da esmagadora tarefa de assumir os casos de “psiquiatria pesada”, como se esta divisão do trabalho não desse conta das particularidades da prática psicanalítica, e não trouxesse aos analistas benefícios não só secundários.) Farei a hipótese de que a idéia de setor foi, até os anos sessenta, uma idéia progressista na história da medicina mental. Ela se apresentou como a busca de uma alternativa à instituição totalitária. Alternativa apenas relativa e formulada numa linguagem ambígua: quase todos os textos que tratam da setorização antes de 1960 traem uma hesitação sobre o lugar a ser ocupado pelo hospital no dispositivo de cuidados.²³ A “política setorial” jamais foi posta em questão, nem tampouco a liderança psiquiátrica e a preponderância atribuída ao esquema médico. Apesar disso, o setor representou uma ruptura relativa em relação à anterior cristalização da situação psiquiátrica. Permitiu também evitar a armadilha da “comunidade terapêutica” ou que a problemática psiquiátrica continuasse voltada sobre si própria.

A degradação data sem dúvida da transcrição desta tentativa de ruptura num modelo de uma nova solução de conjunto dos problemas da saúde mental. O setor torna-se assim um dispositivo técnico a ser aplicado em substituição a um outro dispositivo ultrapassado. Ao mesmo tempo recorte administrativo e instrumento terapêutico, é operador da reconversão da psiquiatria às exigências do mundo moderno. A setorização se pretende, então, política (nova) da saúde mental, mas de fato não passa de instrumentação técnica de uma política cujos fins e objetivos não pode redefinir.

23. Cf. particularmente o essencial relatório de H. Duchêne, “Les services psychiatriques publics extra-hospitaliers”, *Congrès de psychiatrie et de neuro-psychiatrie de Tours*, Masson, 1959.

Dispositivo de aplicação de um poder sediado fora dela (e não apenas para providenciar ou não providenciar meios materiais, mas sobretudo para definir as opções fundamentais em matéria de saúde mental), a setorização é desde então condenada a servir de cobertura técnica a intenções políticas que ela própria não controla; exatamente como a “participação” universitária. Os psiquiatras mais progressistas lamentam-se, hoje em dia, diante dos resultados da realização da política setorial, de terem sido traídos em suas intenções reformadoras. Isto, em parte, é verdade. Mas foi cedo demais que caíram na armadilha. Suas instâncias representativas, sindicatos e sociedades científicas, tentaram desde antes de 1960 substituir os poderes públicos ou com eles negociar uma nova definição da política de saúde mental. Henri Ey, testemunha e agente do processo, dele se glorifica nestes termos:

*É uma honra que minha geração de colegas e a dos que se seguiram possam reclamar terem sido os verdadeiros promotores de uma grande política de saúde mental, sempre colocando nossos próprios e miseráveis interesses após o interesse geral da assistência psiquiátrica. Nisto, usurpamos a iniciativa que caberia simplesmente ao Ministério da Saúde, na medida em que ele se sentisse verdadeiramente responsável pela profilaxia e pelos cuidados psiquiátricos.*²⁴

Esta satisfação não parece, de fato, se adaptar absolutamente à situação atual. Mas se olharmos de perto, a “traição” das ambições reformadoras não é tão misteriosa assim. Mesmo admitindo que a posição de muitos destes psiquiatras não tenha sido, de saída, tão ambígua,²⁵ a direção que tomaria a relação de forças era bastante previsível.

É verdade que a história às vezes se repete, desde que saibamos interpretá-la em sua diferença. Passou-se em torno de 1960 exatamente o que se havia passado em torno de 1838 e que já esquematizei acima: o reencontro de duas intenções, uma terapêutica, outra administrativa, de dois interesses, o atribuído ao doente e o buscado pelos poderes. Ao preço de qual nova “harmonia preestabeleci-

24. H. Ey, prefácio a Ch. Brisset, *L'Avenir de la psychiatrie en France*, Payot, Paris, 1972.

25. Desde então certas posições foram esclarecidas. Disto é testemunha o projeto de moção de Henry Ey para o Congresso Mundial de Psiquiatria do México, 1971, verdadeiro apelo à repressão contra a antipsiquiatria (reproduzido em *L'Evolution psychiatrique*, vol. IV, 1971). Testemunha também da involução da própria *Evolution psychiatrique*, que depois de ter expresso as aspirações reformistas do meio parece cega por suas obsessões anti-antipsiquiátricas.

da” estes dois tipos de objetivos poderiam se identificar se ao menos estiverem conscientes de todas as suas implicações? Mesmo um compromisso não poderia senão produzir a ilusão de uma coincidência entre a liquidação da segregação social dos doentes mentais e rentabilização tecnocrática do sistema psiquiátrico numa política setorial. Fora exatamente a mesma resultante que dera nascimento, cento e vinte anos mais cedo, à ficção do asilo como meio integralmente terapêutico. Os psiquiatras, mais uma vez, triunfaram sobretudo no plano ideológico, seu vocabulário foi adotado. Mas não passa disto o que todos pedem: uma das principais funções sociais da psiquiatria é buscar nobres racionalizações para não tão nobres exigências sociais. Ao contrário, no plano das práticas reais, a relação de forças ainda está a impor condutas segregativas e rejeitadoras. Somente que, com a setorização, elas tomam formas novas, o que não significa, nem teórica nem praticamente, que as diferenças sejam negligenciáveis.

É, então, inútil ser facilmente cínico falando de esquadrão policial: a setorização não reproduz mais o asilo do que o asilo reproduzia a situação anterior a 1838. Ela representa o novo dispositivo, mais elaborado, de “assumir o encargo” terapêutico em relação a quem quer que seja da população (evidentemente, os doentes que saem das clientelas e das clínicas privadas escapam à setorização). Como tal, ela comporta incontestavelmente certos elementos progressistas em relação à síntese anterior, como o sistema asilar apresentava em relação ao “grande aprisionamento” e à prisão.

Diferentemente dos censores desenvoltos da psiquiatria, não desprezo estas recaídas concretas ao nível da vida cotidiana daqueles que sofrem o sistema, a saber, os “doentes”; eis por que minha análise se preserva de qualquer julgamento leviano sobre os atores engajados nas aporias práticas. Apesar disso, compete também – e sobretudo – a uma análise do sistema psiquiátrico tentar medir o conjunto dos efeitos sociais produzidos pela atual mudança. Agora que a crítica da instituição totalitária parece feita quanto ao essencial, deveríamos saber ao menos evitar a armadilha de repor mais uma vez o problema em termos unicamente técnico-financeiros. Não é apenas porque a lei de 1838 não foi jamais aplicada no rigor de seu espírito (por exemplo, não houve nunca um hospital psiquiátrico público por departamento) que ela tenha dado os resultados cujo custo global, e não somente médico, começamos a contabilizar. Da mesma forma, não são apenas problemas organizacionais e financeiros que o setor coloca, ele envolve toda uma política de saúde mental, isto é, toda a atitude da sociedade diante de seus “doentes mentais”.

De qualquer forma, independente do julgamento que sobre ele se faça, o setor está em vias de se impor como a matriz da organização da saúde mental na França. Ora, a psicanálise teve um papel pouco desprezível em sua implantação; provavelmente terá um papel ainda mais importante em seu desenvolvimento.

Não quero subestimar a importância da “experiência do XIII”²⁶: muitos pensam que já falamos demais disso. Apesar disso ela teve e tem, em relação a uma “política setorial”, duas funções essenciais. De um lado, ela desempenha este papel de vitrina brilhante de que falei, recobrando uma realidade por todos os outros lados muito menos prodigiosa. Entretanto, se a “experiência” foi assim mostrada, visitada, exibida, não é apenas porque seus promotores sejam hábeis em publicidade. Quando um caso muito particular²⁶ ganha assim foros de realização exemplar, é porque está investido da função de *modelo*. Modelo, isto é, épura que reúne todas as características a serem realizadas e abre caminho ao que deveria ser generalizado, sob formas mais modestas, se fosse preciso. Deste ponto de vista, nada foi esquecido para conferir à “experiência” a dupla significação de um arremate do passado e de um caminho aberto para o futuro. Um acabamento, nos dois sentidos da palavra.

Que se releia aqui o *Psicanalista sem divã*²⁷, cujos autores pertencem à mesma tendência psicanalítica e são em parte os mesmos que promoveram o XIII (R. Diatkine, S. Lebovici, P. Paumelle, P. Béquart, em equipe no XIII^e, colaboraram). Certamente o argumento desta obra ultrapassa aquela “experiência”, mas o meu também: trata-se (como pretendem os próprios promotores da experiência) de não se deixar fechar no quadro de uma experiência, de generalizar.²⁸ Ao menos estamos de acordo, portanto, em publi-

26. A “experiência do XIII arrondissement” apresenta, em relação a uma situação psiquiátrica “normal” ou média, diversas singularidades. Por sua história, foi implantada inicialmente sem estrutura hospitalar prévia, enquanto que a maior parte dos “setores” devem ser conquistados sobre o terreno da organização asilar; por suas formas de financiamento, é uma associação regida pela lei de 1901 que pode se beneficiar de importantes subsídios privados; por suas modalidades de recrutamento de pessoal: não somente mais rica em pessoal como em material, ela pode também recrutar por via de cooptação, enquanto os psiquiatras públicos são recrutados segundo o princípio do funcionalismo etc. Estes “privilégios” explicam um certo ressentimento de numerosos psiquiatras em relação ao XIII.

27. P. C. Racamier et al., *Le Psychanalyste sans divan*, Payot, Paris, 1970, (citado em seguida, P. C. Racamier, *op. cit.*).

28. Podemos certamente interrogar-nos sobre a pretensão em generalizar um exemplo atípico, que em todo caso não poderá nunca ser universalizado como tal, ao menos por falta de meios materiais. Levando em conta a ambigüidade da noção

nhar o lugar ocupado pela psicanálise no *aggiornamento* psiquiátrico e em não crer na existência de uma solução de continuidade entre o que ela modifica na instituição, de um lado, e no setor ou na comunidade, do outro.

Quer se trate de Racamier, de Diatkine, de Lebovici ou de Paumelle, o *leitmotiv* é o mesmo: a psiquiatria começou sua revolução, mas ela é por si só incapaz de conduzi-la a bom termo. O reformismo psiquiátrico, em suma, apenas preparou o terreno para o soerguimento psicanalítico:

*Esta revolução sem violência desencarcerou, pois, a instituição psiquiátrica. Sacudiu sua espessa poeira, desembaraçou-a de seus efeitos mais deletérios e, finalmente, permitiu surgir a verdadeira importância das relações psicológicas restabelecidas entre os médicos, os pacientes e os enfermeiros.*²⁹

Mas como poderia a psiquiatria explorar sua própria penetração, quando se constata “o envelhecimento, a insuficiência, o aproximativo das concepções psiquiátricas mais correntes?”³⁰

*É aqui que as questões difíceis se revelam//...//. Trata-se, com efeito, de saber sobre que bases podem se organizar estas relações agora restauradas, e como se podem estruturar as energias outrora encarceradas. Há de novo um doente, um médico, um assistente. Mas o que poderão vir a ser? E que pode fazer a instituição? Não será aqui que o élan humanitário e as ideologias constituirão princípios de ação. E é no ponto desta grave interrogação que a psiquiatria se voltou, entre outras direções, para a psicanálise, e que entraram em cena os primeiros psiquiatras de formação psicanalítica e de prática institucional.*³¹

Enfim, é assim que a psicanálise veio e assumiu por sua conta o trabalho destas “relações humanas” que a psiquiatria abandonara ao sabor da correnteza:

Compreender, pensar, inspirar e dirigir o funcionamento dos organismos de cuidados psiquiátricos – tudo isto é do domínio não da própria psicanálise, mas da psicanálise aplicada, e não de suas aplica-

de modelo, a função de caixa (ou vitrine) não é mais vantajosa que a de exemplo a ser imitado? Podemos discuti-lo, mas no que ora me interessa, a psicanálise está engajada em cada uma destas eventualidades.

29. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 59.

30. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 54.

31. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 60.

ções platônicas, interessantes, sem problemas, mas também sem efeitos, mas do domínio das aplicações modificadoras, plenas de recursos, plenas também de dificuldades e escolhas. ³²

Preferi deixar que se reconstruísse esta gênese ideal por um psicanalista eminente. O propósito poderá parecer, certamente, um pouco otimista. Já vimos também o que deveríamos pensar desta distinção entre “psicanálise propriamente dita” (ou pura) e “psicanálise aplicada”: pseudodiferença, que não obtém um lugar senão para abrigar uma metáfora inconsistente, a da recuperação. Se levantarmos este último escrúpulo, P. C. Racamier tem mais razão do que pensa. Foi mesmo a psicanálise quem foi chamada para suprir as carências da psiquiatria e para fornecer as ideologias mais adequadas na formulação das exigências de sua renovação. E se falo aqui em “ideologia”, não é para dessolidarizar estas operações de uma “pura” vocação da psicanálise. É apenas para lembrar que, ao contrário do que sem dúvida pensa Racamier, a psicanálise não resolve as contradições objetivas constitutivas da psiquiatria – em particular a contradição fundamental entre contenção e cuidado, salvaguarda da ordem social e da liberdade individual – ela as reformula numa nova linguagem cuja existência assinala o deslocamento dos antagonismos e sua reestruturação no seio de um dispositivo mais elaborado.

Nesta escala, levando também em conta que a diferença entre trabalho institucional e trabalho comunitário não é absoluta e que se tratam de orientações complementares ³³, percebe-se que a oposição entre esta tendência psicanalítica (Racamier, Diatkine, Lebovici, Paumelle etc., logo, a fração da Associação Psicanalítica de Paris mais engajada numa prática psiquiátrica) e a tendência homóloga da Escola Freudiana (Tosquelles, Oury etc., logo a psicoterapia institucional “segunda versão”) não é tampouco absoluta quanto pareceria à leitura das polêmicas intra-analíticas.

Há mais diplomacia entre os primeiros, mais intransigência verbal entre os segundos. Há, sobretudo, condições de prática concreta muito diferentes. Assim, Cour-Cheverny é, desde suas origens, uma insutuição do tipo comunidade terapêutica, uma clínica

32. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 55.

33. Esta complementaridade é afirmada no próprio quadro da “psicoterapia institucional”, que teria portanto maior tendência a mobilizar seus esforços sobre a instituição. Para a crítica desta dicotomização, cf. R. Gentis e H. Torrubia, “Notes sur la ‘psychothérapie institutionnelle’ en 1969”, *Information psychiatrique*, 45 (2), fev. 1969.

que recolhe o essencial de sua clientela fora de sua região geográfica de implantação, segundo critérios que nada têm a ver com a setorização. "A experiência do XIII" começa por trabalhar intensamente um espaço geográfico determinado, inicialmente sem suportes institucionais definidos (desde 1954, bem antes da abertura do hospital de Soisy * e mesmo das diferentes oficinas e clubes, a primeira equipe intervém diretamente na comunidade; o escoamento institucional é fornecido pela possibilidade de recorrer aos hospitais psiquiátricos clássicos, mas tenta-se ao máximo economizar esta eventualidade). Estas diferenças em nada devem à maneira de ler Freud, mas tiveram grande peso. Foram redobradas pelo fato de que a maioria dos pioneiros da "psicoterapia institucional" analítica haviam sido, além de promotores de Cour-Cheverny, a partir da difusão das práticas inauguradas em Saint-Alban *, psiquiatras do serviço público trabalhando no torvelinho dos hospitais psiquiátricos em condições materiais e morais excessivamente desumanas. Ao contrário, tanto o XIII quanto as instituições onde se encontram representantes da Associação Psicanalítica de Paris são em geral melhor providas em meios materiais e em pessoal.

Se acrescentarmos as oposições doutrinárias em relação à psicanálise, as divergências ideológicas e políticas, sem mesmo falar na concorrência encarniçada entre escolas pela conquista de certas posições de poder, há bastante com que alimentar os antagonismos *internos* irreduzíveis. Deus sabe como o mundo analítico é clivado e superclivado. Mas o que faço aqui não é psicossociologia grupuscular; tento alcançar uma perspectiva exigida por meu nível de análise. A partir dela, um serviço de duzentos leitos num hospital psiquiátrico carcerário que um médico "do quadro" *, com três internos inscritos na Escola freudiana, se esforce em transformar, em nome do significativo, do simbólico e do imaginário, no XIII ou na experiência de psiquiatria comunitária * que Hochmann neste momento está implantando em Lyon, existe um nítido *continuum* institucional e uma organização da divisão do trabalho bastante funcional. Os lacanianos, paradoxalmente, praticamente se dedicam às zonas mais arcaicas (em matéria de modernismo eles supercompensam na teoria). Sua orientação política faz com que vejam o "setor" com muitas reticências. Os demais, são em maior número, mais tecnocratas. Psicificar uma política de saúde mental não lhes causa medo, o exemplo de Hochmann é a prova. Frequentemente, lêem menos Freud mas conhecem melhor o que se passa nos Estados Unidos, no Canadá, em todos os lugares em que novas iniciativas práticas são levadas adiante por pessoas competentes, eficazes e munidas de poder.

Esta bipolaridade entre os intransigentes e os “realistas” se observa em não importa qual campo teórico ou prático. Poderíamos nos divertir citando nomes; por exemplo, em sociologia também há Ourys e Hochmanns. Nas matemáticas também, por que não? Há muitas moradas na casa do Pai, e os filhos reciprocamente se negam esta qualidade. Não será, pois, a eles que se deverá pedir um certificado de ortodoxia para o irmão inimigo. É olhando o que eles fazem, isto é, recolocando sua prática em seu *continuum* objetivo, despidendo-a completamente de sua linguagem justificadora. É o que eu tentei aqui: não por supor que todas as práticas psiquiátrico-psicanalíticas se equivalem, mas para mostrar que cada orientação assume uma parte de uma tarefa mais geral cuja finalidade global escapa ao controle dos agentes, freqüentemente de boa fé, engajados no processo. Se tal método vier a ferir o narcisismo destes agentes, não é intencional de nossa parte.

3. – Paralelamente à implantação destas redes setoriais de “cuidados”, a segunda grande inovação institucional que hoje assistimos em medicina mental é a proliferação de um novo tipo de instituições que chamarei, por falta de nome melhor, de “parapsiquiátricas”. Quanto a estas, serei breve pois já apontamos a importância desta transformação quando falamos de suas repercussões na organização interna do meio psicanalítico (capítulo anterior). Faltam, além disso, documentos empíricos e a necessária distância (pois são fenômenos muito recentes) para ensaiar um balanço preciso desta orientação.

Ainda não se estudou sistematicamente, com efeito, estas instituições que diferem, por suas principais características, do hospital psiquiátrico tradicional. É inclusive como contramodelo da instituição totalitária que elas se organizam: mistas em sua finalidade (por exemplo, educativas e médicas) pretendendo-se abertas (ausência de corte com o mundo exterior, mas ao contrário em osmose com as famílias, o meio escolar, a comunidade social), não hierárquicas (a afirmação da complementaridade dos papéis no seio da equipe é seu *a priori* cotidiano), tanto quanto possível permissiva etc.

É, por enquanto, aos “problemas infantis” que estão consagradas. Podemos arriscar uma hipótese de conjunto sobre sua finalidade social. O asilo do século XIX em grande parte se constituiu como uma resposta aos *fracassos da urbanização*, em duplo sentido. Sinal, por um lado, da degradação da comunidade tradicional, ele se implanta à medida que a comunidade rural se torna impotente para estabilizar esta minoria da população flutuante que sempre circulou em suas margens. Paralelamente, é à cidade que o asilo re-

cruta o grosso de seu contingente, entre estes desenraizados do campo que a vida citadina não conseguiu reintegrar. É assim que, de 1830 a 1850, a população dos asilos quadruplica, passando de dez mil a quarenta mil internados. Não é que tenha progredido o número dos “loucos”, ao menos nesta proporção. Mas em 1834 ainda, quando da grande enquête realizada por Ferrus por solicitação do Ministério do Interior³⁴, numerosos departamentos, sem dispor de qualquer instituição prevista para tal fim, mal assinalam algumas dezenas ou centenas de “alienados socorridos a domicílio”, julgando perfeitamente satisfatória a situação. Vinte anos mais tarde, quase todos os asilos são fechados para os “alienados indigentes” que queiram neles entrar, ou que quiseram fazer entrar, desde que não sejam abertamente perigosos³⁵. A instituição asilar (como a prisão para outra categoria da população) reterritorializa migrantes que na nova sociedade não mais dispõem de lugar “natural”. O desenvolvimento desta forma de intervenção é ao mesmo tempo sinal e resposta à existência de categorias cada vez mais numerosas de “marginalizados”. (Esta é a explicação da paradoxal simultaneidade que se observa entre o evento da sociedade “liberal” e a proliferação das instituições “totalitárias”; não é tampouco um acaso se é na mesma época que se constitui a assimilação classes trabalhadoras-classes perigosas.)

Paralelamente, poderíamos dizer que hoje em dia as instituições “parapsiquiátricas” têm como função principal (ao menos por enquanto) absorver os *fracassos da escolarização*. Como primeira aproximação, elas são convocadas pelas inumeráveis disfunções do sistema escolar. Por sua vez, porém, a sensibilização para estes fracassos é explicada pela generalização da tendência a avaliar todas as *performances* sociais em termos de nível escolar. Não seria muito difícil estabelecermos aqui a ligação entre esta propensão e as novas formas assumidas pela exigência de rentabilidade social ao nível das qualificações profissionais.

A psicanálise desloca-se em massa na direção desta demanda. Não somente porque os analistas ameaçados de desemprego podem mais facilmente aí obter, melhor que em outros lugares, como já vimos, seus empregos. Mais nitidamente ainda que na psiquiatria de

34. G. Ferrus, *Des aliénés et des asiles d'aliénés*, 1834; ver no apêndice desta obra a indicação pelo departamento do número dos alienados socorridos e as modalidades de assistência.

35. Renaudin em seus famosos *Commentaires médico-administratifs* (1852), queixa-se amargamente do maltusianismo das administrações e dos eleitos locais que desnaturam o espírito “médico” da lei de 1838 recusando o acesso de indigentes não perigosos ao asilo dos alienados.

adultos, há uma afinidade entre o que propõe a psicanálise e o que se lhe “demanda”: importância atribuída aos problemas da infância, teoria da criança-sintoma etc. Não estou insinuando que a psicanálise, aqui mais do que em outro lugar, toma ao pé da letra a “demanda social”. Para tanto, aliás, seria preciso que ela a compreendesse, o que raramente ocorre³⁶. Mas aqui, como alhures, antecipo que também os analistas se encontram numa situação homóloga à dos psiquiatras do século XIX que endossavam numa absoluta boa fé os projetos do Ministério do Interior, recobrando completamente com suas racionalizações o compromisso assim obtido.

Mesmo as características “progressistas” da ideologia de inspiração psicanalítica em relação à ideologia psiquiátrica tradicional (permissividade, flexibilidade, interesse atribuído às relações humanas etc.) entram menos em conflito com estas novas estruturas institucionais na medida em que estas não se mostram funcionais em relação à tarefa social que lhes é atribuída. Certamente o papel dos psicanalistas é aí freqüentemente conflituoso (como em certa medida já o era o do psiquiatra no asilo: o tema da incompreensão administrativa diante das exigências terapêuticas é um *leitmotiv* de toda a literatura psiquiátrica). O vivido institucional é sempre vivido de contradições entre permissividade e coerção, vontade de democratizar e hierarquia, liberdade e violência etc. Aqui, as contradições sem dúvida são mais agudas pelo fato do maior número de “demandantes” (mandatários do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, da proteção à infância, dos departamentos, das prefeituras, das associações privadas etc.), que arriscam se chocar com os interesses divergentes dos diferentes atores que intervêm ao nível do funcionamento (pais, crianças, professores, médicos privados etc.). Mas o fato é que os psicanalistas aí se encontram, aí sobrevivem, e são mesmo *preferencialmente* recrutados para ocupar postos de responsabilidade. Que outra explicação poderíamos dar, não são que seu perfil social é, levando tudo em conta, o mais adequado em relação às funções objetivas destas instituições?

36. É preciso observar que *nenhum* ator social aceita ser integralmente definido pela “demanda” que lhe é feita. Assim, o decorador, o arquiteto etc. supõem ser portadores de uma exigência estética perpetuamente traída pelos beócios que lhes fazem encomendas. Se nos dignássemos escutá-lo, perceberíamos que o mais modesto artesão tem as mesmas reações. O que seria, entretanto, da decoração, da arquitetura etc. sem clientela privada ou pública? A arquitetura é o conjunto das práticas arquiteturais. Será tão escandaloso pretender que, da mesma maneira, a psicanálise seja o conjunto das práticas analíticas? Quanto ao discurso analítico, por um lado ele comanda estas práticas, mas igualmente, por outro lado, utiliza os prestígios do inconsciente para racionalizar esta pretensão à originalidade de que generosamente se credita todo ator social em sua profissão.

Com efeito, de duas uma. Ou bem se adota uma explicação de pretensão realista, que não passa de pseudocínica: os analistas que trabalham nestas instituições são traidores da causa, escolheram seu interesse pessoal em troca da análise. (É o mesmo que criticar um regime político pela corrupção de costumes de seus representantes.) Ou bem nos esforçamos em substituir as facilidades da condenação moral por uma análise objetiva da situação. Concretamente, com efeito, mesmo quando existe esta dimensão “interesseira”, as coisas não se passam de modo tão simples. Um jovem analista, por exemplo, antigo interno dos hospitais psiquiátricos, assume a direção médica de uma instituição médico-pedagógica. Esquemáticamente, pelas três ou quatro razões seguintes. Primeiramente, ele viveu, no momento de seu internato em psiquiatria, a contradição entre estrutura do hospital psiquiátrico e a formação que em geral empreende ao mesmo tempo (mais exatamente, a contradição que ele vive durante algumas horas semanais nos serviços recebe uma caução teórica do que é dito nos meios analíticos “avançados” que frequenta de ideologia ingenuamente antipsiquiátrica). Segundo, ele renuncia a entrar no “quadro” dos hospitais psiquiátricos, de um lado, porque ele partilha esta ideologia, de outro, porque o *status* a que renuncia é muito pouco sedutor: etiquetado de “repressivo”, muito absorvente, até há pouco tempo ridiculamente mal pago, a escolha pelo “quadro” impondo, além disso, um exílio provinciano de vários anos em lugares pouco atraentes, e portanto um relaxamento das relações afetivo-teóricas com o meio analítico de base (esta última dimensão é subjetivamente determinante na maior parte dos casos, ao menos para os parisienses). Terceiro, ele sabe que a concorrência privada é tal que ele não encontrará, ao menos de imediato, uma clientela analítica capaz de manter sua sobrevivência, temendo, além disso, consagrar-se integralmente à análise sem nenhum suporte institucional (a instituição, ouve-se frequentemente nos meios analíticos, é uma rede que sustenta—trai a relação dual; o divã é o trabalho sem tal rede. Quarto, ele escolhe, pois, na base de implantação de sua “sociedade”, “um meio-tempo” numa destas novas instituições (quando isto não é possível, ou durante a espera da possibilidade, ele tira umas férias) e paralelamente começa a constituir uma clientela de analista privado.

Não existe ainda uma pesquisa empírica e nem será fácil realizá-la em tal meio, mas garanto a validade deste esquema para ao menos 80% dos casos na região parisiense. Contudo, se é desta forma que traço este perfil ideal-típico da maneira como as novas instituições recrutam o pessoal analítico (ao menos nos postos de responsabilidade médica; no nível “inferior” dos psicólogos, psicoterapeutas, educadores etc., já é mais complicado, sendo a margem de

escolha muito mais limitada, a concorrência mais impiedosa, o que é uma boa razão a mais para ter em seu cartão de visita a etiqueta analítica e para se filiar a uma “boa” sociedade), é porque ele exprime uma contradição constitutiva da psicanálise; mas não uma contradição entre a psicanálise e a instituição. É certo que a contradição, que antes havia sido vivida ao nível do internato como a contradição entre o hospital psiquiátrico tradicional e a formação analítica, não foi resolvida pelo simples fato de se encontrar agora à testa de um IMP *. Ela foi apenas deslocada e continua a causar um mal-estar que o psicanalista, doravante tendo que compor com as obrigações administrativas, traduz como a contradição entre a “demanda” social e a “escuta” analítica. Mas a menos que nós sejamos completamente idealistas, teremos de convir que se uma instituição em parte vive tensões entretidas por seus diferentes agentes, ela não poderia tolerar em seu seio a presença de membros que estivessem de fato, isto é, em sua prática real, em contradição com suas finalidades. O melhor critério da existência de uma incompatibilidade real entre um indivíduo e uma instituição é ainda a rejeição do indivíduo pela instituição (ou, o que é mais excepcional, a subversão da instituição pelo indivíduo). Ora, a experiência prova que para cada psicanalista a quem ocorra tal desventura (e seria preciso estar seguro de que tal ocorre porque é psicanalista) há dez querendo entrar (e para aí permanecer). Quanto à subversão do conjunto institucional pela psicanálise, trata-se de “gozação”. Basta ver como, graças a todos os analistas intransigentes que os povoam, estes novos estabelecimentos não vão tão mal assim e, de algum modo, cumprem o mandato social que lhes é atribuído.

Não é pois entre psicanálise e instituição que existe contradição, mas na psicanálise, entre o que o analista diz que ele faz ou deveria fazer (analiticamente falando) na instituição e o que realmente faz (prática analítica efetiva).

De uns trinta anos para cá, a fermentação de idéias psiquiátricas e psicanalíticas, junto a uma transformação de uma conjuntura extramédica, produziu uma poderosa crítica institucional. Esta teve por efeitos, geralmente felizes, a reorganização das condições de exercício da prática psiquiátrica. Mais recentemente, desenvolveu-se uma crítica ético-ideológica da medicina mental (à “psiquiatria repressiva”, ao “psiquiatra-tira” etc.). Produziu muito *pathos*, mas permitiu uma melhor consciência de certas funções não-médicas, as mais manifestas, assumidas pela ideologia e práticas terapêuticas.

Mas uma verdadeira crítica sócio-política da medicina mental mal foi esboçada se for verdade, como pretendo demonstrar, que

ela passa obrigatoriamente pelo questionamento das novas formas de aplicação do esquema médico. Se esta crítica mal foi feita, *é porque a psicanálise foi cuidadosamente mantida fora do debate, quando é ela que constitui seu coração*. É a psicanálise o operador principal da proliferação tentacular do modelo médico. É ela que lhe permite inventar uma nova modalidade social de existência, através de suportes institucionais novos, em última instância sem nenhum suporte institucional, preservando funções de subjetivação e de psicologização que está em sua vocação assumir.

A dificuldade está em compreender que ao mesmo tempo a relação psicanalítica pode ser “bem melhor” que o cuidado psiquiátrico ao nível deste ou daquele caso em particular, e que a psicanálise pode ser “bem pior” (mais difusa, mais dissimulada, mais eficaz) que a psiquiatria como técnica de controle social. Mas a polêmica entre irmãos inimigos, psiquiatra e psicanalista, foi a árvore que escondeu a floresta dos problemas colocados pela extensão da esfera de influência da ideologia médica em geral.

Esta oposição psiquiatria-psicanálise é particularmente malvinda e ambígua, pois ela telescopia três elementos que é preciso absolutamente dissociar:

1) Um antagonismo real mas cujo jogo se dá em limites estreitos. Eu jamais disse que a psicanálise *era* a psiquiatria; jamais neguei que a relação analítica (ou uma sensibilidade a uma escuta do inconsciente) poderia permitir a descoberta de uma verdade sobre si mesma cuja especificidade os critérios médico-sociais de cura e de sucesso adaptativo deixam escapar. Tudo está em saber em *que limites* ela joga esta diferença e a que estratégias ela serve. É apenas na escala de *certos* indivíduos, para os quais o desvelamento psicanalítico de fato é alcançado, que uma oposição psicanálise-psiquiatria pode ser pertinente. Reencontramos aqui todas as particularidades sócio-políticas e pessoais que comandam este recrutamento e colocam o problema do acesso à análise em termos de privilégio ambíguo. Por não operar esta recontextualização, a maior parte das características que o espírito de seriedade psicanalítica põe em primeiro plano para se distinguir da psiquiatria está impregnada de frivolidades.

2) Um antagonismo que recobre uma divisão do trabalho funcional. Cultivando sua oposição em relação à psiquiatria, a psicanálise dissimula a complementaridade objetiva das duas disciplinas. Assumindo o encargo dos casos mais pesados e difíceis (tanto do ponto de vista terapêutico como social), a simples existência de uma psiquiatria permite que a psicanálise continue a se exercer num contex-

to particular e privilegiado do qual os psicanalistas são os principais beneficiários, garantindo inclusive a liberdade de criar alarma em torno da psiquiatria “repressiva” e “normatizadora”, com uma consciência absolutamente tranqüila, seja política, seja teoricamente. Tudo se passa como se o psicanalista extrojetasse sobre a figura malvada do psiquiatra esta parte escondida de sua prática, por ele recalçada e cujo assumir ele recusa.

3) Uma negação do *continuum* das práticas cujo encadeamento constitui a medicina mental em seu conjunto. A oposição na complementaridade entre psiquiatria e psicanálise está ela própria em vias de se desvanecer à medida que a prática psicanalítica se desloca da situação dual, o que, como vimos, ocorre cada vez mais. Mas a temática comum que dá conta desta possibilidade de exportar e aclimatar a psicanálise nos novos contextos institucionais escapa completamente ao discurso analítico, o qual substitui a gama contínua das condutas que definem a medicina mental pela dicotomia psiquiatria-psicanálise. A necessidade por mim evocada de “mudar de perspectiva” impõe, portanto, o rompimento total com as categorias deste discurso para dar conta de uma situação sócio-política que elas não têm nenhuma vocação para explorar e que, ao contrário, primam em desconhecer. O fato de que o esforço para repor a psicanálise na medicina mental se choque frontalmente com os hábitos do etnocentrismo psicanalítico e se exponha a ser interpretado como incompreensão da especificidade do trabalho analítico, longe de invalidar esta abordagem, seria antes um índice de sua necessidade. Quem “se defende” aqui, e contra o quê?

Neste capítulo não falei da medicina privada, onde, com toda a evidência a psicanálise clássica, junto com a neuro-psiquiatria de consultório, se inscreve para responder a uma demanda privada segundo o esquema tradicional da medicina liberal. Tampouco falei da psiquiatria privada exercida em instituições de fim lucrativo. Ai pode se observar quase que a mesma partilha que existe entre a neuro-psiquiatria de consultório e a psicanálise de divã: certas clínicas privadas podem cobrar muito caro uma boa hospedagem e os medicamentos tradicionais, mesmo os considerados ultrapassados e perigosos (curas de Sakel, eletrochoques, narco-análises etc.); outras funcionam sobretudo pela psicoterapia analítica. Se bem que se conheça muito pouco do mundo secreto das clínicas privadas, parece aqui que a lei da oferta e da procura age “livremente”, isto é, em função dos recursos, do nível de informação etc., da clientela.

Restringi-me aos casos mais desfavoráveis para minha hipótese, mas os mais importantes do ponto de vista sócio-político: o cuidado de problemas de indivíduos que poderíamos definir seja como “casos sociais” seja como “doentes”, isto é, em função de um recorte tanto social quanto médico. Em regra geral, estes indivíduos não são os que “livremente” vêm bater à porta de um praticante ou de um clínico. Eles são internados após um complexo conjunto de procedimentos, que fazem intervir um certo número de intermediários (assistentes sociais, educadores, empregadores, juizes, policiais etc.), detendo, cada um, uma parcela de poder *social*³⁷. Quando no final do processo uma relação terapêutica é encetada, é mais a uma “demanda social” do que “pessoal” (por vezes as duas podendo se recobrir, mas não necessariamente) que este tipo de intervenção geralmente corresponde. Ora, penso ter mostrado que, em cada um destes três principais níveis que podemos distinguir na institucionalização de tal “cuidado”, a psicanálise e os psicanalistas desempenham um papel decisivo. O hospital psiquiátrico no máximo poderá dispensar sua presença: durante mais de um século passou sem eles. A imagem social do hospital, entretanto, já pouco prestigiada, seria afetada. Ao contrário, nas duas outras frentes do controle médico-social – no setor ou “psiquiatria comunitária” de um lado, nas instituições “parapsiquiátricas”, do outro, a presença dos psicanalistas é cada vez mais indispensável.

Contudo, trunquei voluntariamente minha demonstração antes de retomá-la no capítulo seguinte. Neste recorte entre “casos médicos” e “casos sociais”, cuja relatividade acabei de evocar, restringi-me até agora àqueles que, embora também evidentemente “sociais”, eram apesar disso etiquetados como “médicos”. Em outras palavras, tratava-se até agora de indivíduos para os quais a intervenção social é desencadeada em seguida a uma imputação de “patologia”, seja ligeira ou “pesada”. Eis por que a categoria mais geral de minha análise foi a de “medicina mental”. Tomei este termo para coroar o duplo campo complementar da psiquiatria e da psicanálise. Permaneci, assim, no quadro da grande tradição médico-psicológica instaurada no início do século XIX, para insistir em sua progressiva extensão sob novas formas. Foi porém ao custo de alguma simplificação, pois não é apenas a uma extensão quantitativa

37. É certo haver também as famílias e os vizinhos, que parecem representar mediadores “privados”. Talvez seja o caso. Mas uma análise mais refinada mostraria que na maioria das vezes refletem os constrangimentos do meio, do mundo do trabalho e da escola etc., e isto tanto mais quanto os sujeitos concernentes pertençam a estes meios desfavorecidos onde se recruta a maioria dos “casos sociais”.

va deste processo que se assiste. Particularmente nas instituições que chamei de parapsiquiátricas, a imputação de patologia está conjugada ou freqüentemente ocultada por trás de categorias ainda mais fugidias: deficiência social, inadaptação, inconformismo etc. A categoria geral que se delinea por trás desta eclosão é a de *desvio*, cuja inconsistência teórica não deve fazer esquecer que ela tende a reagrupar todas as condutas de não-conformidade social para que, ao assumir seu cuidado, possa orquestrá-lo numa concepção geral do controle.

É esta direção que precisamos agora explorar para descobrir as últimas implicações sociais da psicanálise, sem dúvida das mais graves. Com prudência. Para a medicina mental, podemos traçar um balanço dos diferentes estágios de sua evolução, o passado clarificando o presente para decifrar as características contemporâneas mais difíceis de analisar. Mas a outra configuração mal se apresentou. Aliás, em que medida se trata de *outra* figuração? É antes a sistematização e generalização do movimento iniciado após o fim da Segunda Guerra, com o esfacelamento da estrutura tradicional em unidades diversificadas (hospitais dia, hospitais noite, oficinas protegidas *, centros de ajuda pelo trabalho *, dispensários *, • dispositivos complexos de cuidado nos quarteirões, junto às famílias etc.) e a reestruturação do espaço geográfico e social para submetê-lo às novas exigências da intervenção terapêutica (setor). Até onde se arrisca ir nesta via? Aqui só podemos delinear uma tendência. Não pelo prazer de fazer futurologia. Até aqui me esforcei em seguir a contribuição da psicanálise à progressiva degradação do modelo da instituição totalitária e à crítica das formas mais rígidas de aplicação do esquema médico. É procedendo a uma leitura inversa do modelo inverso, revertendo a ordem seguida, que reproduzia o sentido do desenvolvimento da medicina mental em seu aspecto mais grosseiro, que podemos esperar, ao final, alcançar em toda sua amplitude a lógica do psicanalismo.

O termo "dispensário", cuja explicação é encontrada no Glossário, também toma no Brasil a forma de "ambulatório". (N. T.)

O GRANDE DESENCLAUSURAMENTO

A despeito da importância que observei quanto aos “efeitos de herança”, precisamos sem dúvida nenhuma nos preparar para fazer face a uma profunda transformação das práticas que historicamente constituíram a medicina mental. Algo como um grande desenclausuramento, que não significaria em absoluto uma liberação, mas ao mesmo tempo uma eclosão e uma generalização das modalidades do controle social, cujas primeiras linhas acabamos de seguir a pista – sem esquecer o quanto a psicanálise tem a ver com isso.

A constatação decisiva é o questionamento do quanto o início do século XIX avançou em relação a um estágio anterior mais indiferenciado: a separação *entre* as populações “marginais” – criminosos, doentes, mendigos, vagabundos, a constituição de instituições *específicas* para seu cuidado. Sem dúvida que a psiquiatria do século XIX realizava uma forma de intervenção particularmente sistemática e “totalitária”. Mas é preciso ao mesmo tempo compreender que ela permanecia, como então ela própria se denominava, uma “*medicina especial*”. O psiquiatra é antes de mais nada um novo especialista, a psiquiatria uma nova ramificação *especializada* na divisão social do trabalho. Assim é que a medicina mental se esforçava em estabelecer firmes clivagens, não somente entre os “doentes” e os “normais”, mas entre estes doentes e os outros “desviantes”. Atividade especial, de competência limitada ao domínio do que seu saber definia como “patológico”, não estando em questão ela se arrogar, em seu começo, uma autoridade generalizada sobre o conjunto dos comportamentos não conformistas.

Para se convencer disto, basta olhar o caso da perícia psiquiátrica junto aos tribunais. Todo o terreno ganho à justiça pela psiquiatria durante a primeira metade do século XIX, fazendo laboriosamente reconhecer sua competência médico-legal, não supõe absolutamente a confusão do ato patológico com o ato criminoso, *bem ao contrário*. A concorrência entre a instância psiquiátrica e a instância judiciária define e impõem a definição destas entidades em sua *própria* essência. Que haja numerosos casos duvidosos e tantas

possibilidades de confusão e de erro não conduz a se resignar à indiferenciação, mas, ao contrário, exige um acréscimo de vigilância e de saber para sublinhar as diferenças. Ao escândalo de que um louco seja tratado como criminoso corresponde a recíproca também escandalosa de que um criminoso seja inocentado fazendo-se passar por louco. Cada um deve receber seu tratamento específico, dispensado pelo especialista competente em sua instituição particular. Ao levantar vôo, a sociedade “liberal” instituiu o que poderíamos chamar de *segregação parcelarizada* das categorias sociais que não se inscreviam em sua dinâmica. Em seguida, o sistema se consolidou e depois esclerosou por um século, em torno dos dois pólos do asilo e da prisão.

Hoje em dia, os terrenos vagos do “désvio” avançam sobre estes terrenos laboriosamente conquistados. Esboça-se um relativo intercâmbio entre o “delinqüente”, o “associal”, o “doente” e os outros “marginais”. Estas noções sem fronteiras nem consistência teórica realizam o paradoxo de se fracionarem, por sua vez, em noções ainda mais fluidas: “desequilibrados”, “personalidades psicopáticas”, “pequenos perversos” etc. Paralelamente multiplicam-se os desvios institucionais. Sem dúvida, da prisão ao hospital psiquiátrico, e reciprocamente. Mas também vimos que diversos estabelecimentos médico-educativos, médico-jurídicos ou médico-jurídico-educativos etc. povoam cada vez mais o espaço que separava estes dois pilares. Assim, progressivamente se assegura o trânsito nos dois sentidos, ao mesmo tempo que a precocidade dos “cuidados”.

Os domínios da assistência, da educação vigiada, da prevenção e do tratamento tornam-se assim teatro de um complexo quebra-cabeças. Um mesmo indivíduo percorre, freqüentemente, a gama completa das instituições de reeducação, de medicalização e de segregação, da instituição médico-pedagógica à prisão, passando pela educação vigiada, o hospital psiquiátrico, o centro de pós-cura etc. Reciprocamente, no seio de cada um destes organismos, é o rodízio de diferentes “especialistas” que se tornam um mesmo “sujeito”: o juiz, o psiquiatra, o educador, o assistente social etc. disputam entre si o diagnóstico e o tratamento. Se a “interdisciplinaridade” existe concretamente em algum lugar fora da cabeça dos sonhadores, é nas oficinas entregues aos diferentes “casos sociais”, numa tal desordem que nem mais sabem a que santo teórico apelar.

Que nova teia de aranha estão tecendo com estes fios? Esta indiferenciação relativa, esta nova fluidez por acaso anunciam um retorno ao “grande enclausuramento”? Certamente que não. Em relação à separação dos espaços operadas no início do século XIX, a grande clausura representou uma solução muito frustrada. É justamente porque a segregação nas instituições rigidamente enclausuradoras mostra-se, por sua vez, muito frustrante em vista da atual

complexidade da problemática do controle social, que ela é hoje questionada e que um novo dispositivo, mais refinado, está sendo buscado a nossas vistas.

Que se tenha certeza de uma coisa: não estamos “regredindo” para a reprodução de uma “solução” arcaica. Por outro lado, não compreendemos muito bem onde estamos, nem o que estamos em vias de ser, nem o que a “nova sociedade” se apressa a fazer destes doentes mentais, drogados, delinquentes, elementos associiais, em suma, de todos os marginais improdutivos e outros indesejáveis. A evolução da medicina mental foi tomada por este lodo profundo, *que simultaneamente tende a tornar caducas as antigas instituições especializadas no controle social e a abolir a clareza relativa das antigas clivagens entre as diferentes categorias de população a serem controladas.*

Este questionamento das antigas partilhas é de tal modo profundo que ultrapassa o terreno do “desvio” e outros fatos de pseudomarginalidade para invadir o da política. A imputação de “marginalidade” não é mais apenas uma etiqueta pejorativa imposta pelas instâncias repressivas, tende a se tornar uma reivindicação retomada por certos grupos “marginalizados”, eles próprios através dela assumindo uma cultura, uma bandeira, uma intenção política. Enquanto que a grande preocupação, diria mesmo, a grande obsessão dos movimentos revolucionários foi de dissociar de modo absoluto seus objetivos e práticas das formas rudimentares de questionamento da ordem estabelecida, rejeitando-as com uma condenação ao mesmo tempo moral e política da criminalidade, hoje assistimos, através das novas práticas políticas em desenvolvimento, uma tendência inversa no sentido de colar as fronteiras dos comportamentos que relevam a ação política e os que relevam o direito comum, para reabilitar o impacto das formas mais primitivas e menos politicamente refletidas do enfrentamento da ordem social. Tais índices provam a amplitude da crise.

Sou perfeitamente incapaz de dizer mais alguma coisa sobre as “causas” de tal movimento, em particular sobre o que, na divisão social do trabalho, ao nível da repartição e da reparação da força de trabalho, verdadeiramente o impulsiona. Podemos, ao contrário, começar a emitir algumas hipóteses no tocante às instâncias que se apresentam para canalizar este movimento.

Em sua forma mais geral, a hipótese poderia ser assim enunciada (esta formulação, aparentemente funcionalista, indica tratar-se de uma primeira aproximação, mas aos poucos as coisas vão-se precisando, espero). A reequilibração das relações de poder que ora se atualizam permite fazer uma progressiva economia da “solução” da instituição totalitária e mesmo de seus sucedâneos, porque novas

instâncias de controle e normalização, mais flexíveis e eficazes, *que funcionam à base da psicologia*, estão em vias de melhor assumir os fins antes cumpridos pela instituição totalitária. A utopia totalitária – corte em relação ao exterior, reproduzida no interior pela total separação entre governantes e governados, hierarquia rígida, tratamento maciço dos indivíduos, rigor na organização da vida cotidiana sob o reino absoluto de uma regulação atomizada etc.¹ – representa a objetivação nua da relação social de poder enquanto cristalizada sob a forma de *autoridade-coerção*. Tentarei mostrar mais adiante como esta estrutura – ou antes, sua generalização e sua aplicação à canalização dos “marginais” – constituiu-se como resposta a certas contradições específicas da sociedade do século XIX. As contradições correspondentes da sociedade atual (diferentes em função de sua nova organização, mas homólogas à medida que colocam o mesmo problema da estabilização social) buscam sua resolução numa imposição do poder sob a forma da *persuasão-manipulação*.

Tal seria, esquematicamente, o deslizamento fundamental na problemática do poder social, cuja origem deveríamos buscar em uma nova orquestração das relações de classes, mas que se traduz sobretudo ao nível da crise generalizada das instituições, crise em primeiro lugar das instituições “totalitárias” – asilos e prisões, dois pontos quentes da efervescência sócio-política e ideológica atual, duas linhas de fragilidade a despeito ou antes por causa de sua rigidez no seio das instâncias de controle –, mas também crise por toda parte onde a imposição da autoridade trabalha a mutação da coerção pura em participação e em conformidade manipulatórias, isto é, em quase todas as instituições e organizações, do ensino à Igreja, e ao próprio exército. Nem espada nem aspersório, mas “ação psicológica”.

Ocorre também que esta crise mistura as antigas fronteiras entre os especialistas a quem incumbem as tarefas de controlá-la. Ela tende a reunir os diferentes especialistas em organização e trabalhadores no campo da marginalidade sob uma única bandeira, a da psicologia (ou da “psicossociologia” que nada tem a ver com a sociologia, mas aplica a psicologia aos “casos” sociais). A partir do momento em que se torna possível tratar “psicologicamente” as diferentes categorias de “desviantes”, as diferenças intrínsecas, se houver, entre estas diversas espécies perdem sua importância. Correlativamente, as diferenças entre as instituições também perdem sua importância e, em última instância, até o interesse de instalar

1. Cf. E. Goffman, *Asilos*, *op. cit.*, e minha apresentação à edição francesa da obra.

instituições. Caso a lógica última do processo atingisse sua plena eficácia, seria porque a manipulação psicológica universalizada economiza tanto o recurso a outros especialistas como toda base institucional cuja rigidez constitui hoje uma fonte de “bloqueio”. Enquanto houver instituições, por mais diversificadas e polivalentes que sejam, as suas malhas serão sempre grossas, correndo o risco de deixar passar certos indivíduos (onde situar exatamente os drogados por exemplo?). A hipótese de que uma malha mais fina se estenda sobre as instituições não passa, portanto, de uma simples especulação.

Não se trata exatamente de uma constatação, mas de uma ligeira extrapolação da conjunção das linhas de força das análises do capítulo precedente: a implantação de uma “psiquiatria de setor” desembocando numa “psiquiatria comunitária”; proliferação de instituições especializadas diversificadas; indiferenciação relativa das diversas categorias de “desviantes”, outrora cuidadosamente etiquetadas e cuidadas por instituições igualmente específicas. “Desinstitucionalização”, pois, ou “desenclausuramento”, mas relativos, e que já caminham ao lado do controle psicológico no quadro institucional.

Entendamos bem. Alegando uma generalização dos processos de psicologização, não faço referência a uma simples generalização de uma problemática privada de um tratamento do qual o sujeito permanecesse o árbitro, ou pelo menos o iniciador. A medicina, mental ou a outra sempre atribuíram, ideologicamente pelo menos, uma fundamental importância à relação “privada”. A institucionalização desta relação (a relação médico-paciente, o “colóquio singular” etc.) é de fato, ao lado do fenômeno hospitalar, o segundo destes pilares sobre os quais repousa toda a medicina ocidental. Funda toda a ideologia paternalista da medicina “liberal”. Mas justamente a medicina desenvolveu-se através da relação dialética destes dois pilares, concebidos ao mesmo tempo como opostos e complementares. O que estou sugerindo é a possibilidade de uma outra figura, *a institucionalização de um novo modo de relação privada como modalidade social de controle de problemas sociais*, que a psicanálise fecundaria com seus incomparáveis recursos. Não seria então preciso falar apenas da esfera do privado entendido como o refúgio da subjetividade (se bem que a vocação da psicanálise tenha sido sempre dela se ocupar), nem mesmo de simples privatização no sentido de transcrição, no quadro de uma problemática pessoal, de dimensões da ordem do privado (se bem que a psicanálise seja também, como vimos, o operador de uma tal privatização). Tomemos por hipótese a psicologização institucionalizada em *serviço público*,

o tratamento à “base psicológica” tornando-se, por delegação do poder social, a forma *imposta* de tratamento do conjunto dos problemas que se apresentam no campo social.

Espero que alguns indícios estabelecidos por uma nova digressão histórica retirem um pouco o mistério destas observações. Trata-se, em suma, de apreender a possibilidade de uma nova *metamorfose* da medicina mental. Mais vale, penso eu, falar de “metamorfose” do que falar de “revoluções psiquiátricas”. Uma metamorfose conserva o essencial da antiga realidade, mas sob uma forma dissimulada. O principal problema que ela coloca ao observador é um problema de *reconhecimento*, o reconhecimento de uma permanência de finalidade sob novas afabulações: será tentador demais cantar a novidade e a inovação enquanto os mortos comandarem os vivos. Eis por que minhas referências constantes à história não são mania de historiador, que aliás não sou. A digressão sócio-histórica, se a expressão não for demasiado ambiciosa, é o “método” necessário para descrever as metamorfoses. De outro modo, tratando-se da situação contemporânea, como escapar ao imediatismo uniforme do panorama confuso da medicina mental e não se contentar em reiterar o discurso dos agentes imersos no processo? Tentemos, pois, estabelecer uma nova abordagem, o que evidentemente não exclui a existência e proliferação de outras tentativas.

Um homem discreto teve grande importância na evolução da medicina mental na França. Trata-se de Paul Balvet, cujo grito de revolta no *Congresso de alienistas e neurologistas franceses* de Montpellier², em 1942, despertou de seu sono dogmático alguns jovens psiquiatras que iriam formar a ponta-de-lança da “revolução psiquiátrica” do após-guerra. Em 1947, Balvet publica nos *Documentos de Informação Psiquiátrica* nº 2 um pequeno artigo³ que considero fundamental, pois contém, articulados em sua complementaridade, todos os temas que vão marcar a evolução da crise da medicina mental até nossos dias: questionamento da legislação de 1838, crítica da instituição, relativização do saber psiquiátrico, tentativa de ultrapassagem do corte doença-normalidade, redefinição do papel do psiquiatra. A propósito do psiquiatra, diz Balvet:

2. P. Balvet, “Asile psychiatrique: l’expérience d’un établissement rural”, *Congrès des aliénistes et des neurologistes*, Masson, 1943.
3. P. Balvet, “De l’autonomie de la profession psychiatrique”, *Au-delà de l’asile d’aliénés et de l’hôpital psychiatrique*, *op. cit.*

*Seu caráter de ser vivo faz com que o asilo seja homogêneo à sociedade. Mas é também homogêneo ao psiquiatra que é seu chefe. Ser chefe não é um grau administrativo: é uma certa relação orgânica com o corpo que se comanda. Uma homogeneidade, uma misteriosa comunidade de natureza, uma perfeita hierarquia. O chefe não é uma lei; a lei é exterior. Ele é a cabeça; uma cabeça não é exterior ao corpo; está irrigada com o mesmo sangue. Ele comanda, tal como se diz que o cérebro comanda os nervos.*⁴

*O asilo, pois, pode ser concebido como a plenitude, como o corpo do psiquiatra. O conflito no qual se debate o asilo, sendo de natureza antropológica, é análogo no plano social ao conflito individual do qual a vida privada de seu chefe é o teatro. Eis a dupla expressão de uma mesma realidade. O psiquiatra é aquele que, tendo tomado consciência de sua própria pessoa como um conflito, e estando assim em contato com o humano no que este tem de mais geral, utiliza este conhecimento não somente para resolver a si mesmo, mas para com ele assumir o conflito de um outro, o do asilo, o do alienado. Solidário com eles, os sustenta. É o alienado típico.*⁵

*O psiquiatra é o modelo do alienado não como um esquema abstrato, mas como uma perfeição //...//. Mas é ao mesmo tempo o homem tomado em sua maior generalidade, e isto porque o alienado por seu intermédio mede-se pelo homem em geral. É nesta confrontação, onde ele se despoja do particular, que se encontra novamente unificado, purificado, como transparente a si próprio. Desembaraçado de si e ao mesmo tempo reencontrado enquanto pessoa. No psiquiatra a loucura se conhece, desnuda-se e se reabsorve.*⁶

Citei longamente este texto incrível, ao mesmo tempo um documento sobre o qual poderíamos glosar ao infinito. Não nos deixemos enganar por seu tom, que pode parecer ingênuo simplesmente porque, em sua formulação, mantém-se próximo da síntese asilar, ao mesmo tempo que a questiona. Este texto, sintoma do momento histórico em que a organização tradicional começa a balançar e a se fracionar, tem toda uma posteridade. Na mesma época, Lucien Bonnafé dispõe o mesmo tema numa linguagem ainda mais romântica, marcando, entretanto, uma distância já maior em relação ao modelo asilar. Denunciando o isolamento “que caracteriza

4. P. Balvet, *op. cit.*, p. 14.

5. P. Balvet, *op. cit.*, p. 15.

6. P. Balvet, *op. cit.*, p. 16.

centralmente o personagem do psiquiatra na sociedade”, faz desta segregação do psiquiatra o símbolo da segregação social da loucura e do louco. Quebrando este isolamento, o psiquiatra se torna uma espécie de Don Quixote, um mediador militante entre os dois mundos: “Homem da loucura, ele é também o cavaleiro da Loucura //...//, liberta os condenados à galera”.⁷

Há nisto tudo, muito mais que imagens românticas, a marcação de um deslocamento histórico essencial. Philippe Paumelle – nova ilustração da continuidade psiquiatria-psicanálise – exprime a mesma idéia em termos mais contidos. Tentando definir a mais profunda originalidade da “experiência do XIII”, de que é um dos promotores, escreve:

*Na realidade, o motor de nosso empreendimento situa-se a um nível muito mais profundo que o da planificação das instituições extra-hospitalares. Consiste numa retomada da meditação sobre o personagem do psiquiatra e de suas relações com o paciente.*⁸

A seus olhos de psicanalista (e porque é psicanalista), o essencial portanto a ganhar contra o equilíbrio tradicional é menos a reorganização da estrutura objetiva das instituições que a promoção do que poderíamos chamar de uma *função-sujeito* como vigamestra de todo o edifício de cuidados. Chegamos, assim, à tese mais interessante do *Psicanalista sem divã*⁹, a definição do papel do “psicanalista-líder”. O psicanalista é o fecho da abóbada da instituição renovada. Podemos dizer, sem jogo de palavras, como antecipava Balvet, que é a instituição viva, a lei e a norma encarnadas num personagem. Serve de “modelo de identificação”, ao mesmo tempo para os outros “assistentes” e para os doentes. Evidentemente, é necessário que a ideologia psicanalítica seja aceita por todos como base do consenso. Mas não é como uma simples doutrina que a psicanálise intervém na instituição, nem mesmo como simples inspiradora do conjunto das práticas institucionais. A abstração teórica e a objetividade das estruturas são mediadas pela figura viva do “psicanalista-líder”. Primeiro tempo:

7. Conferência de 25 de março de 1947 na *L'Évolution psychiatrique*, L. Bonnafé, “Le personnage du psychiatre”, *L'Évolution psychiatrique*, t. III, 1948.

8. *Réflexions à propos de la création d'un service psychiatrique de secteur*, documento do “XIII arrondissement”.

9. P. C. Racamier, *et. al.*, *op. cit.*

*O que o psicanalista traz aos jovens psiquiatras, assim como os assistentes que o cercam, é antes de mais nada um modelo de identificação.*¹⁰

Em seguida, toda a organização concreta da instituição é agenciada para irradiar este modelo, de escalão em escalão, até chegar aos “tutelados”. É com esta condição que a instituição inteira torna-se “modelo coletivo de um eu funcional”,¹¹ do qual os doentes têm necessidade para se curar.

Podemos, assim, medir o alcance do deslocamento operado em relação à psiquiatria tradicional. Também para esta, o psiquiatra era onisciente e opinante. Era também, em certo sentido, o fecho da abóbada de todo o sistema. Mas sua relação com a instituição permanecia uma relação de *exterioridade*. Enquanto representante da normalidade exterior ao asilo, o médico-chefe procedia à transusão das normas do mundo ordinário (de fato, as normas dominantes da sociedade). Coração de um asilo por ele animado, o psiquiatra *representava o exterior no interior*. Era um embaixador nos territórios exóticos da loucura, um missionário que deveria converter a alienação em razão. Estas francas dicotomias foram quebradas, graças, entre outras, à contribuição da psicanálise. Na instituição por ele inteiramente organizada, o psicanalista não é mais um missionário, é a própria instituição que é como uma emanção de seu saber-poder. Não mais governa como um déspota esclarecido à maneira do alienista tradicional, de agora em diante ele reina fazendo mover todo o organismo por identificação com ele próprio, atraindo-o para si e animando-o como o fazia o imóvel Motor Primeiro de Aristóteles com a máquina do mundo.¹²

10. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 68.

11. P. C. Racamier, *op. cit.*, p. 71.

12. Hoje em dia fala-se de “equipe” de preferência a “líder”. Vendo como funciona concretamente a maior parte das equipes (justamente sob a liderança do “psicanalista-líder”), não há demagogia demais. Assim, *Le psychanalyste sans divan* (P. C. Racamier, *op. cit.*) foi bastante mal recebido em certos meios analíticos por péssimas razões: apresentava o mérito da franqueza. Mas podemos, se quisermos, substituir em tudo acima “chefe” por “equipe”, isto em nada mudará estritamente o que desejo mostrar. Que a noção de equipe não exclua mas apele para a hierarquia, *Le Psychanalyste sans divan* é também bastante claro: o lugar ocupado na hierarquia corresponde exatamente ao nível de qualificação analítica. O que é também perfeitamente justo pois todos sabem que podemos entender uma análise se verdadeiramente o quisermos e que, para os terapeutas

Nada indica que tenhamos chegado ao desfecho deste processo. Por enquanto ele só pode ser compreendido no quadro institucional que lhe deu nascimento. Mas em última instância, como veremos, este quadro tende a se tornar transparente a um sujeito de relações, o personagem do psiquiatra-psicanalista. A partir disso, será insensato pensar que poderíamos passar do quadro objetivo mantendo vivo seu homólogo e nele delegando os poderes assumidos pela instituição? Tal seria a utopia da perfeita realização psiquiátrico-psicanalítica, que também poderia ser a idéia reguladora que, meio implícita, meio explicitamente, orienta a evolução de toda a medicina mental moderna. Em suma, o sonho de todos os sociólogos, psicossociólogos, especialistas em organização... e psicanalistas: o fim dos bloqueios devidos ao prático-inerte do instituído, uma revanche das “relações humanas” sobre a objetividade das estruturas. É somente graças a ele que uma relação psicológica encarnada na figura normativa de um especialista devidamente qualificado poderia ter um efeito reestruturante quanto a todas as formas de desvio.

O mecanismo parece duplamente engrenado. De um lado, todos os textos que acabei de citar após o de Balvet mostram que, sejam psiquiatras e/ou psicanalistas, os responsáveis pela medicina mental são incapazes de pensar a evolução da situação a não ser como uma ampliação de seu poder. Ao mesmo tempo, este poder toma novas formas, cada vez mais dificilmente identificáveis como poder psiquiátrico (ou psicanalítico). Mas chefe, cabeça, Don Quixote libertador, modelo de identificação ou suporte da transferência, o psiquiatra e/ou o psicanalista continua sendo a referência necessária, o fecho da abóbada de todo o edifício. O “paciente” não alcança a dignidade humana senão o aceitando reencontrá-la através desta mediação, tornada agora participação na pessoa do especialista.

não analistas que tomam uma tal iniciativa, “se forem dotados, o melhor que teriam a fazer seria seguramente tornar-se psicanalistas” (Id., p. 68). Admirável exemplo de etnocentrismo analítico, que ao mesmo tempo corresponde a uma representação muito realista do vivido institucional. O que é certo – no que invoco o testemunho dos que aí trabalham: enfermeiros, psicólogos, educadores, ortofonistas etc. – numa instituição onde reinam os analistas, “o melhor a fazer” ainda é mesmo ser analista, pois é sempre uma postura desconfortável não estar integrado na ideologia dominante. Lamento não poder corrigir o que meu atual projeto comporta de abstrato através de uma análise da vida institucional em sua cotidianidade. Ao menos, os que nela estão e que a sofrem reconhecerão, suponho, que tudo caminha no mesmo sentido.

Por outro lado, a própria realidade da instituição está minada do interior por uma completa reinterpretação de suas funções em termos analíticos. Deste ponto de vista, a “psicoterapia institucional” – que critica violentamente como normatizante esta concepção do psicanalista-modelo de identificação – percorreu a metade do caminho na mesma direção graças à sua crítica da objetividade da instituição. Para ela, a instituição é – ou deve ser – “um sistema de mediações visando assegurar uma troca inter-humana”,¹³ “um organismo de técnica e de técnica analítica”.¹⁴

*Ei-nos então conduzidos a fazer coincidir a noção de instituição com a prática interna que a cria tentando objetivá-la. Só há instituição para e através dos empreendimentos de conhecimento transformador que a criam e que ela cria.*¹⁵

Esta dupla ofensiva representa um duplo golpe de força. Submeter toda a realidade institucional ao poder médico é um abuso de poder, um traço de etnocentrismo psiquiátrico-psicanalítico ocultando toda uma parte essencial do que se passa na instituição e invalidando todos os outros modos de interpretação da situação e de todos os outros tipos de práticas para transformá-la.¹⁶ Psicossociologizar as estruturas objetivas da instituição em nome do discurso do inconsciente é se interditar toda a possibilidade de remontar ao que, *fora da instituição*, determina sua organização interna. São as implicações deste duplo processo que ora devemos destacar.

O esquema psiquiátrico clássico, por mais que se possa dizer, era dificilmente exportável. Já vimos que não pôde recobrir nem mesmo o campo da criminalidade. Havia na organização relativamente frustrada da psiquiatria tradicional certas garantias, como se a brutali-

13. G. Michaud, *La Notion d'institution en rapport avec la théorie moderne des groupes*, DES, 1958; mimeo.
14. H. Torrubia, “Analyseurs et interprétation du transfert en thérapeutique institutionnelle”, *Psychothérapie institutionnelle*, 1, 1966, p. 88.
15. P. Chanoit *et. al.*, “Le Contre-transfert institutionnel”, *Psychothérapie institutionnelle*, 1, 1966, p. 28.
16. A melhor demonstração da unilateralidade da ideologia médica e a melhor denúncia das funções de classe por ela assumida na instituição continua sendo a de E. Goffman, *Asiles*, *op. cit.* Mas se a argumentação de Goffman já é convincente neste meio supostamente “terapêutico” que é o hospital psiquiátrico, mais ainda será quanto às racionalizações médicas das práticas que têm lugar “na comunidade”.

dade de seus modos de intervenção e o caráter estanque de suas classificações por si impusessem limites à sua expansão. Estas garantias estão em vias de se esfacelar. As conseqüências da capilaridade entre as noções de normal e patológico e a sutileza das novas formas de organização institucional – duas características em larga margem devidas à psicanálise – devem ser lidas nos dois sentidos. Tanto melhor para o “doente”, se assim escapa às formas mais brutais de segregação. Mas tanto pior para todo mundo se ninguém de ora em diante escapa à suspeita médica ou paramédica, nem que seja sob as formas benignas expressas na mais inocente tagarelícia psicanalítica: defesas, resistências etc.

Logo daríamos conta de que nem tudo é benigno nesta inflação de interpretações paramédicas e psicologizantes. O que ainda falta à estrutura que se atualiza é uma franca delegação de poder para assim assumir um mandato *social* (atualmente “interpreta-se” por toda parte onde o “id fale”, mas é ainda a curto prazo e amadoristicamente, exceto nas instituições e em situações ainda especializadas onde o intérprete detém o poder). Mas as duas premissas teóricas para a implantação generalizada de tal dispositivo já existem. Estão, por exemplo, claramente expressas na obra já citada de Jacques Hochmann.

– A elaboração de uma “ciência do desvio” em torno da “rede relacional que une entre si o criminoso, a vítima e a sociedade, o louco, sua família e o quarteirão, o absenteísta, seu capataz, e a fábrica, o alcoólatra, sua mulher e seu círculo de relações”.¹⁷ “Ciência” é aqui uma grande palavra. Ao contrário, neste novo quadro, as categorias de conformista e não conformista coroam as antigas clivagens entre o bem e o mal, o normal e o patológico, produtivo e não produtivo etc.

– As noções de “psiquiatria dos conjuntos”, de “sociopatia”, “de conjunto sofredor” etc., que sob pretexto de reintroduzir a dimensão do social, do comunitário etc. na consciência psiquiátrica, de fato abolem toda a possibilidade de distinguir o social do psicológico, evidentemente em benefício do psicológico ou do psicologismo envergonhado que é o “psicossociológico”, colcha de retalhos sem estatuto ou princípios, cuja única clareza está em suas implicações políticas conservadoras. O que se perde neste confucionismo generalizado é a possibilidade de um recurso à análise teórica que distinguiria ordens de imputação (para não dizer de causalidade) no complexo do qual a “doença mental” e o “desvio” são o produto.

17. J. Hochmann, *op. cit.*, p. 23.

Mas é também a possibilidade de a este conjunto corresponderem práticas diferentes, sem aguardar todas as formas de salvação da boa vontade médica. Em lugar disto, resta a intervenção médico-psicológica para se ocupar de uma realidade inteiramente médico-psicologizada. Uma vez que toda negatividade social exprime “o sofrimento do liame que une os homens”, evidentemente que só pode ser o especialista em sofrimento quem irá se debruçar sobre estes casos. Pode ser que, ao fazê-lo, “libere uma palavra”. Mas será sempre uma palavra deitada. Que poderá dizer, por exemplo, um absenteísta a este novo doutor em conformismo e a quem, necessariamente, isto trará proveito?

Entendamo-nos de uma vez por todas sobre o absurdo de uma condenação que, entretanto, sei que me será feita. Jamais disse – ao contrário de certos psicanalistas sem a menor consciência disso tudo – que não era preciso “cuidar” e que portanto não seria preciso haver “curadores”. Se levarmos em conta o vivido da “doença mental”, independente das variadas e obscuras teorias que ao infinito podemos desdobrar sobre suas “causas”, perceberemos que inúmeros “doentes mentais” são simplesmente pessoas cujo sofrimento psíquico pede por socorro, e que o único recurso que a sociedade providencia é quase sempre a intervenção de tipo terapêutico. Aí estaria uma definição fenomenológica não de todo má do “doente mental”: alguém que, no impasse existencial em que se encontra, tem como que “necessidade” de um “curador”. Mas *este socorro só deveria ocorrer em último recurso*, pois ao mesmo tempo que é subjetivamente uma infelicidade, a “doença mental” é objetivamente, ao menos em parte, o produto de um conjunto de processos complexos que não são todos, bem longe disso, de ordem psicológica. Seria então preciso agir antes e de *outra maneira* que não terapêutica, pré-terapêutica ou paraterapêutica – política e social, por exemplo, como vimos a propósito da “prevenção”. Portanto, trata-se de *restringir* a ação médico-psicológica aos casos de qualquer modo “desesperados”, quando é então muito tarde para fazer outra coisa. O mínimo que podemos dizer é que não é este o caminho tomado pela medicina mental moderna, *sobretudo desde que a psicanálise lhe empresta seus recursos*.

Que não se sirva, portanto, de argumentos humanistas (pessoalmente não os desprezo) sobre o sofrimento psíquico para difundir algo bem diferente de um socorro no caso em que “humanamente”, como se diz, “ele se impõe”. Um *sistema* médico-psicológico vai bem mais além. Implanta um dispositivo de intervenção que, na medida de seu poder, invalida toda uma outra aproximação do fenômeno visado. Tal como bombeiros que soprassem o fogo para extingui-lo, estendendo-o mais ainda, os especialistas

da medicina mental tipo Hochmann dilatam seu modelo de intervenção, estendem a esfera de jurisdição do psicopatológico, em lugar de *reduzi-la*, nos dois sentidos do termo.

Um último recurso à história para captar a orientação geral deste movimento de explosão do esquema médico-psicológico. O que aí se elabora *é a universalização da noção de perito e perícia*. A ligação histórica entre especialização e medicina mental é estreita e profunda. Não estou pensando apenas na perícia médico-legal junto aos tribunais, por mais importante que ela seja na constituição da psiquiatria. Contudo, entre os primeiros grandes textos psiquiátricos, vários são verdadeiros relatórios de perícia, no sentido de obedecerem a um mandato, respondendo a uma demanda formulada por um terceiro que dispõe de um poder e que concerne a um outro terceiro a respeito do qual vai sei se tomar uma decisão. Assim, em 1818, Esquirol dedica-se a uma primeira perícia da “situação dos insensatos” para o Ministério do Interior¹⁸. Ferrus renova a operação em 1836¹⁹. Estes textos são construídos como relatórios de peritos: balanço de uma situação, revista das dificuldades e suas causas, proposições concretas, práticas, implicando decisões político-administrativas para remediá-la.

Mas como vimos, este tipo de perícia permanece especializada, mesmo quando passa da análise de um “caso” à de uma situação. É sempre da situação dos “alienados”, da organização da “medicina especializada” que se trata. O primeiro exemplo de perícia generalizada médico-psicológica é talvez *Mal-estar na Civilização*²⁰ de Freud, o que explicaria o surpreendente destino de um texto que contém, sejamos francos, muita banalidade (pior foi depois com a “sociologia psicanalítica”). Em *Mal-estar*, um balanço de conjunto da marcha da humanidade é proposto a partir de uma análise da economia libidinal dos indivíduos. Exame, diagnóstico e prognóstico são igualmente globais e caminham lado a lado. Se remédios políticos não são positivamente propostos, outros ao menos são invalidados, tal como o marxismo, culpado por só ter visto os efeitos secundários da agressividade ligados à propriedade privada, à custa de suas causas intrapsíquicas. Freud percebe, aliás, as possíveis implicações de seu raciocínio no sentido de uma psicocracia, mesmo recusando assumi-la:

18. Esquirol, *Des maladies mentales*, op. cit.

19. Ferrus, *Des Aliénés et des asiles d'aliénés*, Paris, 1836.

20. S. Freud, *Malaise dans la Civilisation*, op. cit.

*Para mim é difícil evitar a questão. Se a evolução da civilização apresenta tais semelhanças com a do indivíduo, e se todos os dois usam os mesmos meios de ação, não estaríamos autorizados a emitir o seguinte diagnóstico: a maior parte das civilizações ou das épocas culturais – talvez mesmo toda a humanidade – não se tornaram neuróticas por influência da própria civilização? Poderíamos acrescentar ao catálogo psicanalítico destas neuroses proposições terapêuticas, pretendendo com todo direito oferecer grande interesse prático. Não poderia dizer que semelhante tentativa de aplicação da psicanálise à comunidade civilizada fosse absurda ou condenada à esterilidade. Mas seria preciso proceder com muita prudência, não esquecer que se trata somente de analogias, e que enfim, não somente os seres humanos, mas também os conceitos não poderiam, sem perigo, ser destacados da esfera na qual nasceram e se desenvolveram. Além do mais, o diagnóstico das neuroses coletivas sofre de uma dificuldade particular. No caso da neurose individual, o primeiro ponto de apoio útil é o contraste marcante entre o doente e seu meio considerado como “normal”. Tal tela de fundo está ausente no caso de uma doença coletiva do mesmo gênero; o que nos força a substituí-la por outro meio de comparação. Quanto à aplicação terapêutica de nossos conhecimentos, ... a quem serviria, pois, a mais penetrante análise da neurose social, uma vez que ninguém teria a necessária autoridade para impor à comunidade a pretendida terapia? A despeito de todas estas dificuldades, podemos esperar que algum dia alguém se empenhe em empreender nesta direção a patologia das sociedades civilizadas.*²¹

Este texto, mereceria um estudo atento. A partir do esquema psicológico da analogia entre o desenvolvimento do indivíduo e o da espécie, temos a tentação de intervenção se impondo como permanente *leitmotiv*. Tudo se passa como se Freud lutasse contra estas conseqüências por argumentos que devem mais à honestidade moral que ao rigor lógico. A última frase é a confissão da necessidade desta implicação: alguém um dia o fará (mas não serei eu, defende-se Freud, sou muito honesto). Não há razão para duvidar da honestidade de Freud, mas o problema é muito mais grave.

Tal passagem da perícia especializada para a perícia generalizada supõe e impõe a psicologização de todos os problemas e portanto de seu tratamento “psicológico”. Com Freud, só metade do mal. Ficamos ao nível de um grande afresco geral do curso da civili-

21. S. Freud, *Malaise...*, ed. PUF, 1972, pp. 105-106.

zação. Além disso, as orientações político-filosóficas de Freud são as de um liberal e de um herdeiro da filosofia emancipadora das Luzes: ele pensa os desdobramentos sócio-políticos de seu raciocínio no quadro do progresso do saber e da liberdade.²²

Mas já mostramos (capítulo 4) que estas conotações “progressistas” não estavam senão acidentalmente ligadas ao desenvolvimento da psicanálise. Não há nenhuma contra-indicação ao uso, pelo psicanalista, do poder que lhe seja atribuído num sentido tecnocrático, planificador, para em seu nome fazer a felicidade dos homens. Sobretudo porque o imperialismo deste desenvolvimento pode fazer descer do céu idéias gerais e projetos globais sobre a terra das realizações cotidianas. A partir disso, o perito prende-se a “casos particulares” sem que esta particularidade suprima o caráter global (unilateral-totalitário) de sua intervenção. Já temos muitos exemplos disso. O psicólogo se torna o perito universal a partir do momento em que todos os elementos de uma “crise”, de um “problema”, são tratados como “casos”. Mesmo um “caso social” é sempre um caso psicológico e, em última instância, um caso médico. Quando um problema se torna um “caso”, ele pode – deve – ser tratado “psicologicamente”. É aí que as diferenças entre as estruturas institucionais (a noção de “instituição especial”) podem começar a perder sua importância. Paralelamente, os diferentes especialistas que antes marchavam, cada um atrás de sua própria bandeira, podem se reagrupar sob a da psicologia. Os conflitos de competência entre especialistas tornam-se conflitos entre as diferentes variantes da competência psicológica: a do médico, a do educador, a do “assistente social”... Em cada uma das variedades da própria competência psicológica (em medicina, por exemplo), os conflitos são apenas divergências entre diferentes opções psicológicas (por exemplo, entre psicanálise e behaviorterapia, ou recondicionamento etc.).

Em última instância, pois, se a manipulação psicológica oferecesse garantias suficientes, em particular ao nível da continuidade, da disponibilidade e da mobilidade de “cuidados”, poderíamos até economizar a instituição. É o limite que tracei e que talvez já pare sobre o movimento que ora assistimos: *a institucionalização da relação psicológica como modalidade generalizada do controle assumiria o conjunto das forças normativizadoras e reeducadoras outrora dispersas em diferentes tipos de instituições relevando agentes diferentemente qualificados.*

22. Cf. sobretudo S. Freud, *O Futuro de uma ilusão*.

Emitir a hipótese da existência de tal figura limite não implica pensá-la como destinada a se tornar a única modalidade de organização dos “cuidados”. Ao contrário, é provável que, para que um sistema de estabilização social se mantenha, seja preciso que um recurso institucional de tipo clássico continue possível: que bastiões protejam e pesem sobre as redes mais flexíveis e frágeis que funcionam “psicologicamente”. É assim que, hoje em dia, a “psiquiatria comunitária” supõe como último recurso, mas igualmente como presença permanente, a enorme sombra do asilo. Da mesma forma, o trabalho em “meio aberto” em matéria de educação vigiada e de delinquência não seria outra coisa que o verso do qual o “meio fechado”, isto é, a prisão, é o reverso? Com isto compreenderíamos melhor – melhor, em todo o caso, do que falando de simples sobrevivências, de atrasos, de arcaísmos etc. – a aspereza das lutas que se desenrolam em tais lugares.²³ *A fortiori*, a atual diversificação das redes institucionais de que falamos mais acima não é um arcaísmo. A instituição continua a viver, prolifera ao mesmo tempo que se abranda. O movimento de “desinstitucionalização” opera antes de mais nada na própria instituição, fracionando-a. O “desenclausuramento” pode abrir a instituição sem aboli-la.

Assim, minha hipótese não implica a “superação” completa da instituição. Diferentes modos de organização do controle social existem simultaneamente em situação de antagonismo relativo, sem que, entretanto, nisso haja contradição. Para cada um deles, podemos ao menos marcar a época de seu surgimento, circunscrever sua área de difusão máxima, assinalar eventuais refluxos, até mesmo o desaparecimento de formas antigas, sem postular uma evolução linear do processo. No sistema de conjunto assim formado, que é a verdadeira unidade de análise do ponto de vista sócio-histórico, as configurações particulares se ombreiam e se completam ao mesmo tempo que se combatem em situação de concorrência, enquanto seus representantes respectivos lutam encarniçadamente entre si. Um equilíbrio móvel daí resulta, constituindo o *estado do sistema* num dado momento.

O que eu quis foi apenas sugerir que uma quarta modalidade de controle está em vias de se realizar para se acrescentar às três outras que examinei no capítulo precedente, numa decalagem crono-

23. Cf. uma interessante discussão sobre estes temas na “Table ronde”, *Esprit*, “Pourquoi le travail social?”, nº especial, abr.-maio 1972.

lógica em relação a estas, como estas o eram entre si. Sobretudo porque é neste nível que podemos suspeitar de alguma coisa importante concernente à psicanálise, mesmo se é no condicional que devemos falar: de como a psicanálise é suscetível de inventar um *novo papel social* colocando seus poderes a serviço de uma intenção política.

Se há um limiar qualitativo franqueado na medicina mental não é com efeito – contrariamente ao que freqüentemente dizem os psicanalistas – graças a penetração da psicanálise nas instituições psiquiátricas ou parapsiquiátricas. Não é tampouco com a substituição dos antigos modelos médicos por um novo modelo de funcionamento do psiquismo fundado na descoberta do inconsciente. Vimos que na maior parte do tempo estas inovações agiam à maneira de um sangue novo em transfusão na velha carcaça da medicina mental, insuflando-lhe um vigor novo sem verdadeiramente subverter suas finalidades (metamorfoses). Entretanto, um limiar talvez se franqueie ou, em todo caso (pois, por outro lado as funções de conjunto do sistema não mudam), ocorra então uma importante virada, ao lado ou mesmo além das instituições (inclusive as renovadas), implantando-se um novo modo de controle direto sobre a comunidade. Esta nova organização não pode mais ser fundada num “saber” psiquiátrico de tipo tradicional, na medida em que este, de qualquer forma, permanece solidário, em sua atuação, com a instituição que o suscitou. A psicanálise, em troca, não carrega o peso desta história e de seus constrangimentos. Em lugar de aí se misturar, como ainda freqüentemente o faz, ela então poderia se “libertar” destas estruturas, isto é, liberar a intervenção médico-psicológica da referência institucional, evidente que da instituição asilar, mas também das novas instituições renovadas.

Mas vimos também que a referência institucional era a chave da especificidade da medicina mental. A psiquiatria foi uma “medicina especial” porque se desenvolveu a partir e num “estabelecimento especial”. O pluralismo hoje observável fracionou esta necessidade sem quebrá-la. Franquear o limiar institucional seria, ao mesmo tempo, “superar” o que ainda permanece de relativamente específico na medicina mental, a referência ao “patológico” como setor relativamente delimitado do comportamento ao qual correspondem práticas relativamente especializadas. A psicanálise tem vocação para operar tal “superação” na medida em que ela transgrediu as fronteiras entre o “normal” e o “patológico”.

Esta dupla eventualidade – libertar-se da instituição e superar as diferentes categorias do não-conformismo – ainda não recebeu uma clara sanção social porque até agora a psicanálise francesa de-

envolveu-se segundo duas vias. De um lado e sobretudo como uma prática privada, espécie limite do “colóquio singular” dentro do gênero da medicina “liberal”. Nesta direção, o problema institucional não foi nem mesmo abordado, foi ao mesmo tempo eludido e conservado, a psicanálise se instalando ao lado da psiquiatria tradicional e voltando-lhe as costas sem em nada mudá-la. A segunda via de desenvolvimento, mais recente, foi o *entrismo* nas instituições organizadas, antes de tudo, segundo princípios estranhos aos seus. Daí, então, só poder-se-ia tratar de renová-los ou dispô-los mais ou menos profundamente, tal como se esforçam, com sucessos diversos, a “psicoterapia institucional”, os diferentes tipos de clínicas psicanalíticas para esquizofrênicos, a intervenção ao nível do setor tal como previamente definido pela psiquiatria etc.

É portanto lógico emitir a hipótese de que a psicanálise ainda não mobilizou todas as suas potencialidades enquanto modo próprio de organização. Resta a possibilidade de que a relação analítica se faça ela própria reconhecer como modo de institucionalização no quadro da organização de “cuidados” sobre categorias de não conformistas. Compreende-se assim a esperança dos que, tal como Hochmann, trabalham nesta direção. Sem dúvida, os atuais líderes desta tentativa não serão os mesmos a chegarem ao termo do processo, pois sua história e o atual equilíbrio das estruturas ainda os amarram à instituição de uma maneira sem dúvida irreversível a curto prazo. Mas a situação não está bloqueada, neste momento tudo muda muito rapidamente e novas vagas virão se abater sobre os glaciares institucionais. Compreende-se assim o interesse destes promotores pela situação norte-americana que apresenta uma gama de realizações mais extensa que a nossa, algumas mais avançadas no duplo sentido da crítica das instituições clássicas e das separações categoriais entre os diferentes tipos de assistidos.

Evitei examinar estes casos porque faltam-me referências precisas, porque já há muito o que fazer quanto à situação francesa, e também porque eu queria evitar um argumento fácil. O que, entretanto, não é razão para deixar de aprender com o que se passa e com o que, por certos lados, sem dúvida antecipa o que nos aguarda. O destino social da psicanálise nos Estados Unidos torna ainda mais irreal a negação de sua cumplicidade com uma ordem social. Se estamos agora convencidos de que o esquema da “recuperação” não passa de uma facilidade para eludir este problema, poderemos talvez convir que, mesmo americanos, fatos são fatos, e que refutam de modo completo a pretensão de extraterritorialidade do discurso do inconsciente. Estes fatos constituem o que P. L. Berger chama, numa expressão dificilmente traduzível, *the counseling and testing complex*, o reagrupamento de um número crescente de profissões

tendo em comum tratar, como já disse, “o social” “psicologicamente”, e em cuja implantação ele demonstra o papel motor assumido pela psicanálise.²⁴ O triunfo social da psicanálise é também o reino do *social case work* terapêuticamente orientado nos domínios da *welfare organization*, da educação, da justiça, da administração e, porque não, da própria produção. Não vamos insistir: estes fatos são ou deveriam ser bem conhecidos. O espantoso é que se faça como se não existissem, que se tenha até vergonha de falar neles: só se menciona a América num texto psicanalítico para lembrar que Freud supunha estar aí introduzindo a peste.²⁵

Nem tampouco é necessário ser futurólogo para antecipar o que talvez estejam nos preparando. *O processo de institucionalização da psicanálise já está de tal modo avançado que podemos ler em letras garrafais o que estava prefaciado, de modo dissimulado, na relação dual.* Com isto, também a crítica da psicanálise pode franquear um limiar. Enquanto trabalhava sobre um material ideológico ou teórico, permanecia ideológica ou teórica. Devido à proliferação, que há vários anos assistimos de práticas sociais inspiradas pela psicanálise, deveríamos poder rapidamente progredir na via da crítica institucional da psicanálise.

Mas também podemos retornar às origens do processo: decifrar as “letrinhas”, a marca do que se passa no “intra-analítico” a partir das “letras garrafais” no extra-analítico. Na cronologia da reflexão, este movimento de retorno partindo do “exterior” para caminhar para o “interior” é necessário. É assim que só pude tentar minha interpretação da convenção analítica e do inconsciente social da psicanálise levando a sério (isto é, pensando, contrariamente ao purismo analítico, que a própria psicanálise aí está comprometida) o que se passava ao nível das instituições e da comunidade. Historicamente, isto significa que este tipo de crítica só é possível a partir de um estado bastante avançado de desenvolvimento das práticas analíticas não duais. Alcançado o ponto extremo deste processo de institucionalização da psicanálise, é agora possível dominar a unidade de nossa *démarche*, a *lógica do psicanalismo*.

24. P. L. Berger, “Towards a Sociological Understanding of Psycho-analysis”, *Social Research*, vol. 32, nº 1, primavera de 1965.

25. Não ignoro, contudo, que a maior parte da obra de Lacan seja dirigida contra as concepções adaptadoras da psicanálise americana e contra suas variantes europeias. Não é tampouco um acaso se foi na escola lacaniana que o esquema da recuperação teve o mais alto rendimento simbólico, se assim ousar me exprimir. Pois seu principal efeito foi entreter uma boa consciência teórica que tem muito poucas relações com o estado das práticas analíticas efetivas.

No início deste ensaio, eu dizia que o suscetível de ser provado nesta *démarche* era um novo arranjo de um duplo movimento inverso: o que desloca o questionamento do “compromisso” da psicanálise de suas “aplicações” exteriores para o centro do dispositivo dual originário, e o que desloca do divã para os novos dispositivos institucionais as mais importantes jogadas da psicanálise. Para demonstrá-lo, esforcei-me em fundar duas proposições essenciais:

1) “O extra-analítico” está presente no dispositivo analítico, mas sob uma forma em geral *dissimulada*.

2) Esta dissimulação não é uma simples ignorância, nem mesmo uma pura ocultação, mas uma *reinterpretação unilateral* (parcial e parceladora), portadora direta de efeitos sociais igualmente unilaterais.

Em função das análises precedentes, podemos distinguir três níveis principais onde afloram estes efeitos de dissimulação (com as necessárias precauções no emprego do conceito, podemos falar de três camadas de ideologização). Mas estas produções são ao mesmo tempo *específicas* da psicanálise, *necessárias* e *ligadas entre si*. Eis por que, a seu propósito, podemos falar de *lógica*, e da lógica de um processo produzido (e não sofrido) pela psicanálise: o *psicanalismo*.

1. – Se todo saber, num dado sentido, produz certo desconhecimento do que exclui de seu recorte (por exemplo, uma física de tipo cartesiano dissimula os fenômenos vitais), só podemos falar de “ideologia” se este recorte esquece as condições precisas e limitadas que o fundaram e sob as quais ele permanece legítimo (por exemplo, o mecanicismo é uma ideologia).

Analogamente, podemos distinguir uma primeira zona de distorção da psicanálise a partir desta extensão de um método para fora de seus comprovados limites de validade. Pensamos em primeiro lugar neste imperialismo psicanalítico em virtude do qual tudo é psicanalisável: há uma “sociologia psicanalítica”, uma “antropologia psicanalítica” etc. Poderia parecer que esta deriva é grosseira demais e os resultados até agora alcançados decepcionantes demais para que não seja fácil denunciar e corrigir antes que se mostre verdadeiramente perigosa. Ela repousa, contudo, sobre duas características próprias da psicanálise, capazes de fazer com que esta forma de pesamento, grosseiramente caricatural ao nível de uma *Weltanschauung*, se desloque e se reproduza sutilmente travestida:

a) A psicanálise não dispõe, *em si-mesma*, de categorias para apreender o poder, o social, o político etc. em sua objetividade não-psíquica. No máximo, como vimos, ela pode representá-los como seu limite ou seu exterior (o não-analisável). Em outras palavras, não há *no* próprio *corpus* analítico como pensar a diferença entre a teoria das formações do inconsciente e a teoria das condições materiais e sociais que sustentam as posições subjetivas com as quais a psicanálise tem a ver. Captar esta diferença exige uma mudança do sistema de referência que não é dedutível do sistema de referência analítica. Se o suporte não está na linha do dispositivo analítico, um modelo de interpretação analítica é, logo de início, virtualmente um modelo de interpretação totalitário.

b) Para quem adere a suas categorias de interpretação (e sobretudo se faz disso uma atividade exclusiva de qualquer outra prática social), a psicanálise convida a não sair de seu dispositivo na medida em que toda produção de ordem humana, toda prática individual ou coletiva, inclusive toda construção teórica mantêm uma relação com a realidade do inconsciente e se presta, mais ou menos, mas sempre, a uma abordagem analítica. Resgatar a importância da descoberta freudiana: o inconsciente, dizia o próprio Freud, não é uma perspectiva da qual alguém possa se abstrair tão à vontade como se tira os óculos. A psicanálise nasceu da rigorosa axiomatização de uma situação subjetiva terapêuticamente orientada (a relação com certos neuróticos), mas é perfeitamente verídico dizer que a isto não se reduz. Como, em que medida, em que condições isto é uma legítima decorrência? Há analistas mais ou menos prudentes em estender a jurisdição analítica, mais ou menos sóbrios no manejo da interpretação, mas não há teoria analítica rigorosa das condições de *exportação* do esquema analítico dual. É entretanto mais fácil combater uma ideologia quando ela extrapola uma dimensão mais abstrata da totalidade sócio-histórica (exemplo limite: o mecanicismo). Ao contrário, mesmo parcial, um modelo de interpretação psicanalítica sempre apresenta uma certa credibilidade, mesmo se ele funciona num registro totalitário. Toda crítica da psicanálise pode ser interpretada como uma resistência, toda atitude política pode ser relacionada aos investimentos inconscientes que a sustentam etc., e num certo sentido isto é defensável.

Entretanto, para remeter o processo de ideologização a este nível, é preciso e basta mudar o sistema de referência. *A priori*, não haveria razão do psicanalista se esquecer que também ele é um sujeito social, inserido numa outra realidade que não o “real” analítico, submetido a outro destino que não o das pulsões, a outros determinismos que não os mecanismos e processos psíquicos. Da mesma forma, tentativas tais como o *Universo contestacionário* deve-

riam permanecer como exemplos teratológicos, tal como exhibe qualquer método que se degrade em extrapolações irresponsáveis²⁶.

2. – Uma segunda tentação ressurgiu sutilmente, entretanto, delimitando uma segunda camada de ideologização muito perigosa, desta vez na rasante da prática psicanalítica. Se bem que, como dissemos, nada impede em princípio o analista de reconhecer a realidade das contradições constitutivas da atual formação social, tampouco em nada o ajuda a teoria analítica, ocorrendo sobretudo que *a prática sobressai unilateralmente no sentido de sua invalidação*.

A psicanálise enquanto prática tem essencialmente a ver com os efeitos destas contradições sobre as posições subjetivas dos indivíduos. Está portanto condenada, *enquanto tal* – isto é, enquanto permanece no interior do dispositivo que valida seus resultados – a não levar em conta as dimensões não psicológicas (propriamente históricas, políticas, econômicas e sociais) destas contradições. Por esta técnica refinada da neutralização cuja lógica esboçamos (capítulo 3), de tais contradições somente o eco surdo é recolhido, através do filtro da subjetividade e do jogo dos fantasmas. De onde a regra de pôr tanto quanto possível entre parênteses a realidade cotidiana para ter acesso à “outra cena”, regra à qual corresponde a exigência, quando se está em análise, de não ter que tomar decisões “objetivas” importantes²⁷.

26. Há, de fato, razões para que o psicanalista seja tentado a esquecer mais que outros sua situação de sujeito social: as que remetem ao estatuto privilegiado da profissão analítica na divisão do trabalho. Adepto de uma especialidade médica ou paramédica, atuando no quadro tradicional da medicina liberal, apostando ainda na abstração do “colóquio singular” ao suspender o impacto imediato da realidade sobre a cura, o psicanalista privado circunscreve um meio singularmente protegido *em relação ao contexto sócio-político* (que a profissão de analista seja por outro lado psicologicamente cheia de provações pelo fato de se expor às agressões inconscientes é uma questão totalmente outra que não discuto aqui). Mas o peso destes fatores sociológicos não é irreversível, no sentido em que são teoricamente suscetíveis de uma retomada crítica, a partir justamente da consciência sócio-política do analista, se ele a tem. Eis por que emito aqui a hipótese otimista que ao nível consciente o psicanalista poderia ele próprio mudar de sistema de referência. Mais freqüentemente, contudo, os psicanalistas não se dão a tal trabalho e se acomodam ao caráter “revolucionário” de seu trabalho sobre a “outra cena” e de seu perfeito trabalho conformista nesta cena de cá.
27. Além da possibilidade de abrir uma espécie de parênteses em sua vida, espécie de espaço de tempo consagrado ao retorno sobre si mesmo, dizer muito sobre a soma de privilégios (não apenas econômicos) que é preciso reunir para dar férias aos eventos importantes da vida exterior, esta disposição tornou-se completamente fictícia com o *desmesurado alongamento das curas: em última instância é*

Assim procedendo, a psicanálise em verdade não sai do quadro da convenção que ela institui. Leva a sério o contrato que a faz existir como prática e como saber. Não vemos como poderia ser de outro modo, salvo sabotando a si própria. Com isto, porém, ela é conduzida a agir *como se* “tudo fosse contratual no contrato”. A psicanálise pode, desde então, ser *ao mesmo tempo* “cientificamente” fundada (o dispositivo abrindo caminho apenas ao conhecimento controlado do inconsciente e de seus efeitos) e produtor *direto* de um modelo “ideológico”. “Produtor direto” significa dizer que o modelo de subjetivação é diretamente operatório, graças a isso qualificando toda situação como um caso analítico ao tratá-lo do ponto de vista prático. Não joguemos com as palavras. Talvez a alguns choque o termo subjetivação: não é o “subjetivo” que a análise explora, dirão, mas estruturas que têm sua objetividade, é o “real” etc. Mas eu absolutamente não disse que a psicanálise trabalhasse somente os velhos ouropéis da psicologia “subjetiva”. Digamos então que a psicanálise *privatiza*, não à maneira da exaustão da vida interior como o faz a psicologia introspectiva, mas enquanto invalida necessariamente, repito, na medida mesmo em que impõe as regras de sua convenção, a problemática do poder e da objetividade para substituí-la pela problemática pessoal dos investimentos inconscientes.

3. – Esta leitura das tramas existenciais a partir de sua significação para a economia inconsciente do sujeito conduz diretamente à terceira zona de “ideologização” da psicanálise. Vimos que o discurso analítico dedicava-se exclusivamente a conceitualizar a especificidade de seu objeto: a realidade do inconsciente, a diferença entre o real analítico e a realidade social, a autonomia da “outra cena” etc. Seu cuidado não pode ser nem é sensível às analogias entre seu funcionamento e o de outros conjuntos na “mesma formação discursiva”. Ao contrário ela cava uma distância, sublinha sua própria originalidade.

a vida que seria preciso pôr entre parênteses e o sujeito como sujeito dos atos de sua própria história. A psicanálise encontra-se assim na posição de violar constantemente uma de suas regras fundamentais ou de racionalizar pela fuga a nova situação falando, por exemplo, sem tê-lo medido nunca, da importância primordial das “transferências laterais”. Estas novas peripécias da psicanálise deveriam conduzir os analistas a retomar o difícil problema, jamais elucidado de maneira satisfatória, da *indicação analítica*. J. L. Donnet, em “Psychanalyse et médecine”, *op. cit.*, avança que a “autonomia do sujeito” constitui a melhor base desta indicação, o que, convenhamos, não diz grande coisa e até se mostra perfeitamente contraditório com o caráter da maior parte das “demandas” de análise.

Entretanto, a partir da sobredeterminação, necessária segundo sua ótica, dos processos inconscientes que estruturam a individualidade e a intersubjetividade, a experiência analítica já partiu ligada a certos valores, tipos de existência ou de prática: a intimidade, a interioridade, o sonho, o desejo, a imaginação, a vida privada etc. Correlativamente, ela é conduzida a subestimar ou a pôr entre parênteses a eficácia de outros valores, práticos ou estilos de vida: o trabalho, a vida pública, a comunidade, a violência social, a guerra, a exploração etc. É o mesmo que dizer que a psicanálise se inscreve num campo de outras práticas que têm em comum esta propensão a pôr entre parênteses ou a reinterpretar de modo completo o peso dos determinismos sócio-históricos. Trata-se do conjunto dos sistemas psicológicos, ou melhor, psicologizantes, do qual ela representa, no prolongamento e além da ideologia médica, a mais refinada versão contemporânea. Ela age então como estratégia da psicologização, no seio de outras estratégias que operam uma escolha análoga do que é explicativo e manipulável, isto é, os fatores psicológicos individuais e intersubjetivos, e impõe uma redução análoga dos determinismos objetivos.

Se nos três últimos capítulos insisti particularmente neste nível é porque a psicanálise aí funciona, de fato, “ideologicamente”, no sentido de que aí se reúnem e conjugam seus efeitos as três significações que distingi no termo ideologia: esquecimento dos limites de aplicação do método (inflação do esquema analítico), dissimulação da natureza das condições objetivas que permitam o discurso psicanalítico (confusão entre o neutralizável e o neutro), cumplicidade entre o esquema analítico e os interesses sociais que não têm relação alguma com a revelação do inconsciente (participação analítica em técnicas de controle social). Mas não é por acidente que estas três dimensões vão se confundir aqui. Elas estão atadas pelo uso e exercício da própria psicanálise. Há, assim, um *continuum* que vai de seus usos “desnaturados” até o foco difusor na relação dual, e reciprocamente.

A razão desta ausência de hiato é que, em todos os patamares da atuação legítima ou ilegítima do esquema analítico, reencontramos a dupla modalidade de funcionamento da convenção analítica, no que ela impõe e exclui: ela impõe a privatização e exclui a irrupção da realidade não filtrada por seu dispositivo. Apenas que este duplo mecanismo está mais ou menos marcado segundo o nível em que age. Está completamente ocultado no coração do dispositivo, quer dizer, quando nos atemos à relação dual, os aspectos mais irrecusáveis da cumplicidade do analítico e do extra-analítico não são reconhecidos mas projetados para fora e negados. O “compromis-

so” é então expulso e criticado sob a figura de “recuperação”, num clima passional de anátemas e exclusões. É antes de mais nada nesta exterioridade que precisamos situá-la, mas sem cair no conto deste processo pelo qual a psicanálise exorcisa uma possibilidade já antes nela inscrita, para então compreender que é uma verdade sobre o funcionamento *interno* da psicanálise que assim lhe é devolvido de fora por ter sido antes por ter sido antes por ela expulso.

Quanto à “ideologia” assim produzida *em todos os níveis* (o psicanalismo), ela apresenta as características gerais do velho psicologismo, mas sob uma forma muito mais flexível e sutil, capaz de renovar seus poderes. O psicanalismo assume assim, com o máximo de eficácia, as principais funções tradicionais deste psicologismo. Em particular, na ordem epistemológica, funda um idealismo do conhecimento e, na ordem político-social, conspira – no seio das estratégias práticas que de uma vez por todas estabelecem a exclusividade do equilíbrio e reequilibração das estruturas psíquicas – pela manutenção do *statu quo*.

A crítica do psicologismo pode parecer uma velha mania da filosofia universitária. De fato, foi principalmente orquestrada pelo racionalismo acadêmico. Neste sentido, a última tentativa sistemática, a de Husserl, permaneceu, apesar de seus esforços (particularmente nos últimos trabalhos), fascinada pelos grilhões do formalismo epistemológico e pelo intelectualismo. Mas o novo setor institucional que ora vemos ser levado à prática mostra um domínio quase infinito entregue ao psicologismo. Liberado de sua ganga intelectualista abstrata, foi dotado de poderes sócio-políticos ainda insuspeitados. Na medida em que a psicanálise se infiltrou nesta rede e a propaga, é aí que se situa o principal impacto do problema sócio-político por ela colocado. Pois, se alguma coisa ficou provada, é justamente que a psicanálise – ou o psicanalismo, tão inseparáveis quanto a gaze e a cortina, segundo o verso de Rimbaud – embarcou nesta canoa.

Com isto saímos do academicismo. Agora que, pelo contorno institucional, um número crescente de pessoas estão, apesar delas, implicadas no processo, tornam-se participantes deste debate. Têm sua própria palavra a dizer e talvez sua própria ação a empreender. Por enquanto, o poder psicanalítico na instituição, conjunção do poder psicanalítico propriamente dito e do poder institucional, os expropria. Por exemplo, o que com freqüência cada vez maior acontece com os pais: começam com o filho não trabalhando bem na aula; em seguida as transações confusas entre intermediários que não lhes aparecem com clareza (mas representando todos um mandato social), os próprios pais se encontram nas mãos de ingênuos

prosélitos da psicanálise; por fim entram “em psicoterapia” em nome da teoria da “criança-sintoma”.

Quem aqui decidiu o quê, qual a relação entre o saber e o poder neste tipo de acontecimento, quem controla este processo, em nome de quem e para quem? E como se defender (sim, a palavra tem um sentido analítico) contra um exército de profissionais que querem nosso bem, com a condição de estarmos de acordo com eles quanto à origem psicogenética de nossos males? Tais são algumas das questões fundamentais a meu ver colocadas pela psicanálise hoje em dia.

Permitem, além do mais, entrever melhor quão singular é a viagem no tempo e no espaço desta imagem do “desenclausuramento”. Michel Foucault esboçou uma profunda interpretação da psicanálise entendida como o coroamento de todo o movimento da medicina mental organizado em torno do asilo. O desfecho deste processo secular marcou, entretanto, ao mesmo tempo, uma nova partida. Tomamos a palavra partida bem ao pé da letra. Não foi há tanto tempo assim que a medicina mental começou a romper suas amarras com o asilo. A tanto chegou em parte graças ao socorro da psicanálise com o seu, como dissemos, entrismo. Mas não é aí que reside o principal campo de manobra do psicanalista. É sempre do lado de cá do corte instaurado pela instituição totalitária que ela se situa. Homem “livre”, neste sentido, como já vimos, de que é ao mesmo tempo produto e portador do liberalismo até no núcleo de seu trabalho, ele pode “livremente” circular no espaço social.

O tanto de verdade dos falsos discursos dos psicanalistas mais ortodoxos consiste justamente na sua afirmação de que o consultório cumpre a vocação da psicanálise, enquanto que é na instituição que ela se trai. Mas dizer o quê, que o destino da psicanálise seja circular “livremente” através da comunidade? Se for verdade que ele permanece como a última figura invertida da experiência asilar, não irá ele em seu périplo novamente tecer sobre o conjunto social o tecido dora em diante mais fino e flexível, de qualquer modo transparente e elástico, da empresa médica? A instituição “totalitária” já mantinha uma relação consubstancial com a sociedade “liberal”. Era a maneira de controle que reterritorializava seus “desviantes” sob a forma de exclusão, isto é, pela segregação autoritária em instituições separadas. Já avançamos o suficiente para compreender a dinâmica deste processo. Quanto ao que se passa atualmente, as coisas não são tão claras. Ao menos, entretanto, podemos mostrar que, da mesma forma como a sociedade liberal e a instituição totalitária, enquanto parecem se opor termo a termo, na verdade trabalham em dupla, também a solene proclamação do discurso analítico de incompatibilidade entre sua vocação e as funções nor-

matizantes não basta para garantir que ela não esteja procurando, por meio de recursos mais sutis, cumprir estas mesmas funções. Pode ser simplesmente que as transponha sob as formas, hoje em dia exigidas, da persuasão, da participação, da manipulação.

9. HISTÓRIA DE UM CONTENCIOSO

Todo texto é sintoma, duplamente. Certamente sintomático das motivações de quem o escreve, mas também de uma conjuntura social que recorta uma ordenação das urgências na infinidade das questões possíveis, impondo uma atualidade eventual às mais teóricas especulações e colorindo com o ar do tempo as reflexões que se pretenderiam as mais originais.

Podemos ter bastante confiança nos analistas para deixar-lhes o cuidado de decifrar as intenções ocultas de quem escolhe o risco ambíguo de escrever sobre a psicanálise, sobretudo se “é nele próprio que funda sua autoridade”. Sem roubar-lhes este prazer de buscar os *motivos* pelo qual um discurso é enunciado, gostaríamos apenas que eles não economizassem sua tinta interrogando o *lugar* de quem o enuncia: de onde o emite (a partir de qual instituição etc.), em nome de quem (exprimindo os interesses de que grupo etc.), em que conjuntura histórica, teórica, social e política. ¹ Também aí é a um outro que é preciso invocar: ninguém é seu próprio sociólogo. Só retomarei aqui a parte mais geral da questão. Qual o contexto social, teórico e político que conduz a colocar hoje este tipo de questões à psicanálise?

O que neste momento aparentemente trai uma crítica (ou apologia) da psicanálise é uma *crise* da disciplina cujos sinais não é preciso ser um grande sociólogo para ver se multiplicarem e precipitam. Contudo, devemos desconfiar. Georges Politzer, a quem, admitamos, não faltava lucidez, intitulou “A Crise da psicanálise” a um artigo aparecido em 1º de fevereiro de 1929 no primeiro número de sua *Revista de psicologia concreta*. Pouco depois, em 1933, decepcionado por não ver a psicanálise superar esta “crise” no sentido que havia delineado, prosseguindo sua ofensiva, escrevia:

1. Não esquecer o terceiro nível, ao qual estas mesmas questões devem ser colocadas sobre o *próprio interpretante e sobre a doutrina da interpretação*. Mas é isto que me esforcei em fazer ao longo deste livro.

*Bossa nova, a psicanálise acabará desaparecendo (sob certos aspectos já está em declínio).*²

E, enfim, em 1939, num de seus últimos escritos:

*A morte de Sigmund Freud recoloca diante de nosso espírito a psicanálise, já pertencente ao passado. O interesse pelas concepções e métodos ligados ao nome de Freud não cessou de diminuir, sobretudo nos últimos anos. Desapareceu mesmo, nos meios científicos realmente avançados.*³

Quando um grande espírito se engana, é preciso tirar algumas lições disto. O erro de Politzer, parece-me, foi de ter interpretado esta “crise” como crise justamente da psicanálise, crise exclusivamente interna inscrita no divórcio, que ele acreditava denunciar, entre a vocação profunda da psicanálise em conhecer o “concreto” e o aparelho conceitual esclerosado em que ela estava, a seus olhos, mergulhada. Tratando-se da evolução da própria psicanálise, seria mais prudente falar de *desenvolvimento conflitual* que de crise. Que estes conflitos sejam encenados dramaticamente dentro e fora do meio não autoriza a emitir um julgamento pessimista sobre o devir social da psicanálise. Sua teoria não se porta tão mal assim, e tanto quanto possa julgar, ela progride. Quanto a sua implantação social, ela se fortalece a cada dia, revelando potencialidades insuspeitadas ao tempo de Politzer.

O que, portanto, entendo como “crise” da psicanálise não são as dificuldades *internas* que a doutrina possa encontrar no curso de seu desenvolvimento. Se há hoje conjuntura de crise, ela deve ser compreendida como uma relação crítica entre a problemática psicanalítica e uma nova problemática sócio-política. Não que seja preciso opor um desenvolvimento “interno” da psicanálise ao que se passa no exterior. Mas é sempre uma certa definição social da psicanálise, correspondendo a um momento de desenvolvimento teórico e prático da disciplina, que se inscreve nas tramas políticas e sociais igualmente definidas. Reciprocamente, é a transformação do contexto sócio-histórico que sustenta a evolução das práticas e da teoria psicanalíticas. O que a psicanálise significa num dado mo-

2. G. Politzer, “Un Faux contre-révolutionnaire, le “freudo-marxisme”, *Ecrits*, 2, *op. cit.*, p. 253.

3. “La Fin de la psychanalyse”, artigo publicado sob pseudônimo de T. W. Morris, *La Pensée*, nº 3, out.-nov.-dez. 1939, citado em *Ecrits*, 2, p. 282.

mento, a representação que dela temos, as esperanças ou antipatias que ela alimenta, as tramas extra-analíticas que ela sustenta, explica-se pela conjunção deste duplo circuito, e é esta articulação que seria preciso elaborar para alcançar de modo completo o sentido desta “crise” atual da psicanálise.

É mais fácil dizer do que fazer. A realização de um tal programa exigiria nada menos que uma teoria do conjunto social. Tomarei, portanto, um caminho oblíquo, atendo-me à representação que dela fazem seus principais participantes. Até aqui questionei sobretudo o lado dos psicanalistas, suas intenções, suas ambições, suas pretensões. Pareceu que o consenso dos analistas quanto às condições objetivas da inserção social de sua profissão, fundada sobre o lugar particular que ocupam na divisão social do trabalho, fazia com que a consciência do sistema de forças no qual sua prática está inscrita fosse introduzida no meio como por um arrombamento, conduzido como que por um impulso vindo de fora.

Não retornarei, pois, ao que na própria psicanálise possa dar conta da “crise” atual: de como os interesses do meio estão demasiado implicados para conduzi-la espontaneamente a uma revisão que poderia dilacerar as ilusões de extraterritorialidade sobre as quais viveu durante meio século; como o esquema da recuperação constituiu-se precisamente como uma construção (“racionalização”) suscetível de expulsar com o menor esforço as manifestações mais gritantes do “compromisso” da psicanálise sem exigir um requestionamento de sua pretensão fundamental à pureza teórica e à inocência política; como nada na situação social do psicanalista o incita a colocar seriamente este problema etc.

Mas os outros, por que será que a psicanálise lhes *interessa*, positiva ou negativamente; que será que buscam ou buscaram para nela investir suas ambições ou suas decepções, para discuti-la, exaltá-la ou renegá-la? Que esperança de reconciliação e para superar o quê? E uma vez que comecei dizendo que queria fazer um balanço do que a psicanálise “nos custa” no ponto em que estamos hoje em dia, após uma longa história feita de mal-entendidos, e a que revisões devemos, nós também, proceder? ⁴

4. Da mesma forma que não autonomizo o desenvolvimento teórico da psicanálise, não autonomizo tampouco sua percepção teórica, sua leitura enquanto puro corpo cultural. Eis por que não me detenho aqui sobre as interpretações propriamente “filosóficas” da psicanálise, se bem que, por exemplo, de R. Dalbier (*La Méthode psychanalytique et la doctrine freudienne*, Desclée de Brouwer, 1939) e P. Ricoeur (*De l'Interpretation*, éditions du Seuil, 1965) elas exprimem um aprofundamento constante da compreensão da problemática psicanalítica.

O mais honesto é não pretender ver as coisas como se estivesse noutra galáxia. Já disse que o problema da psicanálise, ao menos como trama consciente, não concernia a todos da mesma maneira, admitamos. A maior parte das pessoas, quero lembrar, jamais “encontra” a psicanálise, mas na melhor das hipóteses, que é talvez a pior, um psicanalista, um psicoterapeuta, até mesmo um aplicador de testes com suas pranchas projetivas quando de sua passagem por uma instituição. Persisto em pensar que isto é o mais importante, sociológica e politicamente. Eis por que particularmente insisto sobre o aspecto institucional do problema. Mas não é tudo, pois com isso ainda não se tocou no lugar e função ocupados pela psicanálise no campo intelectual. Aceito, portanto, o pior como limite atual do meu propósito: sua descrição só alcança a evolução da problemática de pequenos grupos de intelectuais.

Tomo este “nós” no sentido bem restritivo que lhe dá Raphael Pividal num livrinho essencial para se compreender exatamente onde “nós” estamos quanto a este assunto, *O Capitão Nemo e a Ciência*: “Nós, amadores de Marx e Freud, sonhamos em meio a uma realidade fendida.”⁵

*Mas “nós” somos vocês também, se é verdade que muitos dentre vocês, entretanto, seguiram este caminho; ele é bem real, mesmo se não tem nome algum. É o caminho que nos conduziu ao marxismo, em seguida à psicanálise. Ou, num caminho inverso, à psicanálise, depois ao marxismo. Note-se bem que não me ocupo dos que fizeram uma outra viagem, atravessando Moreno, Pareto, Jung, Weber. Sua viagem não me interessa. Ela é ilusória, marcada por etapas ilusórias.*⁶

Estamos na contradição porque temos duas estátuas ou duas cabeças na cabeça, Marx e Freud, duas cabeças que fazem nossa cabeça, mas que são separadas pela fina membrana que separa os dois hemisférios de uma noz:

*Em linguagem lógica, diríamos que estes dois conjuntos não se recortam, não há interseção, mas união.*⁷

O ponto mais central é a relação da ciência com o desejo. Se nossas duas cabeças estão separadas, é porque o saber e o desejo estão separados. Esta partilha se faz no interior de cada uma de nossas cabe-

5. R. Pividal, *Le Capitaine Nemo et la Science*, Grasset, 1972, Cap. “Les deux têtes”, p. 109.

6. *Id.*

7. R. Pividal, *op. cit.*, p. 110.

ças e se exprime na separação das duas cabeças. Se quisermos casar Marx e Freud é porque queremos reconciliar o desejo e o saber. O prazer e a realidade. Ora, Marx e Freud não falam de outra coisa, um e outro constataram a falência do desejo. Ora, aí está também o ponto mais central. A não-conciliação de Marx e Freud vem do fato de não podermos conciliar o desejo e a realidade. E não porque haja um erro nestas teorias, mas porque um e outro tratam do ponto mais central, mostram com o dedo a falência do desejo. Esta falência, eles indicam também a maneira de liquidá-la. Mas a teremos nós liquidado? Não, contraímos novas dívidas e aprofundamos o abismo de nossas finanças mal geridas.⁸

Este passivo que arrastamos é o da relação da subjetividade com o político.⁹ Não um estado d'alma, mas a herança da história intelectual e, através dela, da história política dos últimos vinte anos, a história de um mal-entendido. Retomarei aqui os principais rodeios deste itinerário no momento em que ele se desfaz, impondo-nos reavaliações cuja extensão sem dúvida mal adivinhamos. Não é pois um outro tema que empreendo. Se ao longo deste ensaio, uma de minhas intenções era de reduzir a pretensão analítica, é que a grande ilusão que ela veicula é um dos principais baluartes a permitir a economia desta necessária reavaliação. Ainda não sabemos onde nos levará esta história já velha de vinte anos (eu, em todo caso, de nada sei). Mas se quisermos ser lúcidos, temos consciência de que para sabê-lo a psicanálise é o anteparo a ser rasgado.

O desenvolvimento que se segue não é perfeitamente "objetivo". Exprime partidarismo, é por um lado um itinerário empírico

8. R. Pividal, *op. cit.*, p. 111.

9. Tomo aqui o *político* em seu velho sentido distinto de *a política*, sentido que começa de novo a se tornar claro em nossos dias e que já se encontra em Aristóteles: a consciência do fato de que as tramas essenciais do homem são devidas à qualidade de "animal político" e a seu lugar na cidade. Desde a tomada do poder em finais do século XVIII, a burguesia tendeu a reclamar a esfera do político e a circunscrevê-la a cenas limitadas, lugares de exercício de *a política* (em última instância, a cena parlamentar com o voto como paradigma do ato político). Hoje, esfaca-se este formalismo político, ao mesmo tempo liberando novas formas políticas e uma nova consciência do político através da crítica dos mitos da objetividade e da neutralidade apolítica. Esta evolução é essencial para o debate com a psicanálise. Numa palavra: a psicanálise coroa o movimento do pensamento dominante conquistando à política uma cena nova, rigorosamente apolítica, "a outra cena". Se criticar a redução do político à política não é cometer necessariamente um politicismo (querer por exemplo politizar de maneira voluntarista a relação analítica), é em todo caso sublinhar as funções políticas deste apoliticismo. É o que pretendi fazer ao longo desta obra, na medida em que a psicanálise é um dos agentes deste processo de apolitização.

esculpindo miniaturas através da história das idéias. Assim como o nível em que se situa é também um tanto ilegítimo. A evolução das posições intelectuais é aí tomada como índice de transformações mais profundas tanto nas práticas analíticas como sócio-políticas. Evidentemente por não poder conduzir satisfatoriamente o estudo destas “transformações mais profundas” e também para introduzi-lo. Tal aproximação desde logo se arrisca a só reter do movimento histórico o eco recolhido pelos intelectuais, a representação da história como história das idéias. Digamos, pois, que é uma dada *interpretação* de um certo lugar na divisão social do trabalho (a instituição universitária) a partir de uma certa posição política (opositora) mas destacada das tramas concretas, interpretação do que a psicanálise representou no campo intelectual e o que hoje representa.

Partamos do mais clássico. Uma interpretação da relação da subjetividade com a história é dada, antes de mais nada, na e pela própria psicanálise. É a obra “cultural” de Freud e sua posteridade: sociologia, história, etnologia etc. psicanalíticas. Por trás destes projetos, rapidamente degradados em abstrações, busca-se uma relação concreta, e mesmo a mais concreta possível, do sujeito com seu ambiente sócio-histórico, pois trata-se exatamente da maneira pela qual este sujeito investe, no sentido pleno da palavra, este meio. Impõe-se, pois, um pressuposto histórico: por que o impasse desta tentativa, qual seria o caminho mais curto, do ponto de vista da psicanálise, para inscrever o destino individual do homem em seu destino histórico? Por que esta síntese é impossível, antes de mais nada e sobretudo, na versão proposta pela teoria psicanalítica? Não caricaturemos, entretanto. Talvez, em Freud, as jogadas ainda não tivessem sido todas lançadas. Com efeito, encontramos em sua teoria da cultura o esboço de duas linhas de análise de alcance bem diverso. Segundo a primeira, a psicanálise atém-se ao *investimento libidinal dos indivíduos numa estrutura social*. O texto básico é, neste caso, os *Ensaio de psicanálise*,¹⁰ a análise do papel do chefe no exército e na Igreja. Freud desmonta o mecanismo de identificação do ideal do ego com um personagem prestigioso. Esta identificação tem dois tipos de efeitos: sobre a personalidade, ao consolidar o ideal do ego, e sobre a organização do grupo: o papel determinante da identificação para assegurar sua coesão permite compreender que não há instituição social sem investimento dos indivíduos na instituição. O es-

10. S. Freud, *Essais de psychanalyse*, Payot, Paris, 1951 (trad. bras.: *Ensaio de psicanálise*, Imago). (N.T.)

tudo das modalidades desta identificação mereceria ser desenvolvido na direção aberta por Freud, pois ainda hoje as diferentes gratificações afetivas, os benefícios secundários implícitos, as formas de vinculação infracontratual que ligam um indivíduo a uma instituição (e freqüentemente ali o alienam) permanecem mal conhecidas, enquanto proliferam os “estudos organizacionais” de inspiração tecnocrática.

Esta linha percorre em Freud toda a teoria da cultura. Constitui o programa de uma aplicação, justa no seu princípio, embora de orquestração delicada, dos conceitos psicanalíticos ao domínio da antropologia, da história e das “ciências humanas”. Se aqui fosse o lugar, poderíamos mostrar que ela sustenta uma parte da demonstração tentada em *Totem e tabu*, *O Futuro de uma ilusão*, *Mal-estar na civilização*, *Moisés e o monoteísmo*.

Infelizmente, esta orientação é, na maioria das vezes, recoberta por uma outra, que tenta deduzir as características objetivas de uma instituição dos avatares da libido, ou, se preferirmos, derivar a estrutura da organização social a partir da estrutura dos conflitos psíquicos. Já é o caso da *Psicologia coletiva e análise do ego* onde, ao mesmo tempo que inaugura a pesquisa de uma análise do investimento libidinal nas instituições, Freud projeta-a sobre o plano de um psicologismo ingênuo, tipo Tarde ou Le Bon, ao afirmar que nada de específico surge quando se passa do indivíduo à coletividade:

*O indivíduo em multidão encontra-se colocado em condições que lhe permitem relaxar a repressão das tendências inconscientes. As características aparentemente novas que então manifesta não passam precisamente de manifestações deste inconsciente onde estão armazenados os germes de tudo que há de mal na alma humana.*¹¹

Infelizmente, o alcance desta afirmação não se reduz à “psicologia das multidões”, herança deplorável da psicologia social da época. Ela contém o princípio metodológico de uma redução das condições da existência social à sua dimensão psicológica e que fará com que Freud pretenda, nas *Novas conferências*, que a *sociologia que estuda o comportamento do homem no seio da sociedade não poderia ser outra coisa que a psicologia aplicada. Rigorosamente falando, só há duas ciências: a psicologia pura ou aplicada e as ciências naturais.*¹²

11. *Nouvelles conférences*, op. cit., 7ª. conferência, p. 245.

12. *Id.*

É assim que Freud, em *Moisés e o monoteísmo* por exemplo, em esboçar uma verdadeira genealogia da moral e mesmo da instituição matriarcal a partir das exigências da reestruturação da economia sexual dos “irmãos” após a morte do pai.¹³

De que modo uma forma de organização social como o matriarcado pode “sair” das peripécias da organização libidinal de alguns indivíduos? O que importa aqui não é verificar a verdade histórica dos elementos da construção freudiana, a horda primitiva, a morte do pai etc. Se Freud tanto se dedicou a defender estas fantasias é porque eram impostas pela natureza intrinsecamente idealista do método empregado. A cegueira de Freud é menos quanto a fatos reais do passado, como às vezes o acusam, do que diante de exigências epistemológicas elementares, o que é muito mais grave. Este desconhecimento dá lugar a afirmações verdadeiramente extraordinárias, como ao fim do *Moisés*, onde Freud pura e simplesmente se nega a examinar os “autoproclamados progressos” da etnologia. Nenhum argumento, mas um pobre acacianismo: “Constar não é necessariamente refutar, e inovar nem sempre significa progredir”. E para terminar, esta espantosa negação de todo princípio de realidade científica:

*Não me tomo por etnólogo, mas por psicanalista, tendo o direito de retirar dos dados etnográficos o que precisava para meu trabalho psicanalítico. Os trabalhos do genial Robertson Smith forneceram-me preciosos pontos de contato com o material psicológico da análise, ao mesmo tempo que sugestões para utilizar este material. O mesmo não poderia dizer do material de seus contestadores.*¹⁴

Fatos e elaborações teóricas da etnologia e da história são dispensados pelo simples motivo de não entrarem no quadro de uma reconstrução de intenção psicológica, do qual, entretanto, o próprio Freud havia no início sublinhado o caráter aleatório.

A ambigüidade fundamental da obra “cultural” de Freud deve-se à omissão de uma distinção essencial entre *teoria do investimento de um ou mais indivíduos numa formação social e teoria da construção desta formação social*. Que o coronel seja (parece) o pai do regimento não diz *absolutamente nada* sobre a estrutura objetiva do aparelho militar, nem sobre suas funções sociais e políticas. Para

13. S. Freud, *Moise et le monothéisme*, Gallimard, Paris, 1948, p.140.

14. S. Freud, *Moise et le monothéisme*, op. cit., p. 196-197. Comparar com declarações metodológicas muito mais nuançadas de Freud, em particular em *Totem et tabou*, op. cit., p. 140.

a psicanálise, a realidade social só pode ser apreendida *ao contrário* e, em suma, sob o ângulo exclusivo da *causalidade negativa*: recalque, repressão, renúncias, derivações e, em última instância, compensação são noções que designam de um modo necessariamente indireto o impacto do social. Numa história interpretada como arremate (ou não-arremate) do prazer e do desejo, elas só podem designar o lugar vazio. Talvez só o conceito de sublimação, assunção frágil do desejo sob formas socializadas e reconhecidas, permitiria falar da realidade histórica de um modo positivo. Mas não é com certeza um acaso se este conceito permaneceu tão mal elaborado em psicanálise, ao mesmo tempo que é também um daqueles que ainda guardam mais conotações ideológico-morais suspeitas. E não poderia ser de outro modo. Uma doutrina que percebe a exterioridade sob a forma do “princípio de realidade”, isto é, segundo a dialética do investimento, do desinvestimento, do contra-investimento etc. (renúncia, derivação, deslocamento...), não poderá *já* buscar uma aproximação direta com o que é propriamente social no social. Apenas um esclarecimento, ele próprio derivado, a partir apenas dos interesses libidinais dos indivíduos: esta abordagem, por mais importante que seja, deixa completamente fora de sua jurisdição a questão das funções sociais do fenômeno estudado.

Ora, todos os ensaios de Freud sobre a cultura oscilam perpetuamente entre estes dois registros, o de um deciframento das peripécias da libido através de seu itinerário cultural, e o de um juízo de importância sobre o que seria determinante para dar conta do destino dos homens. Reich, entretanto, havia marcado distintamente a linha de partilha entre uma justa aplicação do método psicanalítico e sua extrapolação idealista:

*Uma vez que se abandone o terreno próprio da psicanálise, uma vez que sobretudo se tente aplicar este último aos problemas sociais, imediatamente se faz uma Weltanschauung, uma concepção do mundo; toma então a forma de sistema psicológico, de sistema que, contrariamente ao marxismo, preconiza o reino da razão e pretende melhorar a existência social por uma regulamentação racional das relações humanas e uma educação dedicada ao domínio consciente da vida pulsional. Este racionalismo utópico – aliás traindo uma concepção individualista do fenômeno social – não é nem original nem revolucionário, além disso ultrapassando as atribuições da psicanálise.*¹⁵

15. W. Reich, *Matérialisme dialectique, matérialisme historique et psychanalyse*, éditions de la Pensée molle, 1970, p. 2. (Trad portuguesa: *Materialismo histórico e psicanálise*, ed. Presença, Lisboa, 1968.) (N.T.)

Não somente ele não foi entendido, mas ainda a hesitação que permanecia em Freud e o impedia de fundamentar, completamente e sempre, a dimensão social sobre o plano das desventuras do sexo, foi levada adiante por seus continuadores a partir de Roheim. De onde as monótonas litanias da “sociologia psicanalítica” (ou da “antropologia psicanalista” etc.), pouco divertidas adivinhações a nível de almanaque Biotônico Fontoura: sendo dado o pai, a mãe e a criança, deduzir o resto. O resto pode ser indiferentemente não importa o que, o conflito de gerações, um movimento político, um fato social, uma obra de arte, gênese de uma instituição etc. É de se crer que Reich tenha lido toda a coleção “Sciences de l’homme” da Biblioteca Payot • quando denunciava “os psicanalistas limitados em matéria sociológica” que “explicam a revolução a partir da revolta contra o pai”.¹⁶ É preciso que o rendimento político e ideológico de tais “explicações” seja considerável para que a espantosa banalidade deste esquema pau-prá-toda-obra, seu caráter rigorosamente tautológico, não o tenha desacreditado há mais tempo.

A sexualidade impregna a cultura e a cultura por um lado repousa sobre o desvio (a repressão, os otimistas dizem a sublimação) da sexualidade. Em outras palavras, o próprio campo social está impregnado pela libido. A psicanálise teve o mérito destas descobertas, talvez tão importantes para uma ciência social quanto a descoberta da sexualidade infantil para a psicologia. Mas amarrando suas reflexões sobre o assunto ao carro de Le Bon e da “psicologia das massas”, Freud não pode explorá-las. É sem dúvida uma das razões pelas quais é este, como veremos, um dos mais difíceis problemas com que nos debatemos. Mas a elaboração de Freud e dos psicanalistas não pode de modo algum nos ajudar. Eles fizeram da descoberta do lugar do desejo no campo social o fundamento de uma forma de culturalismo, isto é, uma teoria do sistema de significações culturais concebida como teoria do conjunto social, cuja significação idealista é evidente. Além disso, as conseqüências do estatuto privilegiado concedido aos mecanismos psíquicos para servir de grade de leitura às tramas sociais não são unicamente teóricas. Raciocinando assim, como se pode levar em conta, teórica e praticamente, as relações de poder numa formação social? Ainda aqui é Reich quem coloca de modo perfeito o problema, em termos incompatíveis com as categorias da psicanálise:

• Extensa coleção de obras sobretudo dedicadas à psicanálise e suas “aplicações”, edição da *Petite Bibliothèque Payot*. (N.T.)

16. *Psychologie de masse du fascisme*, op. cit., p. 52.

*A questão, desde então, não é mais uma questão de cultura, mas de ordem social.*¹⁷

O que ocorre pois com a psicanálise, quando se coloca no primeiro plano esta questão da “ordem social”? Inicialmente, num desconhecimento invertido, sua eliminação: versão marxista ortodoxa; depois, tentativas de justaposição, de articulação, de emenda de duas exigências incompatíveis: freudo-marxismos; depois... onde hoje estamos. Retomo, pois, nossa história e primeiramente nossa pré-história.

Sabemos que a penetração da psicanálise na França foi longa e difícil.¹⁸ Após a Segunda Guerra Mundial, no quadro de uma ao menos aparente agitação da problemática da medicina mental, desenha-se uma penetração da psicanálise em certos meios médicos progressistas. Entretanto, em junho de 1949 aparece na *Nouvelle critique* (nº 7) um contramanifesto, hoje um documento interessante: “Autocrítica – A psicanálise, ideologia reacionária”. Intelectuais e médicos do Partido Comunista francês aí condenam “uma ideologia que busca penetrar nas mais amplas camadas sociais pela utilização de meios de propaganda mais diversos”.

A psicanálise “se estende por toda a parte onde a classe dominante tenha necessidade de paralisar os esforços da classe ascendente //...// de acalmar o mal-estar das camadas sociais desclassificadas por uma escolha da qual não podem elas se furtar”.

É a primeira manifestação de uma campanha desencadeada pelo partido contra a psicanálise e que vai durar quase cinco anos.¹⁹ Campanha de propaganda ou de contrapropaganda que de fato é dirigida, como mostra S. Moscovici, contra as produções ideológicas capitalistas, sobretudo americanas, que conspiram em desmontar as potencialidades revolucionárias do velho continente. A significação da psicanálise fica, então, inteiramente fundada na sua utilização maquiavélica pelos interesses políticos. Ela faz parte, em última instância, no quadro do Plano Marshall, de um complô

17. *Psychologie de masse du fascisme, op. cit.*, p. 24.

18. Não é aqui o lugar de fazer a história, além de que não sou capaz. Alguns dados factuais interessantes poderão ser encontrados em um dos primeiros atores desta penetração, A. Hesnard, *De Freud à Lacan*, ESF, Paris, 1970.

19. Cf. S. Moscovici, *La Psychanalyse, son image, son public*, PUF, Paris, 1961, cap. XVI.

americano, segundo a melhor lógica stalinista que consiste sempre em identificar o sentido subjetivo de uma prática e seu alcance “objetivo”, sem colocar-se a questão da existência ou não-existência de uma relação *interna* entre estas duas dimensões.

Esta atitude, de modo bem evidente, prende-se a uma conjuntura histórica precisa: a guerra fria, “a caça às bruxas” etc. Mas a recíproca desta redução da psicanálise a um instrumento de manipulação ideológica é a redução da prática política a uma tática cínica de utilização do potencial humano segundo um esquema policial. Não falo somente do stalinismo em geral como maniqueísmo “político”, mas de seus suportes ideológicos ao nível da “ciência” psicológica. Com efeito, esta condenação da psicanálise caminha de braços dados com a posse, pelo marxismo oficial, de um suposto saber positivo sobre o psiquismo, a psicofisiologia de inspiração pavloviana.

Isto sem dúvida significa que tal rejeição da psicanálise é feita sobre a tela de fundo de uma possível saturação da exigência de cientificidade em psicologia, graças a um procedimento experimentalista que apresenta os signos exteriores da objetividade científica e do materialismo conseqüente. Sobretudo, porém, o pavlovismo não é uma psicologia qualquer. “Cientificamente”, ele faz da neurose experimental, provocada e controlada no cão bloqueado entre dois *stimuli*, o paradigma do conflito psíquico. Em sua aplicação política, esta representação objetivista da contradição permite negar as dimensões psicológicas e históricas das contradições reais, inclusive aquelas que sob o tacão stalinista encarniçavam os países socialistas. Permite, ainda, dispor de um modelo artificialista, suposto perfeitamente eficaz, de intervenção sobre o homem, congruente com as exigências deste voluntarismo. O esquema policial do complô internacional ou outro (aqui a psicanálise como complô americano) está sempre associado a uma concepção artificialista da ação sobre o homem, dele fazendo uma pasta maleável no quadro de uma estratégia pseudo-racional.

É assim que o grau zero do encontro da psicanálise com a política sob a forma de rejeição absoluta já mostra tanto a importância do contexto histórico no qual o problema se coloca, quanto a reciprocidade que liga a representação da psicanálise e a da política. Ainda mais que – se por esta aproximação não me acusarem de confundir Lênin e Stálin – podemos começar a generalizar esta conclusão esclarecendo as razões que, no movimento operário, fazem com que a psicanálise e a política só se recortem excepcionalmente e sempre de maneira marginal. Em 1934, Marie Bonaparte, que não

era, que eu saiba, especializada na tradução de literatura marxista, publicava na *Revista Francesa de Psicanálise* longos extratos de uma brochura de Clara Zetkin "Erinner ungen an Lenin"²⁰ ("Recordações de Lênin"). Ali se lê esta condenação expeditiva da psicanálise:

As amplificações que as hipóteses freudianas deram a esta questão (a questão sexual) tem um ar "sábio", parecem até ciência, mas não passam de gozações para uso dos idiotas. A teoria freudiana não passa de tolices em moda. Tenho enorme desconfiança das teorias sexuais expostas em artigos, ensaios, brochuras etc., em suma, desta literatura especializada que prolifera sobre o estrume da sociedade burguesa. Tenho enorme desconfiança pelos que sem cessar têm os olhos fixados na questão sexual, tal como o santo hindu em seu umbigo. Parece-me que este transbordamento de teorias sexuais, na maior parte hipóteses, freqüentemente mesmo muito arbitrárias, emanam de uma necessidade pessoal de justificar sua própria vida sexual anormal ou hipertrofiada diante da moral burguesa ou de implorar-lhe a tolerância. Este respeito disfarçado pela moral burguesa me repugna tanto quanto o chafurdar sexual. Por mais desenfreado e revolucionário que possa parecer, é em última instância totalmente burguês. Particularmente é uma marotice dos intelectuais e das classes com que se relacionam. No partido, entre o proletariado consciente e militante, não há lugar para tal coisa.

Deixaremos a outros o encargo de fazer a psicologia de Lênin. Em compensação, sublinharei o texto pelo qual ele conclui todo este movimento:

A revolução exige a concentração, a exaltação das forças. De parte da massa, de parte do indivíduo, ela não experimenta estados orgiásticos, tais como o estado normal dos heróis e heroínas decadentes de d'Annunzio. A licenciosidade na vida sexual é coisa burguesa, fenómeno de decomposição. O proletariado é a classe ascendente. Não precisa de embriaguez para se surpreender ou estimular. Tanto da embriaguez da exaltação sexual quanto da embriaguez alcoólica. Ele não deve e não pode esquecer, não tem o direito de esquecer, a abominação, a abjeção, a barbárie do capitalismo. Os mais fortes impulsos ao combate, ele os recebe de sua situação de classe, do ideal comunis-

20. M. Bonaparte, "Introduction à la théorie des instincts", *Revue française de psychanalyse*, 1934. Visivelmente, M. Bonaparte cita longamente Lênin sem exigência especial quanto ao contexto, em suma, "por mero prazer"; isto é, remetendo ao marxismo a imagem de sua própria incompreensão: anulação recíproca.

ta. Precisa de clareza, de clareza e ainda mais clareza. Eis por que, eu repito, não pode haver enfraquecimento, dissipação, perda de força. O domínio de si, a autodisciplina não são escravidão, menos ainda em matéria de amor.

Aparece aqui claramente a reciprocidade que liga uma representação da psicanálise como complacência frouxa para com a sexualidade, e uma concepção da ação política em termos de eficácia organizacional. Se a psicanálise não faz mais do que acalentar os sonhos ociosos dos pequenos burgueses, ela só pode ser desmobilizadora do ponto de vista de um militantismo pensado segundo um modelo paramilitar. A ação política exige a mobilização da totalidade das energias subjetivas em função da urgência de uma tarefa.²¹

Malgrado certos aspectos caricaturais (ou historicamente datados?) este texto permite assim destacar uma espécie de paradigma da relação limite psicanálise-política como ausência de relação no plano intelectual e como relação de força no plano da concorrência ideológica. Faz também compreender que o desvio stalinista que deu lugar à condenação de 1949 não passa em suma da perversão ou passagem última de uma atitude sobre a qual viveu o movimento operário durante quase meio século (e não apenas o momento stalinista, de onde a necessidade deste *flashback*). Nada nos prova já estarmos completamente fora desta problemática, daí porque insisto. A dicotomização da ordem subjetiva e da ordem objetiva, da vida privada e do militantismo, do prazer e do dever, com tudo que isto comporta de crispação puritana, tem raízes históricas e causas sociológicas e políticas profundas. Uma vez que esta atitude não está mais em moda, observarei que ela não correspondia necessariamente a algum misterioso masoquismo dos militantes revolucionários e de seus dirigentes, mas antes ao que poderíamos chamar de um estado social da economia de desejo no qual o desabrochar da subjetividade sendo das coisas menos partilhadas no mundo, a questão de seu acesso não se colocando para as classes exploradas. Assim esta posição não resultava, como hoje muitas vezes se tende a supor, da escolha do ascetismo militante contra o desejo. Era antes a projeção

21. O contexto histórico não é aqui indiferente. A entrevista com Lênin é de 1920. Os exércitos brancos devastam a Rússia dos soviets. No contexto da entrevista, Lênin invoca a solidariedade militante dos revolucionários alemães. É esta mesma impaciência que introduz o desenrolar da discussão sobre a psicanálise: "Contaram-me que, nas reuniões à noite (na Alemanha) das mulheres camaradas, a questão sexual, a questão do casamento foram particularmente discutidas. Elas seriam objeto principal do interesse, do ensino político e educativo. Não pude acreditar no que ouvia//...// É uma vergonha!"

num *futuro político* de um desejo cujos investimentos históricos estavam barrados.

Concordo haver motivos discutíveis na denúncia da psicanálise como prática de classe, atividade de luxo, privilégio narcísico do analista, mais-valia de prazer extraída sobre a mais-valia de trabalho etc. Tais proposições são hoje um pouco paleolíticas. Mas estas incompreensões, estes ressentimentos talvez, mesmo este gesto de pujadismo de que fez prova o movimento operário diante da psicanálise e da linguagem do desejo, foram, no entanto, elaborados à base de um corte que foi durante muito tempo, e freqüentemente ainda é, um *corte de classe*. Contudo, não vamos levemente psicanalisar o proletariado e seus mais conscientes dirigentes, nem mesmo os “burocratas”: de fato, houve algumas razões objetivas em sua incompreensão diante da psicanálise e dos discursos sobre a sexualidade e o desejo. Talvez ainda haja.

Contentemo-nos em dizer, muito esquematicamente, que ao nível de uma concepção da ação política privilegiando o problema da organização para a conquista do poder de Estado haverá, na melhor das hipóteses, indiferença em relação à problemática psicanalítica e, na pior, exclusão. A hipótese recíproca deveria ser testada: que o mútuo reconhecimento e uma certa forma de interação supõem o refluxo desta problemática sócio-política. A partir daí, poderemos propor uma nova hipótese: uma outra conjuntura sócio-política induz uma relação totalmente diferente com a psicanálise. O freudo-marxismo verifica a primeira hipótese e entabula a demonstração da segunda.

Não é indiferente que o freudo-marxismo tenha nascido na corrente de esquerda da social-democracia alemã, após o fracasso da tomada do poder pelo proletariado alemão e o esmagamento do movimento spartakista. Não são tampouco indiferentes as modalidades de sua exportação para a França. Salvo erro meu, ali penetra segundo dois caminhos: sob a forma muito especial do encontro de André Breton e os surrealistas com a psicanálise, isto é, um grupo bastante marginal de artistas revolucionários (é o que Politzer chama de “o freudo-marxismo delirante dos surrealistas”); sob uma forma mais clássica e mais “científica”, pois trata-se antes de mais nada de fundar o caráter revolucionário e materialista da psicologia psicanalítica. Esta operação de início parece ter sido conduzida por intelectuais marxistas decepcionados com a revolução russa, como Jean Bernier e Jean Audart e uma parte do grupo da *Critique Sociale* ao

redor de Souvarine; ²² logo, dois grupos de intelectuais progressistas ou revolucionários, porém mais ou menos rompidos em bando com as organizações estruturadas do proletariado e com o Estado Soviético.

Parece ter havido aí mais que uma conjuntura accidental, pois é no mesmo tipo de meio que o freudo-marxismo encontra sua principal audiência na França nos anos cinquenta: a equipe de *Arguments* (cujo pique é hoje retomado por *L'Homme et la société*), em certa medida *Socialisme ou barbarie* etc. Ainda aí, marxistas, progressistas, até mesmo revolucionários, mas cortados dos movimentos de massa. Em minha opinião, estes traços dão conta de certas características internas do freudo-marxismo, particularmente de seu aspecto especulativo. A eventualidade da tomada do poder afastou-se: *não há mais urgência*, a política é vivida mais à maneira de exigência que de ação. O freudo-marxismo está assim condenado, à seu despeito, a um certo academicismo. Trabalhando ao nível dos sistemas ou de pedaços de sistemas, agencia-os ou reagencia-os para combinar sua compatibilidade. Em suma, recompõe as peças de um duplo quebra-cabeças na eternidade da reflexão.

Há, entretanto, mais que um sonho nesta exigência de ligar o desejo à razão, a subjetividade à história. O freudo-marxismo foi a primeira modalidade de encontro da psicanálise com a crítica social para tentar conjugar a libertação do desejo com a vida política. Primeira tentativa também de se interrogar sobre as funções sócio-políticas da psicanálise a fim de controlá-las. Nisso tudo, não há nada de que zombar do alto de um formalismo epistemológico qualquer. Mas será possível manter no quadro de um discurso único as condições de uma reconciliação da existência privada e as de um domínio das forças coletivas, condições que a atual estrutura social põe em contradição? Poderemos definir um projeto antropológico global cuja realização da subjetividade e o advento histórico da razão constituiriam os dois pólos indissociáveis? Tal é entretanto a ossatura do freudo-marxismo que desdobra suas variantes como outras tantas variações sobre este tema da complementaridade entre liberação individual (Freud) e liberação coletiva (Marx). Todos os pressupostos e, sem dúvida, também todas as ilusões da antropo-

22. Cf. J. Audart, "Du caractère matérialiste de la psychanalyse", *Cahiers du Sud*, setembro de 1963; e também G. Politzer, "Un faux contre-révolutionnaire, o 'freudo-marxismo'", *op. cit.*, 1933. Se bem que jamais tenha sido "freudo-marxista", a evolução de Politzer contribui com um argumento *ao contrário* pelo que vou dizer: torna-se cada vez mais crítico em relação à psicanálise em função de sua progressiva integração ao Partido Comunista francês. Falaremos mais adiante do estatuto muito particular de W. Reich dentro do "freudo-marxismo".

logia racional e do humanismo progressista aí se encontram. O que, porém, é hoje mais fácil ver do que há dez anos.

Não me refiro aqui às tentativas mais débeis de reconciliar a psicanálise com sua base social, como as de Fromm ou da antropologia cultural americana: este ecletismo sem princípios tampouco tem em comum com a psicanálise ou com a crítica social. Tampouco falo de Reich, que circulava exclusivamente na clandestinidade de grupos de extrema-esquerda (por outro lado, mostrarei mais adiante que Reich é um freudo-marxista assaz singular), nem mesmo de Marcuse, também conhecido muito tarde.²³ Na França, nos meios não médicos, o interesse pela psicanálise veio um pouco através de Politzer (mas suas obras não eram encontráveis) e bastante através de Sartre.

É certo que Sartre jamais entrou de fato no universo da psicanálise. Mas ele viu a extraordinária abertura que ela propunha para quebrar o idealismo, concebendo um quadro para inscrevê-la no movimento histórico de totalização. Neste sentido, a *Crítica da razão dialética* representa o último resplandecer da intenção constitutiva do freudo-marxismo. Ela permanece o fascinante monumento cuja arquitetura conceitual exhibe esta reconciliação sonhada entre a subjetividade e a história, “a reciprocidade de perspectivas entre uma vida singular e a história humana”. Sartre abriu todas estas questões ainda a habitar nossa reflexão, mas deslocou sua solução para a filosofia. Foi preciso uma dura crítica epistemológica para romper com esta sedução, tomar a medida de sua desenvoltura quanto às diferenças nos modos de acesso ao saber, da pluralidade dos códigos, da heterogeneidade das modalidades de administração da prova. Infelizmente não é verdade que basta “um esforço real de totalização” filosófica para que “os dados da psicanálise e da sociologia (cessem de) dormir lado a lado”. Tampouco é verdade que as bases teóricas da psicanálise se reduzam “a uma mitologia perfeitamente inofensiva”.²⁴ Sartre subestimou o peso das exigências próprias a cada *démarche* científica, reuniu – com demasiado ecletismo para hierarquizá-los e unificá-los segundo a lógica do discurso totalizante – conteúdos de conhecimento deslocados dos lugares de sua

23. *Le Marxisme soviétique* foi traduzido em 1963, mas não era “freudo-marxista”. *Eros e Civilização* foi igualmente traduzido para o francês em 1963 (trad. bras.: ed. Zahar, 1968). Não encontrei referências francesas a Marcuse quando as busquei em 1964-1965 para um artigo que é uma defesa e ilustração um tanto diti-râmica desta obra (“Une nouvelle dimension de l’aliénation”, *Critique*, nº 127, jun. 1965). O resto da obra de Marcuse foi traduzido a partir de 1968.
24. J.P. Sartre, *Critique de la raison dialectique*, “Questions de méthode”, Gallimard, Paris, 1960, p. 59 e 47. (Trad. brasileira desta parte: *Questão de método*, Difusão Européia do Livro, S.P., 1968.) (N.T.)

descoberta. Sua desesperada tentativa para multiplicar as mediações permanece inscrita no quadro da totalidade hegeliana, a síntese sendo dada na representação das exigências da subjetividade e do destino coletivo dos homens, nosso desejo a que falta a história. Sartre tão próximo e tão longe: foi preciso tempo para matar em si mesmo esta sedução e abrir um caminho diferente, pois sem ele este itinerário seria impossível.²⁵

Isto se dava, pois, antes de Althusser e do “corte epistemológico”. Era também, sejamos justos, antes do conhecimento de Lacan cujo mérito imenso permanecerá o de ter obrigado a se ler Freud como um autor responsável. Impôs-se a idéia de que era preciso pôr fim às bricolagens e amálgamas, ao ecletismo sem princípios, às sínteses prematuras, aos devaneios conciliadores. A moda foi a pior possível. A força desta conjunção entre Althusser e Lacan (Foucault tampouco contribuiu com sua crítica ao humanismo) foi da repercussão, para os profanos em matéria de metodologia científica (filósofos de um lado, analistas de outro), às aquisições da moderna epistemologia.

Esta moda ajudou a operar um primeiro deslocamento da questão freudo-marxista – desta questão que o freudo-marxismo antes que qualquer outro e com principalidade colocou, do relacionamento de duas práticas racionais capazes de mudar concretamente a vida, e de dois métodos de acesso a um saber do homem completo –, para reconceituá-la numa base mais rigorosa. A problemática da *articulação* vem assim substituir a da conciliação: não mais unificar, em última instância, os interesses subjetivos dos indivíduos e as condições do seu destino social, mas *situar* um em relação ao outro, dois setores epistemológicos irreduzíveis, o das formações do inconsciente e o das práticas sociais que constituem seus suportes, e aos quais, em última instância, estão submetidas. Esta tentativa sem dúvida representa a ponta avançada da reflexão epistemológica contemporânea sobre a psicanálise, conduzida do ponto de vista do materialismo histórico.²⁶

25. Espero que a tese que faz de Sartre o maior freudo-marxista não seja chocante. Não é um paradoxo, embora eu não possa fundá-la aqui por inteiro. Tentei dizer o que neste sentido devemos de insubstituível a Sartre no número especial de *L'Arc* de 1967, a ele consagrado: “Un beau risque: Sartre et les sciences humaines” (trad. bras. *Sartre Hoje*, editora Documentos Ltda., S.P., 1969) – e para o freudo-marxismo em geral em minha apresentação da tradução francesa de H. Marcuse, *Raison et Révolution*, ed. de Minuit, 1968 (trad. bras., sem esta apresentação de R. Castel: *Razão e Revolução*, ed. Saga, Rio, 1968). (N. T.)
26. Cf. M. Tort, “La psychanalyse dans le matérialisme dialectique”. *Nouvelle revue de psychanalyse*, nº 1, 1970.

Entretanto, o cuidado exclusivamente epistemológico que parece animar esta tentativa presta-se a servir de última e mais sábia caução aos defensores da extraterritorialidade psicanalítica. Faz correr o risco de que o acento posto exclusivamente sobre a irreduzibilidade que existiria entre o saber do inconsciente e de seus efeitos, de um lado, e o conhecimento dos mecanismos de produção e reprodução da formação social, de outro, acabem por fetichizar os domínios da objetividade, a ordem do inconsciente e a ordem das relações de produção e de dominação. “Articular” estas ordens seria, então, no quadro de uma simples metáfora espacial, situar na ambiência de outros conhecimentos e de outras práticas um *corpus* psicanalítico constituído como núcleo puro de cientificidade. Fazer da psicanálise “uma ciência particular do continente do materialismo histórico”²⁷ não apresentaria nenhum inconveniente pois o subcontinente assim delineado continuaria a viver autarquicamente... e em economia liberal. O corte do analítico e do extra-analítico constitui, na verdade, a barreira que cada um dos proprietários coloca sob seu domínio.

A partir disso, compreende-se que, a despeito da grande distância que autorizam em relação ao trabalho analítico, estas tentativas de uniões “articuladas” entre o materialismo histórico e a psicanálise sob contrato jurídico cuidadosamente redigido por um epistemólogo patenteado sejam em geral bem recebidas pelos psicanalistas. Estes nada têm a temer deste olhar distante que mumifica o que seria preciso pôr em questão. Ao contrário, os dois edifícios se fundam mutuamente fazendo apoiar suas vigas abstratas.

O encontro de Althusser e Lacan não é portanto casual, ao menos na pessoa múltipla de seus discípulos respectivos. Duplo fenómeno de escola e dupla ortodoxia duplamente concertada; que a verdade seja deixada aos doutos, que eles a explorem tranqüilamente, que a partilhem, de um lado os especialistas do inconsciente e do outro as corujas de Minerva do trabalho científico. Esta obsessão entretém-se em encurralar a “ideologia”, o bom senso popular, as opiniões e preconceitos com um aristocratismo algo desdenhoso. Rigor epistemológico ou axiomatização das condições de extração da mais-valia do saber de que falei mais acima? Justa consciência dos atuais limites do saber ou recusa em submeter ao questionamento algumas certezas fundamentais sobre as quais, até aqui, temos vivido um pouco ingenuamente?

Pois esta “cientificidade” não desce do céu: ela é produzida a partir das humildes condutas dos homens em sua luta pela vida. A

27. M. Tort, *op. cit.*

extraordinária sobredeterminação da verdade abstrata pelos epistemólogos nos impede de nos interrogarmos sobre as condições de produção da ciência, sobre suas prosaicas origens e também sobre suas finalidades sociais. De onde vem a ciência? (Como são estocados seus conhecimentos?) A ciência, por quê e para quem? (Como são redistribuídos seus conhecimentos e com que fim?) Por exemplo, por que e para quem as ciências humanas, numa época em que das sondagens aos condicionamentos, das escolhas forçadas aos estímulos sábios, o homem se põe cada vez mais a compor a imagem que lhe desenham? Já sei: para os epistemólogos rigorosos as "ciências humanas" não são ciências. Observemos entretanto que seu uso "ideológico" está na medida em que tomam emprestado à ciência ao menos seus sinais exteriores, onde elas se cobrem de cifras, de estatísticas, de diagramas e curvas. E se fôssemos então interrogar o que lhes serve de suporte, as próprias matemáticas?

Os sábios e os epistemólogos são contadores desonestos. Vejam suas fraudulentas operações.

Os epistemólogos trapaceiam porque pretendem suprimir o desejo. A ciência, dizem eles, é um saber puro, isto é, separado de todo desejo. Alcançar a ciência, dizem, é se desembaraçar de todo desejo e para tanto bastam a análise lógica e o método experimental. Chamam então de ideológico tudo que não é científico. Sua operação é falsa, pois não é com uma penada que se abolirá o desejo. O desejo permanece e se mascara, disfarça-se em teoria. Vocês não vêem que sua biologia ou sua sociologia estão habitadas de desejos escondidos, como estão as neuroses místicas?

A operação contábil dos epistemólogos é simples: apagam tudo que esteja em débito. Os sábios trapaceiam aumentando indevidamente a coluna do crédito. Fazem da ciência uma esperança, isto é, supõem que a ciência, imediatamente e sem rodeios, realiza nossos desejos. A ciência, dizem eles, permite todas as satisfações. Mas isto não é verdade. Talvez venha a ser mais tarde, caso a ciência se ponha a serviço do desejo. Não é seu caminho hoje em dia. A ciência sofre o trote do desejo e do disfarce do desejo.

As duas operações, afinal, se equivalem. Trata-se de traficar números para nos fazer crer que desejo e realidade estão de acordo. Aí, ou se escotomiza o desejo, ou se escotomiza a realidade. Simplesmente reconheçamos que a distância entre o desejo e a realidade não variou de uma polegada e que tais maquiagens são frívolas.²

28. R. Pividal, *op. cit.*, p. 112-113.

A “frívola maquiagem” da problemática da articulação consiste em escamotear esta fissura fundamental por trás da complementaridade formal destes dois tipos de especialistas: os psicanalistas especialistas no desejo, os especialistas universitários marxistas, “especialistas em generalidades” teria dito Augusto Comte. Mas quem não vê, hoje em dia, que é justamente este “corte” que constitui, se posso dizer assim, o principal “obstáculo epistemológico” para alcançar a compreensão dos mecanismos de constituição das práticas sociais em geral e da psicanálise em particular? Vimos que não seria possível começar a dizer qualquer coisa de mais pertinente sobre as funções e o funcionamento da psicanálise, no “intra” como no “extra-analítico” senão com a condição de transgredir, perigosamente, talvez, esta interdição.

Não prego o obscurantismo. Diria então que estes esforços para marcar como irreduzíveis os limiares de cientificidade, para cavar um abismo entre a experiência comum, o empiricismo vulgar de um lado, e do outro o conhecimento teoricamente fundado e a prática tecnicamente asséptica, podem ter duas funções. Tiveram e ainda podem ter, em certas ocorrências, a função positiva de liquidar o confucionismo destas construções intelectuais bastardas nas quais a lógica do desejo e a pretensão à verdade estão indissociavelmente unidas pois que são comandadas por uma motivação subjetiva incondicional de reconciliação, que pouco se embaraça com as exigências da pesquisa rigorosa. *Dont acte.*

Mas o fetichismo do corte, seu uso sistemático e terrorista pode ter também, e cada vez mais, a figura de uma proibição que impede colocar o problema da relação do saber com seus processos históricos de constituição e exploração. Acaba então por tomar ao pé da letra o conteúdo manifesto do discurso sábio (e a psicanálise também é um discurso “sábio”, constituído por “sábios”) logo de início colocando fora do jogo estas duas questões essenciais:

a) *Como* foi privilegiado este saber que circula na teoria (no caso, na teoria psicanalítica), isto é, sobre quem, a partir de que momento, por quais técnicas específicas, por qual tipo de especialistas que ocupam que lugar na divisão social e política do trabalho etc.?

b) *Por que* foi constituído, isto é, a que estratégias psicológicas, sociais, inclusive políticas, ele serve, seja em sua instrumentação direta (no caso na própria relação analítica), seja em sua exportação quando se põe a impregnar a cultura dominante (por exemplo, a que técnicas de manipulação humana a psicanálise serve de modelo?).

Estas duas questões poderiam ser assim resumidas: *qual a relação do saber (analítico) com o poder (sócio-político)*, seja no processo

de sua produção (primeira questão) seja no campo de sua exploração social (segunda questão). Elas assim resumem toda a minha problemática.

Em suma, perdemos dez anos. Sem dúvida não havia outro jeito. Mas desde 1961, Michel Foucault, em algumas páginas da *História da Loucura* infelizmente mantidas apenas como lapidares, propunha tratar a *própria psicanálise como uma instituição*. Esta abordagem excitou o sarcasmo dos analistas e logo de seus porta-vozes filosóficos, os lacano-althusserianos: como ousar reduzir a “coisa” freudiana às condições históricas de sua emergência, às condições sociais de sua propagação? Não se tratava de reduzir, mas desfazer a autonomia usurpada de um discurso que pretendia só prestar contas perante suas próprias instâncias. Mas para se dar conta disso e aceitá-lo, era sem dúvida preciso que alguma coisa se deslocasse no campo intelectual. Era também preciso que algo se passasse fora dele.²⁹

29. Além de Michel Foucault, o primeiro a cometer esta audácia, encontramos ecos destas preocupações análogas em alguns artigos recentes. Sou em particular devedor a F. Gantheret, “La psychanalyse comme institution” e a R. Lourau, “L’Institution de l’analyse”, *Partisans*, nº 46, fev.-mar. 1969

10. O FUTURO, DE UMA ILUSÃO

Hoje, onde nos encontramos? Esforço-me em estabelecer a reciprocidade que liga uma representação da psicanálise e a concepção da relação do homem com sua prática social (a dimensão do político). A psicanálise foi convocada (ou não foi convocada) a intervir ao nível do político segundo a função então atribuída à subjetividade (hoje se diz preferencialmente desejo; veremos mais adiante a diferença).

Até aqui, para os últimos vinte e cinco anos, as principais etapas desta dialética foram: condenação por razões estratégicas segundo a linha “dura” do Partido Comunista; fascinação nostálgica no freudo-marxismo; delimitação das esferas de jurisdição pelo intelectualismo althusseriano. Eliminação do conteúdo da psicanálise no primeiro caso, bricolagem de seus diferentes elementos no segundo, petrificação de seu núcleo de “cientificidade” no terceiro. Nesta última figura, o rodeio acadêmico tomado pelo freudo-marxismo chegou a seu arremate, pois de agora em diante é a prática científica que serve de modelo a todas as outras, exceto, mais etnocentricamente ainda, no que toca à prática reflexiva do filósofo universitário.

Desenvolvem-se, entretanto, novas concepções da prática em geral, e da prática política em particular, com as quais está hoje a psicanálise particularmente engajada numa relação diversa e singular. Superficialmente, tudo se passa como se a conjuntura política parecesse menos que nunca dominada pela eventualidade de uma tomada do poder pelas classes exploradas. A partir disso, os problemas da subjetividade não podem ser eludidos como um parêntese insignificante numa existência que já não está mais a ponto de ser reprogramada pela revolução.

Sem dúvida, nem tudo é falso neste esquema, mas ele permanece psicológico demais. De modo mais profundo, é a concepção do próprio militantismo que sofre uma transformação talvez decisiva. Se bem que, além da “herança” das concepções precedentes, coexistam duas representações atuais da relação da psicanálise com as tramas políticas.

Primeiramente, o abrandamento da atitude do Partido Comunista francês. A coexistência pacífica primeiro, os problemas do partido diante da “crise da juventude”, em seguida, e sua estratégia eleitoral por fim conduziram-no a uma nova interpretação da situação política no seio da qual a psicanálise encontra um certo lugar.

Podemos seguir estas transformações através do percurso de B. Muldworf por exemplo. “Neuropsiquiatria de formação analítica”, como ele próprio se nomeia ¹, signatário da condenação publicada em 1949 na *Nouvelle critique*, agora exprime a linha ortodoxa, segundo a qual uma certa representação da psicanálise está integrada “em nível profundo, ao qual a psicanálise dá acesso e que nos mostra a necessidade para todo indivíduo de sofrer uma reorganização de suas pulsões instintivas para alcançar a subjetividade”. ² Este “nível profundo” está evidentemente coroado por um “nível psicológico”, depois por um “nível sócio-histórico”, onde intervêm as contradições sociais engendradas pelo capitalismo monopolístico.

Em suma, é aparentemente uma variante da problemática da “articulação”. Mas aqui a preocupação principal não é epistemológica, como no althusserianismo. A dimensão psicanalítica (e principalmente a estrutura edipiana) é invocada para justificar a necessidade da “aprendizagem da satisfação diferida” e a permanência de uma “estrutura de criação”. ³ O que se busca através disso é um

1. Em *Liberté sexuelle et nécessités psychologiques*, Roger Maria éditeur, 1972, coletânea de diferentes artigos e conferências de Muldworf sobre a “liberdade sexual”.
2. B. Muldworf, *Le Métier de père*, Casterman, 1972, p. 158. Sei que todos os intelectuais comunistas vinculados à psicanálise não se reconhecerão necessariamente no itinerário de B. Muldworf (sobretudo se eles, além disso, estão inscritos na Escola Freudiana). Na impossibilidade de invocar aqui todas as possíveis nuances e todas as opções tomadas a título privado, defenderei firmemente a representatividade de Muldworf, na medida em que é mesmo ele que exprime a posição oficial do partido nas instâncias autorizadas. Cf. em particular os artigos de Muldworf: “Les Communistes et la psychanalyse”, *Nouvelle critique*, nº 30, jan. 1970, contendo a autocrítica da moção de 1949 e a exposição da atual posição do partido: “Contestação e moral sexual”, *Nouvelle critique*, abril 1969; “Liberté sexuelle et révolution”, “Spéciale-Idées”, de *L'Humanité* de 18 e 25 de setembro de 1970 e 30 de outubro de 1970.
3. B. Muldworf, “*Liberté sexuelle et révolution*”, *op. cit.* Nesta preocupação de encontrar um ponto de ancoragem para a personalidade, Muldworf chega mesmo a tomar certas liberdades com o materialismo histórico, pois está bem perto de ressuscitar a eterna natureza humana: “Todos estes sentimentos estão inscritos em nossa ‘natureza’, esta ‘natureza humana’ particular que se constitui no quadro das trocas afetivas primordiais da primeira infância”. É certo que há as aspas, mas mesmo assim! Tudo aliás se passa como se – herança do bergsonismo?

fundamento objetivo “a nível profundo” para a restauração de uma concepção flexível, mas realista e eficaz, da autoridade, e para a defesa da estrutura familiar⁴ ameaçada pelos transbordamentos espontaneístas; duplo pilar, avalizado pela psicanálise, para pôr um dique à crise da juventude. Muldworf, aliás, não dissimula estas implicações (ou motivações) precisas. A “reabilitação do pai”, que é o argumento do *Métier de père*, visa ao mesmo tempo “o comportamento dos professores, que oscilam entre um liberalismo demagógico a serviço de uma ‘espontaneidade’ autoproclamada de liberadora de recursos psicológicos e intelectuais imprevistos e um autoritarismo retrógrado, nostálgico de métodos mais musculares”⁵ e de novas formas de ação política num estilo que vem ao encontro destes outros psicanalistas, os autores do *L’Univers contestationnaire*.⁶

*A revolta contra a autoridade dos pais aparece como a forma elementar e primitiva (enraizada nesta fase de oposição, que necessariamente atravessa toda a adolescência) da recusa de uma sociedade que não oferece, objetivamente, nenhuma perspectiva de desabrochar humano. Mesmo quando esta revolta é “politizada”, ela necessariamente assume formas passionais e afetivas que se traduzem na violência clássica dos grupos ditos “esquerdistas”.*⁷

Creio que não podia estar melhor ilustrada a relação que une uma certa representação da psicanálise com uma certa representação da política. Por outro lado, é exatamente o recurso à psicanálise que escora “a nível profundo” um certo número de exigências que ao mesmo tempo delimitam as esferas de exercício legítimo da ação política (contra o espontaneísmo, por exemplo) e lhe conferem seu estilo (responsabilidade, organização, ao contrário das “violências clássicas” dos esquerdistas).⁸ Por outro lado, é exatamente uma

– as primeiras interpretações de Freud tivessem posto o acento sobre seu aspecto “psicologia dinâmica”, historicização do desenvolvimento individual etc. e que hoje – moda das estruturas e cortes? – se insistisse sobretudo nas permanências, nas rupturas etc. (cf. também certas “leituras” cristãs de Freud). Em suma, atualmente a psicanálise serviria sobretudo para “dialektizar” a permanência. Dialética bastante inofensiva: há sempre um “rochedo” por aí e ainda vale mais se agarrar à castração que partir para a aventura.

4. A outra obra publicada por B. Muldworf nas edições Casterman tem por título *L’Adultère*.

5. B. Muldworf, *Le Métier de père*, op. cit., p. 164.

6. A. Stéphane, op. cit.

7. B. Muldworf, *Le Métier de père*, op. cit., p. 164-165.

8. Por exemplo à pergunta “poderemos nós mudar, poderemos nós ser outros do que somos?” (pergunta que, para um marxista, devemos esperar que tenha um sentido político), a psicanálise permite responder *a partir de um registro psicoló-*

transformação da estratégia política (e com isso seguramente da conjuntura política) que orienta a percepção global da psicanálise. No momento da guerra fria, ela foi brutalmente rejeitada numa conjuntura dominada, não tanto sem dúvida pela eventualidade da tomada do poder pelo proletariado, mas ao menos pelo que era interpretado como uma ofensiva generalizada do capitalismo americano contra as forças revolucionárias. E hoje? Não quero ser acusado de má fé, deixo a palavra ao próprio B. Muldworf. Ele assim conclui uma polêmica que o opusera a J.-F. Held no *Nouvel Observateur* em seqüência a seus artigos no *L'Humanité* sobre a "Liberdade sexual e a revolução":

*É nesse sentido, parece-me, que ao designar o casal e a família como estruturas constrangedoras, desvia-se para um inimigo imaginário forças e energia que seriam melhor pregadas contra o inimigo de classe atual, a burguesia monopolista. Como seriam melhor empregadas nossa energia e nossa pena em trabalhar em comum para o reagrupamento das forças de esquerda mais do que discutir sobre as mil e uma maneiras de fazer amor.*⁹

Uma concepção política, em relação à especulação dita "pura", é sempre dominada pela idéia de *prazo*. Reencontramos aqui o esquema do pleno emprego da energia inteiramente mobilizada para combater o inimigo de classe, esquema já presente em Lênin, e que já comandava sua percepção da psicanálise numa perspectiva política. Neste sentido, esta representação atual da psicanálise pelo Partido Comunista francês continua ainda política, mas o prazo tornou-se eleitoral.

gico e suposto científico ou, ao menos, ela permite dizer em que sentido não se deve responder (por exemplo, graças à psicanálise a palavra de ordem "mudar a vida" é invalidada): "Também aí temos finalmente mais perguntas que respostas, pois que nos encontramos diante de algo que é igualmente constitutivo de nosso ser, que está ligado à divisão da humanidade em dois sexos, feminino e masculino, é a existência da triangulação edípiana, a existência do complexo de Édipo. Também aí é ainda uma necessidade constitutiva do indivíduo sobre a qual é difícil agir. Também aí temos uma forma do que já chamei de satisfação diferenciada, mas que se situa num outro nível e num outro tempo." (B. Muldworf, *Liberté sexuelle et nécessités psychologiques, op. cit.*) É claro, as "necessidades psicológicas" relevam da psicanálise. São elas que permitem condenar "cientificamente" certas concepções da "liberdade sexual", além de certas práticas sociais e políticas, o Édipo ou o princípio psicológico da permanência, graças ao qual uma política fundada na recusa à desordem será justificada.

9. *Le Nouvel Observateur*, n° 311, 26 outubro-1° novembro 1970.

A atual posição do Partido Comunista é, assim, herdeira do militan-
tismo de tipo clássico que consistia em aplicar um programa objeti-
vo por intermédio de organizações que se davam por fim a conquista
direta do poder de Estado. Só que a estratégia do partido deslo-
cou as tramas para a cena parlamentar. Mas hoje assistimos – em
setores ainda limitados – a tentativas totalmente outras, mais ambi-
ciosas e ao mesmo tempo mais confusas.

Por um lado, elas se dedicam a outras instâncias que não o
aparelho de Estado, a saber, às instituições que repercutem seus po-
deres sob uma forma insidiosa e dissimulada a partir de uma finali-
dade explicitamente *não* política: sistema de educação, justiça, me-
dicina, até mesmo a família etc., diferentes instâncias, pois, de in-
culcação e reinculcação das normas dominantes. Por outro lado,
como esta ofensiva é na maioria das vezes conduzida a partir da po-
sição pessoal que o sujeito ocupa nestas estruturas e de seus investi-
mentos profundos (positivos ou negativos), estas práticas põem em
questão as antigas clivagens entre o psicológico e o social, o privado
e o público, o desejo e a ação, a subversão da própria subjetividade
e a revolução no exterior. O limite desta tendência é representado
por grupos organizados politicamente para politizar uma dimensão
da existência tradicionalmente representada como sendo da ordem
do “privado”, do “íntimo”, do “subjetivo” por excelência; assim o
movimento de libertação feminina, ou a frente homossexual de
ação revolucionária. Não teríamos razão em logo falar com despre-
zo de “psicologia grupuscular”. Seria esquecer que, historicamente,
foram sempre os grupúsculos os indutores dos novos movimentos
sociais.

Nesta conjuntura dominada pela exigência totalizante de “mu-
dar a vida”, a psicanálise parece se inscrever em um lugar privile-
giado, por uma dupla razão. Em si mesma, ela se dá como operador
do cumprimento do desejo, da concreta reconciliação da subjetivi-
dade. Paralelamente, os agentes deste tipo de práticas freqüente-
mente invocam-na para ajudá-los a superar as antigas clivagens que
estruturam de modo dicotômico o campo da ação política e o do
prazer ou desejo pessoais.

Neste encontro, porém, a confusão é total e o mal-entendido
permanente. Há um completo contra-senso entre o que é pedido à
psicanálise e com o que ela pode contribuir, com o que ela efetiva-
mente contribui. O resultado é esta espécie de apetite psicoterapêu-
tico que paradoxalmente caminha lado a lado com a crítica política
das funções da psicoterapia. Agressividade e fascinação, como já
disse, donde sempre tira vantagem o terapeuta. Pois quando ele é

atacado, é sempre *fora*, em lugares separados como o hospital psiquiátrico onde se lhe atribui de bom grado um papel puramente repressivo (aí residem certas raízes psicológicas do alto rendimento da dicotomia psiquiatria-psicanálise nos meios impregnados de psicanálise). Mas a imagem de uma competência carismática do terapeuta sobre problemas essenciais não é, entretanto, recusada. Certos analistas daí tiram o acréscimo de prazer de acumular o duplo papel de profetas revolucionários e de técnicos da alma. Outros interpretam e desprezam do alto de sua sábia suficiência o que eles não compreendem à primeira vista (uma obra como *L'Univers contestationnaire*,¹⁰ por exemplo, jamais teria ousado exibir a aflitiva platITUDE de sua tese de conjunto sem a existência destes clínicos cheirando a mofo que ela descreve).

Não pretendo versar sobre patologia política. Não tanto que seja um empreendimento necessariamente reacionário se for concebida como um balanço do custo político do maior controle da afetividade e das relações interpessoais nos grupos ou entre os grupos. Mas para empreendê-la, falta-me uma dupla competência, clínica e política.¹¹ Uma digressão por Reich ajudará, de modo mais sereno, a destacar as raízes da confusão. Novo *flashback*, mas voltado para a realidade atual.

A recente voga de Reich é muito mais que uma moda: é um reconhecimento. Não é somente porque Reich tenha sido o primeiro a colocar para a psicanálise o problema político em toda sua amplitude. Tampouco somente porque tenha sido o primeiro a tentar realmente deslocar o impacto social da prática psicanalítica para fazer da relação analítica um instrumento a serviço das classes ao mesmo tempo afetivamente as mais frustradas e politicamente as mais exploradas. Não foi suficientemente sublinhada, parece-me, a relação existente em Reich entre as transformações teóricas e práticas a que submeteu a psicanálise e o tipo de prática que desenvolveu na Sexpol. ● Idéia impressionantemente moderna de liberar o potencial

10. A. Stéphane, *op. cit.*

11. Esta análise foi tentada para a Itália num artigo muito interessante de G. Jervis (um dos membros da equipe de Gorizia *), "Os militantes e o feiticeiro", *Quadrerni Piacenti*, nº 42, 1970 (em italiano). A análise feita por G. Jervis de formas de psicologismo deteriorado que são as escórias de situações de fracasso político em certos grupos italianos parecem-me possíveis de serem transpostas para a França. Jervis sublinha muito bem a ambigüidade ao mesmo tempo psicológica e política da demanda de psicanálise neste contexto. O artigo foi muito discutido nos grupos da oposição extraparlamentar italiana.

● Sexpol - movimento iniciado por W. Reich na Alemanha do pré-guerra, visando

político de setores explicitamente entregues ao apoliticismo, tais como a sexualidade e a família. Por trás de tal iniciativa, há uma profunda redefinição do próprio conceito de político pela total subversão da concepção tradicional de separação do político e do não político. A consequência é que, para Reich, o problema político não está mais colocado apenas pelas organizações estruturadas a lutar diretamente pela tomada do poder. Reich produz este importante deslocamento das lutas políticas do afrontamento direto com o poder de Estado para o afrontamento com os corredores institucionais de transmissão do poder, aparentemente apolíticas (família, sistema educacional, aparelho médico ou judiciário etc.).

Isto confirmaria novamente minha hipótese da complementaridade que une a representação da psicanálise e a concepção do político. Mas é preciso ver bem aonde conduz a dupla heterodoxia de Reich, cuja sanção foi sua dupla ruptura com o Partido Comunista alemão, em 1932, e com a Associação Internacional de Psicanálise, em 1934. Do lado da psicanálise, as transformações “técnicas” que ele impõe, mas que são *indispensáveis* para fundar sua posição *política* (rejeição do instinto de morte, nova interpretação da pulsão, nova teorização da relação princípio de prazer-princípio de realidade, eliminando a concepção freudiana do conflito intrapsíquico etc.) são absolutamente inaceitáveis, mesmo numa concepção muito ampla da ortodoxia psicanalítica. Além do mais, Reich subestimou demasiadamente a dependência essencial da psicanálise em relação às estruturas familiares e sociais dominantes. Não viu ou viu muito tarde que, instalada no quadro de sua convenção, ela era completamente incapaz de ser o operador de sua superação revolucionária.

Sob o ângulo político, Reich permanece igualmente prisioneiro de uma estranha contradição. Tendo feito explodir o conceito de político em sua prática e tendo-o enriquecido com elementos de subjetividade, sutilmente de novo o cliva em seu pensamento separando a objetividade de uma situação da subjetividade dos atores. É assim que ele distingue as causas de uma greve, partindo de uma análise em termos de classes, e a atitude dos grevistas, partindo de uma análise em termos de motivações. A impressionante consequência é que a psicologia (a psicanálise) é unicamente invocada para dar conta das rebarbas de um processo histórico inteiramente racionalizável a partir de seu condicionamento sócio-econômico. A psicanálise assume a partir daí a questão da falta, do não-ser, do es-

agir sobre a sexualidade como elemento onde se basearia a repressão política. Abreviatura de *Sexual Politik*. (N.T.)

cândalo político, isto é, da irracionalidade numa estrutura social que deveria funcionar racionalmente se as pessoas tivessem consciência de seu interesse objetivo.

Há sem dúvida nesta impressionante mistura de objetivismo e de novas intuições algumas razões conjunturais. A atitude de Reich, no entanto, não é completamente inconseqüente, convenhamos. A despeito de seu politicismo, malgrado ou graças à sua vontade desesperada de fazer com que a psicanálise contribuísse para uma ação política de massas, Reich bem vê que ela permanece afetada por um índice de subjetivismo que a opõe a uma concepção mesmo alargada (investida de subjetividade) da ação política. Assim, para ele, é quando “cessa a problemática psicológica clínica da psicanálise” que começa “a ciência da economia sexual”¹², fundamento de uma prática social liberada. Em outras palavras, para Reich, a psicanálise trabalha o desejo “psicologicamente” ou “clínicamente”. É totalmente diferente da prática social ou política, através da qual deve-se buscar uma verdadeira reconciliação com a realidade. Pouco a pouco esta distinção recobre a que eu tentei elaborar no capítulo 4, entre “teoria-prática da relação com o sexo” e “teoria-prática da relação entre os sexos”.

Tais distinções podem parecer misteriosas. Entretanto, por falta de colocá-las, instalamo-nos no confucionismo cujo custo negativo não é somente teórico, mas também pessoal e político. Tem por fundamento a não-distinção entre um modelo psicoterapêutico (psicanalítico) e um modelo político. Este amálgama parece merecer crédito pelo fato de o modelo político tender cada vez mais a se investir de subjetividade (ou de desejo). Mas não é *absolutamente* o mesmo desejo, ou o mesmo tratamento do desejo operado pela psicanálise.

É erradamente, pois, que se invoca o patrocínio de Reich para cobrir esta confusão, quando ele poderia ajudar a desfazê-la. Reich absolutamente não concilia a psicanálise com a ação política, transforma profundamente a psicanálise com sua vontade de adaptá-la à ação política.¹³ Aliás, parece mesmo que o que nele resta do personagem de psicanalista foi mais um obstáculo do que uma ajuda à sua empresa. De bom grado farei a hipótese de que a representação objetivista que ele continua a fazer do social está aí como o reverso

12. W. Reich, *Psychologie de masse du fascisme*, op. cit., p. 23.

13. Quaisquer que sejam suas intenções, as críticas psicanalíticas das diferentes tentativas freudo-marxistas para reduzir a distância entre os conflitos intrapsíquicos e os conflitos entre princípio de prazer e realidade são pertinentes do ponto de vista analítico. Cf. uma boa crítica deste gênero sobre Marcuse por J. Laplanche, no número especial de *La Nef* consagrado a Marcuse, 1969.

de sua adesão residual ao modelo clínico da psicanálise. Mas não reside aí a verdadeira questão. Não façamos de Reich um novo profeta. Instruídos pelo que se passou depois, podemos ir mais longe que ele (entenda-se reflexivamente).

Reich limitou-se a denunciar o caráter idealista da teoria psicanalítica da cultura e a retificar certos elementos fundamentais da metapsicologia freudiana. Parece-me que ele não viu claramente a que ponto a psicanálise em seu conjunto estava disposta segundo um processo de privatização diretamente contraditório com o politicismo que o inspirava. A psicanálise, entretanto, como ao longo de meu projeto esforcei-me em demonstrá-lo, inscreve-se em todo o movimento de apolitização do pensamento ocidental à medida em que ganha uma nova esfera autônoma ou pseudo-autônoma do psiquismo, posta numa terra de ninguém social. Neste ponto, ela retoma o pique do humanismo que ajudou a abater. O humanismo, Michel Foucault o demonstrou, foi durante muito tempo a ideologia que exprimia esta crença na permanência de um lugar existencial de sentimentos, de pensamentos e valores que partiam do exclusivo tribunal da pessoa. Ao “descentrar” o sujeito, a psicanálise *deslocou*, isto, é, levou para outro lugar e “mais longe” suas funções. Literalmente, ela transportou para o domínio mais “pessoal” o inconsciente, o movimento de expropriação da problemática do poder que o humanismo havia orquestrado sobre o plano da subjetividade consciente: é a operação fundamental que ela reitera em todos os níveis e que inclui no conceito de psicanalismo.

A psicanálise *não passa* disto, mas é *indissociavelmente* também isto. Não admiti-lo seria renunciar à possibilidade de inscrevê-la no seio das práticas sociais para deixar lugar a uma representação idealista e auto-satisfeita de seu auto-surgimento. Ora, comecemos a saber o bastante para ao menos perceber a profunda afinidade eletiva (como teria dito Max Weber) que une o modelo psicológico da psicanálise ao modelo requerido pela sociedade em seu atual estágio de desenvolvimento.

P. L. Berger esboçou esta correspondência para a sociedade americana¹⁴ de maneira ainda esquemática, mas evocadora: opacidade dos mecanismos de funcionamento social em relação à consciência que dele podem tomar os agentes, incapacidade do indivíduo em controlá-los em razão da autonomização quase completa das esferas econômicas, políticas e privadas, atualização de processos de racionalização burocrática cada vez mais invadindo o domí-

14. P. L. Berger, “Towards a Sociological Understanding of Psycho-analysis”, *loc. cit.*

nio da existência pública etc. O sujeito clivado, de identidade comprometida, é assim conduzido a se tornar o consumidor ansioso de reassseguramentos da subjetividade “autêntica”, sua vida “profunda” ou suas relações intersubjetivas “íntimas” (supervalorização simultânea do sexo e da família). A face pessoal do “desencantamento pelo mundo”, em Max Weber, é a fascinação pelas profundezas, pelos mistérios da alquimia íntima, pelo reino da interioridade. Tanto quanto o parco controle que o indivíduo eventualmente é suscetível de retomar sobre seu próprio destino só pode se situar neste nível, por técnicas psicológicas e jamais por práticas políticas, pois os processos sociais objetivos lhe escapam. Berger conclui sua análise, talvez um pouco à vontade demais, dizendo que em tal situação estrutural e levando em conta suas implicações psicológicas necessárias, “se Freud não tivesse existido, seria preciso tê-lo inventado”.

Digamos mais modestamente que o modelo psicológico do inconsciente é congruente com o conjunto dos mecanismos objetivos que impõem a privatização, a sobredeterminação de uma concepção intimista da subjetividade, em detrimento de uma organização pessoal da existência pública deixada à boa vontade de um poder tecnocrático. Digamos mais precisamente também que, se a existência da psicanálise e, em todo caso, seu sucesso mundano são sem dúvida o produto desta situação (mas através de mediações que faltam estudar), o próprio *funcionamento* analítico retoma o mecanismo da privatização, reitera-os, completa-os e ganha novos domínios. É o que penso ter estabelecido através da análise do processo de neutralização. Assim, a psicanálise é ao mesmo tempo o resultado e um dos *agentes* do processo geral de apolitização que domina as sociedades industriais avançadas.

Esta digressão não me parece inútil para dissipar a confusão fundamental que reina sobre a relação da psicanálise com as práticas políticas. Mostra *estar totalmente excluído que a psicanálise possa jamais fornecer um modelo de prática política qualquer*. Por não tê-lo compreendido, tudo se passa como se certas iniciativas atuais repetissem, mas desta vez ao nível da prática, os amálgamas e as ilusões do freudo-marxismo, quando por outro lado elas denunciam seu academicismo e “ingenuidade”. É ainda entretanto o mesmo ecumenismo, mas sem as excusas que poderíamos conceder ao freudo-marxismo numa conjuntura teórica e prática menos avançada. Freudo-marxismo em ato nos hospitais (“psicoterapia institucional”), em certas experiências comunitárias, e de modo mais geral em todas as tentativas para ajustar um modelo clínico e um modelo político. Freudo-marxismo, isto é, ilusão no sentido de Freud e ideologia no sentido de Marx, racionalização obediente à exclusiva

lógica do desejo ou do interesse imediato, lucrando com as contradições que na atual estrutura social mantêm separados os pólos da reconciliação. Redescobrir o lugar do desejo na vida social e política não é entretanto dele fazer a tela que mascara as condições objetivas que lhe são antagonistas. Não é dar crédito a uma representação subjetiva da mudança social da qual o esquema médico permaneceria como o paradigma, enquanto que sempre e em todo lugar, vendo bem, nós o encontramos enganchado à tutela do especialista competente.

É a concepção desta relação dos investimentos de desejo com a prática social que o *Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Felix Guattari renova. A profunda originalidade da obra supõe, como sua possibilidade, a transformação das condutas sócio-políticas que evoquei acima. O *Anti-Édipo* é, antes de mais nada, sua consciência reflexiva, sistematizando-as no que lhes confere sua paradoxal coerência. Iguamente, o que se diz sobre este livro a partir de uma tradição psicanalítica ou outra qualquer é, quase que de saída, um diálogo de surdos: a incompatibilidade dos esquemas é dada de saída, porque as experiências de base são incompatíveis. Sem ter os ouvidos abertos aos rumores confusos que talvez prefaciem nosso futuro, não se compreenderá nada desta obra, nela só vendo um discurso autístico.

Mas a empresa ao menos nisto é operatória: a interpretação que ela propõe da relação da subjetividade com a ação social quebra completamente esta ambigüidade fundamental que ainda caracteriza, como veremos, o vivido dos atores, a ambigüidade que o próprio Reich não abandonara completamente (e que meu próprio vocabulário ainda trai). Com o *Anti-Édipo*, torna-se claro que um investimento de desejo pode-se operar sobre o campo social, que uma nova relação entre o agente e seu ato pode – ou poderia – se colocar além da dicotomia entre objetividade e subjetividade, dever e gozo, sem que o psicanalista deva ser invocado como o intermediário desta relação, ao contrário.

É uma outra maneira de dizer que a crítica da psicanálise representa somente um pressuposto para liberar um campo quase ainda inteiramente inculto, no qual talvez logo se colocarão nossas tramas principais. O projeto de Deleuze e Guattari mantém uma relação ao mesmo tempo essencial e accidental com a psicanálise. É claro, uma vez que ela ora ocupa o lugar do legítimo discurso sobre o desejo, que era preciso antes de mais nada desalojá-la. Mas, em contrapartida, dela fazendo seu alvo, talvez eles tenham assumido o risco maior, o de não serem compreendidos. Pois é também aceitar

deslocar o debate e dever aceitar o combate no plano da técnica ou da experiência clínica ou analítica, enquanto não é esta absolutamente a trama principal da obra.

O verdadeiro debate é travado sobre o lugar do desejo no campo social. Somente o futuro poderá dizer se, para oferecerem uma interpretação totalmente nova, os autores não supervalorizaram a importância de certas mutações contemporâneas. Mas, em minha opinião, o maior risco de engano seria ter uma confiança demasiada ingênua no bom senso, do qual as pseudo-evidências não bastam de imediato para dar razão. Tanto mais que, até agora, os esquemas de interpretação propostos pela obra não são, convenhamos, insensatos. Em particular, ao que eu saiba, pela primeira vez encontramos um quadro conceitual suficiente para relacionar a posição da família com o conjunto do campo de produção e reprodução social e compreender suas atuais funções, a partir da fundação dos investimentos históricos na esfera da existência privada. Via real para refutar, além da psicanálise, todas estas disciplinas bastardas que, pela interseção “do psicológico” e do “social” nutrem-se da inconsistência das noções sobre as quais se baseiam.

Não me sinto pois inteiramente satisfeito com a lógica que me obriga a colocar no final de meu percurso a primeira referência frontal a uma obra que sobrepassa algumas de suas partes.

Primeiramente, porque ela apareceu tarde demais para pesar em sua gênese. Tudo bem considerado, e levando em conta duas ou três exceções mencionadas no texto, preferi seguir meu próprio caminho e deixar ao leitor o cuidado de acomodar ou retificar, de preferência a proceder por mim mesmo a ajustamentos *a posteriori*.

Depois, porque, como acabei de dizer, não posso pronunciar-me sobre o fundamento do edifício: esta concepção nova da relação do desejo com o campo social, que faz do desejo a positividade objetiva soberana e assim quebra a oposição da “objetividade” e da “subjetividade”. Permaneci num registro onde esta oposição, retrabalhada e criticada, apesar disso, ao menos guarda um sentido. O conjunto deste capítulo permitirá compreender por quê. Sempre restam traços das etapas anteriormente percorridas. Simples rugas a apagar (porque jamais apagamos nossas rugas, alguns as maquiham, o que é completamente diferente), resistências, bloqueios arcaicos ou permanências incontornáveis? Sou hoje incapaz de decidir.

Por fim, é que, tratando-se do que constitui propriamente meu objeto, o problema sócio-político colocado pela psicanálise, nem tudo me parece resolvido pelo *Anti-Édipo*.

Distingamos claramente duas coisas. O *Anti-Édipo* é a primeira crítica frontal da psicanálise que ratifica o que esta supunha reali-

zar, o inconsciente e o desejo. Trata-se assim como que de um revelador na presente situação da psicanálise. Exprime sua crise e cliva posições claras: de um lado a reação de defesa daqueles que se reúnem para conservar a herança de Freud; do outro, o começo de uma aventura da qual ninguém poderá dizer aonde ela levará a psicanálise ou o que dela restará. Escolher o risco desta aventura mais que o partido dos defensores da ordem analítica não constitui problema para mim.¹⁵

Mas em que medida o *Anti-Édipo* se situa na ponta extrema de um movimento de fuga para diante, explicável a partir de um *mal-estar* na psicanálise? Em que medida ele em parte não permanece uma crítica do conteúdo da psicanálise ao propor “uma reversão interna que faz da máquina analítica uma peça indispensável do aparelho revolucionário”¹⁶? “Reversão interna”: último coroamento do processo que cava seu sulco de Freud a Lacan, aprofunda progressivamente a problemática do prazer e que, no momento em que termina, inverte-se fazendo explodir toda a fantasmagoria do desejo e recai, não mais sobre o divã do psicanalista, mas quando muito no leito do inconsciente. Não são poucas as coisas profundamente transformadas por este esmagamento. Por mais essencial que ele seja, porém, este itinerário permanece um itinerário analítico.

A esquizo-análise é a psicanálise generalizada, reunindo todas as forças do inconsciente. A fascinação analítica, a partir daí, pode menos ser rompida do que relançada e deslocada, um pouco à maneira pela qual a subversão da noção de espaço euclidiano libera nas geometrias não euclidianas um novo espaço: meta-análise, em suma, na quarta dimensão, social, do desejo. É exatamente a esta tese central do investimento do campo social pelo desejo que sempre se retorna. Por não estar certo de não haver aí como que um transbordamento dos poderes analíticos é que dois pontos continuam a me causar problemas.

15. É verdade que as jogadas não são as mesmas. Se a audácia de um desafio se mede mesmo pela amplitude do risco que se corre, é preciso reconhecer que os analistas têm aqui alguns motivos para se defender. A situação não é menos significativa. Ela já foi jogada uma vez em escala reduzida quando de um debate aberto em *Temps modernes* (nº 274, abril 1967), em torno da publicação do texto do “homem do magnetofone”: de um lado, a ortodoxia psicanalítica, do outro, Sartre e o doente revoltado. Do lado da ordem analítica é preciso ler a “refutação” do *Anti-Édipo* por A. Stéphane, “*L’Anti-Oedipe* ou la fin d’un malentendu”, *Contrepoint*, nº 7-8, 1972. Aí estão claros os pressupostos sócio-políticos que fundam a posição estritamente analítica. Demonstração eloqüente do fato de que a ortodoxia psicanalítica em nada difere de não importa qual ortodoxia.

16. G. Deleuze e F. Guattari, *op. cit.*, p. 97.

Primeiramente, na medida em que uma crítica da psicanálise seja conduzida essencialmente em nome do desejo, para quem queira integrá-lo com o mínimo de esforço possível, torna-se viável fazer disso um meio de sobrecarregar no exclusivismo analítico: ser mais fiel à intenção de Freud, reencontrar sob a sedimentação de sucessivas traições ao núcleo de verdade do desejo, liberar os poderes da psicanálise comprimidos pelos psicanalistas nos estreitos quadros do Édipo. Em última instância, pois seria a variante extrema da problemática da recuperação (a psicanálise por inteiro a tudo traiu desde seu começo, mas é, apesar disso, neste lado do desejo fluido que se passa o essencial), esta crítica por sua vez seria “recuperável” no quadro ampliado da ortodoxia psicanalítica. É o que de fato se vê esboçar em certos meios analíticos jamais em atraso com uma novidade: sim, ficamos acalentando o Édipo por muito tempo, agora daremos a volta sete vezes na língua antes de consumir o papai-mamãe, interessaremos-nos um pouco mais pelos esquizofrênicos, mas nada fundamentalmente será mudado pois tudo continuará a ocorrer na “outra cena”. É, sem contestação possível, um grande contra-senso. Mas tal não seria possível se no empreendimento não houvesse entretanto uma maneira, claro que totalmente diferente, de visar o mesmo lugar ocupado pela psicanálise. É, assim, um paradoxo apenas aparente que possamos hoje em dia discutir o *Anti-Édipo* nos mais ortodoxos seminários analíticos. Além do mais, este contra-senso recebe uma aparência de credibilidade do incompreensível tratamento de favor de que continua a se beneficiar uma orientação particular da psicanálise, notadamente Lacan e uma “segunda geração de lacanianos”. Como justificar uma tal escolha *intra-analítica* a menos que seja para manter critérios analíticos e se situar no coroamento de um itinerário analítico?

Segundo, partir do desejo é condenar-se a só encontrar o desejo *ao contrário*, em filigrana. Podemos e inclusive devemos operar a *démarche* complementar: atribuir à psicanálise ao mesmo tempo mais e menos, tomá-la tal como é, sem buscar o que uma maior fidelidade ao inconsciente faria com que ela fosse, e com isto destacar o sistema completo de seus efeitos. É a esta intenção que corresponde aqui a tentativa de axiomatização da psicanálise: sob que condições ela funciona como funciona, produz como produz, no interior como no exterior de seu campo? Esta intenção, epistemológica se quiserem (mas contra o “corte”), supõe que se tome rigorosamente a sério a definição social da psicanálise. O que quer que seja do caráter mais ou menos arbitrário do Édipo em relação ao desejo, a psicanálise age essencialmente dentro do Édipo, e nisto nada tem de arbitrária. Em outras palavras, o Édipo é o fundador de nossa concepção do inconsciente neste sentido de que é sob sua jurisdição

que se reúne a quase totalidade do que dele se conhece e do que dele fazemos. A psicanálise não errou, portanto, ao colocar o complexo de Édipo no centro de seu dispositivo. Se o que tentei mostrar é justo, isto é, que este dispositivo axiomatiza as linhas de força devolvidas ao desejo, poderia este fazer outra coisa que esposá-las e reproduzi-las? O Édipo seria, então, bem mais que uma “formação reativa” ou uma “defesa”, a matriz necessária do desejo “socializado” (sempre mal). De que outra maneira poderíamos apreender o desejo?

Para uma crítica da psicanálise dois procedimentos são possíveis. É essencial mostrar como a psicanálise reitera, sistematiza, desloca (“reterritorializa”) na esfera da existência privada uma estrutura antropológica fundamental cuja gênese deve ser buscada pelo lado do *socius*: tal é a fundamental contribuição do *Anti-Édipo*. Mas resta medir, a partir deste lugar que a psicanálise veio ocupar na estrutura social, os poderes que ela aí desdobra. Uma coisa é de nunciar a sombra projetada pela psicanálise a partir do desconhecimento do desejo que ela orchestra. Uma outra coisa é compatibilizar as positivities que ela deposita, e que constituem seu traço através da história.

Eis por que, se posso me permitir a presunção de um paralelo, minha hipótese pareceu-me retrospectivamente complementar à desenvolvida no *Anti-Édipo*. Muito menos radical na interrogação que traz sobre a natureza do inconsciente, ela não se pronuncia sobre o que seria preciso dizer ou fazer a partir deste lugar. Neste sentido, ela faz mais concessões ao conteúdo histórico da psicanálise. Em troca, ela gostaria de objetivar este conteúdo de modo inteiramente independente de qualquer projeto para ou hiperpsicanalítico, para preparar a recoleção sistemática de tudo que se fez e disse desde Freud debaixo deste rótulo e do que ele custa a uns e outros. Afinal o que é que surgiu, impõe-se e produz seus efeitos em nome da psicanálise, sob sua garantia, em função de seus critérios, graças a seu prestígio, a partir do dispositivo que ela inventou, através dos canais de difusão que ela atualizou, no seio das instituições que ela controla ou infiltra?

No fundo, a diferença reside portanto num julgamento de importância sobre a prioridade a dar, seja à crítica à teoria analítica, seja à sua crítica institucional. Deleuze e Guattari escolheram conduzir este debate (na verdade começar a conduzir o debate) no terreno das estruturas do discurso analítico e essencialmente em sua matriz, o Édipo. Tentei, com os meios à minha disposição, começar a dar conta deste essencial deslizamento do centro de gravidade das práticas analíticas do divã para as instituições (guardando ao mesmo tempo a referência ao que, no próprio dispositivo analítico, o

prefacia). Se algum dia se constituir uma crítica da razão psicanalítica, ela deverá ponderar sobre estes dois aspectos.

Paralelamente, do ponto de vista de uma prática eventual (de uma crítica prática), a “esquizo-análise” corresponde à vontade de fazer explodir a relação analítica do interior. Mas a difusão institucional da psicanálise pede seu próprio tipo de crítica prática. É sem dúvida difícil dizer em que ela deveria consistir (como também não cabe a um indivíduo defini-la mas ao conjunto dos que estão de acordo com ele). Entretanto, para empregar uma palavra mais simples, há cada vez mais “usuários” involuntários da psicanálise e das técnicas assimiladas, e sem dúvida cada vez menos pessoas que compreendem em que canoa estão sendo assim embarcadas. Não são somente os descontentes e os decepcionados com a cura. É sobre o terreno institucional que os sujeitos enquanto sujeitos políticos e sociais poderiam ser parte integrante do debate, as jogadas sendo sem dúvida mais claras neste nível que numa relação com o analista engajada na base de uma demanda pessoal sempre ambígua, dirigida a um personagem carismático.

Não darei uma conclusão a este ensaio. Se, à saída deste balanço, as coisas me parecem ser mais ou menos assim, o fim do ano de 1972 não é, graças a Deus, o fim da história, nem mesmo desta história. Muitas incertezas permanecem, tendo servido para tecer meu projeto. Alternei, esquematicamente, dois tons. De um lado, uma tentativa de objetivação, e em última instância de etnologização da prática analítica (discurso não-analítico sobre a psicanálise). De outro, uma certa irritação diante da psicanálise, ela própria não estando, no momento, muito serena (discurso polêmico contra os psicanalistas).

Não nos pretendemos impunemente mais neutros que um analista por tentar estabelecer que este jamais é neutro. Não seria possível denunciar através do duplo discurso analítico o sinal de uma profunda ambigüidade sem aplicar a si próprio a advertência. Antes pois de terminar, tentemos olhar de face esta ambigüidade. Oscilação necessária porque exprime uma situação contraditória, ou incoerência de minha própria posição diante da psicanálise? O leitor julgará. Por mim, advogo incoerência relativa, mas fundada numa contradição que não é de minha responsabilidade.

Se me mantive constantemente sobre uma corda tesa é porque sempre mantive *juntos* dois princípios aparentemente contraditórios:

1) Não reduzir pelo menor custo, não fazer da psicanálise um produto grosseiro da sociedade burguesa, como por exemplo, uma

simples “ideologia” entre outras. Era preciso, então, não entrar no próprio discurso analítico, mas ao menos reconhecer que ele diz e faz algo de importante, de “nada parecido” por estes lados. Mas o que alguns interpretarão como uma inútil concessão à psicanálise e até mesmo, porque não, como sinal de uma ambivalência a seu respeito está, na minha opinião, fundado sobre um dos raros princípios metodológicos claros: dar-se a aparência de radicalidade na prática de um empreendimento representa o meio mais seguro de restabelecer a totalidade de sua pretensão. Se aqui fosse o lugar, eu de bom grado demonstraria este princípio, a que eu saiba sem exceções na história das idéias.¹⁷ Mas o fato de mantê-lo, privou-me de certas facilidades próprias a uma crítica preto no branco. O que quer que se possa dizer da psicanálise, ela balançou decisivamente a problemática do conhecimento de si e alterou os fundamentos da antropologia. Isto não poderia ser apagado com uma penada. É o que eu não desenvolvi em meu projeto (eu teria sido então melhor ouvido pelos analistas, mas não era minha intenção), mas mantive como um limiar interditando qualquer redução leviana.

2) Não aceitar introduzir uma dicotomia de direito entre um funcionamento “puro” e os usos “recuperados” da psicanálise; mostrar, cada vez que este esquema aponta, que modo preciso de desconhecimento e desconhecimento de quê ele recobre. Se eu tive tanto cuidado em cercar esta metáfora da recuperação é que ela representa, mais que um erro, um princípio de cegueira cujos efeitos enganosos manifestam-se *a cada vez* que a problemática analítica recobre, tanto no indivíduo quanto através de “utilizações” quaisquer, a problemática sócio-política do poder. A cada vez, isto é, *sempre*: este desconhecimento não é outro senão a ocultação constante das implicações sócio-políticas necessárias e permanentes da psicanálise. As maiores sutilezas teóricas do mundo não preencherão esta lacuna fundamental da psicanálise: a impossibilidade de pensar por seus próprios meios, de controlar por seus próprios recursos, suas *próprias responsabilidades sociais e políticas*.

17. O cartesianismo permanece como o modelo que o ilustra. Descartes formulou de partida uma concepção de tal modo materialista da matéria que a cada instante tem necessidade de Deus para sustentar sua existência. A famosa tese teleológica da criação contínua mantém uma relação *necessária* com o hipermaterialismo mecanicista: a *inteligibilidade, completamente cassada à natureza, ressurgue* sob a forma de imperialismo da transcendência. Nem todos têm as desculpas de Descartes para a época e quanto ao gênio. O esquema funciona todos os dias no objetivismo e no pontilhismo positivista das “ciências humanas” cujo empirismo é sustentado por uma metafísica inconfessada. Tratando-se precisamente da psicanálise, percebe-se que a forma pura de sua redução à “ideologia” em sua condenação stalinista não era senão o reverso do ponto de vista da totalidade do totalitarismo político.

Se estes dois princípios são justos, isto é verdadeiro *em conjunto*, o fato de mantê-los juntos em seu antagonismo não corresponde à busca de uma alternativa média, que passaria “entre” eles. Nenhuma terceira via aqui, nenhuma solução de conciliação. É preciso a cada vez traçar uma partilha precisa que atravessasse *cada uma* das “utilizações” da psicanálise porque já é no dispositivo dual que esta partilha produz sua clivagem. O fio reto do psicanalismo não se insinua entre o por e o contra. Ele cinde entre um uso tecnicamente fundado e suas implicações *diretas*. E esta operação rasga o que é *de fato* inseparável: a gaze e a cortina, segundo a imagem de Rimbaud.

Isto para que fique claro o não ecletismo “epistemológico”, se quiserem, de minha tentativa. O mesmo quanto a sua significação prática ou “política” *latu sensu*. Minha posição não é neutra, ela não dá as costas por igual aos extremismos de direita e esquerda. Ela não arbitra a partir de um justo meio (mediana, média e medida) a dupla *hibris* que representaria, de um lado, o politicismo psicanalítico (“politizar” a própria relação analítica), por outro, a mobilização da artilharia psicanalítica para a defesa da ordem social (tentativas do tipo *L’Univers contestationnaire*). Encontramos esta atitude em certos psicanalistas: defesa da sobriedade analítica contra suas extrapolações práticas ou teóricas irresponsáveis, busca das condições de funcionamento técnico impecável etc. Não a faço minha, nem mesmo a aprecio, pois não é aí que estão minhas jogadas.

Foi, pois, a partir de uma tomada de posição que interroguei a psicanálise. Esta, como todas as coisas fundamentais, é difícil de se exprimir claramente para os outros. Antes tentei formulações aproximativas. Digamos, pois as coisas estão menos obscuras agora, que *a unidade de meu projeto foi uma interrogação desacelerada quanto à pretensão da psicanálise em propor uma verdadeira alternativa*.

Uma alternativa a quê? A uma certa concepção do saber, a uma certa relação com o poder, a uma certa cristalização das relações humanas condenada pelas exigências da rentabilidade, a manutenção das hierarquias formais, a perpetuação de um equilíbrio sócio-político que repousa sobre a exploração, a violência e a segregação. Com um pouco mais de precisão, “a alternativa” seria uma via para quebrar estes exclusivistas e restituir a própria palavra aos excluídos do sistema (aos “loucos”, por exemplo, mas não há só eles).

Tratando-se da relação que entretém a psicanálise com esta opção (que alguns acham ingênua, ou perigosa etc., é seu direito ou interesse, isto apenas prova que há sempre por toda parte clivagens e que a objetividade é o mito de Deus) só podemos dizer duas coisas. Eis o coração do problema.

Por um lado, a psicanálise apresentou ou pareceu apresentar uma abertura em direção a esta alternativa. É assim que uma certa relação positiva com a psicanálise foi um denominador comum a indivíduos ou grupos aliás extremamente heterogêneos que tentaram, de lugares e por meios diversos, uma reavaliação da racionalidade repressiva (ou das funções repressivas da racionalidade). É o conteúdo concreto do “nós” que retomei de Raphael Pividal no capítulo anterior, e é em função desta alternativa que existe este nós, mesmo se ele é assumido em graus diferentes de radicalidade.

Mas hoje em dia, tudo pesado, devemos reconhecer que a psicanálise *como tal* não faz parte deste campo, nem os psicanalistas *enquanto psicanalistas*. Esta linha de partilha, o pano de fundo de onde perfila mediatizada a luta de classes, passa *entre eles*, como passa ela entre os representantes da maior parte dos grupos sociais. Em outras palavras, os psicanalistas que fazem esta escolha não o fazem *porque* sejam analistas, mesmo se em seu itinerário pessoal sua opção seja indissociável desta vinculação (penso, por exemplo, nas pessoas da Federação dos Grupos de Estudos e Pesquisas Institucionais * Mas “André Stéphané” é tão analista quanto eles (menos ou mais, é precisamente uma discussão intra-analítica impossível de decidir, a armadilha em que não podemos cair; a prova é que qualquer dos dois lados acredita ter mais razão que o outro, tudo em nome do inconsciente).

Sejamos justos. Há, de fato, na psicanálise uma certa possibilidade de escuta que parece fazê-la pender para um dos ramos da alternativa. Precisamente, face a face a uma das categorias dos excluídos, os “loucos”, a psicanálise traz a possibilidade de uma aproximação menos obscura, de uma certa superação do bom senso satisfeito e da boa consciência segregadora. Mas, por um lado, não basta ser analista para escutar com este ouvido: o psicanalista pode ser mais sutilmente normativo, mais obstinadamente surdo, mais eficazmente imperialista que o mais estúpido dos repetidores do óbvio. Como também pode o psicanalista escolher sua função, sua dignidade social, seu saber, sua ortodoxia, contra a palavra do outro (como o prova a história exemplar do “homem do magnetofone”). Sobretudo, o dispositivo analítico é tão aferrolhado, a violência de sua convenção tão pregnante, que ele circunscreve todos os seus eventuais efeitos de liberação no círculo da intimidade subjetiva (neutralização-privatização). Uma limitação como esta pode ser requerida em relação a certas “indicações”, e ainda uma vez não quero pronunciar-me sobre isto. Mas isto significa que a psicanálise não é uma alternativa *global*, mesmo em relação a uma situação de mal-estar psíquico: um recurso *técnico* mais ou menos “indicado” segundo o “caso”, eis tudo. *A fortiori*, a psicanálise não é uma alternativa real para qualquer situação sócio-política.

A psicanálise não é um verdadeiro *analisador de situação*. Mais exatamente ela é, para falar como René Lourau¹⁸, um analisador construído, mas construído no artifício, que simula a subversão da racionalidade alienante, posta entre parênteses mas não abolida. Pois o que regulariza a experiência analítica é, como penso já ter suficientemente mostrado, o fato dela permanecer agarrada a uma competência carismática, isto é, a uma conjunção do saber e do poder, verdadeiro centro opaco da relação analítica. Já que ela permanece suspensa nesta referência, a psicanálise não sai, na verdade, da *problemática da tutela*, isto é, de uma certa manipulação da dependência, de uma certa organização da subordinação. O fato de que possa haver situações de tutela fundadas (por exemplo medicamente ou pedagogicamente), deveria conduzir os psicanalistas a se definirem como *uma espécie do gênero dos técnicos da tutela*; uma tutela refinada, cuidadosamente controlada pelo dispositivo analítico, seu contrato, suas convenções, o que devia incitá-los (e também aos outros) a desconfiar deste poder, a circunscrever cuidadosamente suas esferas de aplicação. Mas, para isto, seria preciso começar a reconhecer este poder pelo que ele é, um poder de tutela. Em geral, preferem negá-lo por suas racionalizações: não-saber, não-poder, reciprocidade, liberação da palavra etc., discursos não tanto intrinsecamente falsos, mas unilaterais e autojustificadores. A maior parte dos psicanalistas são como estes professores ingênuos que se tomam sempre por grandes democratizadores da República sem ter ainda compreendido que ao mesmo tempo que eles transmitem conhecimentos eles inculcam mecanismos de obediência e normas de subordinação. Há tempo para tudo. Já deveria ter chegado o momento dos psicanalistas poderem se tornar pitonisas portadoras de fulgurantes revelações vindas de algum lugar. Talvez o azar dos psicanalistas provenha deles serem protegidos demais: neste templo só entram os adoradores incondicionais.

O mesmo ocorre entretanto na instituição. A psicanálise pode fazer função de “analisador” do hospital psiquiátrico, por exemplo, mas é um analisador construído (como sem dúvida todo analisador fora de situações históricas excepcionais), cujo grau de arbítrio deve ser medido em relação à situação concreta total. A intervenção psicanalítica deve portanto se comparar, segundo o contexto e as circunstância, com outros modos de intervenção: por exemplo, à intervenção de tipo “reformista” da psicoterapia institucional “pri-

18. Para o conceito de analisador e a diferença entre analisador “natural” e analisador “construído”, cf. R. Lourau, “La situation de l’analyse institutionnelle en 1972”, *Les Temps modernes*, jul.-ago., 1972.

meira versão”, que não temos o direito de desprezar do alto, ainda que fosse apenas porque seu peso histórico foi completamente outro que o da psicanálise no hospital psiquiátrico; ou ainda a uma intervenção do tipo “político” como a de Basaglia, cuja tocante ingenuidade é de bom tom em certos meios analíticos admirar. Por falar nisso, depois de ter visto bem o que se passou em Gorizia e depois em Trieste, e comparando com o que se passa nos serviços de psicoterapia institucional analítica, eu bem que sei de que lado está a ingenuidade.

Deveria eu repetir, a cada linha, que tais críticas não são anulatórias em si mesmas, isto é, independentes de todo contexto, de toda “indicação”? Elas são anulatórias em relação à *pretensão* analítica de representar, na instituição ou fora dela, o ponto de vista de uma nova totalidade. Sobre este ponto, a crítica deve ser impiedosa. A psicanálise pode representar uma alternativa relativa em relação a um certo número de situações (é o problema técnico-político da *indicação*, e não somente da indicação da análise na clientela privada, problema enorme que graças a Deus não tenho de tratar). Ela se torna uma *pseudo-alternativa* por sua pretensão em se dar como total. Uma pseudo-alternativa, isto é, uma *mistificação*. A psicanálise hoje ocupa assim o campo sócio-político quase na posição da ideologia dos neo-hegelianos de esquerda na Alemanha do século XIX. É a pseudo-alternativa a uma *Weltanschauung* conservadora.

Neste sentido, não é exagero dizer que a psicanálise é a *ideologia por excelência* da atualidade (mais modestamente, hoje na França nos meios intelectuais “progressistas”, mas observemos que também era quase essa a audiência da “ideologia alemã”, o que não impediu Marx e Engels de perceber o perigo político geral que ela representava). A psicanálise retoma a tradicional articulação do saber e do poder (*a tutela*), cuja modalidade secular de regularização da troca social (*a relação de serviço*), a lógica sócio-política da privatização engrenada desde o final do século XVIII (*o processo de neutralização*). Anexa-lhes novos domínios, leva sua eficácia a um extraordinário grau de sofisticação, recobre-os com o brilho de seu vocabulário “revolucionário”.

Entretanto, ao menos em um ponto minha analogia com o século XIX é falha. Não existe nem Marx ou Engels para delinear, mesmo no vazio, a figura de uma nova organização da racionalidade histórica que representasse a alternativa real. Não há nem mesmo critérios precisos para ajudar as avaliações cotidianas, nem julgamento seguro do lado das forças sociais que as sustentariam. Discutir aqui este problema seria abrir um debate totalmente outro. Mesmo se fosse conduzido, não chegaria, acho eu, a qualquer coisa

de preciso. Minha crítica, desde então, limita-se a dar relevo a uma ilusão, no sentido preciso que a palavra toma em Freud: uma elaboração errônea do desejo, que ajuda a viver. No melhor dos casos, apenas fizemos saltar um falso pressuposto ao dizer: não sabemos muito para onde vamos, mas não é certamente subindo no carro da psicanálise que o saberemos tampouco. Não é uma conclusão exaltante. Mas os que têm certezas mais cerradas, quer as tirem do inconsciente ou não, é a si mesmos que terão retificado (e interpretado). Por mim, ficaria satisfeito em ter apenas estabelecido o seguinte: um grupo particular de especialistas não tem o monopólio da escuta; há muito mais coisas a ouvir, mesmo em medicina mental, ao lado do que se murmura na “outra cena”; a lucidez analítica é paga com uma estranha cegueira, que é justamente não ver o que constitui o princípio de seu poder e de sua relação com o poder.

GLOSSÁRIO DE PARTICULARIDADES PSIQUIÁTRICO-PSICANALÍTICAS

As palavras aqui incluídas são indicadas por um /*/ na primeira vez que aparecem no texto e estão classificadas por ordem alfabética. Este glossário não tem pretensões de ser exaustivo nem de rigor formal (para o sentido técnico dos termos psicanalíticos consultar o *Vocabulário da Psicanálise* de J. Laplanche e J. B. Pontalis, ed. francesa da PUF, 1967 e portuguesa da Livraria Martins Fontes, Santos, Brasil, 1970). O que ele propõe são apenas alguns dados simples para ajudar os leitores não iniciados ao nível das particularidades próprias ao meio psicanalítico, que não tenham podido ser explicitadas no texto: sobretudo instituições específicas e modalidades administrativas e legislativas, mas também fatos significativos, controvérsias esotéricas, anedotas edificantes etc. Condenado a ser sucinto, acrescentei, quando útil, uma referência bibliográfica central que permita aprofundar a questão e encontrar a literatura sobre o assunto.

Aide sociale – Seção da DASS * que herdou as antigas atribuições da Ajuda Médica gratuita e dos serviços de assistência aos cegos e grandes enfermos (lei Cordonnier), isto é, o essencial dos antigos serviços de beneficência pública. A “Aide Sociale” substituiu ou completa a Previdência Social e as Alocações familiares para as categorias sociais especialmente desfavorecidas ou desprovidas. Em particular assume parcial ou totalmente os cuidados da assistência aos retardados profundos (ver CAT *) e aos antigos “indigentes”, que ainda constituem uma parte importante da população permanente dos estabelecimentos psiquiátricos.

Annales médico-psychologiques (revista) – Ver *Information psychiatrique*. *

* *Associação Psicanalítica da França* (APF) – Sociedade de psicanálise nascida em 1963 da segunda cisão no seio do movimento psicanalítico francês. Em 1953, quando da fundação do Instituto de Psicanálise produziu-se a primeira cisão: J. Lacan, D. Lagache, F. Dolto, F. Favez-Boutonnier etc., desligaram-se da Sociedade Psicanalítica de Paris * para fundar a Sociedade Francesa de Psicanálise.

Em 1963 esta se rompe devido à oposição da Associação Psicanalítica Internacional * à personalidade de J. Lacan. Os adeptos de Lacan fundam a Escola Freudiana de Paris *, os demais constituem a Associação Psicanalítica de França. A APF, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, não conta mais de uns vinte titulares, mas está bem implantada nos meios universitários. Desde 1970 edita a *Nouvelle revue de psychanalyse*, diretor J. B. Pontalis, Gallimard, dois números por ano na primavera e no outono. (Para tomar conhecimento dos estatutos das diferentes sociedades francesas de psicanálise, ver o nº 6 de *Psychiatrie aujourd'hui*, nov.-dez. 1971.)

Associação Psicanalítica Internacional (IPA) – Criada no segundo congresso dos psicanalistas reunidos em Nuremberg em 1910. Freud e Ferenczi, apesar da oposição da maior parte dos “vienenses”, impõem Jung como primeiro presidente e Zurique como sede internacional. Há inicialmente três grupos locais (Viena, Berlim e Zurique). O primeiro grupo americano é constituído em 1911, o inglês em 1913, o francês em 1926 (A Sociedade Psicanalítica de Paris *). A influência dos grupos anglo-saxões torna-se progressivamente preponderante e despontam as tendências burocráticas. A sede da IPA encontra-se atualmente em Chicago.

Bonneval (Eure-et-Loir) – Hospital psiquiátrico dirigido por H. Ey do fim da segunda guerra até sua recente retirada. Ali realizaram-se encontros que tiveram impacto sobre a evolução das relações psiquiatria-psicanálise, em particular o colóquio de 1947 sobre “a psicogênese das neuroses e das psicoses” e o de 1960 sobre “o inconsciente” (cf. referências bibliográficas).

Bonneuil – Instituição para crianças psicóticas criada em Bonneuil nos arredores de Paris em 1969 por Maud Mannoni, com o patrocínio de outros analistas (F. Dolto, P. Fedida, M. Lefort). A instituição é administrada por uma associação regida pela lei de 1901. O essencial dos encargos financeiros é assumido pelos pais. Segundo sua diretora, ela se pretende “lugar dito de antipsiquiatria à margem das instituições existentes. Aqui é a psicanálise que desempenha o papel de subversão da psiquiatria. Não se encontra recuperada como técnica de apoio da psiquiatria” (*Folie pour folie, op. cit.*, p. 212). Maud Mannoni deve publicar em breve nas edições du Seuil uma obra consagrada a esta instituição.

Bourlourd (clínica) – Clínica médico-psicológica da “Fondation Santé des étudiants de France”, em Rennes. Em setembro de 1971 seu diretor médico, Guy Caro, além disso militante do Partido Socialista Unificado, foi dispensado por “incompatibilidade entre a organização terapêutica e as regras administrativas da Fundação”. Caro

foi apoiado pela maioria do pessoal do estabelecimento, sobretudo os encarregados dos “cuidados” e pela totalidade dos assistidos. Numerosos comitês de apoio foram constituídos na província e em Paris, organizando reuniões e manifestações sobre o tema da defesa de uma psiquiatria liberal e moderna. A amplitude do apoio fez, por um momento, recuar a administração da Fundação, mas após diversas peripécias o caso terminou por dispensas em cadeia. Ver o histórico dos acontecimentos em *Folie pour folie, op. cit.*

Cahiers pour la Folie – (Cadernos da Loucura) – Publicação com o formato de um hebdomadário criada após 1968 (já apareceram uns doze números) para “liberar a palavra” da loucura fora de qualquer intenção readaptadora. Os Cadernos publicam textos de internados tanto quanto do pessoal que os assiste. Sua ideologia é um misto de psicanálise de inspiração lacaniana e de antipsiquiatria anglo-saxônica. Estão muito ligados aos meios de Cour-Cheverny * cujos responsáveis, alguns se encontram na equipe redatorial.

CAT (Centro de Ajuda pelo Trabalho) – Estabelecimentos homólogos em sua organização e finalidade às Oficinas Protegidas *. Embora em geral reservados às pessoas mais gravemente deficientes, sua rentabilidade é muito fraca, daí porque eles não têm orçamento autônomo e funcionam com o preço da diária pago pela “Aide Sociale” *.

Chesnut Lodge – Clínica privada situada numa cidadezinha perto de Washington, EUA, uma das primeiras instituições especializadas no tratamento psicanalítico de psicóticos. O estabelecimento emprega um pessoal numeroso com formação analítica, tratando cerca de 80 pacientes da rica burguesia originária dos EUA em geral. Há uma abundante bibliografia sobre Chesnut Lodge. Ver referências e descrições da experiência em M. Woodburry, “A Equipe Terapêutica”, número especial de *Information Psychiatrique*, dezembro de 1966.

Clube – Estrutura organizacional que gere a maior parte das atividades dos pacientes no seio de um estabelecimento psiquiátrico (ergoterapia, atividades culturais, esportivas, estéticas, lazer, bar etc.). Os pacientes participam na gestão do clube, gozando ele de certa autonomia financeira e administrativa em relação ao estabelecimento hospitalar que o abriga. Muitos clubes (o primeiro foi em Saint-Alban *) funcionam à maneira de uma associação do tipo definido na lei de 1901 por intermédio das sociedades de Croix Marine. A psicoterapia institucional * atribui primordial importância à existência de tais estruturas horizontais como “curto-circuito” da organização “vertical” do estabelecimento hospitalar. O clube foi

também criticado como utopia da microssociedade. Para o estado atual da questão e referências bibliográficas, ver J. Oury em "Terapêutica institucional", *Encyclopédie médico-chirurgicale*, série Psiquiatria, 37930 G 10, 1972.

Comunidades terapêuticas - Uma das tendências saídas do movimento geral de liberalização dos hospitais psiquiátricos ao final da Segunda Guerra. Esta orientação, no geral correspondente à versão anglo-saxã da psicoterapia institucional *, põe o acento sobretudo na reorganização da vida intra-hospitalar (humanização das relações, luta contra as hierarquias, disponibilidade, permissividade etc.). As realizações de Maxwell Jones no Belmont Hospital depois em Dingleton (Melrose, Escócia) são particularmente representativas desta corrente. A crítica deste movimento é em geral feita na França em nome do modelo de setor *, denunciando o risco de tais comunidades se fecharem sobre elas próprias. A exposição mais geral sobre a questão ainda é a de R. N. Rapoport, *Community as Doctor*, Tavistock, London, 1959, a ser editado nas Ed. Maspero.

Cour-Cheverny - (Clinique de la Borde à -). Clínica dirigida por Jean Oury onde trabalham, entre os autores aqui citados, F. Guattari, G. Michaud, J. C. Polak, D. Sabourin. Representa a mais sistemática realização da psicoterapia institucional * analítica e seu principal foco de difusão. A audiência de La Borde explica-se ao mesmo tempo pela audácia de suas inovações institucionais e pelo fato de que, enquanto estabelecimento privado não estritamente setorizado, ela acolhe como pacientes ou como visitantes um público de estudantes e de intelectuais. Ela, assim, tem sido na França, nos últimos 20 anos, o principal lugar de fabrico e propagação das idéias que constituem a atual problemática da medicina mental e da psicanálise. Para a história de La Borde, cf. G. Michaud, *La Notion d'institution dans ses rapports avec la théorie moderne des groupes*, DES, Paris, 1956.

DASS (Direction de l'Action Sanitaire et Sociale) - Organismo que gere ou controla a maior parte dos serviços e estabelecimentos de saúde, higiene, prevenção, assistência pública e ajuda social. A DASS ocupa-se em particular com o orçamento, com a gestão e a implantação dos serviços públicos e parapúblicos de psiquiatria de adultos e crianças. Entre outras tarefas, deve animar e planificar a implantação do setor *. Em plano nacional, a DASS liga-se ao Ministério da Saúde Pública e dos Assuntos Sociais. A DASS departamental, cujo papel de coordenação é essencial, depende da autoridade do prefeito.

Didática – Psicanálise empreendida com a finalidade de se tornar o próprio analisando um psicanalista. A distinção entre “análise terapêutica” e “análise didática” é cada vez mais contestada, ao mesmo tempo ao nível das motivações e do desenrolar da cura. Entretanto, se os analistas tendem hoje em dia a evitar o termo, ficam ainda mais embaraçados para definir o que o substitui. Esta questão constitui o ponto espinhoso do problema da formação dos analistas e um dos principais pontos de discórdia no meio. A ruptura no seio da *Escola Freudiana* que deu nascimento ao *Quatrième Groupe* * foi travada sobretudo em torno desta questão. Cf. os números 1 e 2 de *Topique*, outubro de 1969 e fevereiro 1970.

Dingleton – Ver *Comunidade terapêutica* *.

Dispensários – Em seguida à lei de 1838 que fez do internamento a modalidade quase exclusiva de tratamento das doenças mentais, os centros de consultas psiquiátricas são ainda bastante raros até os anos cinquenta. O OPHS (“Office publique d’hygiène mentale”) multiplicou seu número sobretudo no quadro de aplicação da lei de 1954 sobre os alcoólatras perigosos. Mas mesmo sendo previstos para esse fim, servem principalmente à prevenção, à pós-cura e ao tratamento ambulatorial dos doentes mentais. A política de setorização * lhes confere um novo impulso, na medida em que representam a modalidade de intervenção psiquiátrica extra-hospitalar mais econômica. Um dispensário pode funcionar seja como centro de consulta externa num estabelecimento psiquiátrico seja diretamente implantado na comunidade.

Escola Freudiana de Paris – produto do esfacelamento da Sociedade Francesa de Psicanálise em 1963, reagrupou os mais fiéis adeptos de J. Lacan (a *Escola Freudiana* não é filiada à *Associação Psicanalítica Internacional* *). Edita a revista *Scilicet* nas edições du Seuil desde 1968 (dois números aparecidos, um deles duplo), cuja particularidade é publicar artigos não assinados, exceto os de Lacan. Apesar deste símbolo de consenso, coexistem no seio da Escola Freudiana personalidades tão diferentes quanto F. Guattari, S. Leclaire, G. Michaud, J. Oury, F. Tosquelles etc., para ficar nos autores citados por mim. Os representantes da Escola Freudiana estão particularmente bem implantados nas instituições psiquiátricas e parapsiquiátricas na medida em que animam a tendência analítica da psicoterapia institucional. * (Ver também Cour-Cheverny e FGERI *).

EMP, IMP, CMPP, IMPRO – Externatos médico-pedagógicos, internatos médico-pedagógicos, centros médico-psicopedagógicos, institutos médico-profissionais: instituições dedicadas à infância “inadaptada”, “deficiente”, “em dificuldade” etc., pela interseção da ação pedagógica com a ação médica. Funcionando sob controle da DAAS *, seu estatuto administrativo varia um pouco conforme as prefeituras, a educação nacional ou instituições privadas interve-nham mais ou menos em sua gestão. De modo geral, é um representa-nte da organização comanditária que assegura a direção adminis-trativa. A direção médica, ao contrário, é entregue a um psiquiatra (excepcionalmente a um psicólogo) que, na região parisiense onde estas instituições estão particularmente implantadas, quase sempre é ao mesmo tempo analista. A espetacular multiplicação destas insti-tuições atualmente proporciona a mais importante via de difusão social aos modelos psiquiátrico-psicanalíticos em meio extra-hospitalar. Ver no suplemento do número 2 de *Psychiatrie au-jourd'hui* (março-abril 1971) o levantamento dos diferentes organ-is-mos e instituições consagrados à infância.

Etudes freudiennes – Revista de psicanálise criada em 1969 ao mes-mo tempo que *Topique* (ver *Quatrième Groupe* *) em seguida ao desaparecimento de *l'Inconscient*. Dirigida por C. Stein, aparece à razão de dois números duplos por ano nas edições Denoel. *Etudes freudiennes* publicou em particular em seus números 1-2 e 5-6 inte-ressantes documentos sobre a crise do meio analítico.

Evolution psychiatrique – Revista fundada em 1925, órgão da socie-dade de mesmo nome, publicando então artigos nos confins da psi-quiatria e da psicanálise (primeiros diretores A. Hesnard e R. La-forgue). Após uma interrupção devida à guerra, a revista reaparece em 1947 sob a direção de E. Minkowski e H. Ey, que nela assume importância preponderante. A revista exprime então as aspirações reformadoras do meio psiquiátrico, inspirando e publicando em particular o *Livre branco da psiquiatria francesa* *. Desde 1968 a equipe de redação parece ao contrário envidar seus esforços para estabilizar a situação (ver por exemplo o número de janeiro-março de 1972 sobre as *antipsiquiatrias*, unilateralmente hostil a esta orien-tação).

FGERI (“Fédération des Groupes d'Etudes et de Recherches Insti-tutionnelles”) – Federação em 1965 de um certo número de grupos de análise institucional trabalhando nas perspectivas abertas por Saint-Alban * e Cour-Cheverny *. É uma das razões da paradoxal

relação que na França se estabeleceu entre a psicanálise e a ação política, na medida em que a FGERI estabelece ligações entre algumas centenas de psiquiatras, psicanalistas, pedagogos, educadores, urbanistas etc., que lutam contra a rigidez de sua organização profissional. Um dos grupos da FGERI, o CERFI (Centre d'Etudes, de Recherches et de Formation Institutionnelle) edita a revista *Recherches* onde aparecem sob a forma de artigos ou de resenhas de colóquios as principais publicações em curso de psicoterapia institucional analítica *.

Focos de pós-cura – Ver hospitais-noite.

Gorizia – Hospital psiquiátrico público italiano de organização particularmente tradicional situado ao norte de Trieste numa província particularmente conservadora. O estabelecimento foi transformado por Franco Basaglia e sua equipe a partir de 1963. *A Instituição em negação*, *op. cit.*, relata esta luta antiinstitucional exemplar. Basaglia abandonou a direção de Gorizia em 1968 e atualmente desenvolve sua experiência em Trieste. Diferentes membros da equipe de Gorizia emigraram a fim de promover tentativas em regiões vizinhas.

Homem dos Lobos (O) – Sem dúvida o paciente mais célebre da literatura psicanalítica. Tratado inicialmente por Freud, seu “caso” foi exposto em *Cinco Psicanálises*, *op. cit.* (A denominação de “homem dos lobos” provém de um sonho no qual o paciente vê diversos lobos pendurados numa árvore, o que Freud interpreta como sendo uma evocação da cena originária.) A análise do homem dos lobos deu lugar, em seguida, a numerosos comentários e ensaios teóricos. Recentemente ainda, a *Revue française de psychanalyse* consagrou-lhe um número especial (janeiro 1971, tomo XXXV, nº 1).

Homem do magnetofone (O) – Título da apresentação por J. P. Sartre de um registro publicado por *Temps Modernes* (nº 274, abril 1967) do “diálogo” entre um antigo paciente e seu analista. “O Homem do magnetofone”, impondo pela força este registro, quer revelar e inverter a relação de violência que acusa o analista de ter exercido durante a “cura”. Vale a pena ler este “diálogo psicanalítico” cujas poucas páginas são infinitamente mais eloqüentes que não importa qualquer outra crítica teórica da psicanálise, inclusive a que ora tentamos.

Hospitais-dia – No quadro da política de setorização *, estabelecimentos que deveriam assegurar o tratamento psiquiátrico intensivo de pacientes que à noite retornariam a seu domicílio. Atualmente na França não existem mais que uns trinta desses estabelecimentos para adultos e uns vinte para crianças (cf. C. Laurenceau “Inventá-

rio dos meios psiquiátricos existentes na França”, *Information psychiatrique*, nº 10, dez. 1972).

Hospitals-noite – Trata-se menos de instituições novas que de um novo modo de funcionamento parcial do hospital psiquiátrico. Certos pacientes ocupam, durante o dia, no exterior do hospital um emprego e retornam ao hospital pela noite. Fala-se de preferência em *focos de pós-cura* quando os estabelecimentos são especialmente afeitos a estas hospitalizações noturnas. Embora tenham sido previstos pela circular de 1960 sobre setorização *, são tão pouco numerosos quanto os hospitais-dia.

Information psychiatrique – Revista que sucedeu em 1945 a “*Alieniste français*”, por sua vez sucessora em 1927 do boletim anterior da “*Association amicale des médecins des établissements publics d’aliénés*”, constituída em 1907. *Information* (dez números por ano, diretor P. Bernard) é atualmente publicada pelo Sindicato dos Psiquiatras de Hospitais. É a revista mais útil para tomar conhecimento dos problemas que preocupam o meio psiquiátrico, na medida em que publica, ao lado de artigos teóricos, sobretudo reflexões de psiquiatras sobre sua prática e informações sindicais, corporativas e administrativas. Os *Annales médico-psychologiques*, editados ininterruptamente desde 1842, órgão da sociedade de mesmo nome, exprimem em geral as correntes psiquiátricas mais tradicionais. *Psychiatrie aujourd’hui*, desde 1971, revista bimestral do sindicato dos psiquiatras em formação (internos em psiquiatria), publica artigos mais engajados. *Psychiatrie*, revista bimestral lançada em 1972 é, para os psiquiatras que exercem a clínica privada o que *Information* é para os psiquiatras do “Quadro” *.

Instituto de psicanálise – Emanação da *Sociedade psicanalítica de Paris**, criado em 1953 para a organização do ensino e do curso analítico dos aderentes a esta sociedade. As instâncias da Sociedade e as do Instituto freqüentemente se recobrem, a tal ponto que os dois nomes muitas vezes se confundem e o do “Instituto” atualmente tende até a predominar. No quadro muito diversificado do ensino que dispensa, o Instituto organiza consultas em serviços hospitalares e em centros de cuidados dirigidos por psicanalistas da Sociedade. Assim, paradoxalmente, verdadeiras curas analíticas gratuitas são assumidas já há uns vinte anos pelos membros da Escola Psicanalítica que passa por ser a mais tradicional, sem que se tenha, a que eu saiba, tirado as conseqüências teóricas e práticas deste estado de coisas.

Jornadas de Saint-Anne – Sessões organizadas em 27 e 28 de março de 1945 pela União dos Médicos Franceses, sucedendo à As-

sembléia Geral dos Médicos Psiquiatras que acabavam de transformar sua velha "associação de amizade" em sindicato (primeiro secretário-geral, G. Daumezon). As vinte e quatro "conclusões" destas Jornadas colocam os princípios de uma renovação da organização da assistência psiquiátrica, inspiradora das décadas seguintes. Cf. *Information psychiatrique*, nº 1, 1945/46, pp. 19/21. Em janeiro de 1947, houve novas "Jornadas psiquiátricas nacionais", reafirmando os princípios formulados em 1945.

Livro Branco da Psiquiatria Francesa – Em junho de 1965, reúne-se em Paris as "Jornadas psiquiátricas" por iniciativa da sociedade da "Evolution Psychiatrique" * (Presidente H. Ey). Numerosos relatórios sobre a situação da psiquiatria francesa, preparados pelos membros da sociedade após pesquisa junto a seus colegas, são discutidos em presença de representantes dos ministérios concernentes. A discussão é retomada no ano seguinte e em 1967 realizam-se as "Jornadas de conclusões". Estes documentos são reunidos sob o título de *Livro Branco da Psiquiatria Francesa* em três volumes editados pela "Evolution Psychiatrique", Privat, Toulouse, 1966, 67 e 68. Delineiam sobre os problemas de implantação psiquiátrica, de formação, de ensino e de organização profissional um plano completo de reformas das quais muitas foram realizadas a partir de então.

Nouvelle revue de psychanalyse – Ver *Associação Psicanalítica da França*.

Oficinas protegidas – Estabelecimentos de finalidade readaptativa, sob controle médico, freqüentemente ligados a um hospital psiquiátrico. Tarefas em princípio adaptadas a suas possibilidades são confiadas a doentes em curso de readaptação, ou a indivíduos sofrendo de insuficiências graves (débeis, retardados etc.). As oficinas protegidas são no extra-hospitalar o que a ergoterapia é no interior do hospital. Têm gestão financeira autônoma; o déficit eventual resultante de sua fraca rentabilidade seria coberto pela "Aide Sociale" * (ver também CAT *).

Projeto Anzieu – Professor de psicologia em Nanterre, Didier Anzieu é um dos mais antigos psicanalistas implantados numa estrutura de ensino (encarregado dos cursos desde 1954 na Faculdade de Letras de Estrasburgo). Em fevereiro de 1969, remete, a pedido do Ministério da Educação, um projeto de lei para a normalização do estatuto do psicólogo. Na parte concernente ao psicólogo clínico está previsto que este, caso tenha recebido uma formação analítica "atestada por uma Sociedade Psicanalítica que respeite os padrões internacionais neste domínio", poderá praticar psicoterapias "sob

controle médico e seus tratamentos colocados sob supervisão médica”. Vivamente combatido pela maior parte das associações profissionais de psicólogos, o projeto não foi adotado mas a idéia permanece no ar e tende a tornar-se a prática de um número crescente de EMP, IMP, CMPP etc. (Ver o libelo das proposições de Anzieu em “Os psicólogos”, *Psychiatrie aujourd’hui*, nº 8, março-abril 1972.)

Psychiatrie (revista) – Ver *Information psychiatrique*.*

Psychiatrie aujourd’hui (revista) – Ver *Information psychiatrique*.*

Psiquiatria comunitária – Orientação psiquiátrica freqüentemente apresentada como o coroamento da “psiquiatria social” do pós-guerra. Na França situa-se no limite do esfacelamento do hospital psiquiátrico tradicional e pretende-se a forma mais elaborada de uma política de setor *. Cf. J. Hochmann, *Pour une psychiatrie communautaire* (ver bibliografia). Nos países anglo-saxões, a *Community psychiatry* espalhou-se sob formas extremamente variadas que tornam difícil uma definição um pouco mais precisa da noção.

Psicoterapia institucional – Expressão criada em 1952 por G. Dau-mezon e Ph. Koechlin (“La psychotérapie institutionnelle française contemporaine”, *Anais portugueses de psiquiatria*, (4), 4, dez. 1952), para exprimir as principais características do movimento de liberalização dos hospitais psiquiátricos que se seguiu à Segunda Guerra. Após as tensões ocorridas no seio da primeira geração de promotores, de ideologia eclética com dominante marxista, e uma segunda geração diretamente influenciada pela psicanálise de tendência lacanianiana, a expressão é hoje em geral utilizada para designar as práticas institucionais desta última tendência. Este deslizamento foi favorecido pela audiência de Cour-Cheverny * e de Saint-Alban *, bem como pelo trabalho dos FGERI * que reagrupou sob o título “institucional” numerosas iniciativas, nem todas desenvolvidas no meio psiquiátrico. Seria importante distinguir em cada caso a psicoterapia institucional “primeira versão” (não-analítica) e “segunda versão” (analítica).

Quadro (dos hospitais psiquiátricos) – Organização administrativa dos médicos psiquiatras dos serviços públicos franceses. Desde o século XIX, encarregados da aplicação da lei de 1838, têm eles um estatuto semelhante ao de funcionário. Recrutados por um concurso nacional (antigo medicado dos hospitais psiquiátricos hoje psiquiátrico), são encarregados da direção médica de um serviço psiquiátrico público pelo ministério e dependem da autoridade da prefeitura. Desde o novo estatuto votado em 1968, sua denominação oficial mudou (“psiquiatras dos hospitais, médicos-chefes de setor”, em

lugar de “médicos-chefes dos hospitais psiquiátricos”) sendo assimilados aos médicos de tempo integral dos hospitais de segunda categoria. Os psiquiatras do quadro são atualmente em número de uns mil.

Saint-Alban – Primeiro hospital psiquiátrico onde, desde a ocupação nazista, impulsionada pelo engajamento da instituição na Resistência, começa uma experiência de liberalização que exercerá uma decisiva influência no desenvolvimento da psicoterapia institucional * francesa. Numerosos representantes desta tendência passaram por Saint-Alban ou sofreram sua influência. Particularmente Fr. Tosquelles, um dos principais animadores do empreendimento desde sua origem, também um dos principais artesãos da “virada” de uma parte da psicoterapia institucional * num sentido analítico quinze anos mais tarde. “A experiência de Saint-Alban” é pois essencial para compreender ao mesmo tempo a história da psicoterapia institucional francesa e o paradoxo representado pela implantação da psicanálise de obediência lacaniana nos hospitais psiquiátricos públicos.

Quartas-feiras de Lacan – A influência de Jacques Lacan propagou-se antes de mais nada por transmissão oral. Os principais textos só em 1966 foram reunidos sob uma forma acessível (*Ecrits*, ed. Seuil). Sobretudo, porém, esta publicação só recolhe uma parte reduzida do ensino proferido num seminário hebdomadário reagrupando a multidão de fiéis. Após ter encontrado asilo durante muito tempo na Escola Normal Superior, este seminário é atualmente realizado na capela do Centro Psiquiátrico Saint-Anne em Paris, nas tardes de quarta-feira.

Quatrième groupe – Em 1969, três dos primeiros e principais adeptos de Lacan (P. Castoriadis-Aulagnier, F. Perrier, J. P. Valabrega) abandonam a Escola Freudiana * por se dessolidarizarem com as novas modalidades propostas por Lacan para a formação dos analistas da Escola. Fundam o Quarto Grupo cuja orientação teórica é um lacanismo menos fascinado pela pessoa do mestre. A revista *Topique*, dirigida por Castoriadis (PUF, 10 números aparecidos desde outubro de 1969), exprime de modo geral as posições do Quarto Grupo.

Recherches (revista) – Ver FGERI *

Revue française de psychanalyse - ver *Sociedade Psicanalítica de Paris* *.

Scilicet (revista) – Ver *Escola Freudiana de Paris*.

Setor – Organização oficial da política de saúde mental na França desde a circular ministerial de 15 de março de 1960. A palavra designa o recorte geográfico do conjunto do território na base de 67 mil habitantes mais ou menos constituindo um “setor” e ao qual, em princípio, deverá ser entregue uma equipe psiquiátrica e um aparato institucional completo para assegurar a prevenção, o tratamento e a pós-cura dos doentes mentais. Sua implantação foi das mais lentas e ainda está na fase inicial na maior parte dos departamentos (criação de alguns dispensários * em torno do hospital psiquiátrico, mistura dos serviços). Mas os decretos de aplicação de março de 1972 têm por fim acelerar o processo e estender o dispositivo à “luta contra as doenças mentais, o alcoolismo e a toxicomania”. Sistematizada pela primeira vez na França em torno de 1960, a “política de setorização” representa hoje a tendência geral da organização psiquiátrica nos países industriais avançados.

Sèvres (grupo de) – Grupo de psiquiatras que se reuniram em torno de 1958 para tentar dar um segundo sopro ao movimento psiquiátrico de reformas do após-guerra. O grupo desempenhou um importante papel na definição e elaboração da política do setor *. Cf. por exemplo o relatório de 22.6.58 de Le Guillant, “Le service médico-social de secteur” e a discussão que se seguiu com uma importante intervenção de G. Daumezon em *l'Information psychiatrique*, 1, 1959.

Soisy-sur-Seine – Hospital psiquiátrico vinculado ao “XIII arrondissement”. Embora situado no exterior de seu setor geográfico, os doentes são aí acompanhados pela equipe que primeiro deles se encarrega e assegura sua reinserção, a fim de manter a continuidade da prevenção, da fase hospitalar do tratamento e da pós-cura, princípio do funcionamento da “experiência do XIII arrondissement”. Outra implicação desta intensidade do encargo ao nível da comunidade, a proporção do número de leitos em relação à população servida é em Soisy de 1 para mil, enquanto que, segundo as normas da Organização Mundial de Saúde, é de 3 para mil (cf. Paumelle, “L'Organisation du travail d'équipe no XIII arrondissement de Paris”, relatório apresentado na *XV Assembléia Federal das Sociedades de Croix-Marine*, Paris, set. 1966).

Sociedade Psicanalítica de Paris – A mais antiga sociedade francesa de psicanálise (criada desde 1926 como o grupo francês da *Associação Psicanalítica Internacional** com Marie Bonaparte, Allendy, Hesnard, Laforgue, Loewenstein etc.) é também a mais importante quanto ao número de seus filiados e a que passa por ser a mais tra-

dicional. Edita a *Révue française de psychanalyse* (PUF) desde sua criação, sendo o *Instituto de psicanálise* sua emanção. Ver a lista de seus membros no número de janeiro de 1971 da *Révue française de psychanalyse*. Entre os psicanalistas citados por nós, M. C. Boons, J. Chasseguet-Smirguel, R. Diatkine, S. Lebovici, Ph. Paumelle, P. C. Racamier e “André Stéphane” dela fazem parte

Suicídio de Tausk – Victor Tausk (1879-1919), um dos primeiros e dos mais brilhantes discípulos de Freud e o primeiro analista a interessar-se seriamente pelo problema da psicose (Cf. *Sobre a origem da máquina de influenciar na esquizofrenia*, publicado após sua morte). Freud e Tausk parecem ter estado em situação de rivalidade tanto no plano teórico como afetivo. Em 1919 Tausk pede a Freud para ser por ele analisado, este o remete a Hélène Deutsch, ela própria em análise com Freud. Ao cabo de dois meses, Freud faz interromper a análise de Tausk por Hélène Deutsch. Três meses mais tarde, Tausk suicida-se. Freud escreve a Lou Andréa Salomé, de quem Tausk havia sido amante: “Suponho que ele não me faça verdadeiramente falta; há muito tempo que o considero como inútil e mesmo como uma ameaça para o futuro. Tive ocasião de perceber a infra-estrutura sobre a qual se edificavam suas orgulhosas sublimações e já teria há muito tempo deixado que ele caísse se *você* não o tivesse sustentado em minha estima”. O trágico destino de Tausk, cuidadosamente censurado pela hagiografia psicanalítica, foi relatado por P. Roazen em *Irmão animal* (ver bibliografia).

Topique (revista) – Ver *Quatrième groupe*

Treizième arrondissement – Em 1954, uma equipe médica implanta um dispensário de higiene mental num local de consultas para alcoólicos no “XIII arrondissement” de Paris. A experiência se estende e progressivamente se sistematiza: distinção de um setor infantil (Lebovici) e de um setor de adultos (Paumelle), multiplicação dos subsetores, compreendendo cada um uma equipe responsável intervindo diretamente na comunidade e assegurando a continuidade dos cuidados. Em 1959, uma associação baseada na lei de 1901 torna-se o suporte jurídico do dispositivo, permitindo, ao mesmo tempo, um financiamento mais generoso e um funcionamento administrativo original em relação ao dos serviços psiquiátricos públicos. Em 1963, abertura do hospital de Soisy-sur-Seine*. Atualmente com quinze equipes médicas completas (oito para adultos, sete para crianças) e um rico aparato institucional (hospital, hospital-dia *, oficinas protegidas *, serviços de pós-cura e de abrigo para velhos, serviços de cuidados a domicílio e de alocação familiar), o “Treizième” representa o modelo mais elaborado, existente na França, de implantação do setor *. Desde seu início foi dirigido pelos psiquia-

tras-psicanalistas da *Société Psychanalytique de Paris* * e desenvolveu-se à base de um rigoroso princípio de cooptação.

Terapia behaviorista – Técnicas de descondicionamento das neuroses, derivadas ao mesmo tempo da reflexologia pavloviana e do behaviorismo americano (terapêuticas por inibição recíproca, inibição condicionada, condicionamento por evitamento e condicionamento positivo). Repousam sobre uma teoria da personalidade como sistema a ser construído e desconstruído pelos processos experimentais da aprendizagem e do condicionamento. Estas técnicas estão particularmente desenvolvidas – e em processo de desenvolvimento – nos Estados Unidos. No anexo do relatório de J. Rognant, *Les thérapeutiques de déconditionnement dans névroses*, op. cit., pode ser encontrada uma bibliografia de quase 700 títulos sobre o assunto.

UER de Ciências da Universidade de Paris VII (ex – “Censier”) – Por diversas vezes faço alusão, mais precisamente, a uma de suas seções, o *Instituto de formação de psicólogos clínicos* que prepara, em dois anos logo após o mestrado, um diploma reconhecido pelo Ministério da Saúde e habilita para as funções de psicólogo clínico nos estabelecimentos de caráter sanitário. Sua organização e suas finalidades foram concebidas por psicanalistas. O “prospecto de apresentação do instituto afirma que a orientação clínica que constitui sua originalidade, entre outras características, “reconhece a existência e mesmo a prevalência estruturante do inconsciente”. Além disso, “esta orientação confere à psicologia clínica funções privilegiadas: conselho, orientação, apoio, terapia, intervenção, formação, quer se trate de indivíduo, de pequenos grupos ou de instituições”. O ensino, por pequenos grupos, é essencialmente dirigido (diz-se animado) por psicanalistas. Para se beneficiarem desta formação, os estudantes devem justificar uma atividade profissional remunerada, “a fim de que a vinculação institucional que representa a situação de emprego e a questão do dinheiro não estejam ausentes”. Feliz psicanálise cujos princípios fundam de uma só vez de direito, aqui como fora, a seleção.

Univers contestationnaire (L') – Título de uma interpretação dos acontecimentos de maio de 1968, de autoria de dois psicanalistas da *Société Psychanalytique de Paris* * (Petite bibliothèque Payot, 1969, pseudônimo dos autores: André Stéphane). É o exemplo ideal-típico da redução de uma problemática política a uma problemática subjetiva inconsciente através da psicanálise e também uma ilustração evidente da significação política deste tipo de empreendimento.

Vincennes – Primeira implantação de um “departamento de psicanálise” autônomo (sem relação, exceto de oposição, com a seção de psicologia) numa Universidade francesa por ocasião da abertura, em novembro de 1968, do “Centro Experimental de Vincennes” (depois transformado em Universidade de Paris VIII). Foi dirigido, até a recente demissão, por S. Leclaire que recrutou uma equipe de professores-psicanalistas de obediência lacaniana. Ao contrário do que se passa na UER de Ciências Clínicas da Universidade de Paris VII, o ensino da psicanálise dispensado em Vincennes não pretende integrar-se num curso de formação de psicoterapeutas (não confundir tampouco esta posição ortodoxa do departamento de psicanálise com a aproximação crítica da psicanálise que se desenvolve independentemente em Vincennes, seja no departamento de filosofia, seja no departamento de sociologia).

Yarvis Syndrom – Sigla de Young, Attractive, Rich, Verbal, Intelligent, Sophisticated: expressão irônica em uso nos Estados Unidos e no Canadá para qualificar as características mais freqüentes entre os pacientes psicanalíticos

LISTA DAS PUBLICAÇÕES CITADAS

- G. Allport, "The Psychology of Participation", in R. W. Marks, *Great Ideas in Psychology*, Bantom Books, 1966.
- J. Audart, "Du caractère matérialiste de la psychanalyse", *Cahiers du Sud*, setembro 1933.
- P. Balvet, "Asile et hôpital psychiatrique: l'expérience d'un établissement rural", *Congrès des aliénistes et neurologistes français*, Masson, 1943.
"De l'autonomie de la profession psychiatrique", in "Au-delà de l'asile d'aliénés et de l'hôpital psychiatrique", *Documents de l'information psychiatrique*, Desclée de Brouwer, 1946.
- F. Basaglia et al., *L'Institution en négation*, éditions du Seuil, 1968.
- J. Baudrillard, "Le Corps, charnier de signes", *Topique*, nº 10, outubro 1972.
- J. Ben David e R. Collins, "Social factors in The Origine of a New Science: The Case of Psychology", *American Sociological Review*, vol 31, nº 4, agosto de 1966.
- P. L. Berger, "Towards a Sociological Understanding of Psychanalysis", *Social Research*, vol 32, nº 1, primavera de 1965.
- J. Bleger, "Psycho-analysis of the Psycho-analytical Frame", *International Journal of Psycho-analysis*, vol 48, nº 4, 1967.
- M. Bonaparte, "Introduction à la théorie des instincts", *Revue française de psychanalyse*, 1934.
- L. Bonnafé, "Le Personnage du psychiatre", *L'Evolution psychiatrique*, t. III, 1948.
- L. Bonnafé, H. Ey, S. Follin, J. Lacan, J. Rouart, *Le Problème de la psychogenèse des névroses et des psychoses*, (III colóquio de Bonneval, 1946), Desclée de Brouwer, 1950.
- M. C. Boons, "Automatisme, compulsion: marques, re-marques", *Tel Quel*, nº 42, verão de 1970.
- P. Bourdieu e J.-C. Passeron, *La Reproduction*, Editions de Minuit, 1970 (trad. brasileira: *A Reprodução*, Francisco Alves).
- M. Bourdieu, "Genèse et structure du champ religieux", *Revue française de sociologie*, XII, 1971 (trad. brasileira: in *A Econo-*

- mia das trocas simbólicas*, org. de Sérgio Miceli, Perspectiva)
- Ch. Brisset, *L'Avenir de la psychiatrie en France*, Payot, 1972.
- J. L. Brohm, "Psychanalyse et révolution", *Partisans*, nº 46; fevereiro-março, 1969.
- R. Castel, "L'Inconscient social de la psychanalyse", *Topique*, nº 1, outubro 1969.
- "Le traitement moral, médecine mentale et contrôle social aux XIX siècle", *Topique*, nº 2, fevereiro de 1970.
- "L'Institution psychiatrique en question", *Revue française de sociologie*, XII, janeiro-março 1971.
- "Continuité et changement dans l'histoire de la médecine mentale", *VII Congresso Internacional de Sociologia de Varna*, setembro 1971.
- "Remarques sur les orientations de la psychiatrie moderne", *Présence*, nº 119, maio 1972.
- P. Castoriadis-Aulagnier, "Sociétés de psychanalyse et psychanalyste de société", *Topique*, nº 1, outubro de 1969.
- P. Chanoit et al., "Le Contre-transfert institutionnel", *Psychotérapie institutionnelle*, nº 1, 1966.
- J. Chasseguet-Smirgel, *La Sexualité féminine*, Petite Bibliothèque Payot, 1970.
- Pour une psychanalyse de l'art et de la créativité*, Petite Bibliothèque Payot, 1971.
- R. Dalbiez, *La Méthode psychanalytique et la doctrine freudienne*, Desclée de Brouwer, 1939.
- G. Daumezon e Ph. Koechlin, "La Psychothérapie institutionnelle française contemporaine", *Anais Portugueses de Psiquiatria*, 4 (4), dezembro 1952.
- G. Daumezon, "La Méthode pour rédiger une nouvelle loi sur les malades mentaux", *Annales médico-psychologiques*, 104º ano, 1946, t. II.
- P. Debray-Ritzen, *La Scolastique freudienne*, Fayard, 1972.
- D. Deuleule, *La Psychologie, mythe scientifique*, Laffont, 1969.
- G. Deleuze e F. Guattari, *L'Anti-Oedipe*, Editions de Minuit, 1972 (trad. brasileira: *O Anti-Édipo*, Imago).
- Documents de l'Information psychiatrique:*
- I. "Le Malade mental dans la société".
- II. "Au-delà de l'asile d'aliénés et de l'hôpital psychiatrique", Desclée de Brouwer, 1946.
- J. P. Dolle, *Le Désir de révolution*, Grasset, 1972.
- J.L. Donnet, "Psychanalyse et Médecine", *La Psychanalyse*, Denoël, 1970.
- J. Donzelot, "Travail social et lutte politique", *Esprit*, número especial abril-maio, 1972, "Pourquoi le travail social".

- H. Duchêne, "Les Services psychiatriques publics extra-hospitaliers", *Congrès de psychiatrie et de neurologie de langue française de Tours*, Masson, 1959.
- E. e M. Enriquez, "Le Psychanalyste et son institution", *Topique*, nº 6, 2º trimestre 1971.
- Esprit*, nº especial abril-maio 1972, "Pourquoi le travail social".
- E. Esquirol, "Memoire sur l'isolement des aliénés", in *Des Maladies mentales*, tomo II, J.-B. Baillères, 1838.
- Etudes freudiennes*, nº 1-2, novembro 1969, *Du côté du psychanalyste*. Nº 5-6, janeiro 1972, *Critique de la psychanalyse*.
- H. Ey, prefácio a Ch. Brisset, *L'Avenir de la psychiatrie en France*, Payot, 1972.
- H. Ey et al., *L'Inconscient*, VI Colóquio de Bonneval, 1960, Desclée de Brouwer, 1966 (trad. brasileira: *O Inconsciente*, Tempo Brasileiro).
- G. Ferrus, *Des aliénés et des asiles d'aliénés*, J.-B. Baillères, 1836.
- M. Foucault, *Histoire de la folie*, Plon, 1961.
- S. Freud, *Nouvelles conférences sur la psychanalyse*, Gallimard, 1936.
- Contribution à l'histoire du mouvement psychanalytique*, Payot, 1967.
- Essais de psychanalyse*, Payot, 1951.
- Totem et Tabou*, Payot, 1947.
- Moïse et le monothéisme*, Gallimard, 1948.
- La Technique psychanalytique*, PUF, 1967.
- Ma vie et la psychanalyse*, Gallimard, 1928.
- Malaise dans la civilisation*, PUF, 1972.
- L'Avenir d'une illusion*, PUF, 1971.
- A tradução brasileira das Obras Completas de Freud está sendo editada pela editora Imago).
- F. Gantheret, *D'une conception des groupes de contrôle et de leur dualité*, texto mimeo.
- "La Psychanalyse comme institution", *Partisans* nº 46, fevereiro-março 1969.
- R. Gentis e H. Torrubia, "Notes sur la psychothérapie institutionnelle en 1969", *Information Psychiatrique*, 45 (2), fevereiro 1969.
- E. Goffman, *Asiles*, Éditions de Minuit, 1968 (trad. brasileira: *Manicômios, prisões e conventos*, ed. Perspectiva).
- L. Grinberg, M. Langer, D. Liberman, G. Rodrigue, "The Psychoanalytic Process", *International Journal of Psycho-analysis*, vol 48, nº 4, 1967.
- G.A. Guilhon-Albuquerque, "Le mouvement en Europe et en

- Amérique latine”, *L’Homme et la société*; nº25, abril-junho 1972.
- A. Hesnard, *De Freud à Lacan*, ESF, 1970.
- J. Hochmann, *Pour une psychiatrie communautaire*, Éditions du Seuil, 1970.
- L’Interprétation et l’affect*, número especial da *Revue française de psychanalyse*, setembro 1970.
- G. Jervis, “Les Militants et le sorcier”, *Quaderni Piacenti*, nº42, 1970.
- M. Jones, *Au-delà de la communauté thérapeutique*, Éditions SIEMP, 1972.
- M. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, *Écrits*, Éditions du Seuil, 1966.
- J. Laplanche e J.B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, PUF, 1967.
- S. Leclaire, *Démasquer le réel*, Éditions du Seuil, 1971.
- De la législation relative aux aliénés, et aux enfants assistés*, Berger-Levrault, éditeur, t.II e III, 1881-1883.
- Livre blanc de la psychiatrie française*, publicação da *Evolution psychiatrique*, 3 vol., Privat, Toulouse, 1966-1967-1968.
- L. Le Guillant, “Le Service médico-social de secteur”, *Information psychiatrique*, nº 1, 1959.
- R. Lourau, “L’Institution de l’analyse”, *Partisans*, nº 46, fevereiro-março 1969.
- “La situation de l’analyse institutionnelle en 1972”, *Les Temps Modernes*, julho-agosto 1972.
- M. Mannoni, *Le Psychiatre, son “fou” et la psychanalyse*, Éditions du Seuil, 1970. (trad. brasileira: *O Psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, Zahar editores).
- O. Mannoni, *Freud par lui-même*, Éditions du Seuil, 1967.
- H. Marcuse, *Le Marxisme Soviétique*, Gallimard, 1963.
- Eros et Civilisation*, Éditions de Minuit, 1963 (trad. brasileira: *Eros e Civilização*, Zahar ed.)
- Raison et Révolution*, Éditions de Minuit, 1968 (trad. brasileira: *Razão e Revolução*, ed. Saga).
- K. Marx e F. Engels, *L’Idéologie allemande*, Éditions Sociales, 1968.
- G. Michaud, *La Notion d’institution en rapport avec la théorie moderne des groupes*, DES, mimeo, 1958.
- J. Moreno, *Fondements de la sociométrie*, PUF, 1954.
- S. Moscovici, *La Psychanalyse, son image, son public*, PUF, 1961.
- B. Muldworf, “Contestation et morale sexuelle”. *Nouvelle critique*, abril 1969.

- “Les Communistes et la psychanalyse”, *Nouvelle critique*, janeiro 1970.
- “Liberté sexuelle et révolution”, “Spéciale-Idées”, de *L’Humanité*, 18 e 25 de setembro de 1970 e 30 de outubro de 1970. *Liberté sexuelle et nécessités psychologiques*, Roger Maria ed., 1972.
- Le Métier de père*, Casterman, 1972.
- S. Nacht, “Guérir avec Freud”, *La Psychanalyse, philosophie? thérapeutique? science?*, *La Nef*, nº 31, julho-outubro 1967.
- P. Naville, *Psychologie, Marxisme, matérialisme*, M. Rivière, 1946.
- J. Oury, “Quelques problèmes théoriques de psychothérapie institutionnelle”, *Recherches*, nº especial “Enfance aliénée”, setembro 1967.
- S. Pacaud, *La Sélection professionnelle*, PUF, 1959.
- Partisans*, nº especial fevereiro-março 1969, *Garde-fous, arrêtez de vous serrer les coudes*.
Nº especial novembro-fevereiro 1972, *Folie pour folie*.
- Ph. Paumelle, “L’Organisation du travail d’équipe dans le XIII^e. arrondissement de Paris”, relatório apresentado à *15a. Assembleia geral das sociedades de Croix Marine*, Paris, setembro 1966.
Réflexions à propos de la création d’un service psychiatrique de secteur, documento mimeo do XIII^e. arrondissement.
- R. Pividal, *Le Capitaine Nemo et la science*, Grasset, 1972.
- G. Politzer, “Le Mythe de l’antipsychanalyse”, *Philosophie*, nº 5-6, março 1925.
“Un faux contre-révolutionnaire, le freudo-marxisme”, *Commune*, nº 3, novembro de 1933.
(sob o pseudônimo de Th. W. Morris) “La fin de la psychanalyse”, *La Pensée* nº 3, out-nov-dez. 1939.
- J.-C. Polack, *La Médecine du capital*, Maspero, 1971.
- P.-C. Racamier et al., *Le psychanalyste sans divan*, Payot, 1970.
- R. N. Rapoport, *Community as Doctor*, Tavistock, Londres, 1959.
- W. Reich, *L’Irruption de la morale sexuelle*, éditions dites de la Pensée Molle, 1971.
Matérialisme dialectique, matérialisme historique et psychanalyse, éditions dites de la Pensée Molle, 1970.
Psychologia de masse du fascisme, éditions dites de la Pensée Molle.
- L.-F. Renaudin, *Commentaires médico-administratifs*, 1852.
- P. Ricoeur, *De l’Interprétation*, Editions du Seuil, 1965.
- P. Roazen, *Animal, mon frère, toi*, Payot, 1971 (trad. brasileira: *Irmão Animal*, ed. Brasiliense)
- J. Rognant, “Thérapeutiques de déconditionnement dans les névro-

- ses”, *Congrès de psychiatrie et neurologie de langue française de 1970*, Masson, 1971.
- G. Roheim, “La Psychologie raciale et les origines du capitalisme chez les primitifs”, *Revue française de psychanalyse*, 1928.
- J.P. Sartre, *Critique de la raison dialectique*, Gallimard, 1960.
 “L’Homme au magnétophone”, *Les Temps Modernes*, n° 274, avril 1967.
- A. Stéphane, *L’Univers contestationnaire*, Petite bibliothèque Payot, 1969.
 “L’Anti-Oedipe ou la fin d’un malentendu”, *Contrepoint*, n° 7-8, 1972.
- C. Sterlin, “Être psychiatre de secteur”, *Information psychiatrique* n° 7, vol. 45, setembro 1969.
- Th. S. Szasz, *The Ethics of Psycho-analysis*, Delta Book, Nova Iorque, 1965 (trad. brasileira: *A Ética da Psicanálise*, Zahar ed.)
Topique, n° 1, outubro 1969, *La formation du psychanalyste*, n° 2, fevereiro 1970, *Historique et didactique*.
- H. Torrubia, “Analyseurs et interprétation du transfert en thérapeutique institutionnelle, Psychothérapie institutionnelle, I, 1966.
- M. Tort, “La psychanalyse dans le matérialisme dialectique”, *Nouvelle revue de psychanalyse*, n° 1, 1970.
- F. Tosquelles, *Psychothérapie institutionnelle*, n° 2-3, 1966.
- G. Watson, *Behaviourism*, Phoenix Books, 1966.
- M. Woodburry, *L’Equipe thérapeutique*, n° especial de *Information psychiatrique*, dezembro 1966.
- Xénophon, *Les Mémoires*, Garnier, 1969 (trad. brasileira: volume “Sócrates” da coleção “Os Pensadores” da Abril Cultural).

Este livro foi impresso
em Off-Set nas oficinas
da Cia. Editora Fon-Fon
e Seleta, sita à rua Pe-
dro Alves, 60 — Centro
— Rio de Janeiro —